

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS CULTURAIS

ANA CAROLINA PONTALTI MONARI

**O “MILAGRE” DA PÍLULA: OS EFEITOS DA MÍDIA NA OPINIÃO
PÚBLICA SOBRE O CASO DA FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA**

BAURU/SP

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS CULTURAIS

**O “MILAGRE” DA PÍLULA: OS EFEITOS DA MÍDIA NA OPINIÃO PÚBLICA
SOBRE O CASO DA FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho.

BAURU/SP

2019

Monari, Ana Carolina Pontalti.

O "Milagre" da Pílula: os efeitos da mídia na
opinião pública sobre o caso da fosfoetanolamina
sintética / Ana Carolina Pontalti Monari, 2019
272 f.

Orientador: Claudio Bertolli Filho

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2019

1. Mídia e saúde pública. 2. Opinião pública. 3.
Análise de conteúdo. 4. Fosfoetanolamina sintética.
I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ANA CAROLINA PONTALTI MONARI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2019, às 14:00 horas, no(a) Sala de reunião dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professor Associado CLAUDIO BERTOLLI FILHO - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru / UNESP Bauru, Professor Doutor JOSE CARLOS MARQUES do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professora Doutora KATIA LERNER do(a) Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde / Fundação Oswaldo Cruz, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ANA CAROLINA PONTALTI MONARI, intitulada **O milagre da pílula: os efeitos da mídia na opinião pública sobre o caso da fosfoetanolamina sintética**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Professor Associado CLAUDIO BERTOLLI FILHO

Professor Doutor JOSE CARLOS MARQUES

Professora Doutora KATIA LERNER

ANA CAROLINA PONTALTI MONARI

O “MILAGRE” DA PÍLULA: OS EFEITOS DA MÍDIA NA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE
O CASO DA FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho. Área de Concentração: Comunicação Midiática. Linha de Pesquisa: Processos Midiáticos e Práticas Culturais.

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP Bauru/SP

Membro: Prof. Dr. José Carlos Marques

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP Bauru/SP

Membro: Profa. Dra. Kátia Lerner

Instituição: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) - Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro/RJ

Bauru, 21 de agosto de 2019.

Dedico este trabalho a todos os pacientes portadores de câncer que vislumbraram na fosfoetanolamina sintética uma possível cura e aos cientistas brasileiros que, mesmo sem recursos, ainda acreditam e lutam pela ciência.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus pelas graças e dons recebidos em todos esses anos e por me proporcionar força e alento durante essa árdua caminhada. Sou grata também a Nossa Senhora que, por intermédio do seu filho, sempre abriu os meus caminhos e me fez enxergar a luz quando eu só via escuridão.

Ao Luis, que foi muito mais que meu companheiro nessa jornada. Que soube me ouvir, me aconselhar e ser meu porto seguro, me mostrando que o amor não é só estar junto, mas ser parceiro em todas as horas.

À minha família, em especial a minha avó Geralda, que me incentivou a chegar até aqui, mesmo não entendendo uma vírgula do que eu pesquiso e estudo todos os dias.

Ao professor Claudio, meu orientador e minha referência, não apenas de pesquisador e acadêmico, mas de vida. Obrigada por compartilhar seus conhecimentos, oferecer dicas sempre tão valiosas, pelos bate-papos durante as orientações e por me inspirar a correr atrás de meus sonhos e metas.

A todos os profissionais e professores da Unesp Bauru, que me acolheram em 2011 e continuam a transformar esse espaço em meu segundo lar.

Aos meus amigos, em especial ao Renan, Otávio, Lívia, Albert, Gabriele, Marielle, Paula, Juliana, Caroline, Christiane, Alana, Thalysi e Gabriela. Vocês contribuíram, de uma forma ou de outra, com essa dissertação. Muito obrigada!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 pelas concessões de bolsa mestrado e do recurso de custeio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).

*“Palavras são, na minha nada humilde
opinião, nossa inesgotável fonte de magia,
capazes de causar grandes sofrimentos e
também de remediá-los.” (Harry Potter e as
Relíquias da Morte – Parte 2).*

MONARI, A. C. P. **O “Milagre” da Pílula: Os Efeitos da Mídia na Opinião Pública Sobre o Caso da Fosfoetanolamina Sintética.** 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – FAAC – UNESP, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho. Bauru, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa teve como proposta analisar a cobertura da fosfoetanolamina sintética realizada pelo portal de notícias *G1- São Carlos e Araraquara*, tendo como referência o período de agosto de 2015 a julho de 2016, momento em que teve início as solicitações de liminares de pacientes com câncer para obtenção do composto químico até o começo dos testes clínicos. Desta forma, pretendeu-se entender as estratégias jornalísticas para produção de notícias utilizadas pelo portal neste assunto, uma vez que a cobertura do caso ultrapassou os limites regionais do site, alcançando audiências em todas as partes do Brasil e demais veículos de comunicação. Para isso, trabalhamos com as contribuições de Michael Schudson (2010), Walter Lippmann (2008) e Siddhartha Mukherjee (2012) na fundamentação teórica sobre o papel da mídia na produção de acontecimentos midiáticos de saúde pública, em especial o câncer. A análise de conteúdo preconizada por Laurence Bardin (2016) foi utilizada para examinar profundamente e decodificar o material delimitado pelo estudo e a entrevista de profundidade (DUARTE; BARROS, 2011) permitiu observar os interesses da empresa de comunicação presentes na cobertura. Sucintamente, obtivemos como resultado da análise que o *G1 – São Carlos e Araraquara* fomentou a opinião pública sobre o caso da fosfoetanolamina sintética, oferecendo conteúdos para que a sociedade pudesse discutir e, conseqüentemente, promover ações para validar seus direitos cívicos no campo da saúde. Os dados também deixaram evidente que o portal regional sofreu influências de diversos segmentos e atores sociais durante a cobertura, o que ocasionou uma mudança de postura no tratamento da “pílula do câncer” e dos personagens-chave desse caso. Em suma, conseguimos compreender a função desempenhada pela mídia na produção de notícias relacionadas à saúde pública por meio da questão da fosfoetanolamina sintética.

Palavras-chave: Mídia e saúde pública. Opinião pública. Análise de conteúdo. Fosfoetanolamina sintética.

MONARI, A. C. P. **O “Milagre” da Pílula: Os Efeitos da Mídia na Opinião Pública Sobre o Caso da Fosfoetanolamina Sintética.** 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – FAAC – UNESP, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho. Bauru, 2019.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the coverage of synthetic phosphoethanolamine made by *G1 – São Carlos e Araraquara*, between august 2015 to July 2016, when the requests for injunctions of cancer patients began to obtain the chemical compound until the beginning of clinical trials. In this way, it was intended to understand the journalistic strategies for news production used by the portal in this subject, since the coverage of the case exceeded the regional limits of the site, reaching audiences in all parts of Brazil and other communication vehicles. For this, the contributions of Michael Schudson (2010), Walter Lippmann (2008) and Siddhartha Mukherjee (2012) was used in the theoretical foundation on the role of the media in the production of public health media events, especially cancer. The content analysis advocated by Laurence Bardin (2016) was used to deeply examine and decode the material delimited by the study and the depth interview (DUARTE; BARROS, 2011) made it possible to observe the interests of the communication company present in the coverage. Succinctly, we obtained as a result of the analysis that the *G1 – São Carlos e Araraquara* promoted public opinion on the case of synthetic phosphoethanolamine, offering contents so that society could discuss and, consequently, promote actions to validate their civic rights in the health field. The data also made it clear that the regional portal was influenced by several segments and social actors during the coverage, which led to a change of attitude in the treatment of the “cancer pill” and the key characters of this case. In short, we have been able to understand the role played by the media in producing news related to public health through the issue of synthetic phosphoethanolamine.

Keywords: Media and public health. Public opinion. Content analysis. Synthetic phosphoethanolamine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - PUBLICIDADE DO SUPLEMENTO ALIMENTAR DE FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA.....	65
FIGURA 2 - ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO (BARDIN, 2016)	96

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE AGOSTO DE 2015	123
TABELA 2 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE SETEMBRO DE 2015	129
TABELA 3 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2015	133
TABELA 4 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2015	139
TABELA 5 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015	143
TABELA 6 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE JANEIRO DE 2016	157
TABELA 7 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2016.....	159
TABELA 8 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE MARÇO DE 2016	162
TABELA 9 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE ABRIL DE 2016	173
TABELA 10 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE MAIO DE 2016	183

TABELA 11 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE JUNHO DE 2016	191
TABELA 12 - QUADRO COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REPORTAGENS PUBLICADAS PELO G1 – SÃO CARLOS E ARARAQUARA NO MÊS DE JULHO DE 2016	193
TABELA 13 - QUADRO COMPARATIVO DA FREQUÊNCIA DE INSERÇÕES NAS SEIS CATEGORIAS PRÉ-DETERMINADAS PELO ESTUDO, BASEADO NA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN (2016)	195

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. MÍDIA E SAÚDE PÚBLICA	19
1.1 Retrato do câncer no Brasil.....	29
1.2. Câncer como tema midiático.....	36
2. O CASO DA FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA	41
2.1 Os processos de cura para o câncer ao longo da história	42
2.2 Fosfoetanolamina sintética: esperança de cura, polêmica e controvérsias científicas	48
3. Sociedade midiaticizada: midiaticização, opinião pública e mídias digitais	69
3.1 Sociedade midiaticizada	70
3.2 Mediações e midiaticização: conceitos inter-relacionados	73
3.2.1 Midiaticização da saúde	79
3.3 Papel do jornalismo digital na construção da cidadania.....	84
3.4 Efeitos da mídia na opinião pública.....	88
3.5 Análise de conteúdo e entrevista de profundidade: metodologias empregadas para o exame dos dados.....	94
4. Análise das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara sobre o caso da fosfoetanolamina sintética.....	101
4.1 Conteúdo das reportagens sobre a fosfoetanolamina sintética produzidas e publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara entre agosto de 2015 e julho de 2016	102
4.2 Análise de conteúdo das reportagens do G1 – São Carlos e Araraquara sobre o caso da fosfoetanolamina sintética	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
BIBLIOGRAFIA	209
APÊNDICES	219
ANEXOS	270

INTRODUÇÃO

Em 17 de agosto de 2015, o Brasil se deparou com a seguinte notícia: uma pílula fabricada no campus de São Carlos (SP) da Universidade de São Paulo (USP) poderia ser a cura para todos os tipos de câncer. O acontecimento chegou ao conhecimento do público por meio de uma reportagem produzida pelo portal de notícias *G1 – São Carlos e Araraquara*. Este produto midiático fomentou a esperança de pacientes portadores da doença, além de familiares, e dividiu a opinião pública: poderia uma cápsula que custa R\$ 0,10 para ser produzida ser, de fato, a cura para todos os tipos de câncer? Ou seria apenas uma falácia? Um milagre? Ou uma promessa?

Os desdobramentos desse caso saíram dos limites geográficos de São Carlos (SP) e ganharam novas proporções em outras áreas do país. Médicos e profissionais da área da saúde, pesquisadores, políticos e familiares e pacientes portadores de câncer buscaram os veículos de comunicação para ora contestar a eficácia da fosfoetanolamina sintética – o nome científico da pílula –, ora para atestar sua eficiência. Leis foram criadas e, posteriormente, suspensas para a liberação de seu consumo pela população, o que gerou polêmicas e controvérsias científicas.

A saúde é um direito social garantido por lei no Brasil. De acordo com a Constituição Federal de 1988, essa prerrogativa - assim como educação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados – é direito de todos e dever do Estado, que deve garantir o seu acesso mediante políticas sociais e econômicas que “visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Os jornalistas, portanto, têm a premissa de se debruçar sobre essas questões, visando cobrar do Poder Público melhorias nesse campo para os cidadãos e também buscando trazer as novidades desenvolvidas pela ciência. Eles também desempenham o papel de agentes promotores da cidadania, uma vez que visam exemplificar os direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade.

Não é incomum que ocorrências de saúde pública sejam manchetes de jornais, revistas, sites de notícias e programas radiofônicos e televisivos. A saúde, afinal, faz parte da vida da população e por estar relacionado ao bem-estar humano costuma despertar interesses de diferentes públicos.

A fosfoetanolamina sintética foi uma dessas ocorrências. Desenvolvido na década de 1990, no Instituto de Química de São Carlos (IQSC), da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos (SP), o composto químico foi estudado de forma independente pelo professor doutor Gilberto Orivaldo Chierice.

Sua pesquisa, como informada em nota pela própria universidade¹, envolveu a metodologia de síntese da substância e contou com a participação de outras pessoas, inclusive indivíduos que não tinham vínculo com a instituição – ele e outros três pesquisadores detêm a patente do fármaco. Entre os anos de 1990 e 2015, no entanto, não foram documentados testes clínicos em seres humanos e, por isso, não foi concretizado o registro da fosfoetanolamina sintética na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que inviabilizou sua comercialização e distribuição no mercado farmacêutico brasileiro.

O fato de não ter registro na Anvisa, entretanto, não impediu que pacientes portadores de câncer fossem até os laboratórios do IQSC e recebessem as cápsulas do suposto medicamento para seu próprio consumo. Esses mesmos pacientes fizeram o uso da droga por anos e declararam a obtenção de resultados positivos, sobretudo, na Rede Mundial de Computadores.

Em 2014, a portaria nº 1.389/2014 do IQSC² proibiu a distribuição, não apenas da fosfoetanolamina sintética, mas de qualquer outra substância de caráter medicamentoso produzido pelo instituto que não cumpra as determinações descritas e impostas pela presente regra.

Com a nova medida, os pacientes que durante quase 20 anos tiveram livre acesso à substância se viram sem o composto e exigiram, por meio de medidas judiciais, que a universidade procedesse sua distribuição. Eles também recorreram aos veículos de comunicação da região para propagar os benefícios que a fosfoetanolamina sintética proporcionava para a saúde e para relatar sobre as consequências da determinação imposta pela USP.

¹ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Esclarecimentos à sociedade. Disponível em: <http://www5.iqsc.usp.br/esclarecimentos-a-sociedade>. Acesso em: jan. 2018.

² Idem. Portaria nº 1.389/2014. Disponível em: <http://www5.iqsc.usp.br/files/2015/09/Portaria-distribuicao-de-medicamentos.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

O *G1- São Carlos e Araraquara*, da *EPTV* – afiliada da *Rede Globo* – foi a primeira empresa de comunicação a cobrir o caso. Os repórteres do portal de notícias trabalharam extensivamente nesta questão desde o início, quando a população, de modo geral, não conhecia os efeitos da fosfoetanolamina sintética, até o começo dos testes clínicos promovido pelo Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), com o apoio do governo estadual.

Como o portal está localizado em São Carlos, seus jornalistas tiveram fácil acesso a documentos sobre a droga, ao docente responsável por sua elaboração e também aos pacientes. Em função disso, o site conseguiu influenciar demais veículos de comunicação do país e é considerado pioneiro na difusão de informações sobre a questão. Todos esses fatores, portanto, determinaram a seleção do site para este estudo.

O caso da fosfoetanolamina sintética, no entanto, apresenta algumas particularidades que justificam a devida atenção da mídia e, conseqüentemente, da sociedade. Entre os fatos que explicam sua noticiabilidade estão: composto químico desenvolvido por pesquisadores brasileiros em uma universidade pública de renome internacional; suas potencialidades terapêuticas no combate ao câncer, uma enfermidade que ainda não apresenta cura para todos os seus tipos; sua distribuição de forma irregular aos pacientes portadores de câncer, uma vez que não apresentava registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o alto número de processos judiciais envolvendo a USP; o despertar da esperança de uma possível cura do câncer produzida em território brasileiro; e os conflitos de interesses de diversos atores sociais; entre outros.

Todas essas características, somadas ao pioneirismo do *G1 – São Carlos e Araraquara*, dão um caráter único ao caso, o que fundamenta a escolha desta pesquisadora por estudar, justamente, essa cobertura jornalística sobre um assunto de saúde pública.

Esta pesquisa parte das seguintes perguntas: como uma substância, que tinha como premissa curar todos os tipos de câncer, foi desenvolvida por uma universidade pública brasileira por 20 anos e não chegou ao conhecimento do público em geral? Por que ela só foi divulgada em 2015? Sabe-se que os estudos sobre a fosfoetanolamina sintética se iniciaram na década de 1990 e centenas de pacientes recorreram aos laboratórios da USP para se utilizar da “pílula do câncer”, então, por que não levaram esse assunto à mídia? Será que existiam interesses “escusos” por

detrás desse silêncio? E por que a cobertura promovida pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre o tema mudou de direção meses após o seu início? O que motivou esse movimento? Quais fatores levaram um fato local ganhar repercussão nacional? E, por fim, quais razões levaram um fato científico se transformar em fato midiático?

Diante disso, este trabalho teve como finalidade analisar as notícias veiculadas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* – portal de notícias vinculado à *Rede Globo* – sobre a cobertura da fosfoetanolamina sintética, tomando como referência o período de agosto de 2015 a julho de 2016.

O objetivo foi compreender as estratégias jornalísticas na produção de notícias por meio do caso em questão, que ultrapassou as fronteiras regionais, influenciou outros veículos de comunicação e promoveu a discussão de temas relacionados à saúde em diversos âmbitos da sociedade, além de dividir a opinião da população sobre a eficácia do composto químico no tratamento de diferentes tipos de câncer. O estudo também buscou analisar os possíveis interesses do portal regional que estão por detrás do conteúdo transmitido ao público.

Optou-se por esse marco temporal, pois compreendeu-se ser o período de maior discussão da substância na mídia e na sociedade, além de ser considerado o primeiro momento da cobertura da “pílula do câncer” pelos meios de comunicação. Para sintetizar, os objetivos gerais e específicos da pesquisa foram:

Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as estratégias jornalísticas da produção de notícias pela mídia on-line por meio de um estudo de caso da cobertura sobre a fosfoetanolamina sintética feita pelo portal *G1 - São Carlos e Araraquara*.

Objetivos específicos

- 1) Identificar os elementos que constituem o debate promovido pelo veículo sobre o caso na sociedade, por meio da análise de reportagens do portal que abordam a fosfoetanolamina sintética;
- 2) Compreender a questão da “pílula do câncer” e a influência gerada pelo site em outros veículos de comunicação durante a cobertura;

3) Verificar os interesses que estão por detrás das notícias e seus impactos para a saúde pública e a construção da cidadania.

Esta pesquisa buscou trazer como contribuição a importância da reflexão sobre questões relacionadas à saúde pública, como o câncer, que é uma doença que apresenta alta mortalidade e cuja cura para alguns de seus tipos ainda não foi descoberta/desenvolvida.

Para compreender como essa enfermidade é retratada pelos veículos de comunicação brasileiros, optou-se por um estudo de caso, pois partiu-se da premissa de ser relevante entender como os problemas de saúde são exibidos aos governantes e à sociedade. Esse tipo de pesquisa também permitiu verificar os interesses dos “donos da mídia”, que existem por detrás de toda e qualquer cobertura.

O tema desta pesquisa trabalhou a repercussão gerada pelo caso da fosfoetanolamina sintética, também chamada de “pílula do câncer”, e de como que a mídia on-line se utilizou dessa questão para fomentar o debate sobre o assunto na sociedade, desencadeando discussões sobre o estado da saúde pública no país, sobre pesquisas científicas relativas ao câncer, sobre os avanços da medicina e dos interesses existentes na cobertura jornalística, seja da empresa ou do profissional que está trabalhando com o fato. A investigação também buscou abarcar como um portal regional pode influenciar os demais com o seu conteúdo.

Este trabalho se justifica pela necessidade de analisar as estratégias jornalísticas da produção de notícia para a construção de um debate na sociedade sobre tópicos que possuem grande relevância e de como a mídia pode mobilizar determinados setores da comunidade onde está localizada.

O *G1 – São Carlos e Araraquara* está inserido na Rede Mundial de Computadores, por isso se fez necessário entender o contexto e o papel desempenhado pelos novos meios de comunicação e como as relações sociais são pautadas através da mídia. Para isso, foram utilizadas teorias sobre produção jornalística, jornalismo on-line, mediação e midiatização, além do conceito de opinião pública, com o intuito de verificar a influência que o portal de notícias teve em outros veículos de comunicação.

O estudo teve como uma das metodologias empregadas a análise de conteúdo (BARDIN, 2016). O material delimitado foi decodificado e classificado em seis categorias: (1) O câncer e a saúde pública no Brasil; (2) Opinião pública fomentada pela mídia; (3) Construção da imagem de Gilberto Chierice; (4) Interesses sociais,

econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética; (5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde; e (6) Influência do portal regional. No total, foram analisadas 48 reportagens do *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre a fosfoetanolamina sintética durante o período de agosto de 2015 a julho de 2016. Optou-se por esse marco temporal, pois compreende-se ser o momento de maior discussão do composto químico na sociedade, além de se constituir em um primeiro momento da cobertura da pílula pelos meios de comunicação.

Para verificar os possíveis interesses do portal que estão por detrás do conteúdo veiculado foram realizadas entrevistas com três jornalistas do site que participaram ativamente da cobertura durante o marco temporal estipulado por este estudo, quatro pesquisadores envolvidos na pesquisa sobre a substância e o ex-advogado de Gilberto Chierice – o docente foi contatado inúmeras vezes, mas ele não quis conceder entrevista sobre o assunto. Nesta etapa, a metodologia empregada foi a entrevista em profundidade (DUARTE; BARROS, 2011).

A dissertação “O ‘milagre’ da pílula: os efeitos da mídia na opinião pública sobre o caso da fosfoetanolamina sintética” está dividida em quatro partes. No primeiro capítulo, foi abordado o modo de fazer jornalismo, bem como a estruturação do jornalismo científico e a área da saúde pública no Brasil. Michael Schudson (2002; 2003; 2010), Walter Lippmann (2008) e Nelson Traquina (2005) foram os principais autores utilizados para compreender a forma de se fazer jornalismo no país, que se assemelha ao *modus operandi* americano. Em relação ao jornalismo científico, foi utilizada a autora Fabíola de Oliveira (2012), que contextualiza esse segmento e dá diretrizes de como atuam os profissionais dessa área. Dados do Ministério da Saúde dão um panorama sobre como funciona o Sistema Único de Saúde, bem como a saúde pública no Brasil, além de fornecerem um retrato sobre o câncer.

O segundo capítulo oferece uma linha do tempo sobre a fosfoetanolamina sintética, com detalhes históricos para contextualizar o leitor durante as diversas fases desse caso. É neste ponto que nos debruçamos sobre as terapêuticas aplicadas ao câncer durante a história da humanidade, com o intuito de entendermos o porquê a descoberta de um possível medicamento para a cura desta doença é tão importante para a ciência e para a sociedade. Dois pesquisadores foram fundamentais para a construção dessa etapa: são eles, Siddhartha Mukherjee (2012) e Elder Messoria (2017).

A fundamentação teórica e metodológica desta dissertação está inserida no capítulo 3, que está subdividido em cinco partes. Na primeira, os autores Amorim (2012), Martino (2015), Fausto Neto (2009; 2010) e Braga (2006; 2012) dão aporte teórico para a discussão sobre a sociedade midiaticizada. Para entender a lógica da midiaticização, no entanto, foi preciso recorrer à teoria das mediações, que é abordada na segunda parte, com o auxílio dos autores Martín-Barbero (2009), Sodré (2002) e Hjavard (2013). O conceito de jornalismo praticado nos meios digitais é debatido na terceira parte, por meio dos autores Amorim (2012), Sodré (2012) e Martino (2015). O termo opini  pública é discutido na quarta parte, com as sustentac es teóricas de, sobretudo, Schudson (2010), Lippmann (2008) e Charaudeau (2015). E, por fim, foram apresentadas as metodologias utilizadas neste estudo, que foram a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) e a entrevista de profundidade (DUARTE, 2017).

O último capítulo apresenta a análise das 48 reportagens do *G1 – São Carlos e Araraquara* e das entrevistas realizadas com os pesquisadores, jornalistas e personalidades envolvidas no caso. Nele, foi possível comprovar que o portal de notícias, de fato, influenciou demais veículos de comunicação e a opini  pública, por meio de seus conteúdos. O caso, portanto, ultrapassou os limites geográficos de São Carlos e acabou gerando conflitos e interesses de diversos segmentos da sociedade. Os pacientes portadores de câncer e seus familiares viram no site uma maneira de conseguirem exercer sua cidadania, pois, por meio dele, cobravam as autoridades políticas e científicas brasileiras para a liberação e distribuição do composto químico. Com o *G1 – São Carlos e Araraquara*, a fosfoetanolamina sintética passou de fato científico para fato midiático; de substância conhecida regionalmente para reconhecida nacionalmente; do laboratório do IQSC/USP passou a ser discutida no Congresso Nacional; de suposto medicamento virou o “milagre” da cura do câncer.

1. MÍDIA E SAÚDE PÚBLICA

O modo de fazer jornalismo sofreu diversas mudanças desde os seus primórdios, quando ainda era instrumento para os interesses econômicos da burguesia europeia do século XVII. Se no início, o fazer jornalístico buscava atender aos anseios econômicos dessa classe social, posteriormente passou a ser uma “tribuna para seus pontos de vistas políticos e ideológicos” (IJUIM, 2014, p. 2) quando eles buscaram conquistar cargos políticos dentro dos palácios. Ou seja, de “veículo de divulgação de informações úteis à mesocracia, passou, então, a ser meio de difusão de ideias e ideais dessa burguesia em ascensão” (ibidem). Embora esse preceito seja válido, não é possível negar que a mídia teve, e ainda tem, papel vital na democracia e nos assuntos de cunho popular.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, o modo artesanal de fazer notícias deixou de ser o mais “indicado”. Novos métodos e processos fabris desenvolvidos pela indústria da época permitiram que os jornais tivessem maiores tiragens e que a periodicidade fosse mais curta. Foi nesse mesmo período (século XIX) que a formação de profissionais especializados se tornou necessária, o que permitiu maior rapidez na produção de conteúdos, algo que a demanda do público e do mercado determinava.

Ijuim (2014) explica que essa padronização, ao mesmo tempo que oferecia regularidade ao material publicado e disponibilizado ao público, também colocava em risco sua densidade e a necessária contextualização. Schudson (2010) acrescenta que o jornalismo dos anos 1830 em diante possuía uma crescente ênfase na obtenção dos fatos - algo que é semelhante ao praticado nos dias atuais. “Todavia, no jornalismo, como em outras áreas, a concepção de uma investigação empírica acerca da sociedade humana não triunfou subitamente” (idem, p. 95).

O autor relata que a reportagem é uma criação do final do século XIX, mas uma invenção de dois lados:

(...) o surgimento da nova atividade se contrapôs à industrialização do jornal. E, embora houvesse muita coisa a unir a ideologia dos repórteres, havia outro tanto a dividir a identidade dos jornais para os quais eles trabalhavam. (idem, p. 107).

Para ele, as notícias buscam criar experiências de satisfação estética para os leitores, algo que os ajude, de certa forma, a interpretar suas vidas e relacioná-las

com as situações vivenciadas pela nação, cidade ou classe social e econômica que pertencem. É por isso que, “sob este ponto de vista, o jornal age como um guia para a vida, não tanto por fornecer fatos, mas por selecioná-los e enquadrá-los” (SCHUDSON, 2010, p. 108).

O ideal informativo do jornalismo, portanto, está vinculado à justiça, objetividade e a necessidade de “servir” à comunidade em que o veículo de comunicação está inserido. Ijuim (2014) afirma que é nessa fase que os princípios fundamentais dessa práxis são estabelecidos, tais como a notícia como objeto central, a busca incessante pelo furo, impessoalidade, noção de serviço público e a busca incansável pela verdade.

A noção de que os meios de comunicação estão à serviço da população é, no entanto, alvo de críticas de vários teóricos da área. Lippmann (2008), por exemplo, alega que a imprensa busca conquistar a atenção do público para vendê-la aos anunciantes, o que contraria a ideia de que a mídia disponibiliza informação privilegiada e relevante aos indivíduos ou que está à serviço da população.

O pensamento defendido pelo autor vai ao encontro ao exposto por Schudson (2010), que cita que “os jornais são diretamente dependentes das forças de mercado. Eles apelam diretamente para a opinião popular” (p. 19). Isso explica porque a noção de objetividade no jornalismo parece anômala, ou seja, que foge das regras preconizadas, por exemplo, pela área do direito. Ele distingue as concepções de fatos e valores:

(...) a crença na objetividade é apenas isto: a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores. Fatos, nesta perspectiva, são declarações sobre o mundo abertas a uma validação independente. Eles se colocam além das influências distorcedoras de quaisquer preferências pessoais. E os valores, nesta perspectiva, são as predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo; em última análise, eles são vistos como subjetivos e, portanto, sem sustentação legítima sobre outras pessoas. A crença na objetividade é uma confiança nos “fatos”, uma desconfiança nos “valores”, e um compromisso com a segregação de ambos. (idem, p. 16).

O pesquisador reforça que essa divisão não era compreendida e aprovada pelos jornalistas nas primeiras décadas do século XX. Depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com as experiências das propagandas de guerra e as relações públicas, esses profissionais se convenceram de que o mundo que reportavam era algo que os partidos políticos, que financiavam essas empresas, tinham construído para que a imprensa relatasse à população.

O modelo de jornalismo adotado no Brasil se assemelha ao praticado pelos norte-americanos, por isso, diversos conceitos como a objetividade estão intrínsecos ao fazer jornalístico e ao conteúdo veiculado pelos diferentes veículos de comunicação existentes no país. Essa visão, afinal, faz parte dos preceitos defendidos pelos trabalhadores da área que atuam nos Estados Unidos.

Traquina (2005) explica que os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias e, por consequência, na concepção da realidade. Na confecção de reportagens, por exemplo, esses profissionais levam seus anseios, medos e expectativas para o texto, áudio, vídeo e/ou foto. É por meio do seu olhar que o público poderá compreender a sociedade e os acontecimentos que ocorrem dentro dela.

Esses trabalhadores, no entanto, têm dificuldades de explicar a definição de notícia, pois é como se eles tivessem um “poder sagrado” para saber o que deverá entrar ou não na pauta do jornal do dia seguinte. Traquina (2005), por isso, desenvolve o conceito de valor-notícia, que seria uma espécie de referência utilizada para facilitar a complexa e rápida elaboração das notícias.

Os profissionais da área jornalística usam esses critérios para selecionar - mesmo que de forma inconsciente - os acontecimentos do mundo real e para construir histórias que contam a realidade em que estão inseridos.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. (...) os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia”. (idem, p. 63).

Traquina (2005) distingue os valores-notícia em duas categorias: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. O acadêmico italiano Mauro Wolf (1999) aponta que esses critérios estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, ou seja, desde o procedimento de seleção dos acontecimentos até sua elaboração (construção da notícia).

Os valores-notícia de seleção são morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração, disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso - quando os acontecimentos estão em concorrência com outros acontecimentos. Os de

construção, por outro lado, são simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Embora os valores-notícia façam parte da cultura jornalística e sejam partilhados por todos os membros dessa comunidade interpretativa, a política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos por diversas formas. (TRAQUINA, 2005, p. 93).

Todos os temas e assuntos que permeiam a vida humana são, de uma forma ou de outra, categorizados por esses critérios antes de chegar ao público pela mídia. Acontecimentos nas áreas da educação, cultura, saúde, política, meio ambiente, bem-estar social e esportes, entre outros, somente ganham notoriedade após passarem por esse filtro, mesmo que essa ação seja feita de forma involuntária pelos profissionais de comunicação.

Embora a mídia exerça o poder de influenciar os tópicos que serão discutidos pela população, há teóricos que defendem que a sociedade também induz os veículos de comunicação nesse processo. Braga (2006) afirma que:

A sociedade se organiza para tratar a própria mídia, desenvolvendo dispositivos sociais, com diferentes graus de institucionalização, que dão consistência, perfil e continuidade a determinados modos de tratamento, disponibilizando e fazendo circular esses modos no contexto social. A própria interação com o produto circula, faz rever, gera processos interpretativos. (p. 36).

Diante desse pensamento, é possível presumir que os usuários da mídia não são tão passivos como previa a Teoria da Informação³. Em *A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática* (2006), Braga contrapõe a visão informacional (unidirecional) da comunicação, pois, para ele, há uma posição decididamente comunicacional. Neste ponto de vista, a sociedade age e produz desde as primeiras interações midiáticas - e não apenas com a chegada das redes informatizadas.

Os veículos de comunicação, portanto, oferecem conteúdos para que o público possa absorver, compreender e, de certa forma, difundir esses assuntos na comunidade onde está inserido. Os usuários de mídia, em contrapartida, recebem

³ A **Teoria da Informação**, segundo Mauro Wolf (1999), é centrada em uma visão mais objetiva da comunicação. É baseada em um modelo linear de emissor-receptor, cujo objetivo é oferecer o máximo de informação com o mínimo de distorção e máxima economia de tempo e energia.

esses temas, analisam e interagem com esses dispositivos, seja sugerindo novas pautas, comentando nas notícias, promovendo debates ou, até mesmo, rejeitando esses tópicos por meio de críticas e o não consumo desses produtos midiáticos.

A superação do modelo informacional fica evidente quando Braga (2006) afirma:

(...) possibilidade de resistência (baseada em mediações culturais extramidiáticas) do “receptor”. Mas, se o “receptor” resiste, isso não significa necessariamente que faça melhores interpretações, os melhores usos. (p. 61).

O pesquisador reforça que é necessário o desenvolvimento de competências no usuário para que ele possa interagir com a mídia de forma crítica – ou seja, educação midiática ou educação para as mídias. Entre os processos estão a forma de selecionar os produtos que irão consumir, ensiná-los como interpretar esses conteúdos e a necessidade de educá-los para que desenvolvam uma autonomia interpretativa.

Em seu livro, ele garante que o Brasil ainda não dispõe de um aparato de resposta muito desenvolvido, uma vez que existe uma diferente distribuição de acesso à bens culturais, a população apresenta baixa escolaridade e há disparidade econômica e social, além da distribuição irregular de renda.

Olinda do Carmo Luiz (2004) vai além desse pensamento ao defender que o papel educativo dos meios de comunicação não é intrínseco, uma vez que sua missão é informar e vender informações. Quando se aborda a questão da divulgação científica, por exemplo, a autora ressalta que a mídia busca transformar a ciência em um tema de interesse popular, diferentemente do que é feito com a educação formal, que toma os assuntos científicos para transmitir conhecimento. “Embora a educação não seja a função primária da mídia, ela muitas vezes acaba educando e constantemente ‘deseduca’” (idem, p. 12).

Entre os assuntos que são abordados diariamente pelos meios de difusão de informação estão os tópicos relacionados à saúde. Seja pelo advento de novos tratamentos, surgimentos de doenças, cura de antigas enfermidades ou, até mesmo, o desenvolvimento de vacinas, esse item ocupa grande destaque nos meios de comunicação, principalmente porque faz parte da vida de qualquer ser humano o cuidado com o próprio bem-estar e com o do próximo, seja de seus familiares, amigos e/ou terceiros.

O jornalismo científico é a especialização da profissão jornalística responsável por cuidar desses assuntos. Para Oliveira (2012), esse ramo “(...) não se restringe à

cobertura de assuntos específicos de C & T, mas o conhecimento científico pode ser utilizado para melhor compreender qualquer aspecto, fato ou acontecimento de interesse jornalístico” (p. 47).

A pesquisadora acredita que o acesso às informações sobre ciência e tecnologia (C & T) é fundamental para o exercício pleno da cidadania e, por conseguinte, para o estabelecimento de uma democracia participativa, em que a população tenha condições de intervir e opinar, com conhecimento, em decisões e ações políticas ligadas ao segmento de C & T.

A divulgação científica aproxima o cidadão comum dos benefícios que ele tem o direito de reivindicar para a melhoria do bem-estar social. Ela pode contribuir também para a visão mais clara da realidade ao contrapor-se aos aspectos característicos e crenças que impedem as pessoas de localizar com clareza as verdadeiras causas e os efeitos dos problemas que enfrentam na vida cotidiana. (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

A consequência mais grave da falta de educação e de informação, de acordo com a autora, é a incapacidade dos cidadãos de poder opinar ou decidir sobre coisas que podem afetar, direta ou indiretamente, a vida individual, comunitária e até de toda uma nação. O jornalismo científico pode ter a função, portanto, de ser um agente facilitador na construção da cidadania.

Di Giulio e Figueiredo (2006) também abordam essa questão quando analisam o papel do jornalista científico. Para eles, esse profissional deve fazer uma discussão mais ampla sobre questões éticas e os benefícios sociais das aplicações do conhecimento, ou seja, eles devem deixar de apenas contextualizar o que acontece na sociedade e divulgar o resultado de pesquisas

Por sua relevância e pelo impacto que ocasiona no cotidiano das pessoas, é necessário compreender como os veículos de comunicação retratam questões relacionadas à saúde pública, bem como a sociedade recebe esse material, discute, interpreta-os e retroalimenta esse sistema desenvolvido entre ela e a mídia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) - agência especializada das Nações Unidas, que tem como foco lidar com questões relativas à saúde global - define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade (OMS, 2014, p. 2).

Pereira Júnior (2001) trabalha, por outro lado, com o conceito de saúde pública preconizado por Winslow (1949, p.18) que a entende como:

(...) a ciência e a arte de evitar a doença. Prolongar a vida, promover a saúde física e mental e a eficácia do indivíduo pressupõem a soma dos esforços organizados pela comunidade, visando o saneamento do meio, com o controle das infecções comunitárias, além da educação direcionada aos princípios de higiene pessoal. A organização de serviços médicos e de enfermagem para diagnóstico precoce e o tratamento da doença, bem como o desenvolvimento dos mecanismos sociais assegurarão, a cada pessoa, o padrão de vida adequado para a manutenção da saúde. (PEREIRA JÚNIOR, 2001, p. 436).

Lechopier (2015) afirma que essa área - assim como a medicina e outras ciências práticas - “situa-se na intersecção entre a produção do conhecimento e o engajamento na ação” (p. 209). Para ele, “(...) a saúde pública pode ser caracterizada (1) como um campo propício à aplicação de políticas públicas; (2) como um conjunto especial de disciplinas científicas; e (3) como um projeto antropológico” (ibidem).

Nesta pesquisa, no entanto, o foco se deu em apenas dois dos três âmbitos defendidos pelo autor: campo propício à aplicação de políticas públicas e projeto antropológico, uma vez que o intuito é compreender o papel da mídia na promoção da opinião pública sobre a temática.

O pesquisador retoma os objetivos de saúde pública, que também foram defendidos por Winslow (1920 apud LECHOPIER, 2015, p. 209), que são:

Prevenir doenças, prolongar a vida e promover a saúde: (1) a sanitização do ambiente; (2) o controle das infecções transmissíveis; (3) a educação individual da higiene pessoal; (4) a organização de serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo das doenças; (5) construir a maquinaria social para assegurar a todos um padrão de vida adequado para a manutenção da saúde. (ibidem).

O último item foca na dimensão política e social que a saúde pública desempenha na sociedade, embora, grande parte desses esforços fiquem concentrados nos governos federais, estaduais e municipais. Os governantes são responsáveis, sobretudo, pelo monitoramento dos dispositivos de saúde disponíveis para a população e na criação de ferramentas para aperfeiçoar essas mesmas unidades.

Na terceira década do século XX, os profissionais de saúde pública tinham como orientação o modelo higienista, que promovia campanhas de educação sanitária para a prevenção de doenças, programas de vacinação e ações de educação em saúde, entre outros.

A consolidação das organizações internacionais de saúde, de acordo com Lechopier (2015), propiciou a criação de políticas coordenadas de saúde pública. Dessa forma, campanhas internacionais foram organizadas nos anos 1960.

Elas geralmente adotavam abordagens de cima para baixo (*top-down*), dirigidas principalmente para a erradicação de doenças particulares. Essas abordagens obtiveram sucesso - a varíola foi declarada erradicada em 1979 -, mas também apresentaram limites. Na saúde pública, a procura pela intervenção simples e sempre eficaz, “a bala mágica” (*“magic bullet”*), não se mostrou bem-sucedida para muitos problemas de saúde pública. Na maioria das vezes, mesmo quando uma vacina é biologicamente ativa e permitiria erradicar uma doença, sua eficácia repousa sobre todo um conjunto de condições sociais. Foi em particular com a epidemia de Aids, a qual tornou necessária levar em conta os determinantes sociais, que a saúde pública reconheceu seu lado social. (idem, p. 210).

O pesquisador complementa que a partir da década de 1980 foram elaboradas novas políticas de saúde pública que, ao invés de usarem a abordagem *top-down*, utilizaram o tratamento de “baixo para cima” (*bottom-up*), que tinha como principais características serem mais participativas e interdisciplinares. Com esse novo princípio, o foco passou a ser o sistema de saúde, que no Brasil é conhecido, sobretudo, por ser um sistema universal - o Sistema Único de Saúde (SUS)⁴.

Embora a proposta de um dispositivo que garanta acesso à saúde para toda a população, independentemente de sua posição social ou de suas condições econômicas, seja de grande valia, o SUS apresenta problemas desde a sua criação. Grandes filas para o atendimento, falta de medicamentos e profissionais (médicos, enfermeiros e técnicos, entre outros), atendimento e condições de assistência deficitárias aos pacientes são apenas algumas das situações vivenciadas diariamente pelos usuários desde a sua concepção.

A mídia, em sua essência, tende a ser um veículo de denúncia social e, por isso, grande parte dessas situações são retratadas pelos jornalistas como formas de cobrar melhorias dos governantes para o SUS. Os veículos de comunicação também servem

⁴ O Sistema Único de Saúde foi criado pela Constituição Federal de 1988 e, de acordo com a Lei nº 8.080/90, tem como definição ser um conjunto de ações e serviços de saúde, prestado por órgãos e instituições públicas federais, municipais e estaduais, da administração direta e indireta das fundações mantidas pelo Poder Público. BRASIL. Lei nº 8.080/90. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 12 jun. 2018.

de espaço para disponibilizar informações úteis sobre saúde, como o avanço de tratamentos, criação de novas vacinas e medicamentos ou a erradicação de determinada enfermidade. É, por meio desses canais, que a população descobre que a ciência está progredindo nesse campo, algo que é tão importante para a vida humana.

Carvalho (2001) pesquisa o papel de fiscalização do cidadão nos serviços públicos de saúde para aprimorar seu funcionamento. Segundo ele, é preciso que haja educação e informação para que seja executada uma mobilização da comunidade nessa área. O indivíduo precisa ser capaz de compreender como funciona o sistema de saúde para que, conseqüentemente, possa cobrar melhorias dos governantes e também aproveitar os dispositivos disponíveis para seu atendimento.

Bueno (2001) complementa a tese de que o investimento em educação para a saúde representa um vetor importante na prevenção de doenças e no estabelecimento de políticas públicas que respondam aos diferentes segmentos da população, principalmente aos menos economicamente favorecidos.

As editorias de ciência e saúde, assim como as demais seções, seguem as diretrizes editoriais da empresa jornalística, ou seja, são sujeitas às forças de mercado. O autor explica que a matéria-prima para o processo de comunicação em saúde é composta por dados, informações e conhecimentos que se constituem em uma mercadoria valiosa. Por esse motivo é possível afirmar que a fonte não é sempre isenta e empreende esforços mercadológicos ou pessoais, nem sempre éticos ou transparentes, para divulgar na mídia aquilo que a empresa jornalística tenha maior interesse ou para impedir que determinados conhecimentos ou notícias cheguem à opinião pública - sobretudo se contrariam seus interesses. Luiz (2004) apoia essa afirmação ao ressaltar que:

A mídia também possibilita o debate sobre questões polêmicas - aborto seletivo, clonagem de embriões, pesquisas com células-tronco, transgênicos, etc. -, já que tem responsabilidade ética, mas principalmente porque esses assuntos têm apelo popular e garantem a audiência. Não se pode esperar que os meios de comunicação divulguem ciência por razões altruístas. O assunto tem que ter a capacidade de despertar o interesse, manter a atenção e ser bem entendido pelo público. (idem, p. 12).

Para a produção de conteúdo na área científica, entre eles questões relacionadas à saúde, a autora afirma que o jornalista interpreta o discurso científico vindo de especialistas da área e produz um novo texto, de acordo com as normas preconizadas

pelo segmento comunicacional - e também pelo veículo em que está inserido. Dessa forma, há a criação de um novo movimento de interpretação do mesmo assunto ao ser lido pelo público.

A dinâmica proporcionada durante a elaboração de notícias sobre ciência, no entanto, não é amplamente “bem-vista”, sobretudo, pela classe científica, uma vez que, na tentativa de reinterpretar os dados para repassá-los ao público-leitor, o jornalista desloca determinados sentidos ditos pelos especialistas que podem comprometer a informação ou, até mesmo, alterar a forma com que o objeto será recebido pela população.

A simplificação do discurso científico para divulgação nos meios de comunicação produz lacunas e enfatiza particularidades transformadas em afirmações universais. Oliveira (1995) afirma que a tecnologia e a ciência - e em especial no campo da saúde - são mitificadas, transformadas em “promessa miraculosa” - capazes de resolver todos os problemas humanos e indicar formas de cuidar do corpo e enfrentar doenças. Ao mesmo tempo, o autor aponta que muitas vezes essa mitificação se coaduna com interesses comerciais do complexo industrial e farmacêutico relacionado com a saúde. (LUIZ, 2004, p. 12-13).

As diretrizes do SUS também vão na contramão das ações desenvolvidas pela área da comunicação no âmbito da saúde. O Sistema Único de Saúde brasileiro tem o intuito de promover a descentralização dos serviços em diferentes níveis de gestão e fomentar a participação da sociedade. O eixo temático da Comunicação, Informação e Saúde nas Conferências Nacionais de Saúde discutem a noção de direito à comunicação, buscando propostas para a construção de políticas públicas por gestores, profissionais e a população. Propostas de comunicação transversais, regionalizadas e participativas são apresentadas, porém, as ações institucionais e as empreendidas pela mídia ainda não refletem esses pressupostos.

As práticas hegemônicas de comunicação e informação (...) se dão majoritariamente no âmbito do acesso à informação. As estratégias oficiais costumam se restringir a informações normativas, que chegam à população pelos meios de comunicação de massa, material impresso ou eletrônico, e visam mudanças nos comportamentos individuais. O modelo costuma ser unidirecional, com produção centralizada no governo federal. As ações desenvolvidas nessa área contrastam com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), que buscam promover a descentralização das ações e serviços em diferentes níveis de gestão e a participação da sociedade. (PINHEIRO; LOFÊGO, 2012, p. 2).

As pesquisadoras reforçam que durante a elaboração e implementação das políticas públicas de saúde é preciso considerar a informação e a comunicação não apenas como insumos e instrumentos pontuais, mas como “processos que podem promover a cidadania ao potencializar espaços de diálogo e participação de diferentes atores envolvidos na promoção do cuidado em saúde” (PINHEIRO; LOFÊGO, 2012, p. 8).

Nesse ponto de vista, a mídia é vista além do aspecto de apenas difusora de informações. Os veículos de comunicação seriam instrumentos promotores de cidadania e de participação social, em que os indivíduos poderiam utilizar-se para validar seus direitos no âmbito da saúde pública.

Pinheiro e Lofêgo (2012) acreditam que a perspectiva do direito à comunicação precisa ser ampliada na gestão e nos serviços de saúde, sobretudo na formação de profissionais da área, mas também nos cursos de comunicação social - em suas diferentes habilitações - e direito, em que as disciplinas são focadas principalmente nos aspectos legais.

Entre os intuitos a serem trabalhados nesta pesquisa está, justamente, a verificação de como essa participação da população em assuntos relativos à saúde é compreendida pela mídia, especialmente quando o assunto é o câncer, doença que ainda não apresenta cura para os seus mais diferentes tipos e que levanta discussões na esfera da opinião pública.

1.1 Retrato do câncer no Brasil

O termo câncer apareceu pela primeira vez na literatura médica em 400 a. C., de acordo com Siddhartha Mukherjee (2012). *Karkinos*, palavra grega que significa “caranguejo”, foi utilizada para caracterizar a patologia, uma vez que o tumor, com seus vasos sanguíneos inchados à sua volta, fez com que Hipócrates - considerado o “Pai da Medicina” - a comparasse com um caranguejo enterrado na areia com as patas abertas em forma de círculo.

Mukherjee (2012) apresenta em seu livro *O Imperador de Todos os Males - Uma Biografia do Câncer* diversas definições sobre o que seria, de fato, o câncer. Entre elas, está a explicação de que a enfermidade é “causada pelo crescimento descontrolado de uma única célula. Esse crescimento é deflagrado por mutações -

mudanças no DNA que afetam especificamente os genes estimuladores do crescimento ilimitado das células” (MUKHERJEE, 2012, p. 22).

Embora seja considerado um mal dos séculos XX e XXI, o carcinoma é uma enfermidade antiga, com registros de mais de 2 mil anos. O oncologista indiano cita que um papiro do século VII a.C., encontrado em Luxor, no Egito, traz a transcrição dos ensinamentos de Imhotep - médico egípcio que viveu em torno de 2.625 a. C. -, que mostra pela primeira vez a patologia como uma doença distinta. O caso de “uma massa saliente no peito” era acompanhado de uma discussão sobre os tratamentos, mesmo que fossem paliativos. Depois dessa descrição, no entanto, o “câncer praticamente desapareceu da história da medicina antiga” (idem, p. 61).

Informações sobre o carcinoma só foram encontrados dois milênios depois, com os escritos do historiador grego Heródoto de 440 a. C., que abordavam “o caso de Atossa, rainha da Pérsia, que foi subitamente acometida de uma doença incomum” (idem, p. 62).

Heródoto e Imhotep apontam para ocorrências que, de acordo com Mukherjee (2012), poderiam ser neoplasias, bem como abscessos, úlceras, verrugas ou outros sinais de nascença que não necessariamente se configurariam em câncer. Para o pesquisador, os únicos casos inegáveis da doença na história são aqueles em que o tecido maligno foi preservado, sendo que o registro mais antigo que se tem notícia foi encontrado em um cemitério de mil anos, em uma remota e arenosa planície da ponta meridional do Peru, na América do Sul.

Em 1990, um desses grandes e ressequidos cemitérios contendo cerca de 140 corpos chamou a atenção de Arthur Aufderheide, professor da Universidade de Minnesota, em Duluth. Aufderheide é formado em patologia, mas sua especialidade é paleopatologia, estudo de espécimes antigos. (...) No sítio arqueológico dos Chiribaya, Aufderheide montou uma mesa de dissecação improvisada e realizou 140 autópsias ao longo de algumas semanas. Um dos corpos propiciou uma descoberta extraordinária. A múmia era de uma jovem, de trinta e poucos anos, que estava sentada, com os dedos recurvados, numa cova rasa de barro. Quando Aufderheide a examinou, seus dedos apalpam uma dura “massa bulbosa” no antebraço esquerdo. As finas dobras de pele, notavelmente preservadas, cederam à pressão dessa massa, que estava intacta e cravada de espículos de osso. Tratava-se, sem dúvida alguma, de um tumor ósseo maligno, um osteossarcoma, um câncer mumificado de mil anos. (idem, p. 63-64).

Embora neoplasias não sejam doenças novas na história da medicina, o seu diagnóstico, tratamento e, possivelmente, cura ainda apresentam desafios para a área científica no século XXI. No Brasil, essa premissa não é diferente, com políticas e

instituições especializadas no combate à patologia. As preocupações do poder público com o câncer, no entanto, surgiram apenas há cerca de cem anos.

Enquanto nas duas primeiras décadas do século XX, as endemias ocupavam a atenção das políticas brasileiras de saúde, o câncer representava preocupação aos governantes de países desenvolvidos, principalmente por registrar altas taxas de mortalidade. Com o número de casos crescendo nos Estados Unidos e nas nações europeias, o governo de Epitácio Pessoa determinou em 1920 a inclusão de “propostas para uma política anticâncer na legislação sanitária brasileira” (INCA, 2006, p. 12).

Por meio do Decreto nº 14.354, proposto por Carlos Chagas, foi possível obter dados consistentes para o primeiro plano anticâncer brasileiro, que foi apresentado pelo obstetra Fernando Magalhães no 1º Congresso Nacional dos Práticos, realizado em setembro de 1922. Ele apontou, por meio de suas constatações em operários, a relação existente entre câncer e substâncias como alcatrão, resinas, parafinas e anilinas. Foi graças a esse evento, que o câncer ganhou destaque dentre os problemas de saúde pública.

Não foi somente em âmbito nacional que o combate à neoplasia recebeu atenção do poder público. Messoria (2017) traz a informação de que as primeiras instituições especializadas no tratamento de câncer, bem como ações públicas direcionadas à doença, surgiram no Estado de São Paulo no primeiro quarteto do século XX.

Embora o avanço da medicina proporcionasse novas tecnologias para o combate ao câncer, foi somente na década de 1930 que o Governo Provisório iniciou a construção de um consistente aparato hospitalar para o tratamento e estudo do câncer.

Em 1937, Getúlio Vargas assina o decreto-lei nº 378 criando o Centro de Cancerologia no Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, embrião do Instituto Nacional do Câncer, que seria inaugurado no ano seguinte pelo próprio Getúlio Vargas e Mario Kroeff, já no período do Estado Novo. (idem, p. 13).

O projeto anticâncer, no entanto, só ganhou status nacional em 23 de setembro de 1941 quando foi criado o Serviço Nacional de Câncer (SNC), que tinha como objetivo organizar, orientar e controlar a campanha contra a doença em todo o país. O órgão era responsável por coordenar ações em estados e municípios, além de incentivar a criação de organizações privadas.

Em 1943, o termo saúde ganhou uma nova definição pela recém-fundada OMS, passando a ser considerado como o completo bem-estar físico, social e mental. Nesse contexto, o SNC começou a “usar a informação como estratégia de prevenção, para obtenção precoce da doença” (INCA, 2006, p. 14).

Essa mudança de perspectiva proporcionou visibilidade às políticas de câncer a partir da década de 1950. Com isso, a população passou a se atentar sobre as problemáticas que cercavam a enfermidade e os legisladores proporcionaram o suporte orçamentário necessário para a expansão da campanha anticâncer no Brasil e a conclusão do Hospital-Instituto Central (INCA), sede do então SNC, no Rio de Janeiro (RJ).

Em São Paulo, Messoria (2017) explica que o Serviço Sanitário possibilitou que o câncer se tornasse um problema de saúde pública no Estado, de maneira oficial e sistematizada. O A. C. Camargo Cancer Center, por exemplo, foi fundado em 1953 e objetivava não apenas atender aos pacientes com a enfermidade, mas também tinha o papel de oferecer uma nova especialidade médica - a cancerologia - por meio das primeiras residências médicas, que disseminavam uma noção instrumentalizada sobre a patologia e seu tratamento.

Mentores da política anticâncer no Brasil começaram a pensar na epidemiologia da doença, levando em consideração as condições ambientais, a extensão territorial e os contrastes do país. Nesse meio tempo, gerava-se a certeza de que os sintomas produzidos pela enfermidade nos pacientes correspondiam à fase tardia do câncer, o que serviria de base para a discussão da difusão de clínicas de prevenção e diagnóstico.

Foi somente com a Constituição Federal de 1988, no entanto, que a estrutura sanitária brasileira mudou significativamente “destacando-se a caracterização dos serviços e das ações de saúde como de relevância pública e seu referencial político básico” (INCA, 2006, p. 15). No conjunto das demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), o Instituto Nacional do Câncer ficou responsável por ser agente diretivo na política nacional de controle do câncer.

Em 2018 e 2019, o país registrará cerca de 600 mil novos casos da doença de acordo com estimativa do próprio INCA. O câncer de pele não melanoma é a ocorrência mais frequente no Brasil, seguida pelo câncer de próstata, para homens, e de mama, para mulheres.

Na apresentação de dados⁵ estatísticos do biênio 2018-2019, o instituto exibiu vídeos de pessoas que se curaram da doença e reforçou a campanha contra a estigmatização desse mal, que tinha como slogan “o câncer não pode acabar com a vontade de viver”.

O preconceito contra esse problema de saúde pública é antigo, uma vez que se “metamorfoseou numa entidade letal, amplamente predominante e que muda de forma, imbuída de tal potência metafórica e política que costuma ser descrita como a peste definidora de nossa geração” (MUKHERJEE, 2012, p. 13). Esse estigma está relacionado à noção de tabu que o câncer carrega, principalmente por sua trajetória na história da humanidade estar entrelaçada à morte.

Podemos fazer um paralelo desta doença com a aids⁶, que é causada pelo vírus HIV (sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana). O HIV é conhecido por atacar o sistema imunológico, responsável por defender o organismo humano de enfermidades. É possível contrair esse vírus por meio de relações sexuais sem o uso de preservativos, uso compartilhado de seringas, transfusão de sangue contaminado, de mãe infectada para seu filho durante a gravidez, parto ou amamentação e por meio de instrumentos cortantes não esterilizados.

No início da década de 1980, quando começaram a surgir os primeiros casos de aids em todo o mundo, a doença era relacionada aos “grupos de risco” - homossexuais do gênero masculino, usuários de drogas e profissionais do sexo - e também com a morte, uma vez que os pacientes detectados com a enfermidade eram “sentenciados” a poucos meses de vida. Não há cura até hoje para a aids, porém, na época ainda não se existiam tratamentos e medicamentos que prolongassem e melhorassem a qualidade de vida das pessoas infectadas com o HIV, tais como são oferecidos atualmente (e gratuitamente) pelo SUS.

Fausto Neto (1999) acredita que a aids compõe um fenômeno institucional - comunicativo, mas, ao mesmo tempo, midiático. Ele faz uma relação entre a doença e o câncer em seu livro *Comunicação e Mídia Impressa: Estudo Sobre a Aids*. Para ele, “a AIDS aparece associada a uma síndrome ou ao câncer, enquanto enfermidade,

⁵ AGÊNCIA BRASIL. INCA: Brasil deve ter 600 mil novos casos de câncer por ano em 2018 e 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/inca-brasil-deve-ter-600-mil-novos-casos-de-cancer-por-ano-em-2018-e-2019>. Acesso em: 1 fev. 2018.

⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é HIV? Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>. Acesso em: 28 ago. 2018.

via marcas que tratam de lembrar o caráter irreversível da doença” (FAUSTO NETO, 1999, p. 43).

O autor defende a tese de que os assuntos relacionados a essa mazela se transformam em agenda pública na mídia.

Devido à sequencialidade que o tema ocupa no dia a dia do noticiário, a AIDS se transforma numa espécie de seção permanente dos jornais, a exemplo de outras que constituem o território editorial. Como “tema cativo”, o significativo da AIDS desempenha a função de um duplo operador: de um lado para localizar o noticiário na complexidade da edição; de outro, de especificação, ao indicar que o noticiário da AIDS se converte num tema, seja no âmbito das rotinas jornalísticas, seja no âmbito das estratégias discursivas. (idem, p. 61).

O parâmetro defendido pelo autor para aids também pode ser transferido para o câncer, uma vez que ambas as doenças fazem parte da agenda pública da mídia e podem ser transformadas de temas científicos para temas midiáticos, ou seja que ganham atenção dos veículos de comunicação.

Outra relação possível de ser realizada entre as duas enfermidades é em relação à morte. Fausto Neto (1999) explica que a aids é caracterizada por um “outro tipo de sofrimento” de seus portadores, que está associado à morte, ao desespero, à transgressão, “em suma a uma outra maneira pela qual o paciente aponta para o seu mal-estar pessoal, psíquico e espiritual” (idem, p. 64). Ele cita que esse discurso é utilizado pelos jornais brasileiros, principalmente quando a doença é caracterizada como “câncer gay”, “câncer rosa” e o “mal”.

Com esse parecer, é possível assumir que ter/apresentar câncer se constitui em algo ruim para o indivíduo. Diferentemente de outras patologias, tais como a gripe, que se define como um estado temporário, esse problema de saúde pública não denota esse período curto de tempo. Lefèvre (1999) discorre que o verbo ter (no sentido de portador de) pode ser acrescentado na semântica dos estados “maléficos” - essa palavra está afiliada aos termos câncer e aids.

A questão do medo de estar doente é apresentado pelos jornais, por meio de seus discursos. Isso se dá pela instância da fala, de acordo com Fausto Neto (1999), uma vez que as mídias organizam essa circulação de palavras segundo a lógica da noção de atualidade. Para ele, os meios de comunicação transformam comentários públicos e privados em um discurso público, mas que é privatizado segundo determinadas condições de produção de cada instituição dentro do campo jornalístico, de onde é possível concluir que a noção de publicização está cada vez mais subordinada à

operações/articulações de construção discursiva de cada dispositivo de produção de sentido.

Pitta (1995) concorda com essa tese ao dizer que a “(...) mídia se apresenta como um dos campos mais importantes para influenciar não só comportamentos individuais e coletivos, como outros campos, criando assim uma espécie de unidade ideológica dos espaços sociais (idem, p. 4). É possível acompanhar essa ação, por exemplo, quando se trata de medicamentos.

Os veículos de comunicação podem ser considerados porta-vozes da esperança aos pacientes, principalmente quando apresentam a possibilidade de novos tratamentos, novas drogas e fármacos ou a chance de cura. Há, no entanto, exageros nessa conduta por parte dos jornalistas, de acordo com Luiz (2004).

Ela explica que alguns editoriais e artigos de revistas como *Science* e *Nature* mostram a preocupação com a pauta da mídia por meio da divulgação de temas como a necessidade de melhor formação de cientistas na relação com os meios de comunicação e críticas quanto aos abusos dos jornais diários sobre curas e o consequente desapontamento do público-leitor.

Essa prática pode ser presumível no caso da fosfoetanolamina sintética abordado por este estudo. A “pílula do câncer” foi apresentada, em um primeiro momento, pelo veículo de comunicação analisado (*G1 - São Carlos e Araraquara*) como uma nova possibilidade de tratamento para a neoplasia, mesmo que o composto químico ainda não tivesse sido submetido aos testes clínicos em seres humanos.

Luiz (2004) traz a ideia de que as notícias sobre saúde articulam o desejo de medicalização de todo e qualquer sofrimento humano e à esperança de aumentar a longevidade. O câncer, por ser uma doença que ainda não oferece cura para todos os seus tipos, pode ser enquadrada nessa perspectiva, principalmente por sua associação à morte. Para ela, as reportagens:

(...) assim reproduzem e reforçam a imagem da ciência como única capaz de reproduzir verdades inquestionáveis. No entanto, é possível fazer divulgação científica de outra forma, assumindo a posição de que em ciência também existem versões e divergências sobre determinadas afirmações e principalmente aquelas originadas nas pesquisas mais recentes - tão caras ao jornalismo por terem o caráter de novidade e muitas vezes apresentarem o inusitado - que ainda são objeto de controvérsias. (idem, p. 18-19).

A autora defende que a construção do conhecimento científico seja coletiva, por isso, outros setores da sociedade, tais como os meios de comunicação, são bem-vindos para fazerem suas contribuições à área.

Cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Saúde, por outro lado, fiscalizarem esses compostos químicos e farmacêuticos para evitar que pacientes sejam induzidos a abandonar seus atuais tratamentos pela promessa de uma droga “milagrosa”. O controle desses produtos, de acordo com Paula Renata Camargo de Jesus (2001) surgiu após problemas com falsificação de medicamentos.

Se hoje, passou a existir algum tipo de fiscalização pelo Ministério da Saúde, e uma preocupação maior por parte dos próprios laboratórios em zelar pela imagem, comunicar melhor o consumidor, seja através da imprensa ou da própria peça publicitária, foi devido ao escândalo dos remédios falsos, que alarmou o país, em 98. Casos como o do placebo (pílula de farinha do Microvlar) Schering, distribuído ao mercado erroneamente, que causou gravidez em mães que não podiam ter filhos e a “máfia dos remédios falsos”, que se utilizou de artifícios sofisticados, como, fabricar remédios sem efeito algum, remédios com dosagem de substância ativa menor do que informa a bula e remédios que possuem substância correta, mas fabricados em laboratórios clandestinos (fundo de quintal) sem higiene e controle de validade. Se antes apenas analgésicos e antigripais eram falsificados, a “máfia” passou a aperfeiçoar-se, atingindo principalmente os éticos, medicamentos caros e difíceis de serem encontrados. Foi o caso do Androcur/Schering, que acabou gerando mortes. (p. 313).

A fabricação clandestina de medicamentos também pode ser relacionada à “pílula do câncer”, uma vez que laboratórios em, pelo menos, duas localidades no Brasil produziram a fosfoetanolamina sintética sem a devida autorização dos pesquisadores detentores da patente e sem o registro na Anvisa. Com a divulgação de reportagens sobre o assunto, os fabricantes viram sua demanda e, consequentemente, lucro aumentarem⁷. Diante da exposição deste fato é válido compreender de que forma o câncer deixa de ser um fato científico e ganha status de fato midiático, despertando a atenção dos meios de comunicação.

1.2. Câncer como tema midiático

Epstein (2008) explica que a construção da notícia implica a inclusão de certos acontecimentos com a exclusão de outros. De acordo com o pesquisador, a realidade

⁷ G1 - DISTRITO FEDERAL. “Suspeitos de vender remédio ilegal contra o câncer são presos no DF”. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/suspeitos-de-vender-remedio-ilegal-contra-o-cancer-sao-presos-no-df.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

mostrada pela mídia é uma estruturação promovida por uma atividade especializada. Em resumo, ele cita que o jornalismo (como um atributo da notícia) valoriza positivamente o caráter pouco provável ou inesperado de um fato ou evento. Essa característica, no entanto, contrasta com a prática da ciência, que valoriza os fatos que aumentam o grau de confirmação das teorias bem estabelecidas dentro de um paradigma já existente. Ele ainda afirma que a confirmação do fato científico não é algo inesperado e, portanto, não se consegue alçar o acontecimento à categoria de notícia. Podem ocorrer, por isso, alguns “efeitos inoportunos na convergência destes modelos” (EPSTEIN, 2008, p. 137).

O câncer, por ser uma doença que permeia a história da humanidade desde os primórdios, recebeu e, de fato, ainda recebe atenção da mídia. Os veículos de comunicação reproduzem conceitos, ideias e acontecimentos que estão sendo vivenciados pela sociedade. Segundo Lippmann (2008):

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. (p. 40).

Nesse caso, é possível presumir que os meios de comunicação são a própria opinião pública, uma vez que são “aquelas imagens que são feitas por grupo de pessoas, ou por indivíduos agindo em nomes dos grupos” (ibidem).

Os jornalistas se utilizam dos mecanismos de sua profissão para representar ações, atitudes e comportamentos, entre outros da sociedade. Dessa forma, eles contribuem para a construção de pensamentos sobre determinados temas e ajudam a influenciar os assuntos que serão debatidos pelo seu público-leitor.

A construção de ideias, desse modo, parte do pressuposto de que o conhecimento se funda em reconstruções, releituras e na transformação da realidade em um problema. Morin (2004) esclarece que todo saber se constitui, ao mesmo tempo, em uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos e símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias e discursos.

Existe, portanto, uma longa história de como a mídia dá atenção ao câncer. Os tratamentos existentes atualmente para o combate à doença são apenas um dos tópicos que circundam a temática. Visualizar as manchetes dos jornais, revistas, sites

de notícias e programas televisivos ou radiofônicos é uma das maneiras de mensurar essa trajetória.

A reposição hormonal, por exemplo, foi uma das manchetes do site do jornal *Folha de S. Paulo* em 15 de julho de 2018. Com o título “Quimio pode não ser indicada para 70% dos casos de câncer de mama em estágio inicial”⁸, a notícia mostra um estudo divulgado na revista acadêmica *New England Journal of Medicine* que aponta que a maioria dos casos de câncer de mama em estágio inicial pode ser submetida à uma terapia hormonal, que bloqueia a produção de estrogênio. A técnica evitaria que as mulheres se submetessem ao processo de quimioterapia, considerado pelo próprio veículo como “desgastante”.

Outra maneira de abordar a enfermidade é mostrando novas formas de prevenção ou, melhor, diagnóstico. Matéria do portal do jornal *O Estado de S. Paulo*⁹, publicada em 5 de março de 2018, aponta a necessidade de se mudar o rastreamento do câncer de próstata, uma vez que formas mais avançadas da doença podem estar ligadas aos hábitos de vida, como o tabagismo.

O site do *Correio Braziliense*, por outro lado, postou em 2010 uma reportagem em que dava orientações para familiares de pacientes com câncer¹⁰. Entre as dicas estão cuidar da própria saúde para oferecer o “melhor cuidado possível para a sua pessoa amada”, manter-se informado e tirar um tempo somente para si, com o objetivo de proporcionar mais ânimo e capacidade para cuidar do indivíduo enfermo.

Peculiaridades dos tipos de câncer também são temas de pautas nos jornais. A *Gazeta do Povo* publicou em 2009 uma reportagem cujo título era “Câncer de mama em homens não ‘escolhe’ gays”. A linha-fina trazia uma informação para complementar a manchete - “Segundo oncologistas, incidência da doença independe de orientação sexual. Genética e fatores ambientais são mais importantes”¹¹.

⁸ FOLHA DE S. PAULO. “Quimio pode não ser indicada para 70% dos casos de câncer de mama em estágio inicial.” Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/viva-bem/2018/07/quimio-pode-nao-ser-indicada-para-70-dos-casos-de-cancer-de-mama-em-estagio-inicial.shtml>. Acesso em: 3 set. 2018.

⁹ O ESTADO DE S. PAULO. “Temos de mudar rastreamento do câncer de próstata”. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,temos-de-mudar-rastreamento-de-cancer-de-prostata,70002213535>. Acesso em: 3 set. 2018.

¹⁰ CORREIO BRAZILIENSE. “Orientações para familiares de pacientes com câncer.” Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2010/02/14/interna_ciencia_saude,173312/orientacoes-para-familiares-de-pacientes-com-cancer.shtml. Acesso em: 3 set. 2018.

¹¹ GAZETA DO POVO. “Câncer de mama em homens não ‘escolhe’ gays”. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cancer-de-mama-em-homens-nao-escolhe-gays-byq3k2dl1b4yx8vxhtp0tw5zi/>. Acesso em: 3 set. 2018.

Retrocedendo na história é possível encontrar outros registros jornalísticos com a temática câncer. No início do jornalismo on-line brasileiro, em abril de 2002, a *Folha de S. Paulo* publicou nota¹² sobre a relação entre rouquidão e o câncer de laringe, que, acordo com o documento, é um dos poucos que dá sinais bem claros quando está em seu estágio inicial. O conteúdo é curto (133 palavras), mas já dá a dimensão da importância do tema e da necessidade de se abordar a prevenção e o diagnóstico precoce da patologia.

Diante desses fatos não é incomum que um composto químico que tem a promessa de curar o câncer ganhe as manchetes dos jornais. Quando há a disseminação da existência da droga - por meio dos pacientes que entraram na Justiça do Estado de São Paulo e moveram processos judiciais para obter a substância - houve uma sensibilização da sociedade e esse conjunto de fatores chama atenção da mídia. Há, portanto, uma transição de um fato técnico (fosfoetanolamina sintética enquanto produto científico) para um fato midiático (fosfoetanolamina sintética enquanto produto da mídia – uma possível esperança de cura para o câncer).

O item que foi estudado de forma independente por cerca de 20 anos nos laboratórios do campus de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP) sai do âmbito regional e passa a chamar atenção de pessoas de diferentes partes do Brasil, ganhando, portanto, notoriedade nacional. Com o foco dos veículos de comunicação voltados para a “pílula do câncer”, os pesquisadores detentores da patente viram sua demanda de produção passar de centenas para milhares/milhões de pedidos “do dia para noite”. A cobertura do caso mobilizou diversos setores da sociedade - ou da opinião pública - que gostariam de conhecê-la, de testá-la, de oferecer seus supostos benefícios de forma imediata aos pacientes e de renegá-la, entre outros.

É em um contexto de uma sociedade midiaticizada e da produção de conteúdo para novos tipos de meios de comunicação que o objeto de análise deste estudo se insere. É necessário, portanto, compreender de que forma a midiaticização colaborou para os processos de construção de notícia do *G1 - São Carlos e Araraquara* e para a popularização da pílula do câncer entre os brasileiros. Diante dos dados e da investigação proposta por essa pesquisa, fica evidente que a fosfoetanolamina sintética deixou de ser um acontecimento científico para ser transformar em um acontecimento midiático. Contextualizar os detalhes deste caso para compreender de

12 FOLHA DE S. PAULO. “Rouquidão persistente pode indicar câncer”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1404200208.htm>. Acesso em: 3 set. 2018.

que forma esse processo se sucedeu é o objetivo do segundo capítulo desta dissertação.

2. O CASO DA FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA

A fosfoetanolamina sintética não foi a primeira substância a ser considerada como uma possível cura para todos os tipos de câncer. Na história da medicina, existem registros de outros medicamentos, procedimentos, compostos e drogas que também foram elevadas ao patamar de terapias “revolucionárias”.

O chá de ipê-roxo é um exemplo de receita popular que era indicada como tratamento para neoplasias. A bebida da “árvore divina”, como foi propagado pelo jornal *Folha de Londrina*¹³, em 18 de março de 2001, era recomendada, segundo o periódico, para casos de leucemia, diabetes, câncer, úlcera e reumatismo.

No Brasil, a árvore chamou a atenção do cientista, médico, farmacêutico e professor Walter Accorsi, da Universidade de São Paulo (USP). O veículo de comunicação informou à época que, desde a década de 1960, o docente estudou a casca de lapacho, parte interna da árvore, que é descascada e raspada até duas vezes por ano. Ele teria identificado duas qualidades terapêuticas: o chá fazia desaparecer a dor e também ajudava na multiplicação de glóbulos vermelhos - que são responsáveis por levar oxigênio às células do corpo humano. Na matéria, o público teve o conhecimento de que pacientes do Hospital Municipal de Santo André (SP) foram tratados por Accorsi com o chá e que o médico costumava recomendá-lo para casos de leucemia, diabetes, câncer, úlcera e reumatismo.

A *Folha de Londrina* ainda informa na reportagem que, nesse mesmo período de tempo, o botânico Theodoro Meyer, da Universidade de Tucuman, da Argentina, conseguiu isolar importantes componentes do ipê-roxo, como a quinoma, cujo efeito germicida pode ser comprovado. De acordo com ele, a quinoma possui uma estrutura semelhante à da vitamina K6, que detém efeito adstringente, auxiliando o metabolismo do fígado na produção de protombina e de outras substâncias que atuam na coagulação do sangue, além de participar da cadeia respiratória do sistema celular. Segundo o jornal, essas propriedades da quinoma, presentes no ipê-roxo, ajudam a explicar seu poder anti-inflamatório e na dissolução de tumores – embora seja uma descoberta interessante do ponto de vista científico não há atualmente comprovação de que chá de ipê-roxo faça parte do tratamento contra o câncer.

¹³ FOLHA DE LONDRINA. Ciência comprova poder de cura do Ipê-Roxo. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/ciencia-comprova-poder-de-cura-do-ipe-roxo-327848.html>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Diante disso, é importante conhecer os principais processos terapêuticos para compreender como a “pílula do câncer” deixou de ser apenas um composto químico para se transformar em um objeto de desejo e esperança de milhares de pacientes portadores de câncer no Brasil.

2.1 Os processos de cura para o câncer ao longo da história

Na história da medicina é possível encontrar diversos processos e ações promovidas por médicos, farmacêuticos, enfermeiros e cientistas, entre outros, para descobrir a cura do câncer. O segredo de combate à essa doença, segundo Mukherjee (2012), está em encontrar meios de impedir que mutações ocorram em células suscetíveis ou elaborar meios de eliminar as células mutantes sem comprometer o crescimento natural das demais. Esse procedimento, no entanto, ainda não foi totalmente concebido pelos profissionais da área.

Messora (2017) explica que houve inúmeras práticas terapêuticas contra tumores ao longo do tempo. Entre os primeiros registros identificados estão os escritos hipocráticos, que mencionam uma mulher de Abdera, antiga cidade grega, vítima de um tumor no seio, e o de Atossa, rainha da Pérsia, que semelhante ao caso grego, teve sua mama doente enfaixada para ocultá-la dos olhares das pessoas. De acordo com o pesquisador, a monarca teria sofrido com a enfermidade até que um escravo de nome Democedes lhe extirpasse o tumor com uma faca.

Outros tipos de substâncias também foram usados para combater neoplasias. O autor traz o exemplo do cautério, que foi utilizado para tratar câncer na faringe, e o ferro incandescente, que foi empregado para cauterizações em tumores superficiais ulcerados. O repolho foi usufruído enquanto droga medicinal por gregos, romanos e medievos, sendo que outras plantas foram aproveitadas para realizar o tratamento em pacientes tumorais. “No tocante às terapêuticas medicinais através das plantas, os alimentos vegetais eram classificados em quentes e frios, e eram indicados conforme necessidade do indivíduo doente para o restabelecimento do equilíbrio (MESSORA, 2017, p. 35).

Contra tumefações, ele cita que foram utilizadas inúmeras plantas, porém, não há informações precisas sobre preparações, dosagens, frequência ou administração das substâncias que eram indicadas para os pacientes. Dessa forma, os escritos só

serviam de guia para aqueles que já tinham conhecimento na observação de plantas, na propagação de drogas e na prática diagnóstica.

Na Idade Média, o continente europeu experimentou um misto de religiosidade e tratamentos médicos para o combate ao câncer. Messora (2017) traz a informação de que, embora as pessoas estivessem revestidas de fé e acreditassem que a religião poderia proporcionar a cura para diversos males, havia também um tratamento material e preciso que cuidava da higiene corporal, da alimentação e das receitas medicamentosas, além das intervenções cirúrgicas e da sangria - que eram formas de tratamento, mesmo que não fossem feitas de forma generalizada.

O prognóstico para o câncer nessa época era geralmente negativo e havia um consenso de que a cura era “quase impossível”. O pesquisador acredita que, por isso, os cuidados paliativos eram uma medida comum nesse período histórico. Entre as ações para o tratamento dos enfermos estavam a limpeza das feridas e a aplicação de narcóticos.

A impossibilidade de cura para os diferentes tipos de carcinoma fez crescer o desespero entre os medievais, sentimento que é compartilhado até o século XXI pela população mundial diante da possibilidade de desenvolver tumores ou de ter pessoas próximas que apresentem os sintomas da doença. “O câncer causava tanto desespero que se tornou uma das principais razões para se recorrer à medicina alternativa. Fezes de pombos, gansos, cabras e até de seres humanos faziam parte da terapêutica em alguns casos” (idem, p. 39-40).

O fato de despertar sentimentos controversos, como o medo, pode explicar a construção midiática da fosfoetanolamina sintética como a esperança para a cura da neoplasia. Uma pílula que pode combater todos os tipos da enfermidade, principalmente em seus estágios mais avançados, é uma perspectiva que cria e alimenta os anseios de pacientes, familiares e a opinião pública, que almeja resolver os problemas de saúde vivenciados diariamente pela sociedade.

Diferentemente do que é praticado comumente nos últimos dois séculos, a cirurgia não era uma medida recomendada na Idade Média. A tradição do Ocidente Cristão era a de evitar, ao máximo, operar os pacientes tumorais com o objetivo de não “piorar” o quadro. O cirurgião que se arriscava a fazer o procedimento, de acordo com Messora (2017), sabia que poderia transformar o câncer não ulceroso em ulceroso, ou seja, em câncer metastático.

As clínicas cirúrgicas daquela época ainda não tinham anestesia, por isso, as pessoas que necessitam dessa intervenção pensavam “duas vezes” antes de arriscar sua vida em uma mesa de operação.

Não é de surpreender que, em vez de se arriscarem com cirurgiões “destemidos”, a maioria dos pacientes preferisse colocar o destino nas mãos de Galeno e tentar remédios sistêmicos para purgar a bile negra. Com isso, o boticário logo viu sua loja repleta de remédios contra o câncer: extrato de chumbo e de arsênico, presa de porco do mato, pulmão de raposa, raspa de marfim, mamona descascada, coral branco moído, ipecacuanha, sena e alguns purgativos e laxantes. Havia álcool e extrato de ópio para as dores intratáveis. No século XVII, uma pasta de olho de caranguejo, ao preço de cinco xelins a libra, era popular - combater fogo com fogo. Pomadas e unguentos tornaram-se cada vez mais extravagantes com o passar dos séculos: esterco de cabra, rãs, pé de corvo, erva-doce, fígado de tartaruga, passes, águas bentas ou a compressão do tumor com placas de chumbo. (MUKHERJEE, 2012, p. 71).

O médico Claudius Galeno, citado por Mukherjee (2012), era um escritor e médico grego que clinicou para o povo romano por volta de 160 d.C., e ficou conhecido por ter levado a teoria humoral de Hipócrates¹⁴ ao seu ponto máximo. Como o grego, ele classificou as doenças de acordo com os excessos de fluidos e para o câncer ele designou a bile negra, que seria o líquido oleoso e viscoso, também responsável pela depressão. De fato, essa teoria de fluidos persistiria até o fim da Idade Média.

Resumidamente, até o final da Idade Média as recentes teorias postulavam que os tumores eram feitos de um fluxo de humores para uma parte onde se acumulavam e sofriam uma série de alterações. O câncer, tal como o cirro, continha atrabílis (humor negro) como um componente fundamental para a sua formação, mas que variava em tipo e a origem conforme local, aquecimento e mistura de outros humores. O tumor seria uma massa fluida malformada e sua constituição hormonal determinaria as medidas clínicas subsequentes. A pilastra fundamental para essas avaliações, a teoria humoral, portanto, persistiria e não sofreu grandes alterações até o século XVII. (MESSORA, 2017, p. 42).

Os humores desapareceriam com André Vesalius, estudante de Bruxelas que no século XVI, após a elaboração de um mapa anatômico, percebeu que “não havia bile negra” (MUKHERJEE, 2012, p. 75). O anatomista londrino Matthew Baillie foi além do

¹⁴ Hipócrates concebeu uma doutrina baseada em fluidos e volumes para explicar qualquer tipo de doença. Para ele, o corpo humano era baseado em quatro fluidos cardeais chamados humores: sangue, bile negra, bile amarela e fleuma. Cada fluido tinha sua cor (vermelha, negra, amarela e branca), sua viscosidade e seu caráter essencial. No corpo em seu estado normal, ou seja, sem apresentar nenhuma enfermidade, esses quatro fluidos mantinham um equilíbrio perfeito, apesar de precário. Quando o corpo está doente, o equilíbrio é desfeito pelo excesso de um dos fluidos (MUKHERJEE, 2012, p. 69).

pensamento de Vesalius, publicando o texto *The Morbid Anatomy of Some of the Most Important Parts of the Human Body* em 1793, em que dizia:

Se a rede de fluidos invisíveis de Galeno existisse, tinha de ser fora dos tumores, fora do mundo patológico, fora dos limites da investigação anatômica normal - em suma, fora da ciência médica. Como Vesalius, Baillie desenhou a anatomia e o câncer do jeito que ele os viu. Por fim, os vívidos canais da bile negra, os humores nos tumores, que se agarraram à mente de médicos e pacientes ao longo de tantos séculos, desapareceram. (MUKHERJEE, 2012, p. 75).

Os estudos de Baillie representaram os alicerces para a promoção das intervenções cirúrgicas no combate ao câncer. No começo do século XX, muitos tumores restritos a uma área, ou seja, que não apresentavam metástases, já podiam ser retirados com cirurgia, isso porque nesse período já estava consolidada a ideia de câncer como proliferação desorganizada de células do organismo, embora se buscasse novas causas para explicar a doença. Diante desse quadro, se os tumores fossem removidos antes que as células cancerosas invadissem outros órgãos e tecidos, as operações levavam à cura de uma fração significativa de pacientes (MUKHERJEE, 2012).

O século XX também foi um período marcado pela ampliação de possibilidades terapêuticas, bem como por sua institucionalização. Em 1900, por exemplo, foi criado o *German Central Committee For Cancer Research*, na Alemanha, e dois anos depois surgiu na Inglaterra o *Imperial Cancer Research Fund*. Na França, a *Association Française Pour L'Étude du Cancer* foi formada em 1906, logo depois da Primeira Conferência Internacional contra o Câncer, realizada em Paris. Os Estados Unidos fundaram a *American Association for Cancer Research* em 1907, o que comprova que o interesse por essa doença se globalizava e ganhava um teor institucional (MESSORA, 2017).

Nessa mesma época começou-se o estabelecimento da doença na medicina, com suas definições próprias e tratamentos especializados. Houve a criação de centros médicos e hospitalares que, em suma, apontavam para a institucionalização do paciente tumoroso – centros de radioterapia começaram a ser criados nos Estados Unidos e na Suécia. O primeiro uso da radioterapia para combater o câncer surgiu, no entanto, em 1896, por intermédio de um estudante de medicina chamado Emil Grubbe. Ele utilizou a capacidade que os raios X têm de matar seletivamente células que se dividiam com rapidez e, por isso, resolveu aplicar esse conhecimento para

tratar a enfermidade que intriga médicos e cientistas até os dias atuais. Mukherjee (2012), conta que o primeiro caso de radioterapia ocorreu no dia 29 de março de 1896:

(...) numa fábrica de tubos da rua Halsted (o nome nada tem a ver com o cirurgião Halsted¹⁵) em Chicago, Grubbe começou a bombardear com radiação Rose Lee, senhora idosa que padecia de câncer de mama, usando um tubo de raios X improvisado. O câncer de Lee tinha reaparecido depois de uma mastectomia, e o tumor surgira como uma massa dolorosa em seu peito. Ela fora levada a Grubbe como último recurso, mais para satisfazer a curiosidade experimental dele do que para oferecer qualquer benefício clínico à paciente. Grubbe procurou na fábrica alguma coisa que servisse para lhe cobrir o resto do peito e, não achando nenhuma placa de metal, envolveu o peito de Lee num papel alumínio que encontrou no fundo de uma caixa de chá chinês. Expôs o câncer à radiação todas as noites, durante dezoito dias consecutivos. O tratamento era doloroso, mas de alguma forma teve resultado. O tumor na mama de Lee ulcerou, contraiu-se e diminuiu de tamanho, produzindo a primeira reação local documentada da história da terapia com raios X. Poucos meses depois do tratamento inicial, entretanto, Lee sentiu vertigem e náusea. O câncer se espalhou para a espinha dorsal, para o cérebro e para o fígado, e ela morreu logo depois. Grubbe tropeçara em outro importante ponto: os raios X só poderiam ser usados para tratar o câncer localmente, não tendo efeito em tumores metastáticos¹⁶. (idem, p. 75).

Embora o primeiro caso não tenha representado uma remissão total do câncer, Grubbe se mostrou entusiasmado com a resposta e buscou tratar outros pacientes com o mesmo procedimento. “Um novo ramo de medicina do câncer, a oncologia radioativa, tinha nascido, e clínicas de raios X surgiram na Europa e nos Estados Unidos. (...) médicos ficavam extasiados com a possibilidade de curar o câncer com a radiação” (idem, p. 99).

Sidney Farber, por outro lado, apresentou para a medicina a possibilidade de eliminar células cancerosas por meio de substâncias químicas. Considerado o pai da quimioterapia moderna, ele foi um dos responsáveis por evidenciar a necessidade de se atrelar esforços políticos com científicos para o combate à doença. Farber, ao constatar que o câncer poderia ser curado com produtos químicos, estimulou o estudo e a promoção de inúmeras combinações de drogas para diminuir a incidência e o aumento de tumores no organismo dos pacientes portadores da enfermidade.

Ele buscava por uma “cura universal” de todos os tipos de câncer. De acordo com Mukherjee (2012), os oncologistas dos anos 1960 imaginavam que existia uma cura

¹⁵ William Stewart Halsted foi um cirurgião americano que aperfeiçoou as técnicas da cirurgia radical. Ele defendia que para combater o câncer era necessário retirar o “mal pela raiz”, ou seja, ele não apenas removia o tumor, mas também todo o tecido que estava ao seu redor (MUKHERJEE, 2012).

¹⁶ Áreas com tumores metastáticos podem ser tratadas ocasionalmente com raios X, porém, a taxa de sucesso é limitada (idem).

comum para todas as formas de câncer porque confiavam que existia uma doença comum chamada de câncer. “Curar uma forma, acreditava-se, inevitavelmente, levaria à cura de outra, e assim por diante, como uma reação em cadeia, até que todo o edifício maligno desabasse como peça de dominó” (MUKHERJEE, 2012, p. 190).

É possível, portanto, fazer um paralelo dessa crença dos médicos do século XX com a sociedade brasileira do século XXI diante da repercussão do caso da fosfoetanolamina sintética na mídia. Se por um lado a comunidade científica e médica alardeava que seriam necessários testes clínicos para comprovar que o composto químico era, de fato, um possível tratamento para a enfermidade, por outro lado, a opinião pública buscava meios de obter a droga, mesmo que não houvesse comprovação científica de que a fosfoetanolamina sintética poderia trazer benefícios no combate às neoplasias.

Mukherjee (2012) cita em seu livro *O Imperador de Todos os Males: Uma Biografia do Câncer* que, além da cirurgia, terapia dirigida, quimioterapia e a radioterapia, existem outras maneiras de se tratar os pacientes com câncer, como a hormonoterapia. Essa ação terapêutica mostrou resultados positivos, por exemplo, no tratamento de tumores na mama.

A oncologista e radioterapeuta britânica Mary Cole promoveu em 1969 um teste clínico para verificar a eficácia do ICI 46474, também conhecido como Tamoxifeno, um composto concebido originalmente para ser um anticoncepcional, mas que mostrou bons resultados no combate ao câncer de mama. Cole utilizou a droga em 46 mulheres com câncer mamário, sendo que dez delas tiveram seus tumores reduzidos visivelmente. “Uma droga usada para atingir uma trajetória específica numa célula cancerosa – não um veneno celular genérico descoberto empiricamente por tentativa e erro – tinha obtido a remissão de tumores metastáticos” (idem, p. 260).

Embora existam inúmeros tratamentos para a enfermidade, ainda não é possível se falar em uma cura universal, uma vez que o câncer de cada portador é único. Para Mukherjee (2012), “o câncer de cada paciente é exclusivo, porque todo o genoma de câncer é exclusivo. (...) células normais são identicamente normais; células malignas se tornam malignas cada uma à sua maneira” (p. 525).

Sabe-se que o carcinoma pode ter origem a partir de componentes externos aos seres humanos, tais como o uso de tabaco, contaminação por vírus e a não adoção de hábitos saudáveis, porém, é inegável o fato de que a doença tenha um fundo genético.

O câncer, como descobrimos, está embutido em nosso genoma. Os oncogenes surgem de mutações em genes essenciais que regulam o crescimento das células. Mutações se acumulam nesses genes quando o DNA é danificado por carcinógenos, mas também por erros aparentemente aleatórios na cópiagem dos genes quando as células se dividem. Uma coisa pode ser evitável, porém a outra é endógena. O câncer é um defeito no nosso crescimento, mas esse defeito está profundamente consolidado dentro de nós. Podemos nos livrar do câncer, portanto, apenas na medida em que nos livrarmos dos processos, em nossa fisiologia, que dependem de crescimento – envelhecimento, regeneração, cura, reprodução. (MUKHERJEE, 2012, p. 535).

Dessa maneira, pensar em uma terapia eficaz para todos os tipos de câncer se transforma em um verdadeiro desafio científico para as gerações atuais e futuras. É preciso, no entanto, conhecer profundamente os mecanismos que fazem com que as células normais se transformem em células malignas para que novos medicamentos e novas terapias sejam eficazes contra a doença.

2.2 Fosfoetanolamina sintética: esperança de cura, polêmica e controvérsias científicas

Em meados de 2015, pacientes com câncer entraram na Justiça do Estado de São Paulo para obter cápsulas de um - até aquele momento pela mídia - desconhecido composto químico que prometia combater os sintomas avançados da doença. O fato gerou curiosidade da imprensa e, conseqüentemente, da população: o que essa pílula faz? Porque ela é considerada uma possível cura para a enfermidade? Como obtê-la? Quem a desenvolveu?

Todos esses questionamentos propiciaram diversas reportagens sobre a fosfoetanolamina sintética, composto químico desenvolvido pelo Instituto de Química de São Carlos (IQSC) da Universidade de São Paulo (USP) desde a década de 1990. A substância foi estudada de forma independente pelo professor doutor Gilberto Orivaldo Chierice - que se aposentou da instituição em 2014. Sua pesquisa, como informado em nota pela própria universidade¹⁷, envolveu a metodologia de síntese do composto químico e contou com a participação de outras pessoas, inclusive indivíduos que não têm vínculo com a instituição - ele e outros três pesquisadores detêm a

¹⁷ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Esclarecimentos à sociedade. Disponível em <http://www5.iqsc.usp.br/esclarecimentos-a-sociedade>. Acesso em: 6 jun. de 2018.

patente do fármaco, sendo eles Marcos Vinicius de Almeida, Renato Meneguelo e Salvador Claro Neto.

A fosfoetanolamina pode ser avistada naturalmente em todos os órgãos e tecidos animais, ou seja, é um composto encontrado no estado livre na natureza e no organismo (OUTHOUSE, 1936 apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 6). Como foi produzida em laboratório, a substância passou a ser chamada de fosfoetanolamina sintética pelo grupo de pesquisadores liderado por Chierice.

A pesquisa do professor sênior, segundo Bastos e Costa (2017), partia da hipótese de que os pacientes com câncer não produziram quantidade suficiente de fosfoetanolamina no organismo, o que levou à proposta de que a administração do composto químico pudesse combater a enfermidade. Depois de anos de estudo, Chierice conseguiu sintetizar em seu laboratório a fosfoetanolamina sintética, “uma molécula fosforilada artificialmente, produto da combinação de duas substâncias: a monoamina e o ácido fosfórico” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 7). O composto seria, ainda de acordo com Bastos e Costa (2017), de alta pureza, baixo custo e alto rendimento, o que o levou a solicitar o pedido de patente depositado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em 28 de fevereiro de 2018.

Documento do Ministério da Saúde (2015) indica que existem outros processos de síntese da substância disponíveis no mercado, tais como a FOS produzida em escala industrial pelo laboratório *Santa Cruz Biotechnology* nos Estados Unidos e o produto *Calcium-EAP*, que é comercializado há mais de 50 anos como suplemento alimentar também nos Estados Unidos.

Aline Bastos (2018) explica que um convênio foi estabelecido em 1995 entre a USP e o Hospital Amaral Carvalho (HAC), em Jaú, interior de São Paulo, para a realização de estudos clínicos. No procedimento, pacientes com câncer receberiam gratuitamente cápsulas contendo a droga pelo prazo de cinco anos. Este estudo, no entanto, não foi documentado e a própria unidade hospitalar nega ter participado da ação¹⁸, informando que não existem registros desse tipo de procedimento em

¹⁸ A assessoria de comunicação do Hospital Amaral Carvalho (HAC), de Jaú, informou à esta pesquisadora que não existem registros de que testes clínicos com a fosfoetanolamina sintética tenham sido feitos na unidade hospitalar. Em nota, a instituição afirma que “não existem registros oficiais na instituição da realização de testes com a substância fosfoetanolamina sintética em seres humanos, portanto o Hospital Amaral Carvalho não irá se pronunciar sobre o assunto”. Ver anexo A.

pacientes internados à época no complexo hospitalar. Chierice, contudo, apresenta documentos que comprovam essa parceria¹⁹.

Com o fim do convênio no ano de 2000, os pacientes começaram a se dirigir ao laboratório de Gilberto Chierice, em São Carlos (SP), em busca da “pílula do câncer”. Desde então, o docente passou a realizar sua distribuição, por conta própria, a quem lhe procurava com o interesse em ingerir a substância.

Durante cerca de 20 anos, pacientes com câncer fizeram o uso da droga com fins medicamentosos e declararam seus resultados positivos, sobretudo, na rede mundial de computadores, onde seus relatos alcançaram outros usuários da internet de diferentes partes do Brasil. Qualquer pessoa poderia, por exemplo, chegar nos laboratórios do IQSC/USP e pedir uma dose da fosfoetanolamina sintética, mesmo sem a execução de testes clínicos.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) exige que qualquer substância com fins medicamentosos seja submetida aos testes clínicos para que haja sua distribuição e, conseqüentemente, sua comercialização no mercado farmacêutico brasileiro. Testes clínicos em humanos com a “pílula do câncer” - como também é conhecida a fosfoetanolamina sintética - não tinham sido documentados até 2015, por isso, seu compartilhamento era proibido.

Em 2014, a portaria nº 1.389/2014 do IQSC²⁰ proibiu a distribuição de qualquer substância de caráter medicamentoso produzido pelo instituto que não cumpra as determinações impostas pela referida regra – o documento exigia, entre outras coisas, que os fármacos atendessem aos critérios da Anvisa. Com isso, pacientes portadores de câncer que tinham livre acesso à fosfoetanolamina sintética durante quase duas décadas se viram sem poder obter as cápsulas.

Para conseguir novamente o composto químico, eles entraram na Justiça do Estado de São Paulo com medidas judiciais para que a universidade voltasse a distribuir a droga. Eles também acionaram os veículos de comunicação da região de São Carlos para propagar os benefícios que a “pílula do câncer” proporciona, para relatar sobre as consequências da determinação imposta pela USP e para fazer “valer” seus direitos como cidadão, uma vez que a Constituição Federal (BRASIL,

¹⁹ Ver anexo B.

²⁰ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Portaria nº 1.389/2014. Disponível em <http://www5.iqsc.usp.br/files/2015/09/Portaria-distribuicao-de-medicamentos.pdf>. Acesso em: 6 jun. de 2018.

1988) reconhece como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Entre os meios de comunicação que cobriram o caso está o *G1 - São Carlos e Araraquara*, da *EPTV* - afiliada da *Rede Globo*, na região de São Carlos (SP). Os jornalistas desta empresa cobriram a questão de forma extensiva desde o início, quando a população brasileira, de modo geral, não conhecia os efeitos da fosfoetanolamina sintética, até o começo dos testes clínicos promovidos pelo Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), com o apoio do governo estadual em 2016.

Por estar localizada em São Carlos, a cidade onde os laboratórios do IQSC estão instalados, os profissionais do portal tiveram fácil acesso à documentos sobre a droga, ao docente responsável por sua elaboração e aos pacientes com câncer que já faziam uso do composto químico. Essas características proporcionaram ao *G1 - São Carlos e Araraquara* o status de pioneiro na cobertura do caso: o site conseguiu influenciar pautas de outros veículos de comunicação dentro do próprio grupo em que está inserido (*Rede Globo*) e também outras mídias, o que fez com que o debate sobre a fosfoetanolamina sintética saísse do âmbito regional e ganhasse contexto nacional. Devido à sua importância durante o retrato deste acontecimento, este estudo optou por analisar reportagens produzidas pelo *G1 - São Carlos e Araraquara* sobre o fármaco com o intuito de verificar o impacto que a construção da notícia promove na opinião pública, principalmente quando o assunto é saúde pública.

Stefhanie Piovezan (informação verbal)²¹ era editora do *G1 - São Carlos e Araraquara* em 2015 e assinou a primeira reportagem sobre a fosfoetanolamina sintética do portal. Ela teve conhecimento sobre o composto químico por meio da morte da estudante Gisele Aparecida Braz de Lima, ou seja, durante a cobertura de outro caso envolvendo a USP.

Em agosto de 2015, fiquei sabendo que a USP havia sido condenada a pagar uma indenização à família de Gisele e entrei em contato com o único veículo local que havia publicado uma entrevista com os pais dela, mas não quiseram me contar os nomes deles ou do advogado. Sem essas informações, a única forma que encontrei de localizar o processo no site do TJ foi buscando todas as ações envolvendo a USP. Entre elas estavam as ações sobre a

²¹ Entrevista concedida por PIOVEZAN, S. **Entrevista I**. [jul. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice A desta dissertação.

fosfoetanolamina sintética. Publicamos a matéria sobre a indenização²² e, dias depois, publicamos a primeira reportagem sobre a fosfoetanolamina²³. (Informação verbal)²⁴.

A jornalista, portanto, chegou ao fato jornalístico de forma aleatória, ou seja, não houve nenhuma denúncia direta de autoridades, classes médica, farmacêutica e bioquímica ou, até mesmo, de pacientes. Piovezan chegou ao assunto por meio da pesquisa de processos contra a universidade pública no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Schudson (2010, p. 88-89) afirma que esse tipo de mecanismo, utilizado pela então editora do *G1*, é comum na prática jornalística. Para ele:

Os repórteres passaram a compartilhar um universo de trabalho comum; também dividiam ideais comuns sobre como conduzir seu ofício. Competindo uns com os outros pela circulação, os jornais tentavam contentar os padrões públicos com autenticidade, os ideais coletivos com honestidade e o gosto geral com entretenimento. Isso significava, por outro lado, que os jornais precisavam ser ativos, pitorescos e atraentes. Significava também, por outro, que deveriam ser factuais. Os repórteres acreditavam firmemente que era sua função tanto buscar os fatos como se manter interessantes. Em sua lealdade aos fatos, os repórteres do final do século XIX respiravam o mesmo ar que condicionou o surgimento de especialistas na política, o desenvolvimento do manejo científico, da indústria, o triunfo do realismo na literatura e a “revolta contra o formalismo” na filosofia, nas ciências sociais, na história e no direito. Mas, em seu desejo de contar histórias, esses profissionais estavam menos interessados nos fatos do que em criar estilos de escrita pessoalmente distintos e populares. Isso parece – e, às vezes, pareceu aos repórteres – andar na contramão do zelo pelos fatos. Mas eles vivenciaram a contradição como um conflito com seus editores, e não um desacordo ideológico. Seria um equívoco interpretar a visão contemporânea de objetividade como a inclinação pelos fatos dos anos 1890. A objetividade é a ideologia da desconfiança do “eu”, algo que Richard Harding Davis e seus colegas não experimentaram.

Quando se deparou com as ações de pedido de fornecimento da droga, Piovezan alega que houve um sentimento de estranhamento na redação do portal de notícias (Informação verbal)²⁵. Ela explica que o campus de São Carlos da USP não oferece o curso de farmácia e, por isso, essas ações judiciais chamaram sua atenção. Diante

²² G1 – SÃO CARLOS E ARAQUARA. USP é condenada a pagar R\$ 394 mil para pais de aluna morta por galho. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/usp-e-condenada-pagar-r-394-mil-para-pais-de-aluna-atingida-por-galho.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

²³ G1 – SÃO CARLOS E ARAQUARA. Pacientes pedem na Justiça que USP forneça cápsula de combate ao câncer. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/pacientes-pedem-na-justica-que-usp-fornece-capsula-de-combate-ao-cancer.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

²⁴ Entrevista concedida por PIOVEZAN, S. **Entrevista I**. [jul. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice A desta dissertação.

²⁵ Idem.

disso, ela comentou com o seu coordenador que havia algo a mais naquela história e ele lhe deu tempo para se dedicar ao assunto.

A jornalista passou dias consultando os textos dos pedidos e procurando possíveis fontes, sendo que entre os pedidos estava o de um paciente com Sarcoma de Ewing²⁶, o mesmo de uma pesquisadora que ela havia entrevistado no começo de agosto de 2015 e que acabou falecendo na mesma semana da publicação da matéria²⁷.

Minha reação foi: “Como assim a USP fornece uma substância para esse tipo de doença?”. Os relatos eram muito fortes e tomamos cuidado. Até hoje é a minha matéria com mais fontes. Com base nos depoimentos e exames, passei a acreditar que a substância poderia ajudar em alguns casos e que os testes deveriam ser concluídos. (Informação verbal)²⁸.

A reportagem assinada por Piovezan recebeu elogios do coordenador do *G1/EPTV* – sediado em Campinas (SP), ele comandava todas as páginas vinculadas à rede *EPTV*, grupo afiliado à *Rede Globo* – e serviu de base para a emissora de televisão do mesmo grupo produzir outra matéria. Ela e o jornalista Misael Mainetti, então produtor da *EPTV*, passaram a trabalhar nesse assunto junto às outras tarefas cotidianas da redação. Como uma dupla, eles avisavam um ao outro sempre que tinham conhecimento de novidades sobre o caso.

Piovezan acreditava que o assunto iria repercutir porque estava atrelado à USP, mas, justamente por isso, outras praças – empresas do mesmo grupo de afiliadas da *Rede Globo* – começaram a se interessar e cobrir. Em alguns casos, ela achava válido que houvesse essa cobertura, porém, em outros, ela acreditava que os repórteres e produtores estavam apenas se aproveitando de algo que estava em pauta naquele momento na sociedade brasileira.

O embate entre pacientes portadores de câncer e a USP foi bastante explorado pelo veículo de comunicação durante os anos de 2015 e 2016. Embora os indivíduos entrassem na Justiça buscando o direito legal de obter as pílulas da USP, a universidade alegava que não tinha condições de atender à demanda das liminares,

²⁶ G1 – SÃO CARLOS E ARAQUARARA. Com câncer há 7 anos, pesquisadora sonha conciliar pós-doc com terapia. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/com-cancer-ha-7-anos-pesquisadora-sonha-conciliar-pos-doc-com-terapia.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

²⁷ Amigos prestam homenagens após morte de pesquisadora com câncer. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/amigos-prestam-homenagens-apos-morte-de-pesquisadora-com-cancer.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

²⁸ Entrevista concedida por PIOVEZAN, S. **Entrevista I**. [jul. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice A desta dissertação.

não apenas porque não tinha atribuições de um laboratório farmacêutico, mas também em razão da falta de pesquisas documentadas e regulamentações de órgãos oficiais que autorizassem o uso seguro da fosfoamina (como também é conhecida a droga) em seres humanos.

Bastos e Costa (2017) citam que, ao longo de um ano, as liminares continuaram a ser concedidas por juízes de primeira instância e a universidade, por outro lado, recorria desses pedidos, travando uma batalha judicial que fazia com que os processos fossem encaminhados aos Tribunais de Justiça, onde as decisões não eram unânimes.

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, José Roberto Nalini, por exemplo, suspendeu em setembro de 2015, os efeitos de centenas de liminares utilizando o argumento de que não havia registro do medicamento para uso humano junto à Anvisa.

No mês seguinte, em outubro de 2015, no entanto, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), reverteu essa situação. Ele:

(...) concedeu liminar suspendendo a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. No mesmo mês, a Universidade publicou uma carta dirigida aos pacientes com câncer que reivindicavam o direito de receber as pílulas, alertando que, desde a edição da portaria de junho de 2014, o Grupo de Química Analítica e Tecnologia de Polímeros de Chierice não havia apresentado as licenças e registros que permitam a produção da fosfoetanolamina para fins medicamentosos. (BASTOS; COSTA, 2017, p. 300).

Esse documento, além de tratar da portaria, também destacava que a distribuição da substância feria a legislação federal e que o composto não era seguro para o uso em seres humanos. As autoras citam que, a partir desse momento, foram iniciadas discussões sobre a necessidade de pesquisas para garantir a segurança e a eficácia do uso da droga.

A participação da sociedade foi fundamental neste caso, uma vez que, por meio da opinião pública, o jornalismo trouxe novas informações sobre o acontecimento midiático e proporcionou a mobilização de diversos setores (classes médica e farmacêutica, políticos e associações profissionais, entre outros) para compreender e promover o fenômeno midiático da fosfoetanolamina sintética.

A repercussão das reportagens desencadeou um aumento na procura pelo suposto medicamento, principalmente pelo “alardeamento” de usuários nas redes sociais de

que a substância poderia proporcionar a cura do câncer. O *G1 - São Carlos e Araraquara* pode ter sido o pioneiro na cobertura do assunto, porém outros veículos de comunicação, em diferentes formatos, se aproveitaram da temática para vender seus produtos midiáticos. Um exemplo da utilização da comoção popular em benefício da audiência foi realizado pelo Programa do Ratinho, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)²⁹, que trouxe depoimentos de pacientes em defesa da liberação da substância.

A divergência entre as opiniões da população e, sobretudo, das classes médica e farmacêutica, além das associações profissionais e científicas, fez crescer o interesse de determinados órgãos em realizar os testes clínicos para comprovar ou não a eficácia da fosfoamina. O Ministério da Saúde publicou em 30 de outubro de 2015 a Portaria GM/MS nº 1.767/2015³⁰ que instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para apoiar as etapas necessárias ao desenvolvimento clínico da fosfoetanolamina.

Bastos e Costa (2017) explicam que as ações desse GT desencadearam, em 16 de novembro de 2015, uma reunião conjunta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Saúde, em que o então ministro Celso Pansera anunciou a liberação, na forma de encomenda direta, de R\$ 10 milhões para o financiamento das etapas iniciais das pesquisas com a fosfoetanolamina sintética. O montante de dinheiro seria disponibilizado ao longo de três anos.

Não foi apenas os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Saúde que se interessaram em conhecer os efeitos da “pílula do câncer” e, conseqüentemente, formalizar a substância como medicamento. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal também iniciaram discussões no fim de 2015, em que Chierice e os demais pesquisadores detentores da patente defenderam o uso do composto químico.

Em março de 2016, de acordo com as autoras, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que liberava o uso da fosfoetanolamina sintética em pacientes diagnosticados com tumores malignos. No dia 22 de março, o referido projeto foi aprovado pelo Senado e encaminhado para a sanção da então presidente Dilma Rousseff.

²⁹ PROGRAMA DO RATINHO. Pacientes que já tomaram pílula do câncer falam sobre efeitos. Disponível em: <https://www.facebook.com/FosfoetanolaminaTestimonials/videos/programa-do-ratinho-fosfoetanolamina-completo/803945893044685/>. Acesso em: 11 set. 2018.

³⁰ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1.767/2015. Disponível em: https://www.poderesaude.com.br/novosite/images/publicacoes_30.10.2015-l.pdf. Acesso em: 11 jul. 2018.

A Lei número 13.269, de 13 de abril de 2016, autorizava o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, mas ressaltava que só poderiam fazer uso da substância, por livre escolha, os pacientes que apresentassem laudo médico comprovando o diagnóstico e assinatura do termo de consentimento e responsabilidade pelo paciente ou seu representante legal. A comunidade científica logo repudiou a medida, que atropelou todos os protocolos científicos e de segurança. Cerca de um mês depois, porém, em decisão liminar, o STF suspendeu a lei que liberava a “pílula do câncer”, aceitando uma decisão protocolada pela Associação Médica Brasileira (AMB). (BASTOS; COSTA, 2017, p. 302-303)

A decisão, no entanto, é provisória, uma vez que diz respeito a uma medida liminar na ação direta de inconstitucionalidade, providência tomada para eliminar uma situação de risco a direitos, durante o tempo necessário para o desenvolvimento do processo principal, segundo reportagem da *BBC Brasil* publicada em 19 de maio de 2016³¹. Seis ministros votaram pela suspensão do texto, utilizando como argumentos a falta de testes que comprovem a eficácia do composto e indiquem seus efeitos colaterais. Não havia previsão de data para o julgamento definitivo da questão pelo STF até a análise desenvolvida nesta pesquisa.

Em paralelo as decisões promovidas na esfera nacional, os governos dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo demonstraram interesse em promover os testes clínicos em humanos no fim do ano de 2015. Diante da repercussão que o composto químico alcançou na opinião pública, principalmente após o grande número de reportagens sobre o assunto veiculadas na mídia, os políticos desses dois estados se aproveitaram da temática para promover ações de saúde pública e, conseqüentemente, buscaram legitimar a droga como medicamento.

Reportagem da *Gazeta do Povo*³², publicada em 4 de novembro de 2015, trazia a informação de que o governo do Rio Grande do Sul manifestou interesse formal em realizar os testes e produzir a fosfoetanolamina sintética. No conteúdo, o público-leitor pode ter acesso ao anúncio de que reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado teria definido os termos de um contrato entre a equipe detentora da patente e o Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (Lafergs).

Ainda de acordo com a notícia, o então deputado Marlon Santos (PDT) teria garantido que o também então governador José Ivo Sartori (PMDB) deu aval para os

³¹ BBC BRASIL. STF suspende lei que liberava a ‘pílula do câncer’: entenda o debate. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36338754>. Acesso em: 11 set. 2018.

³² GAZETA DO POVO. Governo do RS quer testar e produzir ‘pílula do câncer’. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/saude/governo-do-rs-quer-testar-e-produzir-pilula-do-cancer-8gjpqiccgqdpbfy96v5lrzks2/>. Acesso em: 11 set. 2018.

testes com a substância e que os ensaios clínicos seriam realizados em um hospital estadual. Uma equipe médica ligada à Secretaria de Saúde do Estado, segundo ele, deveria trabalhar em conjunto com os pesquisadores paulistas para viabilizar o registro na Anvisa e produzir o medicamento para ser distribuído em todo o Brasil.

Os estudos, no entanto, não avançaram no Rio Grande do Sul. O deputado estadual Marlon Santos concedeu novamente entrevista em janeiro de 2018 para a *TV Cachoeira*, afiliada da *TV Novo Tempo*³³, em que afirmou que o grupo de pesquisadores liderado pelo professor Chierice abandonou a proposta feita pelo governo gaúcho, preferindo a oferta do governo paulista, por acreditarem estarem fazendo um “negócio” melhor.

Para ele, houve um interesse comercial dos estudiosos, uma vez que o movimento da indústria farmacêutica nesse caso foi intenso e os estudos clínicos promovidos pelo Estado de São Paulo conseguiram desfazer a imagem da “fosfo” como a cura do câncer. O deputado acredita que, assim como a “pílula do câncer” não cura cabeças, ela também não cura vaidades, sentimento que, de acordo com ele, acometeu os detentores da patente da substância química.

Marlon Santos não foi, entretanto, o único político brasileiro envolvido no caso da fosfoetanolamina sintética. O projeto de lei nº 4.639/2016³⁴, que posteriormente se transformou na lei federal que aprovava o uso da substância química, foi elaborado em 2016 por um grupo de deputados federais que continha nomes como Adelmo Carneiro Leão (PT/MG), Arlindo Chinaglia (PT/SP) e Eduardo e Jair Bolsonaro (então, no PSC/SP e PP/RJ).

Em São Paulo, os deputados estaduais Ricardo Madalena (PSDB) e Roberto Massafera (PR) também foram defensores da droga na Assembleia Legislativa paulista. Eles fizeram parte, por exemplo, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que verificava possíveis irregularidades nos testes clínicos com o composto químico promovidos e financiados pelo governo estadual no Instituto do Câncer de São Paulo (Icesp)³⁵. Massafera era o presidente da comissão, que tinha Madalena como relator

³³ TV CACHOEIRA. Fosfoamina: Marlon Santos explica porque pesquisa não avançou no RS. Disponível em: <http://novotempo.com/ntsul/videos/fosfoamina-marlon-santos-explica-porque-pesquisa-nao-avancou-no-rs/>. Acesso em: 11 set. 2018.

³⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 4.639/2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078864>. Acesso em 22 out. 2018.

³⁵ Os trabalhos da CPI Fosfoetanolamina se iniciaram no dia 18 de outubro de 2017 e foram encerrados no dia 04 de abril de 2018, ou seja, foram 90 dias de ações que renderam um documento que atestava que os testes clínicos com a fosfoetanolamina sintética tiveram falhas. Disponível em:

e também era composta por Márcia Lia (PT), Ed Thomas (PSB), Cássio Navarro (PMDB), Wellington Moura (PRB), Márcio Camargo (PSC) e Rafael Silva (PDT).

Durante a campanha para as eleições de 2018, Madalena prometeu que, caso fosse reeleito, continuaria lutando pela “pílula do câncer”³⁶. Ele foi um dos responsáveis pela viabilização dos testes clínicos no Estado de São Paulo e, em depoimento à imprensa na cidade de Bauru (SP), afirmou ser possível a realização de novas avaliações em outras instituições para mostrar que a droga pode ser eficiente para os pacientes portadores de câncer e, posteriormente, doada na rede pública de saúde. Ele foi reeleito no pleito de 7 de outubro de 2018 com 77.554 votos³⁷.

Os estudos clínicos com a fosfoamina promovidos pelo governo do Estado de São Paulo, com apoio da sociedade e dos legisladores paulistas, tiveram início em 25 de julho de 2016. Dividido em três fases, a pesquisa clínica foi considerada pioneira no Brasil e foi conduzida pelo Icesp, localizado na capital paulista. A intenção do trabalho científico era testar a droga em, pelo menos, dez tipos de tumores diferentes, uma vez que a substância poderia apresentar eficácia em apenas algumas das modalidades da doença.

As cápsulas para realização da pesquisa foram entregues ao instituto pela Fundação para o Remédio Popular (Furp), que somente fez a encapsulação da droga. Toda a síntese era realizada à época pelo laboratório PDT Pharma, localizado em Cravinhos, no interior de São Paulo - o processo tinha o acompanhamento do professor Gilberto Chierice.

O estudo previa que primeiramente dez pacientes seriam avaliados para determinar a segurança da dose que vem sendo utilizada pela comunidade. Depois dessa etapa, caso o composto não apresentasse efeitos colaterais graves, a pesquisa prosseguiria normalmente³⁸. O estágio 1 previa a inclusão de mais 21 pacientes para cada um dos dez grupos (tipos) de tumor: cabeça e pescoço, pulmão, mama, cólon e reto (intestino), colo uterino, próstata, melanoma, pâncreas, estômago e fígado. Os

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/cpi/?idLegislatura=18&idComissao=1000000187>. Acesso em: 22 out. 2018.

³⁶ JORNAL DA CIDADE. Ricardo Madalena defende ‘pílula contra o câncer’. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/Politica/2018/09/ricardo-madalena-defende-a-pilula-contr-o-cancer.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

³⁷ Dados da Justiça Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/justica-eleitoral>. Acesso em: 16 jun. 2019.

³⁸ JORNAL NH. São Paulo inicia os testes da ‘pílula do câncer’ em humanos. Disponível em: https://www.jornalnh.com.br/conteudo/2016/07/vida/viver_com_saude/367159-sao-paulo-inicia-testes-da-pilula-do-cancer-em-humanos.html. Acesso em: 11 set. 2018.

candidatos que gostariam de ser submetidos ao procedimento passariam por triagem e deveriam preencher os critérios de elegibilidade para determinar a segurança da fosfoetanolamina sintética.

Caso fosse observado sinais de atividade da substância nessa fase, o estágio 2 se iniciaria com mais 20 participantes em cada um dos grupos. Nota do Icesp³⁹ ainda informa que, progressivamente, desde que se comprove atividade relevante, a inclusão de novos pacientes continuaria até atingir o máximo total de 1 mil pacientes, ou seja, cem para cada tipo de câncer. O instituto ressalta que todos os indivíduos seriam monitorados continuamente por uma equipe multidisciplinar com larga experiência em testes clínicos.

Em outubro de 2016, o Icesp divulgou outra nota⁴⁰ em que declarava o início da segunda fase da pesquisa clínica para testar a fosfoetanolamina sintética no tratamento do câncer. O documento apontava que a etapa inicial, que durou dois meses, tinha sido concluída e que a análise mostrou que a fosfoamina não apresentava toxicidade significativa, viabilizando a sequência do estudo para a próxima fase - que seria a inclusão de mais 20 pacientes para cada um dos dez grupos estipulados pelos pesquisadores. Essa fase teria duração estimada de seis meses e os pacientes seriam avaliados a cada duas semanas, nos dois primeiros meses. Depois desse período, o acompanhamento seria mensal, de acordo com o próprio instituto.

A pesquisa, contudo, não passaria dessa etapa. Edição da *Revista Fapesp*⁴¹, de abril de 2017, traz a notícia de que o teste da fosfoetanolamina sintética falhou. O médico Paulo Hoff, diretor-geral do Icesp, concedeu entrevista para a publicação, justificando a interrupção dos estudos clínicos. Para ele, o produto não era eficiente o suficiente para ser recomendado nas doses em que o órgão estava estudando.

Nas duas primeiras fases, a suposta medicação foi dada a 72 pacientes com dez tipos diferentes de tumor, sendo que 59 passaram por reavaliação. Somente um deles, que tem melanoma, apresentou uma resposta parcial depois de duas reavaliações e,

³⁹ ICESP. Testes clínicos da fosfoetanolamina sintética começam na próxima 2ª em SP. Disponível em: <http://www.icesp.org.br/sala-de-imprensa/noticias/226-testes-clinicos-da-fosfoetanolamina-sintetica-comecam-na-proxima-2-em-sp>. Acesso em: 11 set. 2018.

⁴⁰ ICESP. Instituto do Câncer inicia segunda fase de testes clínicos da fosfoetanolamina sintética. Disponível em: <http://www.icesp.org.br/sala-de-imprensa/noticias/229-instituto-do-cancer-inicia-segunda-fase-de-testes-clinicos-da-fosfoetanolamina-sintetica>. Acesso em: 11 set. 2018.

⁴¹ REVISTA FAPESP. A fosfo falha no teste. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/04/19/a-fosfo-falha-no-teste/>. Acesso em: 11 set. 2018.

por isso, iria continuar no estudo. A reportagem da *Revista Fapesp* ainda cita que entre os 21 portadores de câncer colorretal, o tipo em que foi possível reunir um número maior de voluntários, nenhum teve a resposta esperada conforme os padrões internacionais de análise - uma redução de, pelo menos, 30% nas lesões tumorais. Com esses dados, a equipe de pesquisadores do Icesp considera de pouca ética a inclusão de novos pacientes no estudo vigente.

Essa informação trouxe novos fatos para a cobertura midiática do caso e, por isso, ganhou mais uma vez a atenção dos veículos de comunicação. O *Jornal Nacional*, considerado o principal telejornal da *Rede Globo* – grupo em que a *EPTV* e o *G1 – São Carlos e Araraquara* também fazem parte – veiculou, por exemplo, reportagem no dia 31 de março de 2017 com o título “Médicos anunciam resultados dos estudos sobre pílula do câncer”⁴². O conteúdo informa ao público telespectador que o Icesp concluiu que a droga não funciona como remédio.

Outros programas e veículos de comunicação demonstraram a repercussão do caso, como o *Bem Estar (Rede Globo)* que trazia reportagem com o título “Fosfoetanolamina: Instituto do Câncer suspende novos testes devido a ‘ausência de benefício significativo’”⁴³. O público que acompanhava o programa matutino pode observar algumas características que foram atribuídas a “pílula do câncer”, tais como “composto polêmico”, porém o restante do conteúdo se manteve apenas ao fato de que os testes clínicos foram suspensos, com uma breve nota sobre o histórico da substância.

Uma das principais revistas semanais do Brasil, a *Veja*, da Editora *Abril*, publicou matéria com o título “Fosfoetanolamina, a ‘pílula do câncer’, não é eficaz, diz estudo”⁴⁴ no dia 3 de abril de 2017. Para a empresa jornalística, os resultados foram “aquém do esperado”, uma vez que após 59 pacientes portadores de câncer serem submetidos à pesquisa, apenas um apresentou resposta ao tratamento com o composto químico.

⁴² JORNAL NACIONAL. Médicos anunciam resultado dos estudos sobre pílula do câncer. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/medicos-anunciam-resultado-dos-estudos-sobre-pilula-do-cancer.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

⁴³ BEM ESTAR. Fosfoetanolamina: Instituto do Câncer suspende novos testes devido a ‘ausência de benefício significativo’. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/fosfoetanolamina-instituto-do-cancer-suspende-testes-devido-a-ausencia-de-beneficio-clinico-significativo.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2018.

⁴⁴ VEJA. Fosfoetanolamina, a ‘pílula do câncer’, não é eficaz, diz estudo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/fosfoetanolamina-nao-apresenta-beneficio-significativo>. Acesso em: 24 out. 2018.

Para a revista, a “fosfo” “não é eficaz para o tratamento de tumores”, somente foi avaliada por meio da “pressão popular” e é um “drama” que “ganhou destaque”.

A *Gazeta do Povo*, por outro lado, chamou a fosfoetanolamina sintética de “o caso que envergonhou a ciência brasileira”⁴⁵. O jornalista Carlos Orsi se utilizou dessa afirmação do pesquisador Luiz Carlos Dias⁴⁶, do Instituto de Química (IQ) da Universidade de Campinas (Unicamp) para abrir a reportagem que traz todo o histórico do caso e faz uso de palavras de valor para caracterizar a droga, tais como “promessa milagrosa”, “a montanha pariu um rato”, “saga” e “folclore da cidade”. O uso de opiniões vai na contramão do modo de fazer jornalístico, exposto no livro *Descobrimos a Notícia: Uma História Social dos Jornais nos Estados Unidos*, de Michael Schudson (2010). Ele cita que os editores do século XX recomendavam aos repórteres para tomarem cuidado com o uso de opiniões, uma vez que “havia em princípio uma distinção mais rígida: a notícia e a opinião deveriam ser mantidas separadas” (p. 98).

Essa mesma reportagem da *Gazeta do Povo* cita que série de reportagens da EPTV, afiliada da Rede Globo no interior paulista, veiculada a partir de agosto de 2015, “transformou a fosfoetanolamina de São Carlos em fenômeno nacional”. O G1 – São Carlos e Araraquara, no entanto, aparece no link que é vinculado ao nome do veículo de comunicação e que direciona o usuário para as primeiras notícias sobre o composto químico, o que comprova o pioneirismo do portal e, conseqüentemente, da emissora de televisão regional na cobertura do caso.

Diante dessas informações divulgadas em diferentes jornais, revistas e meios de comunicação do Brasil, a sociedade e a comunidade política começaram a questionar se os testes clínicos tinham sido feitos de forma idônea, o que levou a criação de uma CPI para investigar o assunto. Para contra argumentar essas indagações, o Icesp publicou comunicado em que defende os métodos, o rigor científico e a seriedade de toda a equipe que realizou a pesquisa sobre a “pílula do câncer”. Para o órgão, caso ainda haja alguma dúvida sobre a eficácia da substância, “um caminho recomendável

⁴⁵ GAZETA DO POVO. Fosfoetanolamina, o “caso que envergonhou a ciência brasileira”. Disponível: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/fosfoetanolamina-ocaso-que-envergonhou-a-ciencia-brasileira-d5wnxh6h28oop2z9b3xsg6v3w/>. Acesso em: 24 out. 2018.

⁴⁶ Luiz Carlos Dias coordenou o trabalho de caracterização das cápsulas de fosfoetanolamina sintética em 2016 pelo MCTI. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/fosfoetanolamina-ocaso-que-envergonhou-a-ciencia-brasileira-d5wnxh6h28oop2z9b3xsg6v3w/>. Acesso em: 24 out. 2018.

seria a Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) ajudar a viabilizar um novo estudo, em outro centro público de notória capacidade, em vez de instalar uma CPI⁴⁷.

Embora os testes clínicos no instituto paulista tenham sido suspensos em março de 2017, a CPI Fosfoetanolamina realizada pela Alesp só teve início em outubro do mesmo ano, ou seja, sete meses após o fim da pesquisa. Diversas pessoas foram convocadas para falar sobre possíveis falhas na condução dos estudos que poderiam liberar a substância sintética para o uso da população. Entre alguns dos nomes que foram chamados para depor estão o do então presidente da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, o de Gilberto Chierice e de Bernadete Chioffi, membro da auditoria da pesquisa, além de pessoas que participaram da fabricação da pílula e da aplicação desses testes.

Após 90 dias, a comissão elaborou um relatório com 1.074 páginas que continha, além do parecer final, 40 testemunhos e diversos outros documentos que corroboraram para a investigação. O órgão concluiu que o Icesp se pautou desde o início pela adoção de procedimentos que se interpuseram como embaraços – ou mesmo como obstrução – à consecução de resultados científicos adequados.

O parecer mostra que o teste clínico promovido pelo instituto teve insuficiência e/ou deficiência no quesito protocolo de estudos – não foi estipulado uma dosagem padrão aos pacientes -; houve análise insuficiente de material - os indivíduos que se submeteram à pesquisa não apresentavam todas as especificações necessárias para o estudo -; houve também interrupção aleatória dos testes e o planejamento não foi feito de forma adequada – adquiriu-se mais material do que foi, de fato, usado. A CPI abordou outros dois tópicos em relação ao tema, indicando que houve desídia e descaso do então diretor do Icesp, Paulo Hoff, e salientou a necessidade de aprofundar a investigação por meio de uma nova apuração feita por outros órgãos, autoridades e entidades.

Durvanei Augusto Maria, biomédico e pesquisador do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Butantan, localizado na capital do Estado de São Paulo, foi auditor da pesquisa clínica e afirma que algumas medidas adotadas pelo Instituto do Câncer de São Paulo contribuíram para que os resultados não fossem satisfatórios para os pacientes portadores da doença que viam na fosfoetanolamina sintética uma esperança de cura.

⁴⁷ ICESP. Comunicado. Disponível em: <http://www.icesp.org.br/sala-de-imprensa/noticias/311-comunicado>. Acesso em: 24 out. 2018.

Ele explica que a “fosfo” não apresentou sucesso nos testes clínicos porque os pacientes submetidos ao tratamento apresentavam, além do câncer, outras comorbidades. “Eram pacientes graves que, na sua grande maioria, ou morreram ou irão morrer. Não são pacientes rígidos, mas pessoas que já foram usadas, e isso ninguém diz, em quatro ou cinco testes clínicos e que eles não tiveram sucesso na terapia nova” (Informação verbal)⁴⁸.

Os pacientes que participaram da pesquisa, de acordo com ele, tinham problemas como insuficiência renal e doenças hepáticas e/ou iriam ou já tinham realizado cirurgias que afetariam/afetam todo o metabolismo celular. Para o biomédico e pesquisador, seria necessário que todos os especialistas, classe médica e os profissionais envolvidos na ação discutissem os resultados antes de divulgá-los para a sociedade.

Maria não acredita que apenas os pacientes escolhidos para os testes clínicos tenham contribuído para os resultados insatisfatórios. Segundo ele, é um conjunto de fatores:

(...) não só a escolha desses pacientes, mas a forma como ele foi conduzido e os critérios que foram utilizados na avaliação. Você não concorda que são vários pontos? É o paciente que apresentou problema, a forma de administração teve problema, a orientação de administração teve problema, a apresentação farmacêutica na cápsula foi feita por uma empresa que teve problema, foram acrescentados outros ingredientes dentro da cápsula e isso alterou a viabilidade da droga... Foi um conjunto de resultados que conduziram para um resultado negativo; então, eu acho que estava sendo fadada a que os testes supostamente podiam ser negativos, porque o paciente tinha problemas, a droga tinha problemas, a forma de orientação tinha problemas. Foi uma soma, uma somatória muito importante. (Informação verbal)⁴⁹

Durvanei Augusto Maria afirmou, no momento em que concedeu entrevista a esta pesquisadora, que haveriam outros testes clínicos em outras instituições, porém ele não tinha sido convidado para participar da ação ou informado a respeito e também não pretendia participar desses estudos. Naquela época, ele desejava se empenhar no que já vinha desenvolvendo - uma pesquisa que envolve a fosfoetanolamina, porém, ao invés de cápsulas, o princípio ativo se dá em uma estrutura nanotecnológica e lipossomal.

⁴⁸ Entrevista concedida por MARIA, D. A. **Entrevista II**. [set. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (46 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice B desta dissertação.

⁴⁹ Idem.

A maneira com que ele trabalha a fosfoetanolamina sintética é diferente daquela promovida pelos pesquisadores de São Carlos. Maria trabalha com determinação de estruturas e novas apresentações farmacêuticas utilizando nanocarregadores, principalmente lipídicos, que tenham a propriedade de impedir a proliferação de células tumorais e de carrear princípios ativos do tipo quimioterápico ou de monoterápicos (Informação verbal)⁵⁰.

O primeiro contato do biomédico e pesquisador com a “pílula do câncer” ocorreu no fim da década de 1990, quando foi apresentado à Renato Meneguelo, um dos detentores da patente do composto químico que, na época, era estudante de mestrado. No Butantan, Maria trabalhava juntamente ao grupo do Instituto do Coração (Incor) para melhorar a especificidade e diminuir os efeitos colaterais de carreadores de drogas quimioterápicas. Uma ex-aluna, que fez parte deste estudo com ele, indicou o laboratório para Meneguelo para que ele viesse fazer os testes de uma substância com potencial antiproliferativo.

Ele veio no laboratório, trouxe um frasco com uma substância, mas ele não identificou essa substância, porque eu trabalho com códigos para que a gente faça o teste e não tenha a tendência nos resultados. Começamos a fazer os testes e eu fui muito claro para ele. Eu disse “olha se essa substância matar as células normais, eu não tenho interesse em dar continuidade nos estudos com essas moléculas”. Nós fizemos os testes e ela não matava as células normais, mas matava as células tumorais. A gente começou a estudar e ver os mecanismos. Ele fez todo o mestrado dele no meu laboratório e no dia da entrega do exemplar da dissertação no Departamento de Química de São Carlos, ele me convidou para ser membro da banca, foi quando eu conheci o professor Gilberto e toda a equipe. (Informação verbal)⁵¹

Embora Maria conheça o funcionamento da fosfoetanolamina sintética e tenha promovido diversos estudos sobre o composto químico, ele não faz parte da patente e não está diretamente relacionado aos quatro pesquisadores do grupo sediado em São Carlos. Ele trabalha com o mesmo princípio ativo, mas com outra linha de pesquisa, o que faz com que ele atue em uma espécie de parceria com os estudos liderados por Chierice no IQSC/USP.

O médico oncologista Renato Meneguelo - o aluno de mestrado que trabalhou no laboratório de Maria - e o biólogo Marcos Vinícius de Almeida anunciaram em 2017

⁵⁰ Entrevista concedida por MARIA, D. A. **Entrevista II**. [set. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (46 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice B desta dissertação.

⁵¹ Idem.

que iriam lançar a “pílula do câncer” como suplemento alimentar, após suposto rompimento com o professor sênior Gilberto Chierice. De acordo com eles⁵², a substância é idêntica a produzida na USP, porém sintetizada por um método diferente, para o qual eles estavam solicitando uma patente nos Estados Unidos. O produto é fabricado na Flórida (EUA) e sua comercialização via e-commerce iniciou-se em 16 de março de 2017, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*. Naquele momento, se os pacientes quisessem fazer o uso da “fosfo” deveriam ingressar com uma ação judicial para obter o composto químico; depois do anúncio da dupla de pesquisadores, bastava que esses usuários importassem a substância e receberiam a droga em casa pelos Correios.

Embora a importação do suplemento alimentar por brasileiros não seja ilegal, a propaganda do produto gerou polêmica nas redes sociais e ocasionou uma investigação do Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar). Em nenhum momento a publicidade utilizada pela empresa americana para o público brasileiro menciona ou indica o tratamento do câncer, porém, algumas imagens utilizadas para as artes da campanha mostram mulheres sem cabelo ou usando lenço, o que faz alusão a pacientes em tratamento contra o câncer.

Figura 1 - Publicidade do suplemento alimentar de fosfoetanolamina sintética



Fonte: Quality Medical Line.

⁵² O ESTADO DE S. PAULO. Fosfoetanolamina será vendida como suplemento alimentar. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/fosfoetanolamina-sera-vendida-como-suplemento-alimentar/>. Acesso em: 24 out. 2018.

Almeida e Meneguelo concederam entrevista à revista eletrônica semanal da *Rede Globo, Fantástico*⁵³, sobre o lançamento do suplemento alimentar. Na reportagem, publicada no dia 19 de fevereiro de 2017, o veículo de comunicação faz uma retrospectiva do caso e dá seu parecer sobre o assunto.

Nessa matéria, há a afirmação do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa, de que o suplemento não pode ser anunciado como medicamento – como supostamente foi realizado nas artes divulgadas pela empresa americana. Há também nota do Conar em que o órgão anunciava que abriu um processo investigatório para verificar se essa propaganda transgrediu o Código Brasileiro de Autorregulação Publicitária.

O encerramento da reportagem é feito por meio das opiniões do médico oncologista, cientista, escritor e consultor da área de saúde do programa Drauzio Varella. Ele alega que os pesquisadores são “espertalhões” e que as medidas adotadas por eles são “charlatanismo para explorar pessoas doentes”.

Essa, no entanto, não é a primeira vez que os estudiosos detentores da patente da fosfoetanolamina sintética são acusados de charlatanismo ou de outros crimes. Em março de 2016⁵⁴, a Procuradoria da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos, denunciou à Polícia Civil o professor aposentado Gilberto Chierice pelos crimes de curandeirismo, que é a prática de prescrever, ministrar ou aplicar substância para cura de doenças, e por expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto iminente, previstos respectivamente nos artigos 284 e 132 do Código Penal. Em abril do mesmo ano, a Polícia Civil de São Carlos concluiu, entretanto, que não há evidências de crimes cometidos por Chierice⁵⁵.

Em janeiro de 2018, a “pílula do câncer” esteve, mais uma vez, envolvida em um caso de polícia. De acordo com o *Jornal da Unicamp*, da Universidade Estadual de

⁵³ FANTÁSTICO. Brasileiros lançam nos EUA pílula do câncer como suplemento. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5666036/>. Acesso em: 24 out. 2018.

⁵⁴ G1 – São Carlos e Araraquara. USP denuncia pesquisador que criou a ‘pílula do câncer’ por curandeirismo. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/usp-denuncia-pesquisador-que-criou-pilula-do-cancer-por-curandeirismo.html>. Acesso em: 24 out. 2018.

⁵⁵ _____. Polícia não vê indícios de crimes por químico que criou a fosfoetanolamina. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/04/policia-nao-ve-indicios-de-crimes-por-quimico-que-criou-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 24 out. 2018.

Campinas (Unicamp)⁵⁶, o Instituto de Química (IQ) da universidade realizou avaliação que constatou que o suplemento alimentar – o mesmo vendido pelos pesquisadores Meneguelo e Almeida – não traz um traço sequer da substância. A publicação informa que laudo do Instituto Geral de Perícias (IGP), solicitado pela Polícia Civil, também constatou a inexistência de fosfoetanolamina em cápsulas de suplemento da empresa Quality Medical Line. Depois de reportagens do *Jornal Zero Hora* e da *RBS TV* (*Rede Brasil Sul*), a Polícia Civil deflagrou a “Operação Placebo”, que investigou, justamente, se o produto continha ou não fosfoetanolamina.

Para confirmar a denúncia, ainda de acordo com o *Jornal da Unicamp*, o Grupo de Investigação (GDI) pediu análises ao professor Luiz Carlos Dias, coordenador do Laboratório de Química Orgânica e Sintética do IQ/Unicamp. Os resultados mostraram que as cápsulas do lote examinado não continham a substância: 96% do conteúdo era de excipientes usados para dar cor e consistência à mistura, comuns em medicamentos, mas desprovidos de quaisquer efeitos terapêuticos benéficos. Os outros 4% eram de fosfato de monoetanolamônio, derivado da reação química entre ácido fosfórico e monoetanolamina – matérias-primas usadas na síntese da fosfoetanolamina.

O veículo de comunicação traz a informação de que, após as reportagens do *Zero Hora* e da *RBS TV*, a Polícia Civil deflagrou a “Operação Placebo” contra uma organização suspeita dos crimes de tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Diversos mandados de busca e apreensão foram cumpridos, além do sequestro de cerca de 80 veículos e o bloqueio de 33 contas bancárias em Porto Alegre (RS) e cidades de sua Região Metropolitana do Rio Grande do Sul.

De 2015 a 2019, quatro anos se passaram desde o início da cobertura do *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre uma pílula que possivelmente poderia curar todos os tipos de câncer⁵⁷. De objeto científico, a fosfoetanolamina sintética passou a ser um fato midiático, gerando debates na sociedade sobre sua eficácia, sobre seus pesquisadores, sobre os benefícios e malefícios de se utilizar uma substância química sem comprovação científica e também sobre disputas de poder, políticas e econômicas.

⁵⁶ JORNAL DA UNICAMP. Fosfoetanolamina, de ‘pílula do câncer’ a caso de polícia. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/04/03/fosfoetanolamina-de-pilula-do-cancer-caso-de-policia>. Acesso em: 24 out. 2018.

⁵⁷ Linha do tempo do caso da fosfoetanolamina sintética. Ver Apêndice C.

A opinião pública sobre o caso foi construída pela mídia e pela população, que se utilizou dos novos meios de comunicação para veicular os seus pensamentos sobre o composto químico e exigir das autoridades uma posição sobre a liberação da droga, cujo embate ainda não possui um desfecho. Compreender os efeitos da opinião pública em uma sociedade midiática será o tema a ser explorado no próximo capítulo, uma vez que é necessário destrinchar esses conceitos para, de fato, verificar os processos que permearam esse acontecimento midiático.

3. Sociedade midiaticizada: midiaticização, opinião pública e mídias digitais

A cobertura realizada pelo *G1 – São Carlos e Araraquara*, do grupo *EPTV* – afiliada da *Rede Globo* na região de São Carlos – apresenta características próprias, que a diferencia das demais coberturas promovidas por outros veículos de comunicação brasileiros sobre o mesmo assunto.

É possível destacar quatro elementos que tornam única a produção jornalística feita pelo portal. Em primeiro lugar, os conteúdos elaborados pela empresa de comunicação local⁵⁸ saíram do âmbito local/regional e ganharam novos públicos, em outras regiões do Brasil, graças ao fato do material estar disponível na internet. Isso contribuiu para a popularidade do assunto, principalmente quando a temática ganhou espaço nas redes sociais digitais.

Em segundo lugar, as reportagens contribuíram para o fomento da opinião pública sobre questões relacionadas à saúde, uma vez que a população começou a buscar seus direitos e, por meio de ações políticas ou da pressão popular, tentou legitimar o acesso ao composto químico sem comprovação científica.

O terceiro elemento a ser destacado é a controvérsia gerada pela temática em diferentes âmbitos da sociedade brasileira. Nas áreas científica, médica, farmacêutica e política, não havia um consenso sobre os efeitos da droga e quais seriam as implicações de se receitar e consumir um produto que não tinha registro nos órgãos de vigilância sanitária.

E, por fim, o *G1 – São Carlos e Araraquara* transformou a “pílula do câncer” de um fato científico para um acontecimento midiático. Esse processo ocorreu em uma sociedade midiaticizada, em que as relações são mediadas pela mídia e em que os emissores-receptores formam redes de comunicação nas quais as mensagens são discutidas, ressignificadas e reelaboradas (MARTINO, 2015).

Diante desses elementos, faz-se necessário compreender o que é uma sociedade midiaticizada, os processos de midiaticização e mediação, o papel das mídias digitais na

⁵⁸ Embora seja vinculado à *Rede Globo*, uma das maiores empresas de comunicação do Brasil, o *G1 – São Carlos e Araraquara* é uma organização local, uma vez que está sediado em São Carlos (SP) e produz conteúdos voltados para a sua cidade-sede e para os municípios próximos, como Araraquara (SP), Brotas (SP), Descalvado (SP) e Itirapina (SP). De acordo com o site oficial da *EPTV* – grupo do qual o *G1 – São Carlos e Araraquara* também faz parte -, sua área de abrangência compõe 317 cidades distribuídas em quatro áreas (Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e Varginha-MG). O grupo formado pela *EPTV São Carlos* tem 42 municípios, correspondendo a uma população de 1,8 milhão de pessoas. Fonte: EPTV. Institucional. Disponível em: <https://institucional.eptv.com.br/televisao/cobertura.aspx>. Acesso em: 12 jan. 2019.

construção da cidadania e os efeitos que a mídia pode ocasionar na opinião pública por meio de seu conteúdo jornalístico.

3.1 Sociedade midiaticizada

Os desenvolvimentos tecnológicos contribuíram para dar uma nova configuração ao jornalismo. O advento do computador, a digitalização e, principalmente, a criação da internet mudaram as formas de se fazer comunicação, dando novos elementos para a constituição da notícia.

Desenvolvida para fins militares pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos em 1969, a internet migrou de funcionalidades, passando, ao longo dos anos, a servir a universidades e centros de pesquisa científica. Seu uso se expandiu para a população, no entanto, apenas na década de 1990. Amorim (2012, p. 395) define internet como:

(...) uma rede mundial de computadores, por onde trafegam conteúdos produzidos por milhões de pessoas, empresas, governos e entidades de variada natureza, isto é possível por meio da World Wide Web (WWW), o conjunto interconectado de servidores informáticos, que se ajustam a um protocolo de interface para operar em rede (Pavlik). A web, consiste, pois, numa linguagem e mecanismos que permitem compartilhar todo tipo de informação eletronicamente.

A internet oferece grandes possibilidades para o usuário, porém, ainda não está disponível para todas as pessoas. Martino (2015) explica que o fato de existir uma Rede Mundial de Computadores e Informações não significa que todos tenham acesso a ela. Entre os problemas citados por ele para que não haja a inclusão digital estão os econômicos - uma vez que é necessário, além do computador, ter um provedor de internet para se utilizar a *web* -; e a alfabetização digital e midiática, que proporciona aos usuários a utilização correta das ferramentas disponibilizadas pela tecnologia.

Amorim (2012) ratifica esse pensamento ao citar que “na internet o céu não é o limite, pois nem todo mundo tem acesso a ela” (p. 402). Ele afirma que, embora tenham sido vendidos a preços cada vez mais baixos, milhões de indivíduos ainda não têm renda suficiente para adquirir um computador e pagar pelo acesso à rede – que no Brasil e em outros países também apresentam restrições técnicas que limitam sua conexão, como o alcance geográfico e a qualidade da internet. Para o autor, é

necessário universalizar o acesso e proporcionalizar um serviço veloz e de qualidade, o que depende da largura da banda (quantidade do espectro magnético disponível para produção de informação).

Apesar das dificuldades citadas, Signates (2012) ressalta que a internet se instaurou como um campo em que vários setores, inclusive o jornalístico, disputam o sentido de tudo o que circula simbolicamente na sociedade. Para ele, os modelos tradicionais de emissor e receptor, que foram abordados pela teoria funcionalista, se tornam obsoletos, necessitando uma nova “roupagem” para os termos.

Em linhas gerais e especificando para a análise do jornalismo na internet, parece ser possível dizer que foram justamente as possibilidades sociais dessa nova tecnologia que tornaram obsoletos para sempre os conceitos de emissor e receptor. Na internet, o que tanto o jornalista quanto os internautas comuns sempre fazem com as informações que têm é “colocar em circulação”, compreendendo este conceito como referente tanto às questões relacionadas à origem do percurso, quanto a suas fases inúmeras, inclusive aquela em que o jornalismo profissional produz o seu próprio discurso a respeito. (idem, p. 445).

O autor expõe que o conceito de circulação surgiu como uma alternativa desenvolvida para observar não apenas as mídias, mas o próprio modo como se movimentam os bens simbólicos e seus sentidos e significados dentro de uma sociedade. Fausto Neto (2010) reforça esse pensamento ao definir a circulação como um novo lugar de produção, funcionamento e regulação de sentidos. De zona automática, esse movimento se transfigura em “zona de indeterminação”, principalmente quando se revela como um espaço gerador de potencialidades na produção de sentido.

A internet também foi responsável pela “quebra” do poder dos jornais impressos de moldar a opinião pública, pois a sociedade passou a ter seus meios de articulação sem intermédio de partidos políticos ou da mídia. Amorim (2012) explica que os jornais possuíam o poder de fomentar a opinião pública quando, por meio de um efeito cascata, influenciavam com reportagens e artigos seus leitores das classes A e B – de maior nível de renda e educação – e estes irradiavam os conteúdos para outros círculos de cidadãos até atingir todas as camadas da população. Ele salienta que essa crença foi abalada a partir de observações feitas em períodos de eleições presidenciais, em que se notou um comportamento independente e autônomo dos eleitores em relação aos jornais, o que aponta para o fato de que eles podem ter sido

influenciados pela exposição à *web*, em que o fluxo de mensagens é interativo e “praticamente sem limites” (AMORIM, 2012, p. 401).

Os jornalistas digitais buscaram adaptar sua linguagem às novas tecnologias. Com esse novo meio, o modo de fazer jornalismo mudou: as pautas passaram a ser formuladas e executadas via internet; ferramentas digitais proporcionaram meios para facilitar a coleta de dados, produção, edição e difusão de conteúdos; não existe mais um *deadline*⁵⁹ estabelecido, uma vez que a atualização das informações é constante; e os conteúdos passaram a permanecer para “sempre” na rede, tornando-se disponíveis para os usuários, independentemente do tempo de sua publicação (SIGNATES, 2012; AMORIM, 2012).

Seu modelo de negócio também é diferenciado e ainda não há um consenso sobre o que é “certo” ou “errado” quando o assunto é internet, uma vez que as empresas jornalísticas ainda estão tentando se adequar aos desafios proporcionados pelas novas tecnologias. É preciso, no entanto, que os veículos de comunicação encontrem uma maneira de obter, juntamente à publicidade, lucro na exploração do serviço.

É nesse contexto de internet, jornalismo on-line e de relações mediadas pelos meios de comunicação que se insere a sociedade midiaticizada. O termo, segundo Martino (2015), tem a ver com fato de as mídias ocuparem um lugar central nas experiências cotidianas. Para ele, o conceito de mediatização⁶⁰ foi incorporado nos estudos de comunicação a partir dos anos 2000, mas o fenômeno ao qual se refere já acontecia há muitos anos. Sua definição, por exemplo, já estava presente nas obras de John P. Thompson, na década de 1990. O autor salienta que:

(...) o surgimento e a posterior expansão dos meios de comunicação, do jornal do século XVIII até a televisão, gerou uma sociedade progressivamente “medializada” (“*medialization*”), isto é, no qual a presença dos meios é constante. A “medialização” da sociedade pode ser notada na medida em que o espaço público é progressivamente compartilhado pelos cidadãos que discutem as informações recebidas pela mídia. (idem, p. 236).

Braga (2012) afirma que não é mais possível dissociar a mídia da sociedade, pois com a crescente mediatização dos processos sociais ocorre a constatação de uma aceleração e diversificação dos modos pelos quais a mídia interage com a sociedade. Eliseo Verón (1998) propõe que:

⁵⁹ Signates (2012) explica que *deadline* é o limite temporal para que o fato se transforme em notícia.

⁶⁰ É possível encontrar na literatura específica sobre o assunto os termos mediatização e medialização, dependendo do autor. Ambos têm o mesmo significado.

(...) uma sociedade em vias de midiatização (distinta da sociedade mediática do período anterior [...]) não é por isso uma sociedade dominada por uma forma estruturante, que explicaria a totalidade de seu funcionamento. A midiatização opera através de diversos mecanismos segundo setores da prática social que interessa, e produz em cada setor distintas consequências. (VERÓN, 1998, p. 1 apud BRAGA, 2012, *on-line*).

Diferentemente do preconizado pela teoria funcionalista, na midiatização o processo de recepção se prolonga no tempo e se difunde no contexto sociocultural. Para Barros (2012), os processos de produção de sentidos extrapolam não apenas os limites das representações da mídia, mas também os movimentos restritos de recepção, que se constrói, portanto, nas apropriações vivenciadas pelos receptores em seu lugar social, em interação com as pessoas de seu convívio e são marcadas por experiências de interpretação demarcadas por mediações socioculturais.

Para se compreender o conceito de midiatização, no entanto, se faz necessário revisitar algumas ideias da teoria da mediação, cujos estudos são baseados principalmente em Jesús Martín-Barbero. Em suas mais recentes obras, o semiólogo, antropólogo e filósofo colombiano (nascido, porém, na Espanha) aborda o relacionamento entre mídia e sociedade como “mediações comunicativas da cultura”, formulação que poderá facilitar o entendimento das concepções presentes nesta dissertação.

3.2 Mediações e midiatização: conceitos inter-relacionados

Questões sobre identidades e cotidianidade estão presentes na teoria das mediações, mesmo após a reformulação da proposta original de Martín-Barbero, quando ele migrou do conceito de “mediações culturais da comunicação” para “mediações comunicativas da cultura”.

Em 1987, quando o autor propôs o termo “mediações culturais da comunicação”, ele buscava pensar a “força social, cultural e política da vida cotidiana, da comunicação entre vizinhos, entre amigos do mesmo time de futebol, e também entre os governantes e governados” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 151). Com a mudança, ele passou-se a referir não apenas aos produtos culturais, mas à sociedade e à política.

Barros (2012) afirma que essa reformulação permite traçar um paralelo entre os conceitos de mediação e midiatização, pois as “mediações comunicativas da cultura” poderiam ser entendidas como midiatização da cultura. Ele cita que:

Enquanto “midiatização” vem sendo pensada como uma nova forma de sociabilidade, decorrente de uma lógica midiática, “mediação” traz já de algum tempo o sentido das interações sociais, que nos dias de hoje se dão essencialmente – mas não exclusivamente – por intermédio da mídia. (idem, p. 88).

A nova definição de Martín-Barbero (2004) recoloca a comunicação como protagonista das relações sociais e culturais contemporâneas e reconhece que as atuais configurações da sociedade criam novos usos sociais das mídias e se dispõe a encarar/enfrentar uma “nova trama da cultura”.

Diante dessas mudanças, faz-se indagar se a recepção deixa de ter o protagonismo que essa corrente teórica lhe oferecia. Barros (2012) alega que o reconhecimento da midiatização da cultura contemporânea não implica na desvalorização da dimensão humana do processo comunicacional, pois o receptor continua presente no processo comunicacional.

O pesquisador esclarece que, no campo da recepção, o processo de produção de sentidos extrapola o exercício de decodificação da mensagem recebida; essa ação se dá a partir de apropriações feitas pelos receptores à luz de seu campo semântico e pragmático. O sentido, portanto, não está nos limites do composto meio-mensagem, mas está presente nas dinâmicas que envolvem os sujeitos do processo comunicacional: “emissor e receptor, seres sociais, em interação com outros indivíduos, instituições e movimentos sociais” (idem, p. 90).

Os conceitos de mediação e midiatização também oferecem novas perspectivas de análise da sociedade, principalmente porque os processos midiáticos não podem mais ser pensados de maneira linear, como era preconizado, por exemplo, pela teoria crítica ou pela teoria funcionalista. Em um primeiro momento, é preciso compreender que não existe relações de submissão ou dominação entre sociedade e mídia, pois:

Longe das características monolíticas e de padronização da ação midiática na sociedade (que algumas posições analíticas tendem a assumir), a sociedade ‘elabora’ e trabalha uma diversidade significativa de perspectivas. Não só ‘vê’ o objeto segundo ângulos diferenciados, mas, ao fazê-lo faz circular essa variedade. A sociedade dispõe (pelo menos potencialmente) de processos de enfrentamento que, por sua pluralidade mesmo, por pouco que haja (ou houvesse) acesso a essa diversidade, seriam estimuladores de

reflexão, cotejo e aprendizado. Os dispositivos sociais elaboram múltiplas perspectivas e as fazem circular. (BRAGA, 2006, p. 307-308).

Os termos mediação e midiatização podem ser considerados complementares, de acordo com Barros (2012), uma vez que a existência de dispositivos crítico-interpretativos em um sistema social de resposta tem sua base regida por um complexo e dinâmico sistema de mediações socioculturais nos quais estão inseridos os receptores de forma individual e coletiva. “Mais que um instrumento destinado a cumprir certas funções sociais (ou comerciais), a mídia é um elemento estruturante da vida social, que interfere no próprio modo de organização da vida em sociedade” (idem, p. 101-102).

Muniz Sodré trabalhou a distinção das duas definições em seu livro *Antropológica do Espelho* (2002), em que ele explica que toda e qualquer cultura implica mediações simbólicas, que são a linguagem, o trabalho, as leis e as artes, entre outros. O significado da ação de fazer ponte ou fazer se comunicarem duas partes está presente na palavra mediação, entretanto isso ocorre em decorrência de um poder originário de discriminar, de fazer distinções de um lugar simbólico, que seria fundador de todo o conhecimento. Para se fazer valer na ordem social, a mediação precisa estar baseada em instituições ou formas reguladoras de relacionamento em sociedade, sendo que os valores e normas institucionalizadas legitimam sentido social às instituições. A midiatização se utiliza também de mediações, mas como espécie, ou seja, como uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida apenas como processo informacional, dependente das organizações empresariais e com ênfase na tecnointeração – caracterizada por uma prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, chamada de *medium* (SODRÉ, 2012).

O *medium* é um dispositivo que emerge na cultura e na História no momento em que o processo da comunicação é redefinido pela informação, ou seja, por um regime até agora posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o capital. Esse regime é uma nova tecnologia societária, empenhada num outro tipo de hegemonia ético-política, em que se dissolve a configuração realística de mediações tradicionais. (idem, p. 362).

Os autores Sonia Livingstone e Stig Hjarvard vão ao encontro aos pensamentos de Sodré ao também fazerem uma separação entre os conceitos de midiatização e mediação. Martino (2015) ressalta que, para ambos os pesquisadores, a mediação

seria a conexão de um indivíduo ou uma pessoa a um determinado meio de comunicação e a realização de atividades através desse meio, enquanto que a midiatização seria um processo mais amplo, em que essas atividades seriam reorganizadas no contexto de instituições sociais alteradas pelo, e progressivamente dependentes dos meios de comunicação.

Ele acredita que é fundamental utilizar as duas definições para se pensar a sociedade atual e a cultura contemporânea, entendendo a mídia como parte integrante de um conjunto social mais amplo, pois não se é mais possível discernir “mídia” e “sociedade” como se fossem dois elementos separados. “Falar em ‘mediatização da sociedade’ significa pensar que a ligação entre os dois não pode ser desfeita” (MARTINO, 2015, p. 238).

Hjarvard (2013), principalmente no livro *The Mediatization of Culture and Society*, busca uma proposta de midiatização que se baseia no fato de que o indivíduo, a partir de sua relação com a mídia, altera suas práticas sociais. Para ele, o conceito refere-se ao processo pelo qual a sociedade vai se tornando progressivamente dependente da lógica da mídia, pois ela está cada vez mais integrada nas operações de todas as instituições sociais. “Mediatization studies move the focus of interest from the particular instances of mediated communication to the structural transformations of the media in contemporary culture and society” (HJARVARD, 2013, p. 2).

O autor acrescenta que a mídia não é apenas a tecnologia que organizações, partidos políticos ou indivíduos podem escolher ou não usar, quando quiserem. Sua presença se tornou uma condição estrutural para práticas culturais e sociais, ambas dentro das esferas particulares de cultura e na sociedade como um todo. O relacionamento do sujeito, portanto, está atrelado à tecnologia, em especial às tecnologias de informação.

Nos últimos anos, o jornalismo foi transformado por esse processo, uma vez que as formas de se construir a notícia foram alteradas com o advento dos computadores, da internet e das redes sociais digitais. Com essas novas ferramentas, a forma de se elaborar a pauta, checar as informações, buscar fontes e, até mesmo, a noticiabilidade foram modificados. O profissional de comunicação tem atualmente a percepção de que o seu público não é mais “passivo”, pois ele reage às informações transmitidas e, de certa forma, dá um retorno aos jornalistas com seu parecer e com, muitas vezes, outras abordagens para o mesmo assunto.

Dantas e Gomes (2008), com base em vários autores, determinam que existem novos critérios de noticiabilidade após a chegada das redes digitais:

(...) cinco valores-notícia para o contexto de informações na Internet: credibilidade (da fonte do conteúdo), inovação (traduzida como exclusividade da informação), relevância (impacto na vida prática), imediatismo (quando o tempo é fator importante) e utilidade (para o dia a dia). No entender da autora, essas duas visões convergem, uma vez que a junção desses valores-notícia do mundo digital implica que quanto mais personalizado, customizado e relevante para o sujeito for o conteúdo da informação, maior será sua relação com o site ou fonte dela. (idem apud SIGNATES, 2012, p. 434).

Carvalho e Lage (2012) trazem outro viés pelo qual o jornalismo foi afetado pela midiatização. Com o apoio das ideias de Fausto Neto (2008), eles afirmam que os meios de comunicação, enquanto instituições observadoras dos acontecimentos e processos sociais, ofertam “leituras” feitas sob seus cuidados aos demais sistemas como condição de inteligibilidade da sociedade pela própria sociedade.

Os pesquisadores alegam que os jornalistas encontraram outra maneira de fazer seu trabalho, graças aos processos impostos pela midiatização na sociedade. Entre eles estão: mudanças na topografia do jornalismo - reorganização dos espaços de interação entre mídias jornalísticas e públicos e as formas de apresentação dos ambientes, rotinas e estratégias jornalísticas -; autorreferencialidade do processo produtivo, com a repetição de discursos sobre o próprio trabalho jornalístico e a abertura das rotinas e procedimentos editoriais ao público; autorreflexão sobre o modo de fazer jornalismo e suas dimensões práticas, éticas e teóricas, etc.; transformação do status do leitor, com a abertura para colaboração e produção de conteúdo de seus públicos; busca pela completude da enunciação, na tentativa jornalística de “dar conta” discursivamente de uma totalidade do acontecimento que preexistiria ao relato do mesmo; a conversão da enunciação em acontecimento, celebrando o próprio testemunho jornalístico do acontecimento como um acontecimento; e a reformulação do status da notícia, “caracterizando uma compreensão das práticas jornalísticas por parte do público, o que culmina na incorporação desse saber às estratégias de negociação com as instâncias jornalísticas ou mesmo a produção e difusão de acontecimentos” (idem, *on-line*).

O público, na sociedade midiatizada, ganha protagonismo no processo de produção noticiosa. Nas redações, é possível encontrar materiais, vídeos, textos e fotos, entre outros, que foram elaborados pelos leitores e incorporados ao produto jornalístico.

Carvalho e Lage (2012) afirmam que esses agentes, investidos no papel do “eu repórter”, não apenas denunciam, como também produzem o próprio material jornalístico direta ou indiretamente, corrigem e atualizam informações, “reafirmando e ressaltando sua importância nos processos de mediação implicados nas operações jornalísticas – modificando a própria prática jornalística enquanto mediação social” (idem, *on-line*). O papel de “fazer saber” e “fazer sentido”, que antes era destinado apenas aos veículos de comunicação, passa a ser direcionado e compartilhado com o público.

Embora essa participação não seja novidade, - no impresso, por exemplo, eles já podiam se manifestar por meio da “carta do leitor” -, é preciso destacar que, com os processos de midiatização, esses atores não se encontram mais no início ou à margem da cadeia produtiva da notícia, pois passam a ocupar o centro, o que promove uma rearticulação da cultura jornalística, segundo os pesquisadores. Mesmo com o ingresso do público, a produção jornalística ainda é pautada nos parâmetros organizacionais e nas lógicas de mercado, o que inviabiliza supervalorizar o protagonismo do leitor, colocando-o no mesmo patamar que os jornalistas têm no processo produtivo.

Fausto Neto (2009) argumenta que as plataformas digitais são mais que espaços de circulação e compartilhamento de bens simbólicos, pois possuem estratégias produtivas próprias.

O processo jornalístico de construção da realidade é, assim, afetado por essas estratégias, abrindo-se a novos atores, conteúdos e formatos. Os jornais se encontram profundamente contaminados pelos “fluxos do ciberespaço”, isto é, em constante articulação, que por vezes supõe certa dependência. Desse modo, a “cultura jornalística” se modifica também graças à incorporação das redes digitais, com suas estratégias, atores e conteúdos próprios, à rotina produtiva. Mais uma vez, nem de longe tal tendência minimiza o trabalho do jornalista, pois os desafios que se impõem são justamente o de “ordenar toda esta avalanche de informação”, segundo Pavlik, citado por Fausto Neto (2009), e o de lidar com um ambiente de visibilidade que foge ao controle dos meios de comunicação convencionais. (CARVALHO; LAGE, 2012, *on-line*).

Braga (2012) esclarece que a midiatização se coloca como a principal mediação de todos os processos sociais. Ele cita em seu livro *A Sociedade Enfrenta a Sua Mídia: dispositivos sociais de crítica midiática* (2006) que existe um sistema na sociedade que completa a processualidade de midiatização social geral, fazendo-a atuar como comunicação. Este sistema, de acordo com o autor, seria o de resposta social, que é

marcado pelo direcionamento da interação da sociedade com os produtos midiáticos. Segundo ele, a sociedade enfrentaria a sua mídia por várias etapas:

- a) Enfrentamento: respondem de modo crítico, interpretativo ou propositivo a produtos de mídia;
- b) Alternativamente, podem não enfrentar, e sim realizar ações de corroboração, suporte, difusão – em síntese, confortar o sistema de produção;
- c) A resposta é objetivada socialmente (resposta socializada, tornando-se diferida e difusa); passa a ser, portanto, disponível para circular, exercer incidências segundo determinadas lógicas;
- d) A resposta é direcionada à mídia e/ou aos usuários e potenciais usuários;
- e) Embora variando no caso a caso, os dispositivos constituem, em conjunto, acervo de processos de que a sociedade pode lançar mão e se encontram disponíveis aos usuários para estes se manifestarem em sintonia ou contraste. Isso leva a que os dispositivos sociais de interação podem ser mediações relevantes para a recepção;
- f) Os dispositivos são ainda referência possível para os produtores (em quaisquer níveis e especialidades) para prever, elaborar e rever sua própria produção, lembrando que o sistema de produção depende, para a sua pertinência e eficácia, de constantemente “monitorar” a resposta social a seus produtos, uma vez que é característica central da comunicação midiática sintonizar o polo de recepção. (BRAGA, 2006, p. 319).

Embora seja uma fonte para se pensar a comunicação realizada na sociedade atual, com a inserção da internet e das redes sociais digitais, o conceito de mediatização, de acordo com Braga (2012), ainda está em fase de construção e necessita de maior abrangência e estudos por parte de outros pesquisadores, seja no Brasil ou no mundo.

3.2.1 Mediatização da saúde

Como mencionado anteriormente, a noção de mediatização vem recebendo notoriedade no campo da pesquisa em comunicação desde o início dos anos 2000. Embora suas concepções variem conforme a autora ou autor, existem fundamentos comuns que permitem delimitar a ideia de mediatização (MARTINO, 2019).

Barros (2012) traz a definição de que a mídia é um elemento estruturante da sociedade; Martino (2015), por outro lado, alega que os processos sociais são reorganizados/alterados pelos meios de comunicação e que a mídia é parte integrante de um conjunto social mais amplo, não sendo mais possível distinguir os entendimentos de mídia e sociedade. Hjvard (2013) explica que a sociedade é

dependente da lógica da mídia e Braga (2012) acredita que a midiatização é a mediação de todos os processos sociais.

Em seu artigo *Rumo a uma teoria da midiatização: exercício conceitual e metodológico de sistematização* (2019), Martino traz uma nova perspectiva para esse conceito, abordando que “a ideia de midiatização parece revestir-se de mais força quando pensada dentro de uma sociedade na qual a presença das mídias, em qualquer espaço público é imediatamente visível” (p. 17).

O pesquisador também discorre sobre as diferenças existentes entre as concepções de midiatização desempenhadas por estudiosos latino-americanos e anglo-saxões. Para ele, as pesquisas latino-americanas, em especial as brasileiras, buscam se distinguir do conceito de mediações, embora procurem abranger diversos fenômenos que são cobertos sob essa expressão, tais como elaborações teóricas das formas e usos do conceito, além de sua utilização como um sinônimo de presença ou representação de um tema na mídia.

Neste último sentido, é possível encontrar o exemplo da midiatização da saúde. Fausto Neto concedeu em 2007 uma entrevista sobre esse assunto para Ana Paula Goulart Ribeiro, que seria publicada posteriormente na Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a *Revista Eco-pós*. Ele avalia o entrecruzamento das áreas da comunicação e da saúde como algo desafiador, “uma vez que o diálogo entre os campos – seja por seus pesquisadores e suas instituições científicas – se trava de modo lento” (RIBEIRO, 2007, p. 202). Do ponto de vista temático e estratégico, no entanto,

estes cruzamentos tendem a se intensificar e a solicitar novas formas de diálogo entre especialistas dos dois campos, na medida em que a emergência da midiatização como uma ambiência, e a força dos seus processos, torna a questão da saúde um tema intensamente presente na esfera pública. Além disso, suas práticas de interação passam por protocolos midiáticos, o que requer capacitação dos seus quadros para tais fins. Também os agendamentos se tornam complexos na medida em que resultam cada vez mais de relações complexas entre fontes e os meios de comunicação. (Ibidem).

A ambiência da midiatização, de acordo com ele, oferece processos intensos de afetação entre os campos, seus temas, seus problemas, seus pesquisadores e, principalmente, entre as lógicas e operações sobre as quais vão se instituir os vínculos entre seus atores e destes com os demais campos sociais.

Na “medida em que a midiatização é um processo complexo e cada vez mais de fundo relacional, nenhuma prática social passa à margem desta realidade, ainda que a midiatização lhes afete de modo distinto” (RIBEIRO, 2007, p. 203). A mídia, portanto, oferece conteúdos para se discutir em sociedade e a saúde não está fora desse mecanismo.

(...) o campo da comunicação precisa ver sua interação com o da saúde de modo relacional, no sentido de que ele não se constitui numa espécie de “varinha mágica”, circunstância em que seus processos disseminadores assegurassem a chama da [?] produção da anunciabilidade e de sua transparência. (...) os temas de saúde deixam de ser cada vez mais específicos, insulados por suas condições de produção e de suas próprias especificidades, para serem temas relacionais, sistêmicos, assim diria, o que, por si, em sua essência, reúne uma problemática da comunicação” (idem, p. 203-204).

Desta maneira, a saúde é um tema presente na opinião pública e se constitui em um tópico importante para ser discutido em sociedade. Novas terapêuticas, descobertas científicas e aumento ou diminuição de casos de doenças são apenas alguns dos tópicos oferecidos pela mídia para o debate público.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a cobertura jornalística da fosfoetanolamina sintética, um composto químico que supostamente poderia ser a cura para todos os tipos de câncer. Pensar, portanto, esta doença, no âmbito da midiatização, é válido, uma vez que o tema não interessa apenas aos pacientes portadores de câncer, mas também aos não cancerosos, pois a população está inserida em uma sociedade midiatizada – e também cientificizada.

O pensamento exposto acima confirma as ideias defendidas por Martino (2019), que afirma que os meios de comunicação passaram a ocupar um espaço dentro das práticas sociais. Para ele, “a mídia que ocupava, institucionalmente, um lugar à parte na sociedade, passa a ocupar um espaço dentro das práticas sociais” (p. 21).

Falar de “midiatização” significa pensar em termos de uma relação estabelecida com a mídia que ultrapassa a simples ligação, como em “mídia e sociedade”, para trabalhar um processo de entrelaçamento e transformação, a “midiatização da sociedade”. (...) Deixa-se de lado a possibilidade de pensar “mídia” e “sociedade” como categorias estanques em um delicado e incerto balanço de poder e influência recíproca, para pensar de que maneira a mídia articula-se nos entremeios das práticas sociais e vice-versa. É, também, uma tentativa de escapar ao midiacentrismo às vezes implicado na pergunta sobre “efeitos”, apresentada de várias maneiras. (idem, p. 22).

Nessa perspectiva de práticas orientadas pela mídia, é importante vislumbrar a questão dos processos de circularidade. Fausto Neto (2010) define circulação como um novo lugar de produção, funcionamento e regulação de sentidos. Ana Carolina Escosteguy (2011) reforça que, embora as audiências possam ser criativas de modos inesperados, elas também são reguladas pelos sentidos postos em circulação pelos produtos midiáticos, “bem como pela oferta de produtos disponíveis à sua escolha” (p. 199).

No artigo *Narrativas pessoais midiaticizadas: uma proposta para o estudo de práticas orientadas* (2011), a pesquisadora retrata a questão da circularidade de narrativas pessoais no contexto da sociedade midiaticizada. É possível, no entanto, fazer um paralelo desta temática com o campo da saúde pública, uma vez ambos os conteúdos são retratados pelos meios de comunicação e orbitam em sociedade. De acordo com ela:

Por essa razão, consideramos que as narrativas pessoais – as “vozes” – que são construídas e postas em circulação pela mídia, constituem-se num amálgama de uma situação onde as fronteiras entre produção e recepção se apagam e, ao mesmo tempo, é flagrante a presença e o papel da mídia na sua configuração. Esses relatos pessoais, histórias de vida contadas por seus próprios personagens que são construídas dentro de uma dinâmica midiática, revelam que a) a mídia faz parte da relação entre atores sociais e suas narrativas; b) que as partes envolvidas – os atores sociais, as histórias de vida e a mídia – não podem ser compreendidas independentemente porque existe uma íntima negociação de sentido que modifica tanto os atores quanto seus relatos e c) dado que circulam e são produzidos em determinado ambiente tecnológico e institucional, revelam determinados padrões e lógicas em comuns. Por essa razão, essas narrativas pessoais são entendidas como práticas orientadas pela mídia, deixando de ser vistas meramente como textos ou através do prisma da produção ou da recepção. (idem, p. 206).

Da mesma forma que as narrativas pessoais - objeto do referido artigo de Escosteguy (2011) -, a mídia também retrata a saúde pública em um contexto em que as fronteiras entre produção e recepção estão opacas. O assunto é trabalhado pelos meios de comunicação e oferecidos à sociedade, que a debate e, posteriormente, retorna seus desdobramentos para a mídia, o que caracteriza um processo de circularidade. Não é possível, portanto, ver esses atores sociais dissociados, uma vez que eles estão em uma “íntima negociação de sentido” (*ibidem*).

A pesquisadora ainda afirma que é possível perceber a

existência de transformações no sentido que tais narrativas midiáticas adquirem no mundo social e, como corolário, a mídia acarreta consequências para outras práticas e espaços sociais, envolvendo uma atividade de reciprocidade e mutualidade entre participantes individuais e institucionais. (ESCOSTEGUY, 2011, p. 207).

O pressuposto acima pode ser vislumbrado no caso da fosfoetanolamina sintética, cuja cobertura foi analisada por esta dissertação. O conteúdo produzido pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre a “pílula do câncer” fomentou a opinião pública e gerou ações exteriores à esfera midiática. Medidas judiciais, estudos clínicos em seres humanos e, até mesmo, uma lei federal que liberava a sua distribuição foram elaborados a partir dos desdobramentos do fato jornalístico.

Escosteguy (2007) aborda a questão dos circuitos de comunicação em outro texto, chamado *Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção*. Baseada, sobretudo, na matriz britânica dos estudos culturais⁶¹, ela apresenta um protocolo teórico-metodológico que busca trazer uma visão global e complexa do processo comunicativo, alicerçado na ideia de integração do espaço de produção e de recepção.

Em uma sociedade cuja dinâmica é pautada pela mídia, a autora acredita ser insustentável defender a ideia de que os emissores determinam o comportamento e o posicionamento dos receptores. “Isso propicia espaço para colocar em xeque a pertinência do estudo em separado de cada uma das partes do processo comunicativo, bem como o de sua desvinculação das complexidades sociais – estruturas, práticas – que o constituem ou a que, originalmente, ele se refere” (idem, p. 119).

A ideia da integração dos espaços de produção e recepção propiciam uma visão global e complexa do processo comunicativo e está de acordo com o contexto da sociedade midiática. Segundo a pesquisadora, é possível, portanto, alcançar uma compreensão “mais holística e antropológica de como as visões de mundo das pessoas são padronizadas pela mídia e de como a mídia está inserida na vida cotidiana delas” (BIRD, 2003, p. 93 apud ESCOSTEGUY, 2011, p. 204). Ou, como

⁶¹ Escosteguy (1998) define os estudos culturais como um campo de estudos em que várias disciplinas se interseccionam para compreender aspectos da sociedade contemporânea. Principalmente na matriz britânica, os estudos culturais trabalham com as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, “isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como, suas relações com a sociedade e mudanças sociais, compõem seu eixo principal de pesquisa” (idem, p. 88).

diria Hjarvard (2013, p. 9), “the logic of media forms the fund of knowledge that is generated and circulated in society”.

3.3 Papel do jornalismo digital na construção da cidadania

As revoluções do fim do século XVIII e início do século XIX promovidas em países europeus e nas colônias americanas – por exemplo, a Revolução Francesa ou as guerras que marcaram a independência de vários países da América – contribuíram para o fim das monarquias absolutistas e o início das democracias. Foi nesse contexto, que o jornalismo, em especial o jornal impresso, se legitimou como uma instituição cujo papel é informar, fiscalizar e criticar toda a forma de poder, principalmente os governos (AMORIM, 2012).

Desse período para os dias atuais, a imprensa, sobretudo a escrita, consolidou sua imagem como “quarto poder”, no mesmo plano dos poderes constituídos das sociedades democráticas – legislativo, executivo e judiciário (*ibidem*). A influência ocasionada pelo jornalismo impresso, no entanto, foi quebrada com a chegada das novas tecnologias de informação. A internet foi capaz de dissolver o poder desses meios de comunicação de moldar a opinião pública, uma vez que a sociedade passou a ter novas maneiras de articulação sem o intermédio de partidos políticos e independentes da mídia tradicional.

Se antes o público precisava esperar o jornal do dia seguinte para obter informações, com a internet ele pode acessar, a qualquer hora, todas as notícias que estiverem disponíveis. A *web* proporcionou rapidez e agilidade de acesso aos conteúdos jornalísticos, quebrando o antigo conceito de *deadline*, pois os materiais são divulgados quase que instantaneamente. Ele também pode ler/ouvir/ver reportagens de qualquer lugar do planeta; basta apenas que ele tenha acesso ao computador, tablet ou celular e à internet, algo que não era possível com o jornal impresso, uma vez que esse tipo de produto depende do papel (algo físico) e dos mecanismos de distribuição para ser consumido.

O jornalismo digital proporcionou uma nova relação entre os meios de comunicação e o público, principalmente pela noção de proximidade que essa plataforma oferece aos seus usuários. Diferentemente do impresso, em que o leitor necessitava enviar uma carta ou comentário para uma seção específica (carta do leitor) e que seu conteúdo passava por um crivo do editor do veículo antes de ser publicado, na internet

ele pode adicionar comentários às reportagens disponíveis no site e também compartilhar o material na sua rede de amigos, fazendo-o circular e atingir outros públicos.

No texto *“O Impacto das inovações tecnológicas e das mídias digitais na concepção e na prática do jornalismo”* (2012), José Salomão D. Amorim aborda o conceito de jornalismo cívico ou cidadão focado nos veículos impressos de comunicação, porém, essa definição também pode ser trazida para o contexto do jornalismo praticado na *web*. Para ele,

No esforço de aproximação do leitor, o jornal passou a se pautar pela prática do jornalismo cívico ou cidadão, um movimento de renovação do jornalismo, iniciado nos Estados Unidos, organizado em torno dos seguintes princípios: a) cobertura de assuntos próximos do dia a dia e do entorno imediato dos cidadãos; b) apontar problemas, mas debatê-los procurando encaminhar possíveis soluções; c) participação do leitor. (idem, p. 397).

Esse tipo de jornalismo foi praticado pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* durante a cobertura sobre a fosfoetanolamina sintética e pode ser encontrado em outros veículos de comunicação semelhantes a ele, pois esse mecanismo é, geralmente, executado em empresas de mídia localizadas em cidades interioranas. Bueno (2013) ressalta que os veículos de difusão de informação sediados em municípios do interior cumprem uma função comunitária, pois buscam trazer aos leitores – nesse caso, aos internautas – informações, fatos e pessoas ligadas à localidade ou às cidades onde circula, preenchendo, portanto, um espaço vazio que foi deixado pela grande imprensa, que, em virtude de sua amplitude de circulação, não consegue se focar no dia a dia dos municípios. Beatriz Dornelles reforça esse pensamento ao dizer:

Para Maciá Mercadé (1997), a imprensa regional tem por área privilegiada de difusão a região ou a cidade na qual se situa também a sua sede editorial. A vocação, a intencionalidade, os conteúdos e a percepção sobre o leitor são determinados pelo contexto local ou regional, sendo também as relações com as instituições e com os organismos locais e regionais mais diretas, de caráter permanente e num grau maior de intensidade, comparativamente aos jornais que se encontram administrativamente, política e economicamente em um nível de desenvolvimento maior. (DORNELLES, 2013, p. 72).

Sodré (2012) reconhece que, na atualidade, o relacionamento do sujeito humano com a realidade é perpassado pelas tecnologias da informação. O autor explica que os principais cenários da identidade para o homem são fornecidos pelo mercado global, papel que, até pouco tempo, era ocupado pelo Estado-Nação.

Com o crescente niilismo que estaria levando à corrosão das crenças, dos valores e dos próprios fundamentos da democracia, o pesquisador afirma que os meios de comunicação não são mais responsáveis pela consolidação das instâncias democráticas. Na sociedade midiaticizada, há a “falência da mediação política entre o cidadão e o Estado” (SODRÉ, 2012, p. 367), resultando, portanto, em uma ausência efetiva de partidos políticos, de ideais e paixões e colocando a empresa capitalista no lugar da “última aventura humana possível” (*ibidem*).

Uma das principais características da democracia, de acordo com Martino (2015), é a chance de participação de todas as pessoas no processo de tomada de decisões. Nessa perspectiva, a internet oferece um potencial de engajamento cívico considerável, na medida em que, para além da política partidária, esse espaço proporciona a discussão e a defesa de causas, interesses e estilos de vida.

Os usuários da Rede Mundial de Computadores encontram a possibilidade de debater sobre questões que permeiam a vida humana e o seu dia a dia sem sair de casa. Com o auxílio do computador, tablet ou do celular, eles podem defender seus pontos de vista, criticar e interagir com outras pessoas que têm visões de mundo diferentes das suas. Embora seja de grande valia, a discussão de ideias na internet nem sempre resulta em ação, pois grande parte dos debates não saem da esfera da *web*. O engajamento no mundo virtual é importante, porém se os internautas não trouxerem as questões para a sociedade, os embates se tornam apenas discussões vazias e sem aplicações práticas. O ideal é que haja essa mescla entre discussões online e resultados offline, como aponta Martino (2015, p. 110):

Dessa maneira, as discussões, os comentários de *blogs* e vídeos, as interações nas redes sociais digitais e outras formas de participação delineiam no horizonte a possibilidade de engajamento cívico em questões relacionadas à vida da *polis*, mesclando discussões *online* e resultados *offline*.

Schudson (2002) reconhece que os jornalistas não apenas reportam a realidade, mas também a criam. Ele define jornalismo como informação e comentário sobre assuntos contemporâneos considerados publicamente importantes e admite que a mídia organiza a informação e a audiência. É por isso que as notícias não podem ser consideradas, segundo o autor, como um espelho da realidade, pois elas são uma representação do mundo e todas as representações são seletivas - neste caso, são selecionadas pelas preferências e percepções dos editores e repórteres, sem

restrições por controles democráticos. O autor acredita que para entender as notícias produzidas pela mídia é preciso admitir que elas são uma forma de cultura e que são “guardiãs” do público, “stand-ins for public scrutiny, gatekeepers who monitor the political process on behalf of the public” (SCHUDSON, 2003, p. 220).

Com o jornalismo digital, o público se sentiu mais próximo dos meios de comunicação e estes reforçaram seu papel de cidadão, que cobra, critica e busca obter seus direitos junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário. A internet trouxe mais facilidade de acesso às informações, embora nem sempre esses conteúdos sejam feitos com qualidade – é preciso que o usuário seja alfabetizado digitalmente e busque discernir as fontes para conseguir materiais confiáveis e não ser surpreendido pelas *fake news*⁶².

Nesse cenário desenvolvido pelas mídias digitais e pela sociedade midiaticizada, Sodré (2012) define o conceito de cidadania contemporânea. Para ele:

(...) a cidadania contemporânea tende a exprimir-se como um sujeito coletivo, em vez do indivíduo atuante num espaço dito público. Não se trata de um sujeito coletivo absolutamente idêntico a si mesmo e numericamente definido, e sim de um fluxo de mudança que atravessa um grupo, na direção de uma subjetividade plural, polarizada de turbulências, conflitos e fermentação social. Cidadania, hoje, seria um resumo a voz de minorias enquanto dispositivo simbólico, com uma intencionalidade ético-política, dentro da luta contra-hegemônica, e não o estado de um sujeito politicamente passivo, embora confortado por suas possibilidades de organizar-se como consumidor dentro de uma ordem econômico-social gerida por grandes empresas capitalistas. (idem, p. 368).

O jornalismo, mesmo na esfera digital, ainda cumpre com o seu papel de informar, criticar e fornecer subsídios para que o público forme sua opinião e possa buscar mecanismos para participar do processo de tomada de decisões. No entanto, é inegável que a agenda política da sociedade deixou de ser totalmente dependente da agenda temática dos meios de comunicação com o advento da internet. Martino (2015) explica que o conteúdo divulgado pelas redes de televisão, por exemplo, nem sempre serão os discutidos pela população, pois, em rede, um conteúdo que foi ignorado pela mídia pode ser o mais comentado entre os usuários.

Então, como identificar os efeitos que a mídia pode ocasionar na opinião pública por meio de seu material jornalístico, já que nem sempre esse produto é visto e

⁶² Delmazo e Valente (2018) definem *fake news* como artigos noticiosos que são intencionalmente falsos, e aptos a serem verificados como tal, podendo enganar os leitores que tiverem acesso a esses materiais.

debatido pela população? Antes de responder essa questão é preciso revisitar os conceitos de esfera pública e de opinião pública, sobretudo o defendido por Walter Lippmann (2008), para entender como funcionam essas ações difundidas em sociedade.

3.4 Efeitos da mídia na opinião pública

O jornalismo americano do fim do século XIX e do início do século XX trouxe para a população a invenção da reportagem. Schudson (2010) explica que as notícias buscavam – e, de certa forma, ainda buscam - criar experiências de satisfação estética para os leitores com o intuito de ajudá-los a interpretar suas próprias vidas e relacioná-las com as situações vivenciadas por eles na nação, cidade ou classe a que pertencem. O ideal informativo do jornalismo, portanto, está associado às ideias de justiça e objetividade.

O autor esclarece que Walter Lippmann teria sido um dos principais porta-vozes do ideal de objetividade. Em seu livro *Opinião Pública* (2008), Lippmann explica o “impulso emocional” que está por detrás de toda a busca por essa convicção: “Conforme a nossa mente se torna mais profundamente consciente de sua própria subjetividade, encontramos uma satisfação no método objetivo que não está senão ali” (SCHUDSON, 2010, p. 178). Segundo o pesquisador, esse conceito poderia contribuir para a elaboração de uma legislação que coibisse a falsa documentação, a identificação das fontes das notícias nas reportagens, a criação de institutos de pesquisa não partidários, o estabelecimento de uma agência internacional de notícias apartidária e a profissionalização do jornalismo (*ibidem*).

Na década de 1930, a objetividade já fazia parte da rotina e dos valores profissionais adotados pelos jornalistas, algo que persiste até os dias atuais, embora se saiba que esse ideal é anômalo.

(...) Pode-se distinguir três tipos de crítica que atacavam a noção de objetividade. Em primeiro lugar, há a posição de que o conteúdo de uma notícia baseia-se num conjunto de pressupostos políticos substantivos, pressupostos cuja validade nunca é questionada. (...) Essa primeira visão, portanto, sustenta que a forma oculta o conteúdo, que a forma das notícias incorpora as suas próprias tendências. (...) Outros críticos afirmam que o formato da notícia que Weaver delineia reforça as estruturas de poder estabelecidas. Ele favorece as instituições mais voltadas para “eventos” e com melhores condições de controlá-los, ou para a organização de pseudoeventos. (...) Uma terceira crítica, intimamente relacionada, percebe a

forma da notícia, não como uma forma literária, mas uma forma social intensamente condicionada pelas rotinas da captação de notícias. Agora, o argumento é que o processo da coleta de notícias, em si, constrói uma imagem da realidade que reforça o ponto de vista oficial. (...) Sob esse ponto de vista, a objetividade é um conjunto de convenções concretas que persistem, porque reduzem o grau em que os próprios repórteres podem ser responsabilizados pelas palavras que escrevem. (SCHUDSON, 2010, p. 214-216).

Lippmann (2008) define opinião pública como “aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome dos grupos” (p. 40). Martino (2015), no entanto, traz outras características desse mesmo conceito: “(...) a opinião pública se destaca por ser não apenas a ‘opinião do público’, como o nome às vezes sugere, mas também o conjunto de *opiniões discutidas em público*, e, portanto, colocadas para discussão com todos os outros interessados possíveis” (p. 91).

Esse termo está relacionado aos de esfera pública e espaço público, sendo que o primeiro pode ser entendido como um espaço de discussão e ação social formado na interação entre as pessoas, que buscam conversar sobre assuntos de relevância para a sociedade com o intuito de tomar decisões coletivas a partir da troca de ideias – é um espaço abstrato formado na interação entre os indivíduos envolvidos na discussão de temas que lhes dizem respeito -; e o segundo seria caracterizado por serem lugares nos quais as pessoas podem se reunir, se encontrar e debater livremente sobre o que bem entenderem ou desejarem. É na esfera pública que ocorre a formação da opinião pública (HABERMAS, 1989; MARTINO, 2015).

Os meios de comunicação possuem um papel importante na constituição da opinião pública, uma vez que trazem diferentes pontos de vista sobre determinados assuntos aos cidadãos que, em outras situações, não poderiam criar seu próprio discernimento sobre essa demanda ou tema. As novas tecnologias de informação, em especial a internet, ofereceram um novo olhar para esse procedimento, uma vez que os conteúdos são divulgados com maior rapidez e proporcionam, com a mesma agilidade, uma mobilização por parte dos usuários. Temáticas que não tinham espaço nos grandes veículos de comunicação passam a ter notoriedade nos portais de notícia e em outras mídias digitais, sobretudo nas redes sociais, alcançando novos públicos e gerando manifestações do público (MEDEIROS, 2013).

Admite-se que a imprensa seja o espaço/meio em que o público poderá ter contato com outras opiniões para poder elaborar a sua própria. Com a utilização de diversas fontes e usando o parecer do jornalista, a população poderá exercer o seu papel de

cidadão e tecer comentários sobre as situações e problemáticas experienciadas na vida em sociedade. Espera-se que a mídia ofereça espontaneamente ao seu público algo que a democracia acredita ser o papel do cidadão, ou seja, de fiscalizar os órgãos públicos e cobrar pelos seus direitos (LIPPMANN, 2008).

Charaudeau (2015) ressalta que as mídias são criticadas por se constituírem como um “quarto poder”, uma vez que exercem influência nos outros três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e na sociedade. Para ele, entretanto, essas mesmas mídias são utilizadas pelos políticos e seus partidos como um meio de manipulação da opinião pública, mesmo que sejam para o bem-estar do cidadão. O autor explica que, para que haja manipulação, é preciso que alguém (ou uma instância) tenha a intenção de fazer crer a outro alguém (ou uma outra instância) alguma coisa (que não é necessariamente verdadeira), para fazê-lo pensar ou agir em um sentido que traga proveitos ou benefícios ao primeiro. É necessário também que esse outro entre no “jogo” sem perceber. A influência que a mídia exerce no cidadão, entretanto, nem sempre é proposital.

Ora, não se pode dizer que as coisas acontecem exatamente assim entre as mídias e os cidadãos. Não se pode dizer que os primeiros tenham a vontade de enganar os demais, nem que estes engulam todas as informações que lhes são dadas sem nenhum espírito crítico. (...) as mídias manipulam de uma maneira que nem sempre é proposital, ao se automanipularem, e, muitas vezes, são elas próprias vítimas de manipulações de instâncias superiores. (idem, p. 252).

A ação manipuladora das mídias, no entanto, é limitada. O pesquisador esclarece que a própria instância midiática é manipulada de duas formas: por pressão externa e por uma pressão interna. A primeira é caracterizada por três fatores: atualidade, poder político e a concorrência; e a segunda é delimitada pelas representações impostas pela própria mídia, que é “(...) vítima de seu sistema de representação, pois em vez de efetuar a troca entre ela e o cidadão, a troca ocorre entre ela e os atores da máquina econômica, a fim de sustentar sua própria promoção” (idem, p. 260).

É difícil medir a influência da mídia sobre a opinião pública e mensurar o seu impacto. Charaudeau (2015) ressalta que:

A questão da influência das mídias sobre a opinião pública talvez não seja boa para se discutir, embora afete os políticos e os homens importantes e, naturalmente, as próprias mídias. Desse modo, limitamo-nos à observação da própria máquina midiática, à análise dos efeitos visados e a emitir hipóteses sobre os efeitos que poderia produzir. No entanto, as mídias

contribuem, entra ano, sai ano, para construir opinião. É claro que a opinião pública é difusa, fragmentada, explodida, móvel, instável, segundo movimentos brownianos, fixando-se na parede de uma certeza como se fosse um molusco no rochedo atingido pelas ondas. É o que as mídias proporcionam: que a verdade se fixe – provisoriamente – numa parede. (CHARAUDEAU, 2015, p. 261-270).

Como é possível verificar os efeitos que a mídia promove na opinião pública? Para obter essa informação é preciso analisar a estrutura do conteúdo jornalístico, ou seja, dos textos, vídeos, fotos e áudios que são produzidos pelos jornalistas e divulgados para o público. É no discurso jornalístico que se encontra grande parte dos mecanismos utilizados por esses profissionais para tecer comentários sobre determinados assuntos e, portanto, influenciar a opinião pública.

Rodrigues (2012) aponta que o discurso jornalístico tem a função de ser mediador entre enunciados/falas/manifestações de diferentes segmentos. Ele é unilateral, uma vez que o “enunciador dirige a palavra para um público relativamente indiferenciado e ausente, que não tem possibilidade de tomar efetivamente a palavra, pelo menos no decurso da relação discursiva midiática” (p. 238).

Embora a internet tenha mudado esse panorama, ao convidar os usuários para debater as reportagens – seja pelos comentários, pelas propostas de pauta ou pelos e-mails aos veículos de comunicação -, o público ainda “engatinha” quando o assunto é sua participação e seu papel no meio jornalístico. O autor afirma que, apesar de silencioso, o público está presente na cadeia de elaboração do discurso jornalístico, e é a “escuta específica daqueles que se sentem envolvidos pelo discurso midiático que se constitui o público” (p. 229).

O pesquisador ainda ressalta que no discurso midiático o locutor não percebe a presença física do público e a percepção da presença física desse mesmo locutor por parte do público é mediada por dispositivos que asseguram o suporte do referido discurso. O jornalista, portanto, não sabe, de fato, quem é o seu destinatário – ele idealiza os leitores, ouvintes, internautas e telespectadores e faz o seu conteúdo voltado para essa classe específica. É como se o repórter soubesse o que o indivíduo “x” ou “y” gostaria de receber em sua casa por meio do jornal, do rádio, da televisão ou dos portais de notícia e trabalhasse o seu material para atendê-lo.

É no discurso jornalístico que se constitui a formação da opinião pública. Um exemplo para essa afirmação pode ser dado por meio da elaboração da notícia: um repórter recebe uma pauta, escolhe as fontes, realiza entrevistas com as mesmas,

produz fotos, vídeos ou áudios e escreve o seu texto intercalando dados, pontos de vista e as falas dos entrevistados. Nesse entrecruzamento de informações, é possível oferecer diversas possibilidades de interpretação para o público que, após consumi-los, irá tecer sua própria opinião sobre o fato.

Embora os jornais prezem pela objetividade e pela isenção, é inegável que o texto jornalístico esteja impregnado com as noções e valores dos profissionais da área. Afinal, eles estão escrevendo e informando o público por meio das suas visões de mundo – ou da empresa em que são inseridos. A utilização de uma determinada fonte pode encaminhar o usuário da mídia a uma interpretação específica, que, nem sempre, é feita de forma intencional pelo meio de comunicação.

Charaudeau (2015) explica o funcionamento da agenda da mídia:

A responsabilidade das mídias, de início, está na seleção dos acontecimentos. Obnubiladas pelo acidental e pelo insólito, assimilando o acontecimento à desordem social, as mídias constroem uma agenda do mundo midiático que as impede de tratar o que se encontra à sombra da desordem aparente, sob a parte saliente do iceberg. Ora, é essa agenda que se impõe ao cidadão como a do mundo social, fora da qual não haveria acontecimento. Ela é imposta num jogo de oferta que leva a crer que corresponde a uma demanda. Como em todo o mercado, é a oferta que dita a demanda, uma demanda que constrói uma circularidade, não se podendo dizer se corresponde à necessidade (e muito menos ao desejo). Escolher anunciar uma notícia incerta em vez de nada dizer, mesmo com todas as precauções habituais, é fazê-la existir e registrar como tal. O cidadão, não nos esqueçamos, só pode consumir a informação que lhe é servida. (idem, p. 271).

Embora a internet tenha colaborado para a diminuição do poder do jornalismo, sobretudo o impresso, de formar a opinião pública, as notícias ainda são uma fonte de validação das informações por parte dos usuários da mídia. Signates (2012) afirma que o “jornalismo se converte no espaço de confirmação, da validação e do comentário dos fatos já noticiados” (p. 434) pelas redes sociais digitais, por exemplo. É nos portais de notícia, nos jornais impressos, nas rádios e nos canais de televisão que o público vai buscar a comprovação de que aquele acontecimento veiculado em seus perfis do *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* ou *WhatsApp* é verdadeiro.

Diante desses pressupostos, Charaudeau (2015) dá indícios de como a sociedade pode enfrentar os dispositivos midiáticos por meio do “direito de monitoramento do cidadão”, ou seja, da garantia de que o indivíduo deveria ter de exigir dos atores da máquina midiática que tenham consciência do que fazem, para que as escolhas que

operam os tornem responsáveis do que realizam. O exercício do direito de monitoramento do cidadão se daria da seguinte forma:

Ter um direito de monitoração é de início não aceitar a trapaça, principalmente não aceitá-la em nome dos índices de audiência, todas as vezes que, do telejornal aos diferentes *talk shows*, e passando por certas reportagens, sejam apresentados como autêntico e real aquilo que é provocado ou montado artificialmente. Mas ter um direito de monitorar é também recusar cair na armadilha dos efeitos produzidos pela máquina de informar: efeitos de exagero que alimentam os rumores; efeitos de amálgama que globalizam os casos; efeitos de dramatização que se concentram nos perseguidores e nos heróis e impedem que se analise a realidade sociológica dos acontecimentos; efeitos de descontextualização que deformam a percepção dos acontecimentos; efeito de essencialização que exacerba as oposições dos atores do espaço público, como se o mundo fosse feito de entidades humanas antagonistas fora das quais não haveria outro pensamento ou outro julgamento a não ser contra o outro. Enfim, ter o direito de monitorar é não aceitar os argumentos trazidos pelas instâncias de informação para justificar seu trabalho, como “A informação se fabrica depressa, muito depressa”, quando, por mais depressa que se trabalhe, sempre se operam escolhas e essas sempre guardam uma significação; ou o argumento já evocado “Mostra-se a realidade do jeito que ela acontece (...)”. Não é a televisão que é violenta, é a realidade”, quando, em matéria de informação, só há violência mostrada, logo, esta depende do que se escolhe para mostrar e da encenação que a mostra. (CHARAUDEAU, 2010, p. 275).

Qual é o papel, portanto, das mídias na democracia? Charaudeau (2015) aponta que os veículos de comunicação relatam fatos e acontecimentos que se produzem no mundo, fazem circular explicações sobre o que se deve pensar sobre esses temas e propiciam o debate público. Diante desse fato, essas mesmas mídias mantêm um espaço de cidadania, sem o qual não há democracia.

Sodré (2012), por outro lado, acredita que o encolhimento do Estado e a dissolução progressiva do espaço público concomitantes à expansão do mercado contribuem para o enfraquecimento da esfera social em que se desenvolve a cidadania. Diante da sociedade midiaticizada, em que as relações humanas são perpassadas pela mídia, é possível entender que:

(...) se é verdade que os meios de comunicação massivos podem ser interpretados como um alargamento tecnológico do espaço público, portanto como uma suposta ampliação do funcionamento democrático, não se segue necessariamente que esses meios possam ser tidos como responsáveis pela construção ou pela consolidação de instituições democráticas no real-histórico. (idem, p. 365).

O autor esclarece que a cidadania midiaticizada seria o resultado da falência da mediação política entre o cidadão e o Estado, algo cuja ação era feita pelos meios de comunicação.

3.5 Análise de conteúdo e entrevista de profundidade: metodologias empregadas para o exame dos dados

A investigação proposta por esta dissertação está centrada nas reportagens publicadas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* durante o período de agosto de 2015 a julho de 2016. O material, que totaliza 48 notícias, aborda desde o início da problemática da fosfoetanolamina sintética na mídia até o começo dos testes clínicos promovidos pelo Instituto do Câncer de São Paulo (Icesp). Era necessário, portanto, uma ferramenta de análise que permitisse decodificar os conteúdos propostos pelo portal regional, com o intuito de compreender os sentidos que estiveram presentes na estrutura jornalística constituída pelo site.

Diante desse quadro foi escolhida a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016) que se propõe a ser “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (p. 15).

O fator comum que une todas essas técnicas é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução – a inferência. Bardin (2016) explica que, enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Baseada em métodos qualitativos e quantitativos, essa técnica se originou no início do século XX e se desenvolveu nos Estados Unidos, onde era essencialmente praticada no material jornalístico. A Escola de Jornalismo de Columbia foi a responsável por iniciar os trabalhos com essa metodologia, porém o primeiro nome que, de fato, ilustra a história da análise de conteúdo é Harold Lasswell, com suas investigações sobre a imprensa e a propaganda desde 1915 (BARDIN, 2016).

Embora os pesquisadores dos anos 1960 e 1970 tenham experienciado uma queda no uso dessa prática, principalmente por causa do surgimento das novas tecnologias de informação, sobretudo o computador, suas aplicações atualmente se multiplicaram:

A análise de conteúdo, se multiplica as aplicações, marca um pouco o passo, ao concentrar-se na transposição tecnológica, em matéria de inovação

metodológica. Mas observa com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise das comunicações: lexicometria, enunciação linguística, análise da conversação, documentação e base de dados, etc. (BARDIN, 2016, p. 31).

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, cujos métodos correspondem aos seguintes objetivos: superação da incerteza e o enriquecimento da leitura. Entre as suas funções estão: a heurística, que busca enriquecer a tentativa exploratória em vias de aumentar a propensão da descoberta; e a de administração da prova, que procura, por meio de hipóteses, verificar o sentido de uma confirmação ou infirmação – durante a aplicação, ambas as funções podem coexistir.

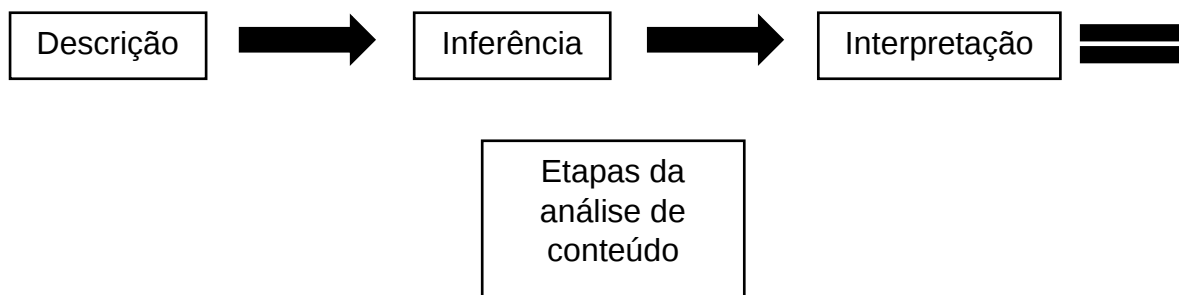
A pesquisadora define diversos tipos de técnicas que podem ser executadas, sendo uma delas a análise categorial. Nesse tipo de investigação, é tomada a totalidade do texto passando-o pelo crivo da classificação, segundo a frequência/ausência de itens de sentido. Ela afirma que este pode se constituir como um primeiro passo da análise, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando por meio de números e percentagem de uma interpretação, que, sem ela, poderia ser sujeita a uma espécie de aval.

É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente. (BARDIN, 2016, p. 43).

A autora ressalta, entretanto, que tudo depende do momento da escolha dos critérios de classificação, dos itens que se procura ou do que se espera encontrar no período do exame dos dados. É, por isso, que se diz que a análise de conteúdo é inferência (dedução de maneira lógica) de conhecimentos, pois o analista, por meio das mensagens, inferirá conhecimentos sobre o emissor e sobre o seu meio.

Ela enumera as etapas desse procedimento, sendo a primeira a *descrição*, composta pela enumeração das características do texto, resumida após o tratamento feito pelo pesquisador; a segunda, seria a *inferência*, que permite a passagem, explícita e controlada, para a terceira, e última etapa, a *interpretação*, que é a significação concedida as características que foram elencadas no primeiro passo. A ilustração mostra como funciona essa metodologia:

Figura 2 - Etapas da análise de conteúdo (BARDIN, 2016)



Fonte: elaborado pela autora.

O investigador, ao se utilizar dessas técnicas, procura rastrear a relação entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas que estão presentes nos enunciados estudados - e esse ato pode ser feito de forma consciente ou não por parte do indivíduo ao examinar os dados.

Buscando uma definição atualizada sobre a análise de conteúdo, Bardin (2016) diz que essa metodologia é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (p. 48).

É preciso ter em mente que, diferentemente da linguística cujo objeto é a língua, a análise de conteúdo leva em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas (índices formais e análise de coocorrência).

Bardin traz em seu livro *Análise de Conteúdo* (2016) alguns exemplos práticos da aplicação dessa metodologia e a forma de utilizá-la. Ela alega, porém, que “a maior parte das técnicas propostas é do tipo *temático* e *frequencial* (o método mais fácil, mais conhecido e mais útil numa primeira fase de abordagem da maioria dos materiais” (p. 55). Para a análise dos conteúdos produzidos pelo G1 – São Carlos e Araraquara, alvo da investigação desta dissertação, optou-se, justamente, por esses dois procedimentos, aliando-os à entrevista de profundidade (DUARTE, 2017). A utilização desse segundo método serviu para preencher algumas lacunas deixadas

pela decodificação dos textos e para esclarecer alguns questionamentos que o material possa ter levantado durante o exame dos dados obtidos com a análise de conteúdo.

Antes mesmo de começar a decifrar os sentidos presentes no texto, com o auxílio da ferramenta preconizada pela professora de psicologia da Universidade de Paris V, é preciso fazer uma leitura prévia com o intuito de levantar um conjunto de hipóteses que nortearão a investigação. Esta é considerada uma “pré-fase”, que tem como missões a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final do conteúdo (BARDIN, 2016).

Depois desse passo, parte-se para a análise temática, em que será feita a contagem de um ou de vários temas ou itens de significação em uma mesma unidade previamente determinada, como frases ou palavras. A “fase da análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas (...) consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (idem, p. 131).

Com essa classificação em mãos, é possível confirmar ou refutar as hipóteses levantadas pela leitura crítica do material em um movimento de “vai e vem” entre teoria e técnica, hipóteses, interpretações e métodos de análise, que são característicos dessa metodologia (*ibidem*).

Os resultados obtidos na segunda etapa são tratados para serem significativos e válidos na última fase, que é considerada a de “tratamento dos resultados obtidos e interpretação”. Com a utilização, por exemplo, da porcentagem, é possível estabelecer quadros estatísticos que “condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise” (idem, p. 131).

Tratar o material obtido com a investigação significa codificá-lo, ou seja, transformar os dados puros (brutos) por meio de um recorte, em uma representação possível de ser interpretada pelo pesquisador. Esse mecanismo depende de três escolhas – no caso de uma análise quantitativa e categorial: recorte (escolha das unidades de significado), enumeração (escolha das regras de contagem) e classificação e agregação (escolha das categorias).

Entre as regras de enumeração mais usadas estão a de frequência, que “corresponde ao seguinte postulado (válido para certos casos e em outros não): a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição”

(BARDIN, 2016, p. 138). Laurence Bardin (2016) esclarece que, em uma medida frequencial simples (em que todos os elementos têm a mesma importância), a aparição de um item de sentido ou de expressão será tanto mais significativo – em relação ao que procura atingir na descrição ou na interpretação da realidade visada – quanto mais esta frequência se repetir. Isto significa que, quanto mais uma frase ou palavra aparece, mais importante ou significativa ela é para o enunciador.

A análise de conteúdo oferece uma possível interpretação do conteúdo jornalístico por meio da decodificação dos sentidos contidos nos textos. Embora seja de grande valia, nem sempre todos os aspectos existentes no material são passíveis de serem verificados com a utilização das categorias e com a frequência de inserções. Diante desse impasse, se faz necessário o uso de outra metodologia que irá preencher essas lacunas e possibilitar novas interpretações aos conteúdos. Para este estudo, optou-se pela entrevista em profundidade (DUARTE, 2017) para compreender a produção da estrutura narrativa jornalística promovida pelos profissionais do *G1 – São Carlos e Araraquara* e os seus efeitos na opinião pública durante a cobertura do caso da fosfoetanolamina sintética.

Bardin (2016) classifica as entrevistas como um material verbal rico e complexo. “Qualquer pessoa que faça entrevistas conhece a riqueza desta fala, a sua singularidade individual, mas também a aparência por vezes tortuosa, contraditória, ‘com buracos’ (...)” (p. 94). Duarte (2017), por outro lado, afirma que “a entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana” (p. 62).

O seu surgimento como tema metodológico ocorreu na década de 1930 no âmbito das publicações de assistência social americana, oferecendo grande contribuição aos estudos de Carl Rogers sobre a psicoterapia orientada para o paciente. Foi somente, no entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial que as entrevistas passaram a possuir orientações metodológicas próprias (DUARTE, 2017; SCHEUCH, 1973).

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. (DUARTE, 2017, p. 62).

A técnica permite, por meio de perguntas e respostas, uma infinidade de interpretações e ações. É possível, por exemplo, explorar um assunto e aprofundá-lo,

descrever processos, compreender procedimentos realizados no passado e analisar e discutir temas que serão importantes no futuro, entre outros. Duarte (2017) explica que a entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir amplitude ou quantidade de um fenômeno – algo que é feito na análise de conteúdo. Nesse sentido, o termo “hipótese” é substituído por “pressupostos”, que são um conjunto de conjecturas antecipadas que orientam o trabalho de campo.

O autor esclarece que a entrevista pode ser uma ferramenta útil para lidar com questões complexas, pois permite uma construção baseada em relatos da interpretação e da experiência das fontes, assumindo-se que não será obtida uma visão objetiva do tema de pesquisa.

Como qualquer outra técnica, a entrevista em profundidade exige elaboração e explicitação de procedimentos metodológicos específicos, tais como o marco conceitual no qual se origina, os critérios de seleção das fontes, os aspectos de realização e o uso adequado das informações, que são essenciais para dar validade ao estudo e para estabelecer as limitações que os resultados possuirão (DUARTE, 2017).

Em seu texto *Entrevista em profundidade* (2017), Duarte define quais são os tipos de entrevista (aberta, semiaberta e fechada), como é feita a seleção dos informantes, os atos que compõem esse procedimento, os instrumentos de coleta e a descrição e análise dos resultados.

O pesquisador salienta que as entrevistas em profundidade são feitas, geralmente, de forma individual e são classificadas em: abertas (realizadas a partir de um tema central, sem itinerário), semiabertas (partem de um roteiro-base) e fechadas (é usada quando se deseja obter informações representativas de um conjunto de uma população, como em um questionário).

Segundo ele, as fontes a serem entrevistadas devem ter relevância e contribuir com o objetivo da pesquisa:

A seleção dos entrevistados em estudos qualitativos tende a ser não probabilística, ou seja, sua definição depende do julgamento do pesquisador e não de sorteio a partir do universo, que garante igual chance a todos (característica das amostras probabilísticas). Existem dois tipos básicos de amostras não probabilísticas para uso em entrevistas qualitativas: por conveniência ou intencional. A seleção por conveniência (também chamada acidental) é baseada na viabilidade. Ocorre quando as fontes são selecionadas por proximidade ou disponibilidade. (...) a seleção é intencional

quando o pesquisador faz a seleção por juízo particular, como conhecimento do tema ou representatividade subjetiva. Neste caso, ele pode selecionar conhecedores específicos do assunto. (DUARTE, 2017, p. 69).

Entre os atos que compõem a entrevista, o pesquisador destaca: o informante deve escolher o local e o horário a ser realizada a ação; a primeira pergunta, mesmo em um roteiro semiestruturado, deve ser mais abrangente possível indicando o tema geral da pesquisa; personalize as perguntas e evite questões de sim/não; se tiver dúvidas repita a pergunta de outra forma; evite constranger o entrevistado com questões que ele não domina, fica constrangido ou incomodado; e procure deixar para o final perguntas mais sensíveis e complexas. Duarte (2017) esclarece que é importante cruzar informações e fontes, por meio dos dados obtidos com a entrevista e a literatura proposta na pesquisa. Os instrumentos de coleta podem ser os mais variados, mas ele cita alguns como as anotações, a gravação, o telefone e a internet (e-mail). E, por fim, o autor ressalta as formas de se classificar as informações obtidas com as entrevistas, como a organização por categorias de temas.

Por ser uma rica ferramenta, o uso da técnica de entrevista em profundidade permite ao analista gerar sugestões e críticas sobre o tema de estudo. “É uma oportunidade para não apenas descrever e refletir sobre os resultados obtidos, mas também propor avanços e soluções” (idem, p. 81).

Com base nas teorias de mediatização e opinião pública e nas metodologias de análise de conteúdo e entrevista de profundidade, será possível fazer a análise das reportagens produzidas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre o caso da fosfoetanolamina sintética. O estudo, que será explorado no próximo capítulo, se utilizou das análises do tipo temática e frequencial, cujos dados foram confrontados com as informações obtidas em entrevistas realizadas com os pesquisadores detentores da patente e com os profissionais do site. O objetivo desse cruzamento foi verificar, entre outras coisas, quais são os efeitos que a mídia promove na opinião pública por meio da estrutura narrativa jornalística.

4. Análise das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara sobre o caso da fosfoetanolamina sintética

O G1 – São Carlos e Araraquara publicou a primeira reportagem sobre o caso da fosfoetanolamina sintética no dia 17 de agosto de 2015. Em 12 meses, foram produzidas 48 matérias sobre o assunto, com diferentes enfoques: os processos de pacientes portadores de câncer para obter a substância na Justiça do Estado de São Paulo, os possíveis benefícios que a droga ofereceria aos usuários, o posicionamento da Universidade de São Paulo (USP) sobre o ocorrido, manifestações pró-medicação não autorizada e denúncias contra o pesquisador responsável pelo composto químico, entre outros.

A cobertura feita pelo portal pode ser dividida em três momentos, sendo que o primeiro compreende a descoberta da “pílula do câncer” até o início dos testes clínicos pelo Instituto do Câncer de São Paulo (Icesp) – ocorreu de agosto de 2015 a julho de 2016 -; a segunda etapa seria os desdobramentos ocasionados pelos estudos clínicos – de agosto de 2016 a março de 2017 - e a terceira, e última até o momento desta análise, foca na repercussão após o cancelamento da pesquisa clínica, que concluiu que a droga não apresentava efeitos ou benefícios para o combate à doença – de abril de 2017 aos dias atuais.

Nesta dissertação, optou-se pela análise das reportagens produzidas pelo portal de notícias durante a primeira etapa da cobertura, uma vez que é o período de maior debate entre a sociedade e as classes médica, farmacêutica, científica e política sobre a temática, além de ser o intervalo de tempo com o maior número de notícias sobre a “fosfo”. Outra razão para a escolha desse marco temporal é o pioneirismo do site regional, que acabou influenciando outros veículos de comunicação do Brasil para a elaboração de matérias e outros conteúdos jornalísticos sobre a fosfoetanolamina sintética. É válido, portanto, compreender como esse tema conseguiu sair do âmbito local/regional para alcançar status nacional, algo que somente a primeira fase poderia oferecer material substancial para essa investigação.

4.1 Conteúdo das reportagens sobre a fosfoetanolamina sintética produzidas e publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara entre agosto de 2015 e julho de 2016

A primeira etapa da cobertura do *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre a fosfoetanolamina sintética - que é marcada pela descoberta do composto químico pela mídia e o início dos testes clínicos - compreende o período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 12 meses, foram publicadas 48 reportagens sobre a “pílula do câncer”, sendo elas:

Pacientes pedem na Justiça que USP forneça cápsula de combate ao câncer – 17 de agosto de 2015

Elaborado pela então editora do portal Stefhanie Piovezan, o conteúdo dá início a toda a cobertura do site sobre o assunto. Nela, o público começa a se familiarizar com o tema e recebe a informação de que pacientes portadores de câncer estão entrando na Justiça do Estado de São Paulo para obter, via medida judicial, cápsulas de fosfoetanolamina sintética.

Um breve histórico da droga é apresentado aos leitores, que passarão a conhecer Gilberto Chierice, as implicações da portaria publicada pela USP que proíbe a distribuição de substâncias com fins medicamentosos – e que acabou levando pessoas que antes tinham livre acesso à “fosfo” a recorrerem ao Judiciário -, e os relatos de indivíduos que tomaram o composto químico e obtiveram resultados positivos no tratamento contra neoplasias. É uma matéria de longa extensão, com o parecer de médicos, pesquisadores e pacientes, o que mostra possível imparcialidade do portal, que buscava, nesse momento, informar ao seu público-leitor sobre o que, de fato, era essa droga fabricada há cerca de 20 anos nas dependências da USP, em São Carlos (SP).

‘Consciência em paz’, afirma homem preso por doar cápsula contra câncer – 24 de agosto de 2015

Stefhanie Piovezan é também a autora da segunda reportagem publicada pelo site de notícias sobre o assunto. O conteúdo traz as declarações de Carlos Kennedy

Withoeft, de Pomerode (SC), após ser preso e indiciado por falsificação de medicamentos. Ele conheceu o composto químico em São Carlos (SP), com um dos pesquisadores detentores da patente - no caso, Gilberto Chierice – em 2007. Naquele ano, sua mãe tinha sido diagnosticada com câncer no colo do útero e, por ter problemas no coração, não poderia ser submetida às sessões de quimioterapia ou cirurgia, restando apenas a radioterapia como medida para combater a enfermidade.

Nesse período, ele ficou sabendo de um possível medicamento contra o câncer que estava sendo produzido no interior do Estado de São Paulo e resolveu ligar para Chierice solicitando as cápsulas para sua mãe. O pedido foi atendido e, posteriormente, ele chegou a ir até São Carlos para aprender a síntese da substância e começar a fabricação da droga para atender a demanda de amigos e familiares que viam a melhora de sua mãe após ingerir as “pílulas do câncer”. Ele conciliou o emprego de representante comercial com o de fabricante de “fosfo”, porém, os pedidos cresceram tanto que ele abandonou a antiga profissão para se dedicar apenas as questões relacionadas à fosfoetanolamina sintética. Em 2008, ele foi denunciado à polícia e a Vigilância Sanitária apreendeu o material de confecção da droga. Ele passou 17 dias preso e foi indiciado por falsificação de medicamentos, uma vez que o composto químico não possui registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Pesquisador acredita que substância desenvolvida na USP cura o câncer – 24 de março de 2015

Esta é a primeira reportagem em que não aparece o nome do repórter responsável. O conteúdo traz entrevista de Gilberto Chierice, o professor que ficou conhecido nacionalmente por ser um dos mentores da fosfoetanolamina sintética. Para ele, a droga pode curar o câncer. Entre os tópicos abordados no texto estão a dosagem que o paciente pode ingerir, se houve interesse de outros países na substância e quantas pessoas foram beneficiadas com o composto, entre outros.

E-mail mostrou interesse da Fiocruz em cápsula de combate ao câncer – 28 de agosto de 2015

Stefhanie Piovezan volta a assinar as reportagens sobre a “pílula do câncer”. Nesta, em especial, há a informação sobre o interesse da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em produzir a fosfoetanolamina sintética. Há a reprodução da imagem de um e-mail enviado pela fundação aos pesquisadores, em que a instituição alegava que via a potencialidade do composto químico e pedia o direito da propriedade intelectual do produto para a execução do projeto, algo que não foi concedido. Para Chierice e Salvador Claro Neto, dois dos quatro detentores da patente, não havia garantia de que a droga chegaria à população, algo que eles desejavam no momento.

Cresce o nº de pessoas que entram na Justiça em busca de cápsula da USP – 4 de setembro de 2015

A primeira reportagem publicada em setembro aparece, novamente, sem a assinatura do repórter responsável. O conteúdo aborda o crescimento do número de pessoas que entraram na Justiça para conseguir, via medida judicial, cápsulas de fosfoetanolamina sintética. O site traz o dado de que, desde a publicação da primeira notícia sobre o caso, a USP recebeu 20 novas decisões judiciais e produzia pílulas para cumprir 200 liminares. O professor Chierice foi entrevistado para comprovar o fato e ele esclareceu que estava recebendo ofertas de empresas e instituições que estariam interessadas em produzir o composto químico.

TJ suspende mais de 360 liminares para entrega de fosfoetanolamina – 28 de setembro de 2015

O então presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), José Renato Nalini, suspendeu a antecipação da tutela para o fornecimento da “fosfo” para 369 pessoas. Com essa decisão, advogados e familiares de pacientes portadores de câncer que chegavam à USP de São Carlos apresentando liminares favoráveis à retirada da substância, concedidas por juízes de primeira instância, saíam da universidade sem as cápsulas.

Foi a primeira vez que a Justiça impediu a distribuição da substância, que estava sendo produzida pela instituição de ensino paulista mediante medidas judiciais. De acordo com a decisão de Nalini, que aparece transcrita na reportagem, o deferimento da decisão foi uma medida de prudência, uma vez que a droga não tinha comprovação científica de benefícios contra o câncer.

Reunião de pesquisadores e políticos discute substância contra o câncer – 1º de outubro de 2015

Stefhanie Piovezan foi autora da primeira reportagem sobre a temática no mês de outubro de 2015. O conteúdo informa ao público-leitor sobre uma reunião realizada naquele mesmo dia em Araraquara (SP) entre os pesquisadores detentores da patente da fosfoetanolamina sintética, o senador Ivo Cassol (PP-RO) e os deputados estaduais Roberto Massafera (PSDB-SP) e Rodrigo Moraes (PSC-SP) para discutir a apresentação da substância em uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, em Brasília.

No encontro político, os pesquisadores apresentaram teses e dissertações que abordam o composto químico, compartilharam relatos de casos em que a droga melhorou o quadro de pacientes portadores de câncer e explicaram os passos necessários para a conclusão dos estudos e o registro junto à Anvisa. Foi o primeiro momento compartilhado pela mídia que mostrou a participação de atores ligados à comunidade política, que objetivavam a aprovação do suposto medicamento nos órgãos brasileiros de fiscalização e a sua distribuição para a população.

Alckmin diz que vai conversar com secretário sobre a fosfoetanolamina – 4 de outubro de 2015

O então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, esteve no dia 3 de outubro de 2015 em Tapiratiba (SP) e informou à população que iria verificar junto ao também então secretário de saúde do Estado informações sobre a “fosfo”. Um grupo de São José do Rio Pardo (SP), sabendo da visita do chefe do poder executivo estadual, viajou até a cidade para obter ajuda na liberação das cápsulas.

Na mesma notícia, há um trecho que mostra a opinião de Renato Meneguelo, um dos detentores da patente. Meneguelo divulgou um vídeo no dia 1º de outubro de

2015, em que ele apresenta documentos sobre a fosfoetanolamina sintética e declara espécie de luto pelos pacientes – o teor da filmagem aparece na matéria produzida pelo *G1 – São Carlos e Araraquara*. Para ele, as tentativas de registro junto à Anvisa foram frustrantes. Esta matéria não apresenta assinatura de repórter responsável.

**TJ barra mais liminares e pacientes recorrem para obter cápsulas da USP –
06 de outubro de 2015**

A reportagem, que também não possui assinatura de repórter responsável, aborda o crescimento do número de liminares de distribuição de fosfoetanolamina sintética suspensas pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Estado de São Paulo. No dia em que a matéria foi publicada, 592 pedidos haviam sido barrados e mais 40 pacientes haviam entrado com recurso para obter a substância experimental. O conteúdo também traz a informação de que uma sessão extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado foi realizada na mesma manhã e foi definido que seriam convidados para a audiência, além dos pesquisadores, o então diretor presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa da Silva Júnior, e o superintendente de medicamentos e produtos biológicos da agência, Meiruse Sousa Freitas.

**STF determina entrega de cápsulas da USP para pacientes com câncer do Rio
– 08 de outubro de 2015**

Stefhanie Piovezan assina reportagem que traz decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu uma medida cautelar suspendendo a decisão do TJ do Estado de São Paulo que impedia o fornecimento de “fosfo” para uma paciente com câncer do Rio de Janeiro (RJ). O parecer, portanto, abria precedentes para que outras pessoas conseguissem cápsulas – a decisão, no entanto, não era definitiva e era possível que fosse revista.

Filho busca cápsulas na USP após a liberação no STF: ‘Não tem preço’, diz – 09 de outubro de 2015

O conteúdo é uma suíte⁶³ da matéria publicada no dia anterior, em que o STF concedeu uma medida cautelar suspendendo a decisão do TJ-SP. O advogado Dennis Cincinatus, que foi o beneficiário da ação, viajou do Rio de Janeiro (RJ) para São Carlos (SP) com o objetivo de obter as “pílulas do câncer” para sua mãe, que apresentava câncer no pâncreas com metástase no fígado. Ele teria saído do campus da USP com cápsulas suficientes para três meses de tratamento. O TJ-SP havia barrado liminares de 742 pacientes até o dia anterior da publicação da reportagem.

Presidente do TJ-SP volta atrás e libera entrega de fosfoetanolamina – 9 de outubro de 2015

Depois de uma sequência de reportagens assinadas por Stefhanie Piovezan, o portal novamente volta a publicar uma matéria sem a assinatura de nenhum repórter. Nesta notícia há a informação de que o então presidente do TJ-SP, José Roberto Nalini, reconsiderou o pedido de suspensão de liminares que autorizavam a entrega de fosfoetanolamina sintética para pacientes portadores de câncer. Ele teria acompanhado o entendimento do STF, que deu decisão favorável para um caso no Rio de Janeiro (RJ).

Com filas, USP distribui senhas para fornecer substância contra câncer – 13 de outubro de 2015

O conteúdo da matéria esclarece que, após a decisão do TJ-SP, a procura por cápsulas de fosfoetanolamina foi grande na USP. A universidade distribuiu senhas por causa da alta demanda e também divulgou um comunicado alertando que não tem condições de produzir a substância em larga escala para atender às liminares, que seriam atendidas dentro da capacidade da instituição.

⁶³ De acordo com o Manual de Jornalismo da Folha de S. Paulo, a palavra suíte vem do francês e significa sequência. No jornalismo, o termo designa reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm. Acesso em: 7 nov. 2018.

USP diz que cápsulas contra o câncer serão enviadas a pacientes por Correios – 16 de outubro de 2015

O portal produziu reportagem em que mostrava comunicado do Instituto de Química de São Carlos (IQSC), ligado à USP de São Carlos, de que a fosfoetanolamina sintética não seria mais entregue nas dependências da universidade, mas enviada pelos Correios para os pacientes com liminares, após notificação judicial.

Justiça amplia prazo da USP para entrega de fosfoetanolamina sintética – 28 de outubro de 2015

O *G1 – São Carlos e Araraquara* informa ao público-leitor que a Justiça ampliou de cinco para 20 dias o prazo dado à USP, em São Carlos, para a entrega das cápsulas de fosfoetanolamina sintética. A instituição de ensino declarou desde o início do cumprimento das medidas judiciais que não tinha condições de produzir o composto em larga escala. Os advogados que foram consultados pelo site acreditavam que a mudança seria um reflexo da grande quantidade de pedidos apresentados nos últimos meses e da interrupção temporária da entrega com o primeiro parecer do TJ-SP sobre a substância, que seria debatida no dia seguinte à publicação da reportagem em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado.

Esta é a primeira matéria em que aparece o seguinte parágrafo “Distribuída pela USP de São Carlos por causa de decisões judiciais, a fosfoetanolamina, alardeada como cura para diversos tipos de câncer, não passou por testes humanos necessários para se saber se é mesmo eficaz, e por isso não é considerada um remédio, como destaca a própria universidade. Ela não tem registro na Anvisa e seus efeitos nos pacientes são desconhecidos. Tampouco se sabe qual seria a dosagem adequada para o tratamento. Relatos de cura com o uso dessa substância não são cientificamente considerados prova de eficácia, já que não tiveram acompanhamento adequado de pesquisadores”. O conteúdo é repetido, com algumas diferenças, em todas as notícias posteriores sobre o assunto, se transformando em um procedimento padrão adotado pelo portal. Curiosamente, esta medida vem após a publicação de

uma reportagem⁶⁴ com opiniões contrárias sobre a fosfoetanolamina sintética produzida pela revista eletrônica televisiva semanal *Fantástico*, que pertence à *Rede Globo*, grupo do qual a *EPTV* e, conseqüentemente, o *G1 - São Carlos e Araraquara* fazem parte.

Conselho de Farmácia autua a USP por produção de fosfoetanolamina – 3 de novembro de 2015

O Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF-SP) autuou a USP pela produção de cápsulas de fosfoetanolamina sintética. De acordo com a reportagem publicada pelo portal regional de notícias, fiscais do órgão estiveram na instituição de ensino no dia 28 de outubro de 2015 e verificaram que o procedimento não seguia normas como controle de qualidade, o que levou à aplicação de uma multa e um comunicado à Vigilância Sanitária.

O conteúdo também informou ao público os desdobramentos da audiência pública realizada no Senado no dia 30 de outubro de 2015. No encontro, o governo federal oficializou a criação de um grupo de trabalho para apoiar as etapas necessárias para o desenvolvimento clínico do composto.

Desembargadores do TJ suspendem entrega de fosfoetanolamina sintética – 11 de novembro de 2015

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou, de acordo com a reportagem publicada pelo site de notícias, a suspensão do fornecimento de fosfoetanolamina sintética em sessão realizada no dia 11 de novembro de 2015. Segundo o *G1 – São Carlos e Araraquara*, a decisão foi tomada após recurso interposto pelo Estado de São Paulo, que argumentou que a substância tem efeitos desconhecidos nos seres humanos, não é um medicamento, não possui o registro necessário perante a autoridade sanitária competente e que a sua distribuição poderia acarretar graves conseqüências para os pacientes portadores de câncer que fizessem o seu uso.

⁶⁴ FANTÁSTICO. Drauzio Varella alerta sobre cápsulas distribuídas como cura do câncer. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/10/drauzio-varella-alerta-sobre-capsulas-distribuidas-como-cura-do-cancer.html>. Acesso em: 7 nov. 2018.

A matéria esclarece que seria realizado no dia 12 de novembro de 2015 um debate na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). A ação seria promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família para debater a utilização da “fosfo” para o tratamento do câncer. O evento contaria, assim como foi feito no Senado, com pesquisadores e representantes da Anvisa e do Ministério da Saúde.

Manifestação em São Carlos pede a liberação e o acesso à fosfoetanolamina – 28 de novembro de 2015

A matéria publicada no dia 28 de novembro de 2015 traz a informação de que familiares e pacientes portadores de câncer que entraram na Justiça para a obtenção das cápsulas de fosfoetanolamina sintética participariam de manifestações em diversas cidades do Brasil no dia seguinte para divulgar a substância e cobrar agilidade na produção e distribuição. Em São Carlos, o ato estava programado para 11h, em frente ao portão principal do campus I da USP; já em Rio Claro, a manifestação também estava prevista para 11h no Jardim Público.

O conteúdo esclarece que a “pílula do câncer” foi tema de audiências públicas no Senado e na Câmara dos Deputados e que naquela semana o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin teria pedido ao então ministro da Saúde Marcelo Castro, a liberação do composto para uso compassivo – previsto para quando os tratamentos disponíveis no mercado se apresentam insuficientes para o paciente.

Alckmin anunciou que pretendia dar início a testes clínicos em hospitais da rede pública estadual para avaliar a eficácia da fosfoetanolamina sintética e que a discussão para estabelecer o protocolo dos estudos se iniciaria na próxima semana. Depois desse procedimento e com a aprovação da Anvisa, o Estado de São Paulo poderia iniciar a pesquisa. Na reunião entre o ex-governador e o ex-ministro, a USP cedeu ao Estado o direito à pesquisa e produção da substância para que seja utilizada nos testes. Dessa forma, as cápsulas que seriam usadas no estudo clínico seriam fabricadas na Fundação para o Remédio Popular (Furp), em Américo Brasiliense (SP).

‘É uma esperança’, diz mulher com câncer em ato da fosfoetanolamina – 29 de novembro de 2015

A suíte da reportagem publicada no dia anterior mostra a cobertura do ato em prol da fosfoetanolamina sintética realizado na manhã daquele domingo em São Carlos (SP), que reuniu 60 pessoas. É a primeira manifestação a ser noticiada pelo site.

‘Não tinha higiene’, diz delegado sobre laboratório ilegal de fosfoetanolamina – 9 de dezembro de 2015

O editor do *G1 – São Carlos e Araraquara* Fábio Rodrigues assinou esta reportagem que aborda o fechamento de um laboratório irregular que produzia e comercializava supostas cápsulas de fosfoetanolamina sintética em Conchal (SP). Na ocasião, duas pessoas foram presas na cidade localizada no interior do Estado de São Paulo e uma no Distrito Federal.

Laudo aponta que fosfoetanolamina vendida em Conchal, SP, é falsificada – 9 de dezembro de 2015

Este conteúdo publicado no portal de notícias relacionado à “pílula do câncer” aparece sem assinatura de repórter responsável. O texto mostra que uma análise foi encomendada pela *EPTV* - afiliada da *TV Globo* e do grupo do qual o *G1 – São Carlos e Araraquara* faz parte – para comparar amostras do composto químico produzido pela USP e o fabricado em Conchal (SP), fornecido por uma suposta quadrilha, que teria sido presa no dia 8 de dezembro de 2015. O estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), de São Paulo, e analisado pelo professor Gilberto Chierice, comprovou que a droga vendida era falsa.

Vídeo mostra prisão de suspeito de comercializar fosfoetanolamina falsa – 9 de dezembro de 2015

O fato noticiado foi o de um vídeo produzido pela Polícia Civil de Brasília (DF), que mostra o momento em que um técnico em química, suspeito de fabricar supostas cápsulas de fosfoetanolamina sintética, foi preso em um barracão usado como

laboratório em Conchal (SP) no dia 8 de dezembro de 2015. Este homem, seu irmão - que seria o chefe da suposta quadrilha – e seu filho também foram presos por associação criminosa e venda ilegal de medicamentos.

Justiça bloqueia contas de trio preso por vender suposta fosfoetanolamina – 10 de dezembro de 2015

A suíte mostra os desdobramentos da prisão de três acusados de vender suposta fosfoetanolamina sintética em Conchal (SP). A Polícia Civil de Brasília teria bloqueado as contas dos três indiciados e também da falsa Organização Não Governamental (ONG) Direitos Humanos e Cidadania, com o objetivo de cruzar as informações para investigar a relação do grupo com a ONG.

Pelo menos 5 mil pessoas estão sem fosfoetanolamina, diz levantamento – 11 de dezembro de 2015

A reportagem que, assim como as anteriores, também não apresenta assinatura de repórter responsável traz um levantamento feito pelo TJ-SP que aponta que ao menos 5 mil pessoas no Estado de São Paulo estão sem receber a “pílula do câncer”, após uma decisão da Justiça de suspender o fornecimento da droga a pacientes em novembro de 2015.

Agressão faz USP mudar o local de demandas sobre a fosfoetanolamina – 21 de dezembro de 2015

O portal de notícias trouxe no dia 21 de dezembro de 2015 reportagem que mostra que a USP decidiu alterar o local de recebimento das demandas judiciais relacionadas à “fosfo” após a procuradora do campus de São Carlos, Alessandra Pinto Magalhães, ter sido agredida por advogados e familiares de pacientes portadores de câncer em busca da substância, que só era fornecida mediante decisão judicial e entregue via Correios. Dessa forma, os casos não seriam mais tratados na Procuradoria, localizada no campus I da universidade, mas no Conjunto de Apoio Didático (CAD) do campus II. Magalhães chegou a ser internada às pressas depois de ser ofendida, humilhada e confrontada com agressividade.

O conteúdo ainda informa que, graças a repercussão do caso, a substância começou a ser discutida na Câmara e no Senado e que o Ministério da Saúde e os governos dos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo pretendiam realizar testes para a conclusão da pesquisa e o registro junto à Anvisa. O Ministério da Saúde, por exemplo, tinha como expectativa liberar o composto para uso compassivo em março de 2016 e o governo paulista esperava que os primeiros resultados dos testes clínicos fossem divulgados em seis meses.

Sem produção de princípios ativos, Furp deverá encapsular fosfoamina – 21 de dezembro de 2015

A última matéria publicada em 2015 aborda reunião entre pesquisadores, representantes da Fundação para o Remédio Popular (Furp) e médicos do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp) que discutiu a produção das cápsulas de fosfoetanolamina sintética para os testes clínicos anunciados pelo governo do Estado de São Paulo. Nesta visita, foi constatado que a Furp não teria condições de produzir a substância, oferecendo apenas a possibilidade de encapsular o composto já sintetizado, e que isso só seria possível por meio de empresas particulares. O grupo pretendia levar o caso ao então governador Geraldo Alckmin para verificar a possibilidade de contratação de um local capacitado para essa produção, que ainda não tinha uma data prevista para começar.

Polícia Civil indicia 4 envolvidos na venda de suposta fosfoetanolamina – 6 de janeiro de 2016

A primeira matéria publicada pelo portal de notícias em 2016 trazia a informação de que quatro pessoas foram indiciadas pela Polícia Civil de Brasília pela produção e venda de cápsulas que supostamente seriam de fosfoetanolamina sintética. Eles foram presos no mês anterior em Conchal (SP) e no Distrito Federal (DF) e o caso já havia sido noticiado pelo site.

Manifestação pela liberação da ‘pílula do câncer’ reúne mais de 300 pessoas – 1º de fevereiro de 2016

Cerca de 300 pessoas, entre familiares e pacientes portadores de câncer, organizaram e realizaram no dia 31 de janeiro de 2016 uma manifestação exigindo a liberação da entrega da fosfoetanolamina sintética em Américo Brasiliense (SP). Este é o segundo ato divulgado pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* – o primeiro tinha sido promovido no dia 29 de novembro de 2015 em São Carlos (SP).

Na mesma reportagem, foi relatado que uma iniciativa do governo federal para testar a substância foi anunciada em outubro de 2015, com um financiamento de R\$ 10 milhões do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Em novembro do mesmo ano, o então governador Geraldo Alckmin se encontrou com o também então ministro da Saúde Marcelo Castro, em uma reunião em que a USP cedeu ao Estado o direito à pesquisa e produção da “pílula do câncer” para que seja utilizada em testes. Os resultados da pesquisa federal iriam ser divulgados no mês de fevereiro de 2016, sendo que o próximo passo seria a fase de testes clínicos em células doentes e em animais para verificar se a substância não faria mal para a saúde.

Em São Paulo, o Icesp iria também coordenar uma pesquisa para testar a droga, sendo que a previsão era de que, em seis meses, os pesquisadores tivessem uma ideia da eficácia do composto químico. O anúncio do laboratório que iria produzir as cápsulas seria divulgado naquela semana, porém o encapsulamento já estava confirmado e seria feito pela Furp, em Américo Brasiliense (SP). O investimento total para os testes era de aproximadamente R\$ 2 milhões.

Laboratório de Cravinhos, SP, vai sintetizar fosfoetanolamina para testes – 5 de fevereiro de 2016

O anúncio de que um laboratório de Cravinhos (SP) seria responsável pela síntese da fosfoetanolamina foi feito pelo ex-governador Geraldo Alckmin em Matão (SP) durante a inauguração do novo fórum da cidade. Na reportagem, o político informou que foi feito um acordo para a síntetização da droga para a realização da terceira fase de testes com o composto. Mais uma vez, o portal de notícias optou por utilizar a assinatura “*Do G1 – São Carlos e Araraquara*”, ou seja, não há um repórter

responsável pela reportagem. Essa medida se transformou em padrão nas últimas e nas próximas matérias publicadas pela empresa jornalística.

Comissão aprova realização de testes da fosfoetanolamina em humanos – 8 de março de 2016

Em março, o *G1* recebeu a informação de que a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (Conep) aprovou o protocolo de pesquisa com a fosfoetanolamina sintética. O conteúdo do site esclarece que a pesquisa coordenada pelo Icesp envolveria outros três centros públicos de saúde no Estado, com investimento estimado de R\$ 5 milhões. Na primeira fase, seriam avaliados dez pacientes para determinar a segurança da dose que vem sendo utilizada na comunidade; após essa etapa, caso o composto não apresente efeitos colaterais graves, a pesquisa prosseguirá com até mil pacientes.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que também estava realizando estudos com o composto, informou ao site que os ensaios pré-clínicos continuavam. A estimativa, de acordo com o órgão, era de que os testes clínicos de fase I começassem no segundo semestre de 2016 em humanos.

Manifestantes pedem a liberação da fosfoetanolamina sintética em Leme – 12 de março de 2016

Outra manifestação em prol da liberação do composto químico foi realizada em Leme, interior do Estado de São Paulo. De acordo com a matéria, pacientes com a doença e moradores que apoiam à causa foram às ruas pedir para que a droga seja distribuída, além de passarem um abaixo-assinado que seria encaminhado para Brasília (DF). Ainda segundo o site, a Câmara dos Deputados teria aprovado no dia 8 de março projeto que permite a fabricação, distribuição e o uso da substância – o texto seguiria para o Senado antes de ir à sanção presidencial.

**Laboratório de Cravinhos se prepara para a produção da fosfoetanolamina –
22 de março de 2016**

A reportagem do *G1 – São Carlos e Araraquara* trouxe a informação de que o laboratório PDT Pharma, de Cravinhos (SP), recebeu as máquinas necessárias para a produção da fosfoetanolamina sintética e pretendia iniciar a sintetização do composto para os testes anunciados pelo governo estadual na próxima semana. Pesquisadores e representantes do laboratório ainda iriam definir como o trabalho seria feito e o primeiro lote, de 35 quilos, deveria gerar cerca de 350 mil cápsulas.

**Pesquisador vê os primeiros testes da fosfoetanolamina como ‘equivocados’
– 24 de março de 2016**

Escrita por Fabio Rodrigues, a reportagem traz uma entrevista do professor Gilberto Chierice, em que ele aponta que os resultados dos testes feitos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foram equivocados. De acordo com o pesquisador, o composto químico não funcionaria em um teste *in vitro* e não reage da maneira como os cientistas do ministério propuseram.

Os primeiros relatórios do MCTI mostraram que as cápsulas têm uma concentração de fosfoetanolamina menor do que era esperado e que somente um dos componentes do produto – a monoetanolamina – apresentou atividade citotóxica e antiproliferativa, ou seja, capacidade de destruir células tumorais e inibir seu crescimento.

Na mesma reportagem, o *G1* anuncia que o Senado Federal aprovou no dia 22 de março, em votação simbólica, o projeto de lei que permite a fabricação, distribuição e o uso da fosfoetanolamina sintética – o projeto seguiria para a sanção presidencial. Segundo o documento, pacientes com tumor maligno poderiam usar a “pílula do câncer”, desde que existisse laudo médico que comprove a doença e de que apresentassem um termo de consentimento e responsabilidade assinado pelo próprio paciente ou por seu representante legal.

**Mesmo com ordens judiciais, USP São Carlos não entrega a ‘pílula do câncer’
– 30 de março de 2016**

Advogados e oficiais de Justiça, com mandados de busca e apreensão nas mãos, não conseguiram obter cápsulas de fosfoetanolamina sintética no laboratório do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (IQSC-USP), em São Carlos. O público fica ciente, por meio da matéria, que a “pílula do câncer” não estava mais sendo produzida no local desde que o pesquisador que fazia a substância foi transferido para o laboratório de Cravinhos, onde a droga seria sintetizada para os testes em seres humanos. Esta reportagem, assim como as próximas, não apresenta assinatura de repórter responsável, sendo assinada como “Do G1 – São Carlos e Araraquara”.

O conteúdo também informa que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação recomendou que o composto químico seja legalizado como suplemento alimentar junto à Anvisa e de que a agência de vigilância sanitária iria recomendar à ex-presidente Dilma Rousseff que vetasse o projeto de lei que libera o uso da substância aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

**USP denuncia pesquisador que criou a ‘pílula do câncer’ por curandeirismo –
30 de março de 2016**

A Procuradoria da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos, denunciou à Polícia Civil o professor e químico Gilberto Chierice pelos crimes de curandeirismo e por expor a vida ou saúde de outrem a perigo iminente em março de 2016. Ele teria sido chamado para depor na delegacia da cidade na tarde do dia 30 de março de 2016.

**USP continua descumprindo ordem judicial e não entrega ‘pílula do câncer’ –
31 de março de 2016**

Oficiais de Justiça, advogados e pacientes portadores de câncer voltaram ao IQSC-USP para tentar, com mandados de busca e apreensão, obter as cápsulas de fosfoetanolamina sintética no dia 31 de março de 2016, mas a universidade continuava descumprindo as determinações judiciais, assim como foi noticiado na

reportagem publicada no dia anterior. Salvador Claro Neto, um dos pesquisadores detentores da patente e responsável pela produção da droga na instituição de ensino, esteve na USP e informou ao site de notícias de que não existe mais a substância no laboratório do IQSC. Ele foi afastado do trabalho para ajudar a fabricar o composto em um laboratório particular, em Cravinhos, contratado pelo governo paulista que iria fazer os testes clínicos em humanos.

USP manda fechar laboratório de São Carlos que produz fosfoetanolamina – 1º de abril de 2016

O laboratório do IQSC-USP, em São Carlos, que produzia a fosfoetanolamina sintética foi fechado no dia 1º de abril de 2016 a pedido do então reitor da universidade Marco Antônio Zago. O motivo da ação foi que o químico responsável pela produção da cápsula estava em Cravinhos (SP) para ajudar a fabricar o composto em um laboratório particular contratado pelo governo do Estado de São Paulo, responsável pela realização dos testes clínicos.

Com 14 mil ações pedindo a ‘pílula do câncer’, USP alega não poder produzir – 1º de abril de 2016

A USP publicou comunicado justificando o fechamento do laboratório de São Carlos que produzia a fosfoetanolamina sintética. De acordo com a reportagem do *G1*, a universidade alegava que não era a dona da patente da substância e que não era uma indústria para produção em larga escala – cerca de 14 mil ações judiciais pediam a obtenção da pílula nesse momento.

Pesquisadores da ‘pílula do câncer’ contestam testes do MCTI no Senado – 5 de abril de 2016

Os pesquisadores que desenvolveram a fosfoetanolamina sintética contestaram os primeiros testes feitos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) durante uma audiência realizada no Senado Federal no dia 5 de abril de 2016. Segundo a reportagem publicada pelo portal de notícias regional, eles afirmaram que os testes foram feitos com concentrações diferentes das realizadas na USP. A

Defensoria Pública Federal iria pedir na Justiça que outra equipe fizesse um novo laudo e o Ministério reafirmou que os resultados não são conclusivos e que os estudos ainda estavam em andamento.

‘Profunda preocupação’, diz Anvisa sobre a liberação da fosfoetanolamina – 14 de abril de 2016

A matéria publicada pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* traz o embate entre familiares, amigos e pacientes portadores de câncer e as classes médica, farmacêutica e científica sobre a liberação do uso de fosfoetanolamina sintética, por meio do projeto de lei sancionado pela ex-presidente Dilma Rousseff e publicado no Diário Oficial da União no dia 14 de abril de 2016. Nos grupos de pacientes com câncer no Facebook, a decisão foi comemorada e vista como uma vitória, porém especialistas e órgãos como a Anvisa viram com preocupação a medida.

Polícia não vê indícios de crimes por químico que criou a fosfoetanolamina – 15 de abril de 2016

Quase 15 dias após a USP denunciar o professor e químico Gilberto Chierice pelos crimes de curandeirismo e de expor a vida ou saúde de outrem a perigo iminente, a Polícia Civil concluiu o inquérito que aponta que não houve indícios de crime por parte do profissional. O caso corria em segredo de Justiça e, por isso, não foi divulgado detalhes sobre a apuração. Com a conclusão da apuração, o inquérito foi encaminhado para o Fórum Criminal.

Pesquisador diz que não vai autorizar a venda da ‘pílula do câncer’ por R\$ 6 – 9 de maio de 2016

Cerca de 12 liminares obrigavam a PDT Pharma, de Cravinhos (SP), a conceder cápsulas de fosfoetanolamina sintética para pacientes com câncer. Na época, o laboratório era autorizado apenas a produzir o composto químico para a realização dos testes clínicos promovidos pelo governo do Estado de São Paulo. Encontro ocorrido na 2ª Vara de Cravinhos entre juízes e o diretor do laboratório discutiu a possibilidade de a empresa fornecer a droga mediante possíveis ordens judiciais. O

representante do laboratório, no entanto, informou que o custo de cada unidade seria de R\$ 6, uma vez que investimentos seriam necessários para atender a demanda. Chierice, por outro lado, achou o custo elevado e, por isso, não iria autorizar a comercialização da “fosfo” neste momento.

TRF de SP suspende fornecimento da ‘pílula do câncer’ no estado e em MS – 11 de maio de 2016

Reportagem do site de notícias regional mostra que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF), em São Paulo, suspendeu decisão liminar da Justiça Federal de São Carlos (SP) que determinava que a União e o Estado fornecessem fosfoetanolamina sintética a um paciente com câncer. A decisão, publicada no dia 11 de maio de 2016, também valia para todos os casos semelhantes nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (MS). Como justificativa, a presidente do TRF, a desembargadora federal Cecília Marcondes, informou que não havia prova científica capaz de atestar a eficácia da “pílula do câncer” no tratamento contra o carcinoma.

Suspensão da lei da ‘pílula do câncer’ vai dificultar acesso, dizem advogados – 20 de maio de 2016

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em maio de 2016 suspender a lei que autorizava o uso da fosfoetanolamina sintética, aprovada no Congresso e sancionada em abril de 2016 pela ex-presidente Dilma Rousseff. De acordo com esta reportagem do G1, a ação iria dificultar o acesso à “pílula do câncer” por pacientes, porém os recursos passariam ser avaliados caso a caso pela Justiça como era feito antes da lei, segundo a opinião de advogados de São Carlos ouvidos pelo portal - que tinham mais de 1,5 mil clientes que ingressaram com ações na Justiça. Por seis votos a quatro, o STF suspendeu a lei e, no mesmo julgamento, os ministros mantiveram suspensas decisões judiciais que obrigavam o governo a fornecer a substância.

‘Não tem outra opção’, diz filho que tenta fosfoetanolamina para a mãe – 20 de maio de 2016

Esta matéria publicada pelo site regional traz relatos de familiares, amigos e pacientes portadores de câncer sobre a suspensão da lei que liberava o uso da fosfoetanolamina sintética, além de pareceres de órgãos, associações e agências que representam as classes médica, farmacêutica e científica sobre as implicações da decisão do STF.

Pacientes protestam pela liberação da ‘pílula do câncer’ em São Carlos, SP – 29 de maio de 2016

Outro protesto foi tema de pauta do *G1 – São Carlos e Araraquara*. Neste, cerca de 30 pessoas fizeram uma manifestação pela liberação do uso da fosfoetanolamina sintética na tarde de 29 de maio de 2016 em frente à USP, em São Carlos. A ação ocorreu de forma semelhante em outras 23 cidades de 16 estados brasileiros.

Pesquisador autoriza laboratório de Cravinhos a produzir ‘pílula do câncer’ – 08 de junho de 2016

O pesquisador e um dos donos da patente da fosfoetanolamina sintética, Gilberto Chierice, respondeu o ofício do juiz Luiz Cláudio Sartorelli, de Cravinhos (SP), autorizando o laboratório PDT Pharma a cumprir mais de 800 liminares de pacientes que desejavam utilizar a substância no tratamento contra o câncer. Essas medidas foram concedidas pela Justiça antes do STF suspender a lei que autorizava a venda e o uso da pílula.

USP abre sindicância para investigar pesquisador da fosfoetanolamina – 11 de julho de 2016

A última reportagem do portal de notícias analisada por esta dissertação conta com a assinatura de Fabio Rodrigues e traz como manchete a abertura de uma sindicância contra Gilberto Chierice. A USP abriu o processo para investigar a atividade do

pesquisador que desenvolveu a “pílula do câncer” nos laboratórios do IQSC, em São Carlos.

A universidade apurava se houve uma eventual infração funcional referente à confecção e à distribuição da substância e ainda alegava que a aposentadoria do professor e químico poderia ser cassada, pois a instituição de ensino afirmava ter prejuízos em decorrência do volume de processos ajuizados em relação à USP, além de que houve riscos na forma como foi conduzida a pesquisa e durante a produção e distribuição da substância.

Os últimos parágrafos do conteúdo informavam que um teste com 40 camundongos, realizado no início de junho de 2016, demonstrou que a fosfoetanolamina foi capaz de reduzir em 34% o tamanho de tumores de pele nos animais que a ingeriram durante 24 dias, uma vez ao dia. Em novos estudos divulgados, também em junho de 2016, o Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP) apontou baixa eficácia contra as células de câncer de pâncreas ou melanoma.

4.2 Análise de conteúdo das reportagens do *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre o caso da fosfoetanolamina sintética

Todas as 48 reportagens do portal de notícias *G1 – São Carlos e Araraquara* foram submetidas à análise de conteúdo preconizada por Laurence Bardin (2016) e todos os dados foram confrontados com informações obtidas em entrevistas com três jornalistas do portal de notícias regional que participaram da cobertura e os pesquisadores e profissionais responsáveis ou com estudos relacionados à substância química.

Entre os conjuntos de técnicas da análise de conteúdo está a análise categorial, que “cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada” (idem, p. 201). Bardin (2016) salienta que o procedimento funciona por meio de desmembramentos do texto em unidades de acordo com reagrupamentos analógicos. Essa metodologia oferece inúmeras possibilidades de categorização, sendo a investigação dos temas ou análise temática a escolhida para este estudo, pois, como a autora reforça, essa prática é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos e simples.

A *análise temática*: é transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas por meio de uma grade de categorias projetada sobre os conteúdos. Não se têm em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis e comparáveis. (BARDIN, 2016, p. 222).

Neste trabalho foi utilizado a análise temática para decodificar as matérias publicadas pelo site de notícias durante o primeiro período da cobertura da fosfoetanolamina sintética. No total, foram criadas seis categorias de análise, sendo elas: (1) O câncer e a saúde pública no Brasil, (2) Opinião pública fomentada pela mídia, (3) Construção da imagem de Gilberto Chierice, (4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética, (5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde e (6) Influência do portal regional.

Para facilitar a compreensão dos dados, a análise das categorias foi feita, primeiramente, mês a mês e, posteriormente, foi verificado o conteúdo de cada unidade.

Tabela 1 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara no mês de agosto de 2015

Agosto/2015		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“Pesquisas mais recentes relacionavam a fosfoetanolamina à defesa. O organismo aumentaria a produção para combater o tumor”; “O câncer continua sendo um dogma na sociedade”; “Apontada por pesquisadores como um tratamento alternativo para o câncer”; “Quando o câncer aparece, cai todo mundo, a família	7 inserções

	quer ajudar, o pai, o filho... muitos ainda recebem como sentença de morte”; “Pesquisador acredita que a substância desenvolvida na USP cura o câncer”; “Com ingestão das cápsulas, as células cancerosas são mortas e o tumor desaparece entre seis e oito meses de tratamento”; “A cura está bem mais perto”.	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“É uma situação delicada”; “Que confia nos benefícios da substância”; “Eu usaria se tivesse a doença”; “No próprio despacho, os juízes mencionam ‘mesmo sem registro pode ser fornecida’”; “Empresário apresentou os laudos do IQSC e passou a tomar a fosfoetanolamina em julho de 2013. A partir daí, segundo ele, houve regressão da doença e não foi preciso fazer cirurgia”; “O tumor secou”; “Não tenho mais tumor, me considero curado”; “... o tumor desapareceu. A fosfo limpou o organismo”;	8 inserções

	“Os médicos dizem que não funciona”.	
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“Coordenados pelo professor Gilberto Orivaldo Chierice, hoje aposentado”; “O professor Gilberto merecia estar ganhando prêmios. Ele é um gênio”; “Um professor aposentado da Universidade de São Paulo acredita que conseguiu desenvolver uma substância que pode curar o câncer”; “Eu sou um homem da ciência de 25 anos, eu não sou nenhum amador e, por não ser amador, eu conheço o trâmite das coisas, como funciona”; “Chierice, que coordenou os estudos por mais de 20 anos, disse acreditar que a substância pode curar a doença”.	5 inserções
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“Acumula resultados satisfatórios no combate à doença, inclusive com relatos de cura”; “Cada cápsula é produzida por menos de R\$ 0,10”; “Gostaríamos que a fosfoetanolamina sintética	12 inserções

	fosse produzida e disponibilizada pelo SUS”; “Câncer não é para ganhar dinheiro, chega de o câncer enriquecer pessoas, hospitais”; “Homem preso por doar cápsulas contra câncer”; “Não chegou ao mercado por ‘má vontade’ das autoridades”; “Está começando a aborrecer ficar todo esse tempo tentando e não conseguir, criam dificuldades que eu não sei explicar”; “E-mail mostrou interesse da Fiocruz em cápsula de combate ao câncer”; “Segundo os pesquisadores Salvador Claro Neto e Gilberto Orivaldo Chierice, as negociações não prosseguiram”; “O e-mail diz que eles viam a potencialidade, mas teríamos que ceder a patente. Não concordamos porque sem isso não teríamos garantia de que chegaria à população e perderíamos a patente e eles poderiam engavetar”;	
--	---	--

	“A Fiocruz, por sua vez, disse que o termo de cessão não diz respeito à sua participação na propriedade intelectual”; “(Fiocruz) considerou o projeto bastante interessante”.	
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	“Pacientes pedem na Justiça que USP forneça cápsula de combate ao câncer”; “O princípio do direito é garantir a vida”; “A sociedade (Brasileira de Oncologia Clínica) não é contra o tratamento alternativo e a realização de estudos científicos, mas os oncologistas não vão prescrever sem o registro da Anvisa ou evidências científicas muito claras”; “A fosfoamina está aí, à disposição para quem quiser curar o câncer”; “Fomos à Anvisa quatro vezes, fomos ao Ministério da Saúde, procuramos quatro hospitais e a Fiocruz’, enumerou Salvador”; “Nunca desistimos do registro”.	6 inserções

(6) Influência do portal regional	“(Gilberto) disparou na entrevista, concedida ao repórter Rafael Castro e reproduzida a seguir”; “Diante da mensagem, o G1 perguntou à Fundação porque foi pedida a cessão da patente”.	2 inserções
-----------------------------------	--	-------------

Fonte: elaborada pela autora.

No primeiro mês da cobertura sobre a “pílula do câncer” é possível perceber que a categoria com o maior número de inserções é a (4), que representa os interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina, seguida pela (2) opinião pública fomentada pela mídia. Os dois dados apontam que, em um primeiro momento, houve interesse, não apenas dos veículos de comunicação, mas também de outros segmentos da sociedade em desvendar as características e a história do composto químico. Os números também mostram que o jornalismo foi fundamental para compreender a substância, uma vez que a droga ficou conhecida nacionalmente após as reportagens publicadas pelo portal de notícias, ou seja, a fosfoetanolamina sintética saiu do âmbito regional e ganhou popularidade em outras cidades e Estados brasileiros.

Esse procedimento se desenrolou no contexto da sociedade midiaticizada, em que o processo de recepção se prolonga no tempo e se difunde no contexto sociocultural (BRAGA, 2012; BARROS, 2012). É também possível notar que houve uma preocupação do portal regional em trazer histórias e acontecimentos que fossem inseridos no cotidiano do público, algo que faz parte dos novos valores-notícia praticados pelo jornalismo on-line, tal como aponta Dantas e Gomes (2008 apud SIGNATES, 2012). Afinal, o início da produção da fosfoetanolamina sintética ocorreu em São Carlos (SP), cidade-sede do G1 – *São Carlos e Araraquara*.

Com sete inserções, a categoria (1) o câncer e a saúde pública no Brasil desponta como a terceira unidade com maior frequência em agosto de 2015, o que demonstra o interesse da população nesse tipo de temática. O fato em questão ganha respaldo nos conceitos preconizados por Martino (2019), quando ele aborda a questão da

midiatização como um sinônimo de presença ou representação de um tema na mídia – neste caso, a midiatização da saúde.

Os grupos (5) exercício da cidadania no âmbito da saúde pública e (3) construção da imagem do professor Gilberto Chierice aparecem com, respectivamente, 6 e 5 termos. Por último, com duas inserções, ficou a categoria (6) influência do portal regional. Esse baixo número é compreensível, uma vez que a cobertura estava no início e outros portais ainda não tinham tomado conhecimento sobre seu conteúdo, além de que o assunto ainda estava sendo apresentado à sociedade.

Tabela 2 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara no mês de setembro de 2015

Setembro/2015		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“A substância não é eficaz em pacientes que estão fazendo quimioterapia ou radioterapia”; “Isso porque a fosfoetanolamina sintética ajuda o sistema a combater o câncer, mas quando a pessoa passa por um desses tratamentos, a defesa do organismo fica comprometida”; “Nem mesmo se poderia argumentar que a proteção a saúde prepondera sobre o registro formal do medicamento, porque não há nenhuma prova de que, em humanos, a substância reclamada, que não é um	3 inserções

	remédio, produza algum efeito no combate a doenças”.	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“A repercussão está interferindo na rotina dos pesquisadores do Instituto de Química da USP”; “Com tantos pacientes interessados é justamente essa regulamentação que o pesquisador anseia”; “Levou ao surgimento de discussões na internet e um morador de Santa Catarina que distribuía gratuitamente foi preso”.	3 inserções
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“Gilberto Chierice, professor aposentado que durante mais de 20 anos coordenou a pesquisa com a fosfoetanolamina sintética na USP, não para de receber mensagens e ligações de pessoas em busca da substância experimental”.	1 inserção
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“Pesquisador de São Carlos recebeu propostas para produção no exterior”; “Ele também tem recebido e-mails com propostas de empresas e instituições interessadas em produzir a cápsula”;	7 inserções

	“Apenas nesta semana, recebeu mensagens de uma empresa de Portugal e de uma professora da University of Houston, nos Estados Unidos”; “TJ suspende mais de 360 liminares para entrega da fosfoetanolamina”; “Para presidente do Tribunal de Justiça, suspensão é ‘medida de prudência’. USP de São Carlos anunciou decisão em aviso, surpreendendo interessados”; “Justifica Nalini na decisão, tomada com base em um pedido da universidade”; “Só tenho a lamentar porque estão jogando com vidas”.	
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	“Cresce o número de pessoas que entram na Justiça em busca de cápsulas da USP”.	1 inserção
(6) Influência do portal regional	“Desde a divulgação da primeira reportagem sobre o assunto, a universidade recebeu 20 novas decisões judiciais e tem produzido pílulas para cumprir 200 liminares”;	2 inserções

	“No último dia 17, o G1 divulgou a existência de processos envolvendo pacientes com câncer e a USP”.	
--	--	--

Fonte: elaborada pela autora.

O mês de setembro de 2015 registrou um número menor de reportagens publicadas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara*. Houve apenas a publicação de duas matérias sobre o assunto, o que desencadeou uma diminuição no número de termos nas categorias elencadas neste estudo. O grupo (4), que representa os interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética, no entanto, continua sendo o com maior número de inserções.

As categorias (1) o câncer e a saúde pública no Brasil e (2) opinião pública fomentada pela mídia surgem com três aparições, sendo seguida pela (6) influência do portal regional, com duas inserções. Os termos que aparecem nesta última seção mostram que houve um impacto no número de liminares e na produção do composto químico após o início da cobertura do assunto pelo site. A sentença “Desde a divulgação da primeira reportagem sobre o assunto, a universidade recebeu 20 novas decisões judiciais e tem produzido pílulas para cumprir 200 liminares”, que está presente na reportagem publicada no dia 4 de setembro de 2015 ilustra esse fato.

O portal de notícias on-line ofereceu possibilidades para o público obter a “pílula do câncer” por meio de suas matérias jornalísticas. Com seu protagonismo afetado/impulsionado pelas redes sociais digitais (CARVALHO & LAGE, 2008), o público pode verificar o conteúdo proporcionado pelo site, debater entre seus amigos por intermédio da internet e buscar soluções no mundo “offline” com o auxílio do poder judiciário.

Tabela 3 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara no mês de outubro de 2015

Outubro/2015		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“Compartilham relatos de casos em que substância melhorou o quadro de pacientes com câncer”; “Quero que o Brasil saiba que podemos ter a descoberta da cura do câncer”; “Se ele ajuda no tratamento, ótimo”; “A fosfoetanolamina é esperança de cura e ele tira essa esperança”; “Esses saquinhos simbolizam a vida, a esperança, a renovação do tratamento e a dignidade da pessoa poder ter um tratamento”; “A substância pedida não é um medicamento – já que assim não está registrada”; “Não se trata tampouco de droga regularmente comercializada, mas de um experimento da Universidade de São Paulo”;	9 inserções

	“Eu acredito que isso veio me trazer nova esperança para quem já venceu a literatura”; “Substância que supostamente combate o câncer será debatida no Senado”.	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“Cápsulas usadas contra o câncer viraram alvo de polêmicas e ações judiciais”; “Gravação que vem repercutindo nas redes sociais”; “Há mobilização forte nas redes sociais”; “Queremos que a sociedade se mobilize, que as autoridades se mobilizem”; “Comecei a ter contato com esse assunto através das redes sociais”; “Alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Participante ativa das discussões sobre a fosfoetanolamina na internet”; “Repercutiu em grupos de discussão sobre o composto”.	8 inserções
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“Pesquisadores detentores da patente foram	1 inserção

	homenageados em Porto Alegre (RS)".	
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	"Reunião de pesquisadores e políticos discute substância contra o câncer"; "Apresentação da substância em audiência pública na comissão de Ciência e Tecnologia, em Brasília"; "A discussão hoje é política para saber até que ponto o governo federal está disposto a investir no problema"; "Alckmin diz que vai conversar com secretário sobre fosfoetanolamina"; "Na tarde desta sexta-feira (2), 583 pedidos haviam sido suspensos"; "Há resistência quanto aos estudos realizados"; "A universidade afirma que não tem capacidade para produzir a substância em larga escala e reforça que regulamentação é necessária, mesma opinião da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica"; "STF determina entrega de cápsulas da USP para paciente com câncer no Rio";	16 inserções

	“Presidente do TJ-SP volta atrás e libera entrega de fosfoetanolamina”; “Nalini afirma que relatos de pacientes não podem ser ignorados”; “A assessoria da USP não foi encontrada para comentar o caso”; “A preocupação é com a estrutura da USP para atender tantos pacientes”; “Como que o Estado vai se posicionar agora?” “USP informa que não é uma indústria química ou farmacêutica”; “Acertaram um programa de cooperação com 2 laboratórios estaduais, que devem passar a produzir as cápsulas”; “A fosfoetanolamina sintética será debatida nesta quinta-feira (29), a partir das 9h, na Ala Senador Alexandre Costa, plenário 3, no Senado”; “Nesta terça-feira (28), a substância também foi discutida em um encontro de Edson Fachin com o presidente eleito da	
--	---	--

	Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC), Gustavo Fernandes”.	
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	“Sabendo isso, um grupo de São José do Rio Pardo foi até Tapiratiba para tentar falar com o governador e obter ajuda na liberação das cápsulas”; “Caso abre precedente para outros advogados recorrerem à instância superior”; “Nos pedidos, Cincinatus reforçou o direito à saúde, previsto na Constituição Federal”; “A procura pelas cápsulas foi grande nesta terça-feira (13) na Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos”; “Com a decisão do TJ, a USP tem que alertar as pessoas que a substância não é um medicamento”; “Cerca de 1 mil pessoas procuram pelas cápsulas e, com filas, foi necessário até a distribuição de senhas”; “Enfatizando também o papel do Estado de garantir o direito à saúde”.	7 inserções

(6) Influência do portal regional	--	Não há inserções
-----------------------------------	----	------------------

Fonte: Elaborada pela autora.

Esta é a primeira vez que não há nenhuma inserção na categoria (6) influência do portal regional, embora em todas as matérias analisadas no mês de outubro de 2015 seja possível contabilizar nove chamadas na coluna “Saiba Mais”, que traz outras reportagens do portal relacionando o assunto. Isso demonstra que o *G1 – São Carlos e Araraquara* já possuía, nesse período da cobertura, um acervo de materiais considerável sobre a temática, o que poderia oferecer melhor compreensão sobre toda a problemática do composto químico pelo público-leitor.

Signates (2012) explica que o jornalismo on-line garante a perpetuação do conteúdo jornalístico, uma vez que “aquilo que é dito, mesmo que não mais visto, permanece na internet e, comumente, torna-se disponível em ampla desconexão com os sentidos de sua produção” (p. 446). Todo esse material pode ser consultado, não apenas pelo público, mas também pelos jornalistas, o que pode facilitar o trabalho dos profissionais do próprio portal ou de outros veículos de comunicação que irão retratar o mesmo tema.

É válido ressaltar que nesse período começaram os embates midiáticos entre os pesquisadores e pacientes portadores de câncer e a USP e demais órgãos, além dos embates na Justiça, com a suspensão de liminares e a liberação da distribuição do suposto medicamento por instâncias superiores, como o STF. Na categoria (2), é possível verificar o processo de circularidade promovido no contexto da midiatização, uma vez que o conteúdo produzido pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* passa a ser debate pelo público-leitor em outros espaços públicos, como as redes sociais, o que demonstra que as práticas sociais são orientadas pela mídia. Houve, portanto, uma dissolução nas fronteiras existentes entre os polos de produção e de recepção (ESCOSTEGUY, 2011).

Tabela 4 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara no mês de novembro de 2015

Novembro/2015		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“Esses pacientes que estão recebendo esse suposto medicamento via Justiça poderiam fazer parte de um estudo, aí estaria regularizado o fornecimento para eles”; “Nossa posição é que, se existe potencial para essa substância se transformar em medicamento, a obrigação do governo brasileiro é coordenar esforços para que isso seja realidade, para que haja pesquisa clínica, para que se conclua rapidamente”; “Substância tem efeitos desconhecidos em seres humanos”; “Não é considerada um medicamento”; “Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”; “Vem sendo utilizada sem um mínimo rigor científico e sem critério por pacientes de	12 inserções

	câncer que relataram melhora genética em seus quadros clínicos”; “É uma questão de saúde pública”; “A fosfoetanolamina é alardeada como uma cura para diversos tipos de câncer”; “Sei que não foi testada, mas é uma esperança para quem precisa”; “Vê na fosfoetanolamina uma possível solução para aliviar o sofrimento”; “A fosfo é a última esperança”; “Quem tem câncer não pode esperar”.	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“A fosfoetanolamina, alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Relatos de cura com o uso dessa substância não são cientificamente considerados prova de eficácia”; “É o primeiro caso no Brasil, em que você tem um produto experimental transformado à força em um medicamento por força da Justiça”.	4 inserções

(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“Desenvolvida há mais de 20 anos pelo pesquisador Gilberto Orivaldo Chierice, professor aposentado do Instituto de Química de São Carlos (IQSC-USP)”.	1 inserção
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“Conselho de Farmácia autua a USP por produção de fosfoetanolamina”; “Fiscais verificaram que o processo não segue normas de garantia de qualidade”; “Justiça transformou o composto em medicamento”; “Desembargadores do TJ suspendem entrega da fosfoetanolamina sintética”; “Câmara dos Deputados vai debater o uso da substância nesta quinta-feira”; “No último dia 29, os pesquisadores defenderam a realização de testes clínicos com o composto em audiência no Senado”; “O governador Geraldo Alckmin pediu ao ministro da Saúde, Marcelo Castro, a liberação do composto para o uso compassivo”; “Alckmin também anunciou que pretende dar início a	8 inserções

	testes clínicos em hospitais da rede pública estadual”.	
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	“Manifestação em São Carlos pede a liberação e acesso à fosfoetanolamina”; “Ação vai ocorrer também em Rio Claro”; “Uma manifestação para cobrar agilidade na produção e distribuição da fosfoetanolamina sintética reuniu cerca de 60 pessoas em São Carlos”; “Neste domingo, ocorreram protestos também em Rio Claro, na capital paulista e em várias cidades do país”; “Usavam camisetas e cartazes pedindo a liberação da pílula”; “Um carro de som emitia depoimentos de médicos e de pessoas que tomaram o composto e apresentaram melhoras”.	6 inserções
(6) Influência do portal regional	“Órgão não tinha conhecimento da produção até a divulgação na mídia”; “Ao G1, ele afirmou que a USP, a Anvisa e a União responderam aos questionamentos apresentados na ação”.	2 inserções

Fonte: elaborada pela autora.

A categoria (1) O câncer e a saúde pública no Brasil é o agrupamento com o maior número de inserções no mês de novembro de 2015. Com 12 termos, o grupo supera o de (4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina, fato que demonstra que, mais uma vez, a temática atraiu a atenção de diferentes níveis e classes da sociedade brasileira. Esta análise também permite inferir que, no contexto de uma sociedade midiaticizada, o noticiário on-line oferece meios de articulação sem o intermédio do jornalismo impresso (AMORIM, 2012).

Tabela 5 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara no mês de dezembro de 2015

Dezembro/2015		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“O vídeo mostra prisão de suspeito de comercializar fosfoetanolamina falsa”; “Substância que supostamente combate o câncer”; “Se for farinha, eles estavam pedindo para um doente de câncer encerrar um tratamento cientificamente comprovado”; “Grupo fabricava e comercializada composto contra o câncer”; “Substância que supostamente combate o câncer”; “Laudo aponta que fosfoetanolamina vendida	13 inserções

	em Conchal, SP, é falsificada”; “Pelo menos 5 mil pessoas estão sem fosfoetanolamina, diz levantamento”; “Composto desenvolvido pela USP de São Carlos era entregue de graça”; “Furp deverá encapsular fosfoetanolamina”; “Encontro em Américo Brasiliense discutiu a produção do composto para testes”; “Segundo pesquisador, 4 empresas particulares teriam capacidade de fabricar”; “Produção de cápsulas de fosfoetanolamina sintética para os testes clínicos anunciados pelo governo do Estado”; “Cápsulas foram entregues de graça a pacientes com câncer por mais de 20 anos”.	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Não é considerada um remédio”	39 inserções

	“Substância tem efeitos desconhecidos em seres humanos”; “A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Não é considera um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”; “A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Substância tem efeitos desconhecidos em seres humanos”; “Substância usada no tratamento alternativo do câncer”; “A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”;	
--	---	--

	“Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “A família comercializada o falso composto para pacientes com câncer”; “Cápsulas de combate ao câncer”; “Substância tem efeitos desconhecidos em seres humanos”; “Não é considerada medicamento”; “Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”; “Usada no tratamento alternativo do câncer”; “Fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Única alternativa para a doença”; “Eu preciso desse medicamento”;	
--	---	--

	“Substância tem efeitos desconhecidos nos seres humanos”; “Não é considerado um medicamento”; “Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”; “Substância tem efeitos desconhecidos nos seres humanos”; “Não é considerada um medicamento”; “Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”; “Agressão faz USP mudar o local de demanda sobre a fosfoetanolamina”; “Funcionários sofrem com ofensas e humilhações”; “Truculência se estendeu a diversos servidores”; “Soluções relacionadas com seu bem-estar e saúde”; “Substância tem efeitos desconhecidos nos seres humanos”; “Não é considerada um medicamento”;	
--	--	--

	“Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”.	
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“O pesquisador Gilberto Chierice, coordenador dos estudos com o composto”; “A fosfoetanolamina sintética começou a ser estudada no Instituto de Química da USP pelo professor Gilberto Chierice, hoje aposentado”.	2 inserções
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“A fosfoetanolamina já foi tema de audiências públicas no Senado e na Câmara”; “Futuramente ela será feita no Rio Grande do Sul, mas nós precisamos nos deslocar para lá para habilitar o pessoal, fazer algumas sínteses junto, para que ela saia como a que sai aqui na USP”; “O grupo pretende levar o caso ao governador Geraldo Alckmin para verificar a possibilidade de contratação de um local capacitado”;	5 inserções

	“Governo do Rio Grande do Sul e o governo de São Paulo informam que vão realizar os testes para a conclusão da pesquisa e o registro junto à agência de vigilância”; “Substância começou a ser discutida na Câmara e no Senado”.	
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	--	Não há inserções
(6) Influência do portal regional	“Um laudo obtido pela <i>EPTV</i>, afiliada da <i>TV Globo</i> em São Carlos (SP), mostrou que a substância vendida pelo grupo é falsa”; “Uma análise encomendada pela <i>EPTV</i>, afiliada da <i>TV Globo</i>, para comparar mostras do composto químico produzido no campus de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP) e fabricado em Conchal, fornecido por uma quadrilha presa nesta terça-feira, aponta que a droga vendida é falsa”; “O estudo foi encomendado ao Instituto	12 inserções

	de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em São Paulo, após a <i>EPTV</i> comprar cápsulas vendidas pelo grupo”; “Um funcionário da emissora soube da venda por meio de um site em que pacientes tentam conseguir a substância”; “Laudo obtido pela <i>EPTV</i>, afiliada da <i>TV Globo</i> em São Carlos (SP), mostrou que a substância vendida pelo grupo é falsa”; “Equipe da <i>EPTV</i> no DF foi a uma casa onde supostamente funcionava a ONG DHC, em Taguatinga”; “Uma análise encomendada pela <i>EPTV</i> para comparar mostras do composto produzido no campus da USP de São Carlos e o fabricado em Conchal aponta que a droga vendida era falsa”; “Um laudo obtido pela <i>EPTV</i>, afiliada da <i>TV Globo</i> em São Carlos, mostrou que a substância	
--	--	--

	vendida pelo grupo é falsa”; “A equipe da <i>EPTV</i> no DF foi a uma casa onde supostamente funcionava a ONG DHC, em Taguatinga”; “Uma análise encomendada pela <i>EPTV</i>”; “Após a <i>EPTV</i> comprar cápsulas vendidas pelo grupo”; “Um funcionário da emissora”.	
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

A categoria (2) foi a que teve mais inserções no mês de dezembro de 2015. Com 39 termos, o grupo que reúne conteúdos sobre a “opinião pública fomentada pela mídia” demonstra algumas características que o *G1 – São Carlos e Araraquara* possui em sua cobertura jornalística.

O primeiro item é a repetição de um parágrafo específico, cujas inserções pertencem à essa categoria. Frases como “A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer” (6 aparições), “Não é considerada um remédio” (9 aparições), “Substância tem efeitos desconhecidos em seres humanos” (9 aparições), “Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”; (5 aparições) e “Substância usada no tratamento alternativo do câncer” (2 aparições) fazem parte de construções discursivas que aparecem desde o fim do mês de outubro de 2015.

De acordo com Stefhanie Piovezan (informação verbal)⁶⁵, essa recomendação surgiu da equipe do *G1 São Paulo* – que é responsável por coordenar todas as unidades do *G1* no Estado. Ela cita que eles pediram que o *G1 – São Carlos e*

⁶⁵ Entrevista concedida por PIOVEZAN, S. **Entrevista I**. [jul. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice A desta dissertação

Araraquara avisasse sobre os textos que planejavam publicar sobre a temática e que as matérias produzidas pelo site regional tivessem esse parágrafo específico.

Essa diretriz do *G1 – São Paulo* também foi confirmada pelo jornalista e fotógrafo Fabio Gonçalves Rodrigues que participou como repórter e editor de diversas matérias sobre o assunto. Segundo ele:

A partir de determinado ponto, a equipe do *G1* em São Paulo (responsável por todas as praças) passou a pedir que avisássemos sobre os textos que planejavamos publicar a respeito da fosfo e que as matérias produzidas em São Carlos tivessem um parágrafo específico, geralmente o sublide, que ficava assim: “Distribuída pela USP de São Carlos por causa de decisões judiciais, a fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer, mas não passou por testes em humanos, por isso não é considerada um remédio. Ela não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”. (Informação verbal).⁶⁶

Rodrigues acredita que a cobertura feita pelo *G1 - São Carlos e Araraquara* e pela *EPTV* foi muito importante para o debate público. Ele cita que desconhecia o assunto antes das reportagens publicadas pelo portal e/ou veiculadas pela emissora de televisão e, por isso, defende que muitas pessoas também não tinham conhecimento sobre a temática até sua veiculação pela mídia. Com a divulgação do tema e o compartilhamento das matérias e de outros fatos do mesmo conteúdo pelas redes sociais, pessoas de várias regiões do Brasil começaram a entrar em contato com o portal de notícias, com a emissora de televisão regional e com a USP. Eram, segundo ele, familiares de pessoas em tratamento que viam nas “pílulas do câncer” uma esperança de cura e procuravam o site em busca de informações sobre como conseguir as cápsulas. “Vários veículos de comunicação entraram no assunto que gerou grande repercussão em São Paulo e em Brasília. A partir disso começaram os testes com a fosfo” (informação verbal)⁶⁷. Ele avalia que a mídia deve propagar conteúdos da forma mais correta e acessível possível para o público.

Houve um envolvimento muito forte da jornalista Stefhane Piovezan no assunto, pois ela queria muito ajudar as pessoas. Desde a primeira reportagem publicada e depois todas as suítes, ela sempre fez o melhor, o que lhe garantiu também credibilidade com os pesquisadores envolvidos. Tínhamos (ainda tenho) um coordenador que acredita e incentiva muito o nosso trabalho (mesmo quando há barreiras do *G1 SP* por algum motivo) e isso é primordial para realizar uma boa reportagem. Daí a importância da

⁶⁶ Entrevista concedida por RODRIGUES, F. G. **Entrevista III**. [out. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice D desta dissertação.

⁶⁷ Idem.

mídia para propagar esse conteúdo da forma mais correta e acessível para o leitor, para o telespectador, para o ouvinte. Quando o trabalho é feito com qualidade, todos saem ganhando. (informação verbal)⁶⁸.

Rodrigues, no entanto, não aborda quais seriam os motivos que levaram o *G1 – São Paulo* a determinar diretrizes para a cobertura sobre a fosfoetanolamina sintética feita pelo *G1 – São Carlos e Araraquara*. Charaudeau (2015) explica que a mídia pode influenciar o público, mas também pode ser influenciada/manipulada pelos partidos políticos, grupos econômicos e segmentos religiosos, etc. Diante disso, é possível inferir que o portal de notícias pode ter sido induzido pela direção do site paulistano por diversas razões, como econômicas, ideológicas, políticas e científicas, entre outras. Não fica óbvio, por meio do discurso jornalístico, quais foram os conceitos adotados para essa orientação aos profissionais do jornal regional on-line.

O pesquisador da USP Salvador Claro Neto, um dos detentores da patente do composto químico, conta que, em um primeiro momento, foi contra conceder uma entrevista a Stefhanie Piovezan pela possibilidade de tornar público os efeitos da substância contra o câncer. Ele foi chamado na diretoria da unidade, onde foi informado de que deveria conceder uma entrevista para o portal regional, uma vez que o site fazia parte das organizações *Globo*.

Eu falei, gente, faz mais de 20 anos que fazemos essa pesquisa e nós nunca divulgamos em órgão nenhum, porque era uma pesquisa e faltava terminar: faltava a parte clínica. Nesse tempo, nós tivemos na Anvisa, no Ministério da Saúde, no Hospital de Barretos, no Hospital Sírio Libanês e todo mundo recusou, inclusive a Fiocruz. Quando falávamos que o remédio era barato, era 10 centavos de matéria-prima, mas é claro que se fosse produzir não ia ficar 10 centavos, porque tem todo um aparato em cima, mas mesmo assim era barato. Você ia gastar algo como R\$ 300 para um tratamento de um mês, perto do que você gasta em uma quimioterapia ou radioterapia isso é de graça. Pensa no tanto de dinheiro que o governo iria economizar, mas você ia deixar o poço aberto, alguém vai deixar de ganhar. (Informação verbal)⁶⁹.

Para ele, os jornalistas do *G1 – São Carlos e Araraquara* conheciam a fosfoetanolamina sintética e sabiam como o composto químico funcionava e, por isso, ele acredita que tratamento dirigido por eles aos pesquisadores era sempre cordial e as informações eram repassadas com qualidade e seriedade. Claro Neto cita que, no

⁶⁸ Entrevista concedida por RODRIGUES, F. G. **Entrevista III**. [out. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice D desta dissertação.

⁶⁹ Entrevista concedida por CLARO NETO, S. **Entrevista IV**. [nov. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice E desta dissertação.

entanto, a *TV Globo* não concordou com o desenvolvimento da substância na mídia e a sua aceitação perante o público, principalmente em razão de Drauzio Varella – médico que é consultor da área de saúde do programa dominical da emissora *Fantástico*.

O Drauzio só falou besteira no *Fantástico*. Uma pessoa que é formadora de opinião tem que ir atrás da notícia para saber. O que ele tinha que ter feito: ele deveria ter vindo nos procurar, procurar os pesquisadores, tinha que ter vindo a São Carlos conversar comigo e com o professor Gilberto, já que ele é médico. Primeiro é preciso entender para depois falar, porque é uma pesquisa muito importante e não dá para sair falando besteira. Houve algum interesse nessa história para falar mal da fosfoetanolamina... depois você fica sabendo que o cara tem clínica de quimioterapia, radioterapia... Então, já parece suspeito. (Informação verbal)⁷⁰.

Diferentemente das reportagens produzidas pelo site regional, a notícia veiculada pelo *Fantástico* buscou trazer outro ponto de vista sobre a fosfoetanolamina sintética. Em seu conteúdo, não há nenhuma entrevista com os pesquisadores responsáveis pela substância – há apenas a aparição do professor Gilberto Chierice, cuja entrevista tinha sido veiculada anteriormente em outro programa da emissora. Entre as fontes consultadas pela matéria estão médicos oncologistas e representantes da Anvisa buscando, sobretudo, deslegitimar os relatos de possíveis melhorias ou curas do câncer propagadas pelos pacientes em outras mídias e nas redes sociais. Varella ainda faz um apelo para que os pacientes portadores de neoplasias não deixem os tratamentos considerados convencionais – quimioterapia e radioterapia – para utilizar a droga fabricada em São Carlos (SP).

O conteúdo veiculado pelo *Fantástico* foi citado pelos pesquisadores e pessoas relacionadas nos estudos sobre a fosfoetanolamina sintética como um “divisor de águas” na cobertura sobre o tema. Claro Neto comenta, por exemplo, que o tratamento dado pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* mudou após esse episódio.

Eles sumiram. A Stefhanie nos acompanhou quando estivemos no Rio Grande do Sul, pois como era ela que estava fazendo toda a parte de reportagem sobre a fosfoetanolamina, ela foi até o Sul para cobrir o caso. A *Globo* do Rio Grande do Sul, no entanto, não a deixou trabalhar. Eu acho que falaram alguma coisa para ela. Ela apareceu no Rio Grande do Sul porque ela tinha interesse, uma vez que ela começou toda a história, toda a matéria

⁷⁰ Entrevista concedida por CLARO NETO, S. **Entrevista IV**. [nov. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice E desta dissertação.

da fosfoetanolamina, então ela foi dar uma continuidade na reportagem e parece que o pessoal deu uma “barrada” nela. (Informação verbal)⁷¹.

O pesquisador acredita que a forma com que a *TV Globo* tratou o assunto foi “doentia”. “Era doentio a *Globo* ser contra uma pesquisa do jeito que eles foram... sem ter noção. Não foi só a *Globo*, mas a imprensa escrita também foi contra, como a *Folha*, *Estado*... é uma coisa absurda. Chamaram a gente de charlatão, curandeiro” (Informação verbal)⁷².

O médico Renato Meneguelo, outro pesquisador detentor da patente da fosfoetanolamina sintética, afirma que a cobertura promovida pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre o tema só foi imparcial no começo. Ele cita que as primeiras matérias mostravam o sofrimento, o desespero das pessoas e que elas podiam ter uma esperança com o uso do suposto medicamento. Meneguelo cita que Misael Mainetti, um dos jornalistas que trabalhava no grupo *EPTV*, mudou seu comportamento após algumas reportagens.

No começo, o Misael estava muito empolgado, depois começou a mudar. O próprio Misael começou a mudar. Ele, primeiramente, mudou de empresa, saiu de uma e foi para outra e lá eu não sei se fizeram a cabeça dele ou não. Tanto que ele parou de publicar as coisas sobre a fosfo. (Informação verbal)⁷³.

O servidor público estadual Henrique Camacho era advogado do professor Gilberto Chierice durante a primeira etapa da cobertura sobre a fosfoetanolamina sintética. Ele acredita que a internet foi responsável por essa difusão e popularização do assunto e que era comum receber mensagens no aplicativo de mensagens *WhatsApp* ou e-mails com títulos ou conteúdos de reportagens que eram publicadas sobre a substância.

Ele cita, entretanto, que houve um momento de interferência da gerência da *Rede Globo* nos conteúdos produzidos pelo *G1 – São Carlos e Araraquara*. De acordo com o servidor público estadual, Stefhanie teria recebido ordens para não cobrir determinadas ocorrências do caso.

⁷¹ Entrevista concedida por CLARO NETO, S. **Entrevista IV**. [nov. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice E desta dissertação.

⁷² Idem.

⁷³ Entrevista concedida por MENEGUELO, R. **Entrevista V**. [out. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (40 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice F desta dissertação.

Eu ouvi, por conta dessa coisa de divisão da *Globo*, que eles ouviram um “cala a boca” e, de vez em quando, vinha uma ordem para ficar quieto. O “cala a boca” mais sério que eles tomaram foi na semana que saiu a matéria do *Fantástico*, porque tinha coisas que iam ser lançadas, mas não colocaram por que iria sair no *Fantástico*. Então, por toda a forma que é condicionado o *Fantástico*, por causa da audiência, então você já joga para debater. (Informação verbal).⁷⁴

De acordo com Camacho, as organizações *Globo* seriam divididas em duas: a *TV Globo*, com sede no Rio de Janeiro (RJ), que comandaria determinadas atrações, tais como o *Fantástico*; e a *Globo News*, com sede em São Paulo. Para ele, a *Globo* sediada na capital carioca seria “contra” a fosfoetanolamina sintética, principalmente após o conteúdo produzido por Drauzio Varella e a *Globo* sediada na capital paulista promoveria debates com o intuito de fomentar a opinião pública, além de demonstrar ser mais imparcial na cobertura do fato científico.

O comportamento da divisão paulista das organizações *Globo* condiz com o preconizado por Medeiros (2013), quando ele aborda que os meios de comunicação possuem papel importante na formação da opinião pública e que esse processo ganhou um “novo olhar” após o advento da internet. Embora a *TV Globo* (com sede no Rio de Janeiro) tenha oferecido pareceres desfavoráveis à “pílula do câncer”, os conteúdos divulgados pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* e compartilhados na internet garantiram ao público uma outra versão e a oportunidade de discutir o assunto (MARTINO, 2015).

Os dados obtidos pela análise de conteúdo de Bardin (2016) também apontam para um crescimento da influência do portal regional, uma vez que nas reportagens investigadas durante o mês de dezembro foram constatadas 12 inserções relacionadas à temática. Todos os termos selecionados direcionam para uma parceria entre o *G1 – São Carlos e Araraquara* e a *EPTV*, afiliada da *TV Globo* na região.

O site faz parte do mesmo grupo da emissora, por isso não é incomum que haja essas citações e interligações entre os dois veículos de comunicação. Os conteúdos transmitidos pelo canal de televisão são retransmitidos, com frequência, no portal de notícias – e não seria diferente com assuntos relacionados à “pílula do câncer”. No caso das matérias de dezembro de 2015, é possível verificar que houve a repercussão da cobertura de um caso pela *EPTV*, que também teve ramificações em Brasília (DF),

⁷⁴ Entrevista concedida por CAMACHO, H. **Entrevista VI**. [dez. 2017]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (57 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice G desta dissertação.

com uma equipe se deslocando até a capital do Brasil para conseguir um melhor panorama do acontecimento midiático.

Embora o site de notícias tenha ampliado suas fronteiras do regional para o nacional, o *G1 – São Carlos e Araraquara* buscou cumprir com as funções propostas pelo jornalismo regional. Bueno (2013) afirma que:

Embora em níveis e proporções diversas, o jornal do interior (...) cumpre uma função comunitária importante, buscando trazer aos leitores (ou internautas, quando se trata de jornais *on-line*) informações, fatos, pessoas ligadas ao município ou aos municípios onde circula. Preenche, portanto, um vazio deixado pela grande imprensa, que em virtude de sua amplitude de circulação não pode se ocupar do dia a dia das comunidades limitando-se a retratar apenas fatos absolutamente relevantes. (Idem, p. 57-58).

Nesse período da cobertura sobre a fosfoetanolamina sintética, pessoas foram detidas em Conchal (SP) e Brasília (DF) acusadas de venderem cápsulas falsas do composto químico para pacientes com câncer. O deslocamento da equipe do site para a capital do país, portanto, se mostrou justificável, uma vez que eles precisaram acompanhar o andamento das investigações e a detenção de um dos acusados para informar com precisão e qualidade o público-leitor.

Tabela 6 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* no mês de janeiro de 2016

Janeiro/2016		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	--	Não há inserções
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“Substância usada no tratamento alternativo do câncer”; “Fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Não é considerada um remédio”;	8 inserções

	“Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Substância tem efeitos desconhecidos nos seres humanos”; “Cápsulas de combate ao câncer”; “Não é considerada um medicamento”; “Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”.	
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	--	Não há inserções
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“Polícia Civil indicia 4 envolvidos na venda de suposta fosfoetanolamina”.	1 inserção
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	--	Não há inserções
(6) Influência do portal regional	“Um laudo obtido pela <i>EPTV</i>, afiliada da <i>TV Globo</i> em São Carlos (SP), mostrou que a substância vendida pelo grupo é falsa”; “Equipe da <i>EPTV</i> no DF foi a uma casa onde supostamente funcionava a ONG DHC, em Taguatinga”.	2 inserções

Fonte: elaborada pela autora.

A categoria (2) Opinião pública fomentada pela mídia possui 8 inserções selecionadas no mês de janeiro de 2016, principalmente pelo fato do parágrafo que foi instituído pelo *G1 – São Paulo* ao *G1 – São Carlos e Araraquara*. Com termos como “substância usada no tratamento alternativo do câncer”, “é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”, “não é considerada um remédio”, “seus efeitos nos pacientes são desconhecidos” e “sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes”, o portal de notícias começa a delimitar o seu posicionamento sobre o caso que, neste momento, se mostra contrário a utilização da droga por pacientes com câncer, o que pode ter um efeito na formação da opinião pública sobre o assunto.

Tabela 7 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* no mês de fevereiro de 2016

Fevereiro/2016		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“Laboratório de Cravinhos, SP, vai sintetizar fosfoetanolamina para testes”; “Eram entregues gratuitamente pelo Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos”; “A fosfoetanolamina passou a ser sintetizada e distribuída pela USP para pacientes com câncer sem que a substância tivesse passado pelos	4 inserções

	testes clínicos necessários para determinar a segurança e eficácia do tratamento”; “Distribuídas gratuitamente pelo Instituto de Química (IQ) da USP).	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Libere essa esperança para quem está precisando”; “A gente sabe que a fosfo tem poder de cura total porque já foi até testada por médicos do Senado”; “Ela existe há mais de 20 anos e já curou um monte de gente, eu por acaso já conheço duas há muitos anos”; “A espera pela liberação é uma tortura”; “A substância ainda não é considerada um medicamento”.	8 inserções

(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“Pesquisador Gilberto Chierice, que desenvolveu o processo no início dos anos 90, na USP de São Carlos”.	1 inserção
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“Cápsulas não estão sendo entregues devido cassação de várias liminares”; “O Instituto do Câncer de São Paulo (Icesp) vai coordenar uma pesquisa para testar a substância”.	2 inserções
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	“Manifestação pela liberação da ‘pílula do câncer’ reúne mais de 300 pessoas”; “Exigindo a liberação da entrega da fosfoetanolamina sintética”.	2 inserções
(6) Influência do portal regional	--	Não há inserções

Fonte: elaborada pela autora.

Novamente a categoria (2) Opinião pública fomentada pela mídia chama atenção por causa do grande número de inserções – 8, no total. No mês de fevereiro de 2016, no entanto, não é apenas os termos ligados ao parágrafo imposto pelo *G1 – São Paulo* que são encontrados, mas também algumas afirmações de pacientes com câncer sobre o composto químico, o que mostra que, apesar de seguir as determinações impostas pela empresa de comunicação paulistana, o site regional também traz novas informações e opiniões sobre a droga. Este fato segue o conceito de opinião pública preconizado por Lippmann (2008) em que o termo é caracterizado por ser assuntos/opiniões feitos por um grupo de pessoas agindo em nome dos grupos.

O agrupamento reúne sentenças como “a fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”, “não é considerada um remédio”, “seus efeitos nos pacientes são desconhecidos” e “a substância ainda não é considerada um medicamento” com “Libere essa esperança para quem está precisando”, “A gente sabe que a fosfo tem o poder de cura total porque já foi até testada por médicos do Senado”, “Ela existe há mais de 20 anos e já curou um monte de gente, eu por acaso já conheço duas há muitos anos” e “A espera pela liberação é uma tortura”. A comparação entre os aspectos a favor e contra mostra que os termos positivos lideram a frequência de inserções presentes na categoria, o que também oferece uma nova visão sobre a cobertura. Embora o *G1 – São Carlos e Araraquara* traga opiniões contrárias sobre a “pílula do câncer”, como uma tentativa de alertar o público sobre os possíveis perigos de se utilizar um composto químico sem o registro junto à Anvisa, o site também busca frequentemente ofertar conteúdos positivos como uma pretensa cura do câncer por meio das cápsulas de fosfoetanolamina sintética.

Pode-se considerar que é uma tentativa de “moldar” a opinião pública ou, pelo menos, de disponibilizar elementos para que o público possa tecer seus próprios pensamentos e julgamentos sobre a droga. Lippmann (2008) acredita que “a tendência da mente casual é pegar ou achar por acaso uma amostra que confirme ou desafie seus preconceitos, e então fazê-la representativa de toda uma classe” (p. 141).

Tabela 8 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* no mês de março de 2016

Março/2016		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“Comissão aprova realização de testes da fosfoetanolamina em humanos”; “Protocolo de pesquisa com a fosfoetanolamina sintética foi aprovado”;	13 inserções

	“Pesquisa será coordenada pelo Instituto do Câncer do Estado de São Paulo e envolverá outros três centros públicos de saúde no Estado”; “Atualmente, a substância é estudada pelo Instituto do Câncer de São Paulo, que iniciará testes em humanos”; “Segundo o pesquisador que desenvolveu a droga, a substância ajuda a célula cancerosa a ficar mais visível ao sistema imunológico”; “Laboratório de Cravinhos se prepara para a produção da fosfoetanolamina”; “Os primeiros relatórios dessas análises apontaram que o composto não é mais eficaz que os quimioterápicos em células isoladas e recomendaram testá-los em seres vivos, de forma a avaliar sua integração com o organismo”;	
--	--	--

	“Segundo o pesquisador, a fosfoetanolamina funciona como um marcador de células doentes”; “Ele acredita que outros testes podem comprovar a eficácia”; “Pesquisador vê os primeiros testes da fosfoetanolamina como ‘equivocados’”; “Para a Anvisa, é perigoso distribuir para a população uma substância que não passou pelos testes que comprovem sua segurança”; “Mesmo com ordens judiciais, USP São Carlos não entrega a ‘pílula do câncer’”; “USP continua descumprindo ordem judicial e não entrega ‘pílula do câncer’”.	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Não é considerada um remédio”;	40 inserções

	“Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Substância conhecida como ‘pílula do câncer’”; “Desenvolvida na USP para o tratamento de tumor maligno, a substância é alardeada como cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “A ‘pílula do câncer’ foi distribuída durante anos pela USP de São Carlos” “Eu acho que é a única esperança”; “Se esse remédio foi feito para curar já era para ter liberado”; “A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer”; “Não é considerada um remédio”;	
--	--	--

	“Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Criada para o tratamento de tumor maligno, a substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio” “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “A chamada ‘pílula do câncer’”; “Desenvolvida para o tratamento de tumor maligno, a substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos”; “Poderão usar a ‘pílula do câncer’”;	
--	--	--

	“Usada no tratamento de câncer”; “Para tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Ela debruçava suas esperanças nesse medicamento”; “Substância usada no tratamento do câncer”; “Tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”;	
--	---	--

	“‘Pílula do câncer’ é uma esperança”; “Pacientes com tumor maligno poderão usar a ‘pílula do câncer’”; “A chamada ‘pílula do câncer’”.	
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“Desenvolvida por um pesquisador da USP de São Carlos”; “USP denuncia pesquisador que criou a ‘pílula do câncer’ por curandeirismo”; “USP denunciou pesquisador por curandeirismo e por expor a vida ou a saúde de outrem a perigo eminente”; “Universidade alega que ele cometeu o crime de curandeirismo”.	4 inserções
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“Pesquisa anunciada pela Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo”; “Câmara aprovou o projeto que permite a fabricação, distribuição e uso”; “No dia 8 de março, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que	11 inserções

	permite a fabricação, distribuição e o uso da substância”; “O texto segue agora para análise do Senado antes de ir à sanção presidencial”; “O governo federal está realizando estudos com a substância em laboratórios”; “O Senado aprovou em votação simbólica o projeto de lei que permite a fabricação, distribuição e o uso da fosfoetanolamina sintética”; “Eu não gostaria de opinar, é uma decisão política em cima de um dado científico”; “Anvisa afirmou ver com preocupação a liberação de uma substância que não passou por testes que garantam sua segurança e eficácia”; “A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai recomendar à presidente o veto”;	
--	---	--

	“Entidades médicas também se manifestam contra o projeto de lei”; “Recomendou nesta quarta-feira, que a fosfoetanolamina seja legalizada como suplemento alimentar”.	
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	“Manifestantes pedem liberação da fosfoetanolamina sintética em Leme”; “Grupo caminhou pelas ruas do Centro e passou um abaixo-assinado que será encaminhado para Brasília”; “Iniciativas como essa podem ajudar no processo de aprovação da pílula”.	3 inserções
(6) Influência do portal regional	“Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (Conep) informou ao G1”; “Disse em entrevista à EPTV, afiliada da TV Globo”; “Ele disse ao G1 que estava com a consciência em paz”;	5 inserções

	“Equipe de reportagem da <i>EPTV</i> não foi autorizada para entrar”; “Entrada da reportagem da <i>EPTV</i> não foi autorizada”.	
--	--	--

Fonte: elaborada pela autora.

A categoria (2) Opinião pública fomentada pela mídia ganha destaque dentre as demais no mês de março de 2016 pelo grande número de inserções. Com 40 termos, o grupo é considerado o mais numeroso, porém, algumas frases e palavras se repetem ao longo das reportagens analisadas neste período. São elas “A fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer” (5 aparições); “Não é considerada um remédio” (7 aparições); “Seus efeitos nos pacientes são desconhecidos” (7 aparições); “conhecida como ‘pílula do câncer’” ou “chamada ‘pílula do câncer’” (3 aparições); “Não tem eficácia comprovada” (5 aparições); e “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer” (3 aparições). Todas essas inserções se referem ao parágrafo inserido a pedido do *G1 – São Paulo* e pode-se dizer que buscam condicionar o pensamento do leitor, uma vez que os termos repetidos induzem sempre ao mesmo julgamento.

Lippmann (2008) esclarece essa ideia ao abordar o significado dos símbolos. Para ele:

Em uma vida pública mais normal, imagens simbólicas não governam menos os comportamentos, mas cada símbolo é muito menos inclusivo porque há muitos deles competindo. Não somente cada símbolo é carregado de menor sentimento, porque na melhor das hipóteses representa tão somente parte de uma população, mas mesmo nesta parte há infinitamente menos supressão das diferenças pessoais. Os símbolos da opinião pública, em tempos de razoável segurança, estão sujeitos à crítica, comparação e debate. Eles vêm e vão, coalescem e são esquecidos, nunca organizando perfeitamente a emoção do grupo todo. (idem, p. 27).

Embora o portal de notícias regional tenha buscado, em suas últimas reportagens, marcar um posicionamento sobre a necessidade de se realizar os testes clínicos para o consumo da droga, ainda há alguns elementos que oferecem mecanismos para que o público-leitor possa, diante das informações apresentadas, tecer suas opiniões. Os elementos que contribuem para esse pensamento são os termos obtidos por pacientes e apoiadores da fosfoetanolamina sintética que são expressos em algumas

das reportagens veiculadas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara*. As inserções, também destacadas da categoria (2), são “Eu acho que é a única esperança” ou “‘Pílula do câncer’ é uma esperança” (2 aparições); “Se esse remédio foi feito para curar já era para ter liberado”; “Poderão usar a ‘pílula do câncer’”; “Usada no tratamento do câncer” ou “Para tratamento de tumor maligno” (3 aparições); e “Ela debruçava suas esperanças nesse medicamento”. Padilha (2013) cita que o “público ganhou o poder de reagir de imediato ao conteúdo veiculado pelos sites de notícias” (p. 207), graças ao advento da internet. Essa afirmação pode ser confirmada pelas informações obtidas pela presente investigação e pelos pensamentos defendidos por Braga (2006), quando este alega que a sociedade enfrenta à mídia.

Outro fato que chama atenção no mês de março de 2016 é a categoria (3) Construção da imagem de Gilberto Chierice. Dos quatro termos selecionados, três são negativos, ou seja, mostra uma predominância por elementos pejorativos ou que são prejudiciais para a imagem do docente aposentado. As inserções são “USP denuncia pesquisador que criou a ‘pílula do câncer’ por curandeirismo”; “USP denunciou pesquisador por curandeirismo e por expor a vida ou a saúde de outrem a perigo eminente” e “Universidade alega que ele cometeu o crime de curandeirismo”.

Essas três citações demonstram uma mudança no padrão de reportagem realizada pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* em relação ao docente da USP. Nos primeiros meses de cobertura, o público-leitor recebia uma imagem positiva de Chierice com sentenças que expressavam o seu prestígio no cenário científico internacional – ele recebeu, por exemplo, convites para produção do composto químico no exterior, dado que é abordado nas reportagens de setembro de 2015. Em março de 2016, no entanto, sua figura é atrelada à crime de curandeirismo.

Compreendendo o contexto de produção jornalística que o site estava submetido nesse período, com a imposição de diretrizes do *G1 – São Paulo*, fica mais evidente as mudanças que a imagem de Gilberto Chierice sofreu ao longo do período de cobertura. Schudson (2002) ilustra esse fato ao dizer que:

News is not a mirror of reality. It is a representation of the world, and all representations are selective. (...) The portrait of the world the media present to audiences stems from the preferences and perceptions of publishers, editors, and reporters unconstrained by democratic controls. (idem, p. 33-151).

Tabela 9 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara no mês de abril de 2016

Abril/2016		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“Pacientes com tumor maligno poderão usar a ‘pílula do câncer’”; “Com 14 mil ações pedindo a ‘pílula do câncer’, USP alega não poder mais produzir”; “Recomendou no dia 30 de março que a fosfoetanolamina seja legalizada como suplemento alimentar”; “Pesquisadores da ‘pílula do câncer’ contestam testes do MCTI no Senado”; “Eles afirmam que os testes foram feitos com concentrações diferentes das feitas na USP”; “‘Profunda preocupação’, diz Anvisa sobre liberação da fosfoetanolamina”; “Presidente Dilma sancionou o uso do composto por pacientes com câncer”; “Agência afirma que pessoas poderão estar	11 inserções

	expostas a riscos com medida”; “Lei não exige prescrição médica para aquisição do produto”; “Não pode existir um remédio que aja em todos os tipos de câncer. Isso é uma utopia”; “A presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com tumores malignos”.	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“Desenvolvida no campus de São Carlos para o tratamento de tumor maligno”; “Substância apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Esperança de pacientes e parentes”; “A ‘pílula do câncer’ é uma esperança”;	36 inserções

	“A chamada ‘pílula do câncer’”; “Usada no tratamento do câncer”; “Desenvolvida no campus de São Carlos para o tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Pacientes com tumor maligno poderão usar a ‘pílula do câncer’”; “A chamada ‘pílula do câncer’”; “A chamada ‘pílula do câncer’”; “Desenvolvida no campus de São Carlos para o tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para	
--	---	--

	diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Pacientes com tumor maligno poderão usar a ‘pílula do câncer”; “A chamada ‘pílula do câncer”; “Para o tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Viu a liberação como uma vitória para os pacientes com câncer”; “Medida provocará o aumento da procura pelo composto”;	
--	--	--

	“A chamada ‘pílula do câncer’”; “Para o tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”.	
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“Universidade alega que ele cometeu o crime de curandeirismo”; “Patente é de propriedade do professor Gilberto Chierice, do servidor cedido e outras pessoas”; “Universidade alega que ele cometeu o crime de curandeirismo”; “O pesquisador e a USP não comentaram o assunto”; “A equipe do pesquisador aposentado Gilberto Chierice, que desenvolveu a substância na USP,	11 inserções

	discorda de alguns resultados”; “Universidade alega que ele cometeu o crime de curandeirismo”; “O pesquisador e a USP não comentaram o assunto”; “Polícia não vê indícios de crime por químico que criou a fosfoetanolamina”; “Inquérito apurava suposto curandeirismo e está no Fórum de São Carlos, SP”; “Pesquisador não quis comentar o assunto”; “Não foram encontradas evidências de crime cometido por Chierice”.	
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“USP manda fechar laboratório de São Carlos que produz fosfoetanolamina”; “Decisão ocorreu nesta sexta-feira a pedido do reitor”; “Ações judiciais dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul foram derrubadas por uma decisão do Tribunal	14 inserções

	Regional Federal da 3ª Região”; “A Defensoria Pública Federal vai pedir na Justiça que uma outra equipe faça um novo laudo”; “Governo e pesquisadores discordaram em vários pontos”; “Ficou em xeque a credibilidade do Ministério, pois foi utilizada uma metodologia equivocada”; “Afirmaram que ela tem baixo fim terapêutico. Isso não é verdade”; “Infelizmente essa questão que deveria ser resolvida pela ciência terá que ser resolvida no Judiciário”; “Durante a audiência, o pesquisador Gilberto Chierice falou sobre a possibilidade de desenvolver os testes clínicos fora do país”; “A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai recomendar à presidente o veto”;	
--	--	--

	“Foi uma decisão puramente populista porque não tinha nenhum embasamento científico”; “O posicionamento é puramente político”; “Um jogo político passe por cima da parte técnica e que use as emoções das pessoas e do medo da morte como instrumento”; “A Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBC) também é contra”.	
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	“Oficiais de Justiça e advogados insistiram e foram até o laboratório com uma funcionária da USP”; “Advogados que estão com mandados de busca e apreensão afirmaram que vão ao laboratório de Cravinhos para obter as cápsulas e também vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal”; “Não vai desistir mesmo com o laboratório fechado”; “Para tentar conseguir a substância na semana que vem os advogados	5 inserções

	foram ao Fórum de São Carlos pedir um novo mandado de busca e apreensão”; “Advogados que estão com mandados de busca e apreensão afirmaram que vão ao laboratório de Cravinhos para obter as cápsulas e também vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF)”.	
(6) Influência do portal regional	“Informação foi confirmada ao G1 pela assistente de divisão da universidade”; “A entrada da reportagem da EPTV não foi autorizada”; “Segundo informações da EPTV, afiliada da TV Globo, atualmente existem cerca de 14 mil ações judiciais pedindo a pílula”; “Salvador Claro Neto disse à EPTV que não existe mais a substância no laboratório da universidade”; “Segundo informações da EPTV, afiliada da TV Globo, atualmente	7 inserções

	existem cerca de 14 mil ações judiciais pedindo a pílula”; “Anvisa adiantou ao <i>G1</i> que vê a lei com ‘uma preocupação profunda’”; “Segundo documentos obtidos pela <i>EPTV</i>”.	
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

A análise das categorias do mês de abril de 2016 não difere da apresentada em março de 2016, porém é interessante verificar o conflito de interesses de diferentes classes profissionais por causa dos resultados dos testes promovidos pelo MCTI e pela lei que liberava o uso da fosfoetanolamina sintética para pacientes com tumores malignos, que foi sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff e, posteriormente, suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os elementos que compõem essa investigação podem ser verificados no grupo (4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética.

Posicionamentos da USP, do meio jurídico, do governo federal, dos pesquisadores detentores da patente do composto químico, da Anvisa e da classe médica entram em conflito nas narrativas divulgadas pelas reportagens do *G1 – São Carlos e Araraquara*. O princípio de confrontar declarações de ambos os lados do caso faz parte das premissas do jornalismo. Quando o assunto é relacionado à ciência, entretanto, é necessário que o repórter busque ainda mais apresentar os diferentes pontos de vista do tema para que o público-leitor possa fazer sua análise sem interferências ou juízos de valor. “Science, in general, generates too much hope and too much fear, and the history of the relationship of scientists and nonscientists is fraught with passions, sudden bursts of enthusiasm, and equally sudden fits of panic.” (LATOUR, 1986, p. 13).

Di Giulio e Figueiredo (2006) apontam que, nas notícias relacionadas às questões ambientais e de saúde pública, a mídia, muitas vezes, acaba publicando informações erradas, distorcidas e que acabam levantando falsos alarmes. Isso se deve ao fato de os veículos de comunicação buscarem chamar atenção do público e levar o conteúdo

noticioso o mais rápido possível, pois sabem que esse tipo de notícia desperta a curiosidade das pessoas.

Para evitar essa situação, os autores ressaltam que o papel do jornalista científico é retratar o que ocorre e divulgar resultados, mas também promover uma discussão sobre esses acontecimentos. “Além de divulgar as pesquisas, cabe ao jornalista fazer uma discussão mais ampla sobre questões éticas e os benefícios sociais das aplicações do conhecimento” (DI GIULIO; FIGUEIREDO, 2006, p. 352). Embora o portal de notícias ofereça as duas versões possíveis da questão, não há um aprofundamento na temática e outras explicações das problemáticas que circundem o assunto, como a de se ingerir cápsulas de um medicamento sem comprovação científica por exemplo.

O *G1 – São Carlos e Araraquara*, no entanto, ainda cumpre com a função comunitária do jornalismo do interior (BUENO, 2013), mesmo que o tema em questão tenha expandido os seus limites do local/regional para o nacional. Isso se deve ao fato de que os jornalistas continuaram a proporcionar uma análise de assuntos que fazem parte do cotidiano e da realidade da população sediada em São Carlos (SP), que utilizava a fosfoetanolamina sintética para benefício próprio ou de algum familiar e que, de uma hora para outra, se viu sem poder consumir o composto químico após a determinação imposta pela USP.

Tabela 10 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* no mês de maio de 2016

Maio/2016		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“Chierice não deu um prazo de quando a liberação para a venda deve acontecer”; “Em abril a presidente Dilma Rousseff, sancionou a lei nº 13.269 que autorizou o uso da fosfoetanolamina sintética	13 inserções

	por pacientes com tumores malignos”; “Não há prova científica capaz de atestar a eficácia da ‘pílula do câncer’ no tratamento”; “O risco à saúde é manifesto”; “O Estado de São Paulo alocou verbas públicas para pesquisar a eficiência da fosfoetanolamina”; “Suspensão da lei da ‘pílula do câncer’ vai dificultar acesso”; “A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a lei que autorizava o uso da fosfoetanolamina sintética vai dificultar que pacientes tenham acesso à ‘pílula do câncer’”; “Suspensão da lei que liberava o uso da ‘pílula do câncer’ preocupa a família”; “AMB afirma que não é contra a fosfoetanolamina”;	
--	---	--

	“Além de não ter eficácia comprovada, pode prejudicar pacientes”; “Além de não ter eficácia comprovada, pode prejudicar os pacientes”; “AMB afirma que não é contra a fosfoetanolamina”; “Permitir o uso da substância colocaria os pacientes em risco”.	
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“Para tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Para tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”;	31 inserções

	“Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Para tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Minha mãe já está condenada. Não tem outra opção. Eu quero tentar a fosfo”; “Como tratamento alternativo”; “Uso da ‘pílula do câncer’”; “É a nossa única esperança”; “Para tratamento de tumor maligno”; “A substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”;	
--	---	--

	“Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”; “Medicamento para tratamento do câncer”; “A chamada ‘pílula do câncer’”; “Para tratamento de tumor maligno”; “Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”.	
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“O pesquisador e um dos donos da patente da fosfoetanolamina sintética, Gilberto Chierice”; “Ele foi procurado, mas não quis dar entrevista sobre o assunto”.	2 inserções

(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	“Pesquisador diz que não vai autorizar a venda da ‘pílula do câncer’ por R\$ 6”; “Ele considerou alto o preço da cápsula decidido pela Justiça de Cravinhos”; “Ao menos 12 liminares já obrigaram o laboratório a fornecer as cápsulas aos pacientes com câncer em 30 dias”; “TRF de SP suspende fornecimento de ‘pílula do câncer’ no Estado e em MS”; “Por 6 votos a 4, Supremo Tribunal Federal derrubou lei válida desde abril”; “Isso vai dificultar e muito o acesso a substância”; “Judiciário vai resolver cada caso como era feito antes de a lei ser criada”; “A AMB acionou o STF para derrubar a lei”; “A AMB acionou o STF para derrubar a lei”; “AMB acionou o STF para derrubar a lei”.	10 inserções
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	“Embora a saúde seja direito de todos e dever do	6 inserções

	Estado, o poder público não é obrigado a assegurar tratamentos não convencionais e sem base científica”; “O paciente que busca o tratamento experimental é o que já fez o uso do tratamento convencional e que foi mal sucedido, o que foi o meu caso”; “A lei, argumenta, contraria os direitos à saúde, à segurança e à vida, garantidos pela Constituição”; “Pacientes protestam pela liberação da ‘pílula do câncer’ em São Carlos, SP”; “O protesto nacional estava previsto para ocorrer em 23 cidades de 16 estados”; “A lei, argumenta, contraria os direitos à saúde, à segurança e à vida, garantidos pela Constituição”.	
(6) Influência do portal regional	“Em entrevista à <i>EPTV</i>, no sábado (7)”; “Disse ao <i>G1</i> que a decisão afeta apenas os	4 inserções

	processos que englobam a região do TRF3, no caso São Paulo e Mato Grosso do Sul”; “Informou na segunda-feira (19) à <i>EPTV</i>, afiliada da <i>Rede Globo</i>, que considerou alto demais o preço de R\$ 6 por cápsula”; “Declarou ao <i>G1</i> no dia 20 de maio”.	
--	---	--

Fonte: elaborada pela autora.

O mês de maio de 2016 oferece elementos para a discussão da categoria (5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde, pois é, pela primeira vez, que a reportagem do *G1 – São Carlos e Araraquara* aborda, por meio dos discursos dos entrevistados, que a saúde é um direito da população e um dever do Estado, além de fazer parte dos preceitos defendidos pela Constituição do Brasil.

Os seis termos que fazem parte desse grupo discutem a questão da sanção pela ex-presidente Dilma Rousseff da lei que liberava o uso da fosfoetanolamina sintética para pacientes com tumores malignos. A medida, no entanto, foi suspensa pelo STF, o que promoveu debates entre as classes médica, científica, farmacêutica e política e a população.

As inserções que fazem parte desse agrupamento demonstram que o portal de notícias buscava oferecer elementos para promoção da opinião pública sobre questões que envolvem cidadania e saúde. Os termos são “Embora a saúde seja direito de todos e dever do Estado, o poder público não é obrigado a assegurar tratamentos não convencionais e sem base científica”; “O paciente que busca o tratamento experimental é o que já fez o uso do tratamento convencional e que foi mal sucedido, o que foi o meu caso”; “A lei, argumenta, contraria os direitos à saúde, à segurança e à vida, garantidos pela Constituição” (2 aparições); “Pacientes protestam pela liberação da ‘pílula do câncer’ em São Carlos, SP”; e “O protesto nacional estava previsto para ocorrer em 23 cidades de 16 estados”.

Esta análise vai ao encontro ao pensamento defendido por Martino (2015) de que a internet proporciona engajamento cívico. Ele cita que, embora a Rede Mundial de Computadores, ofereça um espaço de debate de ideias é preciso que os usuários transportem essas demandas para a sociedade, transformando discussões online em resultados offline. Quando se iniciam as manifestações em favor à fosfoetanolamina sintética nas ruas de diversas cidades do Brasil, os grupos que defendiam o composto químico somente no universo do portal de notícias regional e em grupos inseridos em redes sociais digitais passam a reivindicar seus direitos junto aos poderes públicos – ou seja, no mundo offline.

Tabela 11 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo *G1*
– São Carlos e Araraquara no mês de junho de 2016

Junho/2016		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“Pesquisador autoriza laboratório de Cravinhos a produzir ‘pílula do câncer’”; “A Associação Médica Brasileira (AMB), que entrou com a ação para suspender a lei”; “Chierice rebateu afirmando que a substância deveria ser testada em seres vivos”; “A previsão é de que os testes em humanos tenham início em agosto”.	4 inserções
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“Usar a substância no tratamento contra o câncer”;	6 inserções

	“Para o tratamento de tumor maligno”; “A substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”.	
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	“O pesquisador e um dos donos da patente da fosfoetanolamina sintética, Gilberto Chierice”.	1 inserção
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	--	Não há inserções
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	--	Não há inserções
(6) Influência do portal regional	“Informou ao G1 que as liminares concedidas antes da suspensão deverão ser cumpridas”; “Foi procurada pelo G1 para comentar o possível cumprimento das liminares”;	3 inserções

	“Chierice informou à EPTV, afiliada da TV Globo, que considerava alto demais o preço de R\$ 6 por cápsula”.	
--	---	--

Fonte: elaborada pela autora.

Tabela 12 - Quadro com a análise de conteúdo das reportagens publicadas pelo G1 – São Carlos e Araraquara no mês de julho de 2016

Julho/2016		
Categorias	Termos	Frequência
(1) O câncer e a saúde pública no Brasil	“A diretoria sempre soube que a fosfo era produzida ali dentro por causa de um convênio que a própria USP firmou com o Hospital Amaral Carvalho, de Jaú”; “O laboratório entregou à Fundação Para o Remédio Popular (FURP) o primeiro lote da ‘pílula do câncer’ no dia 2 de maio”; “Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (Cienp) apontou baixa eficácia contra as células de câncer de pâncreas e melanoma”.	3 inserções
(2) Opinião pública fomentada pela mídia	“A chamada ‘pílula do câncer’”; “Para tratamento de tumor maligno”;	6 inserções

	“Substância é apontada como possível cura para diferentes tipos de câncer”; “Não tem eficácia comprovada”; “Não é considerada um remédio”; “Seus efeitos nos pacientes ainda são desconhecidos”.	
(3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	--	Não há inserções
(4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	--	Não há inserções
(5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	--	Não há inserções
(6) Influência do portal regional	--	Não há inserções

Fonte: elaborada pela autora.

As categorias (4) e (5), respectivamente, Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina e Exercício da cidadania no âmbito da saúde não contabilizaram nenhuma inserção no mês de junho de 2016 – a mesma situação ocorreu no mês de julho de 2016 que, além desses dois agrupamentos, também não teve nenhum termo relacionado ao grupo (6) Influência do portal regional. Em relação à categoria (2) Opinião pública fomentada pela mídia, a análise não apresentou nenhum termo diferente dos que pertencem ao parágrafo solicitado pelo G1 – São Paulo em ambos os meses.

Após analisar os dados obtidos pela análise das categorias mês a mês, é importante que também seja feita essa compreensão das informações por meio da verificação do conteúdo de cada unidade.

Sendo assim, os termos que, anteriormente foram divididos mensalmente, foram reagrupados de acordo com os seis grupos pré-estabelecidos e submetidos à regra de enumeração (BARDIN, 2016), em que cada categoria teve suas inserções contabilizadas pela frequência de aparições. Há diversos tipos de enumerações, porém, a frequência é: (...) mais usada. Corresponde ao seguinte postulado (válido em certos casos e em outros não): a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição” (idem, p. 138). Diante disso, é preciso ter em mente que, em uma medida frequencial simples, a regularidade quantitativa de uma aparição é aquilo que se considera como mais significativo (*ibidem*).

Tabela 13 - Quadro comparativo da frequência de inserções nas seis categorias pré-determinadas pelo estudo, baseado na análise de conteúdo de Bardin (2016)

Frequência – Número total de inserções em cada categoria	
Categoria (1) O câncer e a saúde pública no Brasil	92 inserções
Categoria (2) Opinião pública fomentada pela mídia	197 inserções
Categoria (3) Construção da imagem de Gilberto Chierice	36 inserções
Categoria (4) Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética	86 inserções
Categoria (5) Exercício da cidadania no âmbito da saúde	36 inserções
Categoria (6) Influência do portal regional	39 inserções
Total	486 inserções

Fonte: elaborada pela autora.

Diante do quadro comparativo é possível depreender algumas informações, sendo a principal delas que a categoria (2) Opinião pública fomentada pela mídia foi o agrupamento com o maior número de inserções, o que aponta para um dos efeitos

que a mídia pode ter na opinião pública, que são as estratégias lançadas por veículos de comunicação para “moldar” aspectos da sociedade - neste caso, informações sobre saúde. A fosfoetanolamina sintética ganhou repercussão, principalmente, por ser uma possível cura contra o câncer, uma doença que ainda não possui erradicação para todos os seus tipos, mas também pelos discursos aplicados pela imprensa sobre os supostos benefícios no tratamento de neoplasias.

Patrick Charaudeau (2015) explica que todo ato de comunicação se realiza segundo um duplo processo de transformação e transação. Nesse caso, para ele, o “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de transformação consiste, para a instância midiática, em fazer o acontecimento “sair” de um estado bruto (mas já interpretado) para o estado de mundo midiático construído, ou seja, de notícia.

(...) isso ocorre sob a dependência do processo de *transação*, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira. Esse duplo processo se inscreve, então, num contrato que determina as condições de encenação da informação, orientando as operações que devem efetuar-se em cada um desses processos. É o contrato de comunicação midiático que gera um *espaço público* de informação e é em seu próprio quadro que se constrói a *opinião pública*. (idem, p. 114-115).

O autor explica que o conceito contemporâneo de espaço público se associa à noção de opinião pública, fazendo dela um “espaço de representação, de compartilhamento e de discussão da cidadania” (idem, p. 115). Sendo assim, o espaço público resulta da conjunção de práticas sociais e das representações, em que as práticas sociais constituem o motor das representações, e estas são “a razão de ser daquelas, atribuindo-lhes valores que tendem a confirmá-las ou modificá-las. Essa interação dialética constrói um espaço público plural e em movimento” (idem, p. 120).

Para ele, no entanto, a construção da opinião pública se faz na relação entre a instância de produção e a instância de recepção. Este conceito sob a ótica das mídias pode ser definido como uma entidade “mais ou menos” homogênea que é resultado de um entrecruzamento entre conhecimentos, crenças, opiniões e apreciações. Charaudeau (2015) ressalta que a mídia influencia, mas ela não possui o poder de determinar o que se pensa, sente ou fala. Diante disso, é possível presumir que o *G1 – São Carlos e Araraquara* pode ter conduzido o público-leitor a um tipo de pensamento, mas não pode determinar, com toda a certeza, o que este interpretava

e considerava como verdade, uma vez que as pessoas não são passivas aos efeitos produzidos pela mídia, mas ressignificam o que os veículos de comunicação lhes apresentam e, de certa forma, interagem com esses meios.

O veículo de comunicação buscou fomentar a opinião pública por meio do seu discurso jornalístico, da utilização de determinadas fontes e da construção da notícia, que unia texto, imagem e vídeo. A cobertura realizada pelo portal regional abriu espaço para a colaboração do público-leitor, seja por meio do envio de materiais ou de sugestões de pauta. Isso se deve ao fato de que, tanto o site quanto o público, estão inseridos na sociedade midiaticizada, em que todas as relações humanas são perpassadas pela lógica da mídia (SODRÉ, 2012). Essa questão fica evidente no número de inserções coletadas durante a análise de conteúdo e também no conteúdo das entrevistas realizadas para esta dissertação.

O composto químico despertou o interesse de diferentes segmentos da sociedade, fato que ficou claro diante das inserções presentes na categoria (4) – Interesses sociais, econômicos e políticos sobre a fosfoetanolamina sintética com 86 termos. O jornalista Misael Mainetti cobriu o caso pela *EPTV – São Carlos* e participou, ao lado de Stefhanie Piovezan, de diversas reportagens sobre o tema. Embora seja explícito que houve interferências, sobretudo do *G1 – São Paulo* - graças aos depoimentos de Piovezan e Rodrigues obtidos por esta pesquisadora -, ele nega que essas ações tenham ocorrido.

Eu trabalhava para a *EPTV* produzindo reportagens que, posteriormente, eram publicadas no *G1*. Eu também era assistente de chefia de reportagem, então, ajudava no cotidiano das produções de uma maneira geral. Pela TV, o assunto ficava mais comigo. Pelo *G1*, com a Stefhanie. Sempre tratamos o assunto cobrindo todos os lados. Nunca houve proibição da cobertura pela *EPTV*. (Informação verbal)⁷⁵.

Quando foi questionado diretamente se houve interesses externos na cobertura sobre a substância, ele negou a questão, alegando que nunca houve proibições pela *EPTV*, cuja orientação era cobrir todos os lados do assunto. Stefhanie, por outro lado, confirma que houve interferências em seu trabalho jornalístico.

A partir de determinado ponto, a equipe do *G1* em São Paulo (responsável por todas as praças) passou a pedir que avisássemos sobre os textos que planejávamos publicar a respeito da fosfoetanolamina sintética e que as

⁷⁵ Entrevista concedida por MAINETTI, M. **Entrevista VII**. [ago. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauri, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice H desta dissertação.

matérias produzidas aqui contivessem um parágrafo específico. (Informação verbal)⁷⁶.

Em relação à mudança de posicionamento da emissora, ela traz a informação de que, com o passar do tempo, a maioria das matérias que iam para o home nacional do *G1* eram, geralmente, aquelas com resultados negativos dos testes. “Tínhamos aqui as manifestações e elas eram noticiadas, mas não eram elas que repercutiam. Talvez as primeiras matérias tenham passado um tom favorável que a empresa se viu na obrigação de corrigir” (Informação verbal)⁷⁷.

O conflito de interesses é visível em diversas inserções obtidas pela análise de conteúdo e destacadas neste estudo. Embora o jornalismo tenha o papel de servir à população, ele ainda é dependente das lógicas do mercado e, por isso, não é impossível presumir que houve determinações na cobertura sobre a fosfoetanolamina sintética que serviram para atender a demandas de grupos específicos, apesar de não ficar claro quem seriam os mandatários desses segmentos (SCHUDSON, 2010). A interferência do *G1 – São Paulo* ilustra esse fato, bem como a divisão das organizações *Globo* que foi explicitada por Camacho.

Stefhanie foi questionada sobre o porquê muitas das reportagens publicadas pelo portal regional sobre o assunto não tinham assinatura de jornalista responsável. Ela explica que não foi nenhuma diretriz específica adotada pela empresa, mas por razões de créditos, uma vez que eram matérias com conteúdos apurados pela TV (no caso, a emissora *EPTV – São Carlos*), feitas a várias mãos ou com modificações devido às determinações impostas pelo *G1 – São Paulo*.

Conforme a cobertura sobre a temática avançava, a jornalista percebeu falta de conhecimento e cresceram a vontade de cursar biologia – que já era antiga - e de trabalhar com jornalismo científico.

Ingressei na licenciatura em ciências biológicas na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), deixei o *G1* para me dedicar ao jornalismo científico e hoje percebo erros como me envolver demais. Também entendo que deveria ter sido mais cética. Espero que o seu trabalho me ajude a fazer um balanço e a evitar novas falhas. (Informação verbal)⁷⁸.

⁷⁶ Entrevista concedida por PIOVEZAN, S. **Entrevista I**. [jul. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice A desta dissertação.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

Em relação aos interesses científicos, econômicos e, sobretudo, políticos, os pesquisadores detentores da patente ou relacionados aos estudos científicos sobre a substância química têm diferentes pontos de vista. O biomédico e pesquisador do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Butantan Durvanei Augusto Maria, que realizou e ainda realiza pesquisas com o composto, afirmou que o envolvimento político foi um ponto desgastante que “não gerou absolutamente nada; nenhuma credibilidade, muito pelo contrário: foi mais uma chacota que um ganho científico” (Informação verbal)⁷⁹.

Claro Neto ressalta a questão dos interesses econômicos, principalmente de hospitais oncológicos brasileiros, que não viam com “bons olhos” uma droga de baixo custo de produção para o tratamento contra o câncer, uma vez que já possuem todo o aparato e todo o seu sistema terapêutico baseado em procedimentos tradicionais – quimioterapia e radioterapia.

O problema é o seguinte: todos esses hospitais oncológicos são atrelados a algum tipo de hospital lá fora: o de Barretos é atrelado ao MD Anderson, do Texas (EUA); tudo o que é feito dentro do hospital é comandado pelo Texas; então se você chegar com uma pesquisa para liberar lá, não tem como... O Sírio Libanês, quando a gente falou que o remédio não é compatível para usar com a quimioterapia e a radioterapia, porque o composto precisa da parte imunológica e do metabolismo – se você está usando algo que destrói isso a fosfo não funciona -, quando falamos isso, na outra semana, já falaram que não tinham interesse. Então começa sempre a jogar com o interesse econômico, por isso ninguém quis fazer a pesquisa. (Informação verbal)⁸⁰.

O pesquisador da USP também cita as problemáticas ocasionadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e dos governos dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, que buscaram desenvolver os testes clínicos com a “pílula do câncer”. Ele explica que o procedimento não teve andamento no Sul do país por causa da situação financeira do governo, que não tinha condições de promover investimentos para uma pesquisa desse porte. Em relação ao Estado de São Paulo, ele acredita que o ex-governador Geraldo Alckmin apresentou interesse porque havia pressões de diferentes segmentos da sociedade para que os estudos se realizassem no âmbito

⁷⁹ Entrevista concedida por MARIA, D. A. **Entrevista II**. [set. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (46 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice B desta dissertação.

⁸⁰ Entrevista concedida por CLARO NETO, S. **Entrevista IV**. [nov. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice E desta dissertação.

estadual, uma vez que a droga foi desenvolvida pela USP – uma universidade estadual.

Fizemos uma reunião com ele (ex-governador Geraldo Alckmin), que disse que se quiséssemos ele estava disposto a financiar a pesquisa, disse que tinha uma verba. Beleza, então, só que nós vamos ter que criar uma equipe e dentro dessa equipe ele colocou o Paulo Hoff. No começo, a gente não aceitou ele, porque ele conhecia a fosfoetanolamina desde o Sírio Libanês e, na época, ele foi um dos caras que dispensou a gente, mas como ele era o homem de confiança da secretaria e do governador, nós aceitamos na maior boa-fé. (Informação verbal)⁸¹.

O oncologista Paulo Hoff é diretor-geral do Icesp e esteve à frente do comando do Hospital Sírio Libanês por onze anos até assumir a gerência da Rede D'Or, um dos maiores conglomerados de hospitais do Brasil. Ele promoveu os testes clínicos no instituto do câncer e foi o responsável pelo desenho clínico, pelo protocolo de pesquisa e pela execução da pesquisa até sua suspensão após os resultados negativos. De acordo com reportagem publicada pela *Revista Veja*⁸², foi feito um estudo que visava avaliar o composto como ele estava sendo utilizado pela população e não para encontrar a melhor dose – um dos erros apontados pela CPI promovida pela Assembleia Legislativa de São Paulo é, justamente, a falta de critério em relação à dosagem oferecida aos pacientes. Na mesma matéria, ele explica que dez tipos de tumor foram escolhidos para serem testados e que não foi apresentado resultados razoáveis, por isso, os estudos foram suspensos, uma vez que não era ético, segundo ele, continuar.

Paulo Hoff foi citado durante a entrevista com Renato Meneguelo para esta dissertação. Ele afirma que o oncologista conhecia a “fosfo” desde 2008, quando foi apresentado o composto no Hospital Sírio Libanês, e que essa divergência de interesses econômicos já é antiga. Para ele, no entanto, o envolvimento de políticos com a “pílula do câncer” foi um grande caminho.

De acordo com o médico, a queda do interesse pela mídia e, conseqüentemente, pela sociedade sobre a fosfoetanolamina sintética é atribuída às questões de ordem financeira.

⁸¹ Entrevista concedida por CLARO NETO, S. **Entrevista IV**. [nov. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice E desta dissertação.

⁸² VEJA. “O médico que vale ouro”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/o-medico-que-vale-ouro/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Eu acredito que foi financeiro. Isso é obvio: uma indústria que gera 100 bilhões de dólares por ano de lucro... ela não cura as pessoas... ela cronifica. A indústria farmacêutica gera esse montante de dinheiro... e você não vai ficar curado, mas vai ficar refém da indústria farmacêutica, porque remédio não é medicamento. Ele vai remediar você e não vai curar, você vai passar o resto da sua vida tomando tramal, morfina e outras coisas... se você tiver câncer de mama, você vai fazer dez sessões de quimioterapia, vai operar e vai passar dez anos tomando tamoxifeno; esse remédio induz o câncer de útero, então depois de dez anos tomando esse remédio, você vai ter câncer de útero; o remédio do câncer de útero induz câncer na sua outra mama; e aí você não saiu do ciclo. (Informação verbal)⁸³.

Henrique Camacho, o servidor público estadual, que, na época da cobertura sobre a “pílula do câncer”, era advogado de Gilberto Chierice, cita outras passagens de interferências no caso⁸⁴. Ele comenta que o professor Chierice teria ficado chateado com o envolvimento de políticos na questão da “fosfo”, principalmente pela maneira com que eles utilizavam o composto químico para obter votos.

Na primeira vez que o grupo de pesquisadores esteve em Brasília (DF) para uma das audiências no Senado Federal, Camacho presenciou o momento em que Chierice foi obrigado a conceder entrevista na Polícia Federal por conta da Operação Lava Jato⁸⁵. De acordo com servidor público estadual, o nome do professor apareceu em e-mails de investigados pela ação, porém o conteúdo da mensagem nunca foi aberto pelo escritório em que ele trabalhava e que cuidava dos assuntos jurídicos do docente da USP.

Em outra ocasião, uma van teria estacionado no aeroporto de Brasília (DF) para buscar o pesquisador e seus advogados para uma reunião com um ex-senador em sua residência, localizada em um bairro afastado da capital do Distrito Federal. O político teria convidado o dono de uma empresa farmacêutica do Estado de Goiás, que ofereceria toda a estrutura jurídica em troca de parte do lucro com a venda do composto químico.

O cara chamou um dono de uma empresa farmacêutica de Brasília, do Estado de Goiás, sei lá... falando para o professor Gilberto: “olha, nós temos

⁸³ Entrevista concedida por MENEGUELO, R. **Entrevista V.** [out. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (40 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice F desta dissertação.

⁸⁴ Entrevista concedida por CAMACHO, H. **Entrevista VI.** [dez. 2017]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (57 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice G desta dissertação.

⁸⁵ A Operação Lava Jato é uma investigação de corrupção e lavagem de dinheiro desenvolvida desde 2014 pela Justiça do Brasil. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 20 jun. 2019.

uma estrutura jurídica, faz tanto para vocês, tanto para mim, tanto para fulano”. O professor Gilberto levantou, agradeceu e disse que não era aquilo que ele queria, mas o pessoal queria conversar. Isso nós já tínhamos viajado no dia anterior, nós não tínhamos dormido direito, passamos o dia todo acordado, fomos para Brasília, chegamos no começo da noite, pegaram a gente, levaram para a casa do ex-senador e ele estava sem jantar. Ele estava impaciente e nisso eu já senti que não estava bom. Ele disse que se eles quisessem alguma coisa, nós estaríamos no Congresso e eles deveriam procurar seus advogados para conversar. Nós sabíamos o que o professor Gilberto queria. (Informação verbal)⁸⁶.

O caso da fosfoetanolamina sintética despertou interesse políticos, econômicos, sociais e científicos de diferentes segmentos da sociedade. Uma possível cura do câncer provocou discussões e levantou debates sobre a possibilidade de pesquisadores brasileiros conseguirem um novo tratamento para neoplasias. Embora diversos fatores possam ter impedido o avanço das pesquisas clínicas com a droga no país, é inegável o fato de que o assunto gerou a oportunidade de se questionar o direito à saúde e a promoção da cidadania. O trabalho jornalístico realizado pelo portal de notícias regional se assemelha ao jornalismo cívico ou cidadão preconizado por Amorim (2012), pois, além de oferecer temas que são próximo ao cotidiano da população, busca apontar problemas e suas soluções, quase sempre com a participação do público-leitor.

A análise das categorias aponta para um grande número de inserções em temas como “câncer e a saúde pública no Brasil” (92 termos selecionados) e “exercício da cidadania no âmbito da saúde pública” (36 inserções). O *G1 – São Carlos e Araraquara* desempenhou, portanto, o papel de, não apenas cobrir o acontecimento midiático, mas de dar voz aos pacientes portadores de câncer, que viam nas cápsulas produzidas pela USP uma esperança.

Quatro manifestações em prol ao medicamento não autorizado pela Anvisa foram retratadas pelo site regional, o que demonstra uma preocupação dos jornalistas da empresa em ouvir ambos os lados da questão e também de oferecer espaço para que as minorias – no caso, os pacientes – pudessem exercer o seu direito à cidadania no âmbito da saúde pública. Outro fato que ilustra esse tópico é o grande número de matérias que mostram o crescimento de liminares, apontando para um possível caminho que portadores de câncer, familiares e advogados poderiam seguir para

⁸⁶ Entrevista concedida por CAMACHO, H. **Entrevista VI**. [dez. 2017]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. 1 arquivo .mp3 (57 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice G desta dissertação.

obter o composto químico. Fábio Gonçalves Rodrigues, um dos jornalistas do portal que cobriu o acontecimento midiático, explica:

Com a divulgação do tema e o compartilhamento nas redes sociais, pessoas de várias regiões do Brasil começaram a entrar em contato com o G1, com a TV, com a USP. Familiares de pessoas em tratamento viam ali uma esperança de cura e procuravam a gente em busca de mais informações sobre como conseguir a pílula. Vários veículos de comunicação entraram no assunto que gerou grande repercussão em São Paulo e em Brasília. A partir disso começaram os testes com a fosfo. (Informação verbal)⁸⁷.

O *G1 – São Carlos e Araraquara* foi, sem dúvidas, o pioneiro na cobertura sobre a fosfoetanolamina sintética. Foi o primeiro veículo de comunicação a publicar o caso e, posteriormente, se firmou como uma base de informações sobre o assunto, influenciando demais meios de comunicação. Stefhanie Piovezan (informação verbal)⁸⁸ acreditava que o acontecimento midiático iria repercutir porque era vinculado à Universidade de São Paulo (USP), uma das principais instituições de ensino superior do Brasil, “mas, justamente pela repercussão, outras praças começaram a se interessar e a cobrir. Em alguns casos eu achava válido e, em outros, me parecia algo como tirar proveito daquilo que estava em pauta” (Informação verbal)⁸⁹.

Outras mídias, sejam impressas, televisivas, radiofônicas ou online, retrataram o caso, que ganhou dimensão nacional. De São Carlos (SP), o conteúdo primeiramente disponível pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* ganhou novas nuances, novos personagens e, conseqüentemente, novos interesses. Graças ao trabalho do site, uma lei que liberava o uso da droga para pacientes portadores de câncer chegou posteriormente a ser sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff. A mídia, portanto, possui poder de influenciar diferentes segmentos da sociedade, principalmente pela sua missão de formadora de opinião (BRAGA, 2012; BARROS, 2012). Seus efeitos que, neste caso ultrapassaram os limites regionais, direcionaram o pensamento da população sobre o assunto, dividindo opiniões e despertando debates sobre a utilização de uma substância química sem eficácia terapêutica comprovada.

⁸⁷ Entrevista concedida por RODRIGUES, F. G. **Entrevista III**. [out. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice D desta dissertação.

⁸⁸ Entrevista concedida por PIOVEZAN, S. **Entrevista I**. [jul. 2018]. Entrevistador: Ana Carolina Pontalti Monari. Bauru, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice A desta dissertação.

⁸⁹ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título desta dissertação “O ‘Milagre da Pílula’: Os Efeitos da Mídia na Opinião Pública sobre o Caso da Fosfoetanolamina Sintética” não foi escolhido por acaso por esta pesquisadora. Em um primeiro momento, o estudo buscou compreender como um fato científico se transformou em um fato midiático, além de ter despertado a esperança de milhares de familiares e pacientes portadores de câncer no Brasil.

O *G1 – São Carlos e Araraquara* iniciou uma cobertura jornalística sobre um evento centrado em uma terapêutica, que, posteriormente, foi adotada pela mídia e pela população como uma espécie de “milagre”: esperança para a cura de todos os tipos de câncer. Embora as problemáticas sobre não se ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a conclusão dos testes clínicos estivessem presentes nos textos do site regional, esses fatos foram parcialmente ignorados pelo público-leitor, que se apropriou da repercussão para exigir seus direitos e pedir a distribuição da droga para um tratamento alternativo contra o câncer.

Na história recente do jornalismo científico do Brasil, o caso da fosfoetanolamina sintética pode ser considerado como um dos mais relevantes, tanto pelas controvérsias científicas, políticas, farmacêuticas e médicas que ele possui quanto pelo apoio que os pesquisadores receberam da população, que acreditava que o suposto medicamento poderia salvar vidas – principalmente após os relatos positivos divulgados por usuários nas redes sociais.

A cobertura realizada pelo portal também trouxe à tona a discussão sobre a necessidade de pesquisas científicas para garantir a segurança e a eficácia de medicamentos. É possível ponderar que, se não fossem as reportagens produzidas pelo *G1 – São Carlos e Araraquara*, a fosfoetanolamina sintética continuaria sem visibilidade na mídia e, conseqüentemente, na sociedade. Nesse sentido, portanto, é possível concluir que as notícias veiculadas pelo site tornaram o composto químico um “milagre” para finalmente se desenvolver uma possível cura do câncer.

Mensagens de esperanças eram comuns nas estruturas jornalísticas veiculadas pela equipe do portal de São Carlos. Exemplos dessa narrativa são: “Quero que o Brasil saiba que podemos ter a descoberta da cura do câncer” (outubro de 2015), “Esperança de cura” (outubro de 2015), “Saquinhos que simbolizam vida” (outubro de 2015), “É a última esperança” (novembro de 2015) e a “Única alternativa para a doença” (dezembro de 2015).

É importante mencionar, no entanto, as mudanças que essa mesma cobertura sofreu ao longo do período analisado por esta dissertação. Nos primeiros meses investigados (setembro e outubro de 2015), por exemplo, Gilberto Chierice era retratado como uma espécie de “herói” nacional: recebendo homenagens no Rio Grande do Sul (RS) e sendo reconhecido internacionalmente por empresas de Portugal e por pesquisadores dos Estados Unidos. Por outro lado, em março de 2016, ele era acusado de curandeirismo pela USP e o assunto repercutiu em todo o Brasil.

Não fica claro, diante das entrevistas com os repórteres do *G1 – São Carlos e Araraquara*, os motivos que levaram o *G1 – São Paulo* a impor uma diretriz específica para essa cobertura. Sabe-se, entretanto, que a reportagem veiculada no *Fantástico* com a participação do médico Drauzio Varella contribuiu para que o caso recebesse um novo “tom”: de esperança para questionamento; de possível cura para remédio sem comprovação científica. Trechos divulgados a partir de outubro de 2015, tais como “Não é considerada um remédio”, “Seus efeitos são desconhecidos” e “Sua distribuição poderia acarretar graves consequências para os pacientes” ilustram essa questão.

O câncer é uma doença sem cura definitiva para todos os seus tipos e é relacionada, desde os primórdios, com o estigma da morte (FAUSTO NETO, 1999). O tratamento existente para a enfermidade apresenta inúmeros efeitos colaterais e é oneroso, o que faz com que muitos pacientes não consigam ter acesso aos seus benefícios. Embora haja campanhas sobre a necessidade de se fazer exames de prevenção, nem sempre a população participa dessas ações e/ou consegue obter um diagnóstico precoce da doença, o que faria com que as chances de sucesso do tratamento fossem maiores.

Diante desses fatos, o surgimento na mídia de uma pílula que promete curar todos os tipos de câncer sem apresentar grandes efeitos colaterais acaba por atrair a atenção da população, seja de cancerosos ou de não cancerosos. É válido mencionar que o frenesi da cobertura fez com que surgissem interesses escusos, como o de indivíduos que se aproveitaram da fé e da esperança das pessoas para venderem substâncias falsificadas e sem eficácia.

Os políticos brasileiros também se aproveitaram da fosfoetanolamina sintética para se promover e, conseqüentemente, angariar votos nas próximas eleições, contrariando, muitas vezes, os pareceres de órgãos como a Anvisa e a própria USP. Como foi mencionado anteriormente em duas reportagens de março e abril de 2016

do *G1 – São Carlos e Araraquara*: foi uma “decisão política em cima de um dado científico”; um jogo político que passou “por cima da parte técnica e que (usou) das emoções das pessoas e do medo da morte como instrumento”.

O caso foi importante para a ciência brasileira porque foi o momento mais recente da nossa história em que a população se mobilizou para fazer garantir os seus direitos na área da saúde, seja por meio de manifestações ou do ativismo online, com grupos de discussões nas redes sociais. O assunto, ademais, mostrou a influência que portais regionais podem obter mediante a opinião pública, principalmente quando o tema é relacionado à saúde pública.

É importante frisar, entretanto, que o *G1 – São Carlos e Araraquara* cometeu alguns equívocos jornalísticos durante o período analisado de agosto de 2015 a julho de 2016. Em alguns momentos, construções de frases positivas demais em favor da pílula podem ter induzido à um aumento de esperança nos pacientes e, conseqüentemente, um crescimento na procura pela substância. Quando o assunto é saúde, os jornalistas devem ter todo o cuidado para não oferecer um conteúdo que induz às pessoas a colocarem sua própria vida em risco. Nesse momento específico da cobertura, a fosfoetanolamina sintética ainda não tinha sido testada em seres humanos e somente com as primeiras reportagens houve um aumento no número de liminares concedidas à portadores de câncer. Ou seja, o conteúdo jornalístico desencadeou um aumento de procura pela droga.

Considera-se que a cobertura sobre o assunto também provocou uma necessidade de se entender o funcionamento da “pílula do câncer”, o que foi positivo, visto que os testes clínicos foram executados – algo que os pesquisadores desejavam há cerca de 20 anos. No entanto, essa mesma cobertura desencadeou interesses políticos que levaram a aprovação de uma lei que liberava o uso do composto químico para pacientes diagnosticados com tumores malignos. Os cancerosos poderiam fazer a utilização de um tratamento alternativo, cujos efeitos ainda eram desconhecidos nos seres humanos.

Esse caso mostrou a necessidade de os jornalistas sempre prezarem pela objetividade e terem mais cautela ao anunciar substâncias que podem influenciar na saúde dos cidadãos. O jornalismo científico pode ser considerado um agente facilitador na construção da cidadania, desde que os profissionais da área continuem prezando pela objetividade e a imparcialidade. Evitando, portanto, que interesses políticos e econômicos manipulem a informação (OLIVEIRA, 2012).

Sabe-se, no entanto, que a partir de 2016 houve um silenciamento⁹⁰ da mídia sobre a fosfoetanolamina sintética. Há poucas reportagens sobre o assunto, mesmo quando saíram os resultados dos testes clínicos do Icesp ou os desdobramentos da CPI elaborada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Quando sai algum fato novo sobre o caso, este é feito sem a mesma repercussão registrada no primeiro ano de cobertura.

Nas entrevistas concedidas para esta dissertação, Meneguelo e Claro Neto acreditavam que o cenário iria mudar após a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) no pleito presidencial de 2018. O atual presidente do Brasil foi um dos legisladores responsáveis pelo projeto de lei que liberava a distribuição de fosfoetanolamina sintética no país – medida que foi suspensa semanas depois pelo STF. Bolsonaro, no entanto, não viabilizou nenhuma ação nesse sentido durante os primeiros meses de seu mandato.

O retrato do silenciamento também é nítido na participação popular. Não há mais registros de manifestações nas principais cidades do Brasil para viabilizar a liberação da droga perante às autoridades públicas. Percebe-se que a opinião pública mudou o seu parecer sobre a substância: de esperança para cura em decepção. Isso é possível de ser constatado, por exemplo, na manchete de 1º de junho de 2017 do jornal *Gazeta do Povo*, em cujo título se diz “Fosfoetanolamina: o ‘caso que envergonhou a ciência brasileira’”⁹¹. Abre-se um novo caminho de pesquisa e é de suma importância que outros estudos científicos se debrucem sobre esse silenciamento da mídia em assuntos de saúde pública.

A questão do uso e da eficiência da “pílula do câncer”, contudo, continua aberta para, pelo menos, parte dos pesquisadores brasileiros. De acordo com o site oficial da Universidade Federal do Ceará⁹², o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de

⁹⁰ Para Wolf (1999, p. 72), o ponto crucial do conceito de **Espiral do Silêncio** é “(...) a observação de que os mídia não se limitam a representar as tendências da opinião pública, mas que, ao contrário, lhe conferem concretamente forma e desenvolvimento. Contudo, não se pode dizer que os mídia criam a opinião pública enquanto os deslocamentos de tendência não se verificarem de modo autônomo em relação à ação dos mídias, mas que estão estreitamente vinculados a ela”.

⁹¹ GAZETA DO POVO. Fosfoetanolamina, o “caso que envergonhou a ciência brasileira”. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/fosfoetanolamina-ocaso-que-envergonhou-a-ciencia-brasileira-d5wnxh6h28oop2z9b3xsg6v3w>. Acesso em: 20 jun. 2019.

⁹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Fosfoetanolamina, a “pílula do câncer”, começa a ser testada em humanos pela UFC. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/13120-fosfoetanolamina-a-pilula-do-cancer-comeca-a-ser-testada-em-humanos-pela-ufc>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Medicamentos (NPDM) da instituição iniciou em 17 de junho de 2019 testes em seres humanos com a fosfoetanolamina sintética.

O estudo contará com a participação de 64 voluntários sadios, com idades entre 18 e 50 anos, e o objetivo será avaliar a dosagem máxima de tratamento, verificar possíveis efeitos colaterais e realizar o estudo farmacocinético – ou seja, observar quanto tempo a substância leva para ser absorvida pelo organismo e quanto tempo permanece circulando no corpo humano. Essa pesquisa tem financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e as próximas etapas ainda serão planejadas e dependerão da liberação de novos recursos. Resta saber, portanto, quais serão os próximos capítulos desse caso.

Em suma, este trabalho se dedicou a verificar os efeitos praticados pela mídia na opinião pública sobre assuntos relativos à saúde pública, além de analisar, por meio da estrutura jornalística, os interesses que estão por detrás de toda e qualquer notícia. Para isso, se utilizou de um estudo de caso da cobertura promovida pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* sobre a fosfoetanolamina sintética, uma vez que o tema foi um dos mais repercutidos na recente história da saúde pública do Brasil.

A importância dessa pesquisa se justifica diante dos fatos e dados expostos ao longo de todo o trabalho, que demonstram que a cobertura sobre o caso da fosfoetanolamina sintética promovido pelo *G1 – São Carlos e Araraquara* fomentou a opinião pública sobre a temática e teve influência de diferentes atores sociais, além de desencadear diversos acontecimentos no cenário nacional.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, J. S. D. O Impacto das inovações tecnológicas e das mídias digitais na concepção e na prática do jornalismo. In: MOULLIAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, L. M. Recepção, mediação e midiatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & Midiatização** [Online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 79-105.
BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jun. de 2018.

BASTOS, A. Associações e Dissociações dos públicos na controvérsia da pílula do câncer. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 14., 2018, San Jose, Costa Rica. Anais... San Jose: Universidad Costa Rica, 2018, p. 139-145. Disponível em: <http://alaic2018.ucr.ac.cr/sites/default/files/2019-03/GT%205%20-%20ALAIC%202018.pdf>. Acesso em 21 jun. 2019.

_____.; COSTA, V. S. Midiatização da ciência: a controvérsia da “pílula do câncer”. In: CARVALHO, C. A. (Org.). **Midiatização e textualidades [recurso eletrônico]: dimensões e aplicações empíricas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.

BIRD, S. **The audience in everyday life: Living in a media world**. Nova York/Londres: Routledge, 2003.

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Circuito versus campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & Midiatização** [Online]. Kindle Edition, 2012. Salvador: EDUFBA, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2019.

BUENO, W. C. A cobertura de saúde na mídia brasileira: os sintomas de uma doença anunciada. In: MARQUES DE MELO, J. et al. (Org). **Mídia e saúde**. Adamantina: Unesco/Umesp/Fai, 2001.

_____. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In: ASSIS, F. (Org.). **Imprensa no interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

CARVALHO, G. Comunicação e saúde pública. In: MARQUES DE MELO, J. et al. (Org). **Mídia e saúde**. Adamantina: Unesco/Umesp/Fai, 2001.

CARVALHO, C. A.; LAGE, L. Midiatização e reflexividade das mediações jornalísticas. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & Midiatização** [Online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 245-270.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

DANTAS, D.; GOMES, A. **Conceito de noticiabilidade e agenda midiática na blogosfera**. São Luís: Intercom Nordeste, 2008.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Revista Media & Jornalismo*, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/mj/v18n32/v18n32a12.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

DI GIULIO, G. M.; FIGUEIREDO, B. R. Divulgação científica nas áreas ambiental e saúde pública. In: SOUSA, C. M.; FERREIRA, J. R.; BORTOLIERO, S. (Orgs.). **Jornalismo científico e educação para as ciências**. Taubaté (SP): Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006.

DORNELLES, B. O futuro do jornalismo em cidades do interior. In: ASSIS, F. **Imprensa no interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013, p. 67-85.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2017.

EPSTEIN, I. Comunicação de massa para saúde: esboço de uma agenda midiática. *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*, v. 5, n. 8-9, p. 132-142, 2008. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/issue/view/5>. Acesso em: 3 set. 2018.

ESCOSTEGUY, A. C. Narrativas pessoais midiatizadas: uma proposta para o estudo de práticas orientadas pela mídia. *Revista Famecos*, Porto Alegre (RS), v. 18, n. 1, p. 198-211, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8806/6170>. Acesso em: 18 jun. 2019.

_____. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo (SP), v. 4, n. 11, p. 115-135, 2007. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/111/112>. Acesso em: 18 jun. 2019.

_____. Uma introdução aos estudos culturais. *Revista Famecos*, Porto Alegre (RS), v. 9, p. 87-97, dez. 1998. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3014/2292>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e Mídia Impressa: Estudo Sobre a Aids**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. **Mediatización, sociedad y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina**. Rosário: Universidad Nacional de Rosário, 2010.

_____. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. *Matrizes*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008.

_____. Jornalismo: sensibilidade e complexibilidade. *Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 110-125, 2009.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HJARVARD, S. **The Mediatization of Culture and Society**. New York, Estados Unidos: Routledge, 2013.

IJUIIM, J. K. Ciência e Jornalismo: Apontamentos Sobre as Ideias de Boaventura de Sousa Santos para a Compreensão do Jornalismo. *Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, Curitiba, n. 7, p. 1-15, 2014. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36297/22922>. Acesso em: 5 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **A situação do câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2006.

JESUS, P. R. C. Propaganda de medicamentos. In: MARQUES DE MELO, J. et al. (Org). **Mídia e saúde**. Adamantina: Unesco/Umesp/Fai, 2001.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory Life – The Construction of Scientific Facts**. Princeton, New Jersey (EUA): Princeton University Press, 1986.

LAZER, D.; BAUM, M.; BENKLER, Y.; BERINSKY, A.; GREENHILL, K.; MENCZER, F.; METZGER, M.; NYHAN, B.; PENNYCOOK, G.; ROTHCHILD, D.; SCHUDSON, M.; SLOMAN, S.; SUNSTEIN, C.; THORSON, E.; WATTS, D.; ZITTRAIN, J. The Science of Fake News: addressing fake news requires a multidisciplinary effort. *Science*, Washington (Estados Unidos), v. 359, n. 6.380, *on-line*, 2018. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1094>. Acesso em: 4 jun. 2019.

LECHOPIER, N. Quatro tensões na saúde pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 209-231, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/105066>. Acesso em: 12 jun. 2018.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEFÈVRE, F. **Mitologia Sanitária: Saúde, Doença, Mídia e Linguagem**. São Paulo: Edusp, 1999.

LUIZ, O. C. **Jornalismo e Comunicação da Ciência**. Santo André: CESCO, 2004.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Uma aventura epistemológica. Entrevistador: Maria Immacolata Vassalo de Lopes, *Matrizes*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 143-162, 2009.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

_____. Rumo a uma teoria da midiatização: exercício conceitual e metodológico de sistematização. *Revista Intexto*, Porto Alegre (RS), n. 45, p. 16-34, mai/ago., 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/77889/50501>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MEDEIROS, J. S. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na *internet* e participação política. *TransInformação*, Campinas (SP), v. 25, n. 1, p. 27-33, jan/abr., 2013.

MESSORA, E. A. K. *A Construção de um novo mal: representações do câncer em São Paulo, 1892-1953*. 2017. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório de atividades do grupo de trabalho sobre a fosfoetanolamina. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília, 22 dez. 2015. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/documents/10179/1274125/2212-2015+-+Relat%C3%B3rio+de+Atividades+do+Grupo+de+Trabalho+sobre+a+Fosfoetanolamina/d73d9f0f-16e8-4983-bce9-b5e57dfa2164>. Acesso em: 21 jun. 2019.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MUKHERJEE, S. **O imperador de todos os males: uma biografia do câncer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, F. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Organização Mundial de Saúde - Guia de Estudos**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/OMS-Guia-Online.pdf>. Acesso em: 5 jun. de 2018.

PADILHA, S. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In: ASSIS, F. (Org.). **Imprensa no interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

PEREIRA JÚNIOR, A. Comunicação em saúde pública: uma análise sobre alguns casos bem sucedidos. In: MARQUES DE MELO, J. et al. (Org.). **Mídia e saúde**. Adamantina: Unesco/Umesp/Fai, 2001.

PINHEIRO, R.; LOFÊGO, J. Direito à comunicação como manifestação do direito humano à saúde: participação, diálogo e cidadania na construção das políticas públicas. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-9, Dez., 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17312/2/16.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

RIBEIRO, A. P. G. Saúde em uma sociedade midiaticizada – Entrevista a Antônio Fausto Neto. *Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 10., n. 1, p. 198-205, jan-jul., 2007. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1049/989. Acesso em: 16 jun. 2019.

RODRIGUES, A. D. O Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOULLIAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SIGNATES, L. Jornalismo e internet: 10 sinais de uma mudança de lugar. In: MOULLIAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SCHEUCH, E. K. La entrevista em la investigación social. In: KÖNIG, R. *Tratado de sociológica empírica*. Madri: Tecnos, 1973, v. 1, p. 166-229.

SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **The Sociology of News**. New York (EUA): W. W. Norton & Company, Inc., 2002.

_____. **The Power of News**. Cambridge, Massachusetts (EUA): Harvard University Press, 2003.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. Comunicação e voz cidadã. In: MOULLIAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

Reportagens analisadas

G1 – São Carlos e Araraquara. **Pacientes pedem na Justiça que USP forneça cápsula de combate ao câncer**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/pacientes-pedem-na-justica-que-usp-fornece-capsula-de-combate-ao-cancer.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **‘Consciência em paz’, afirma homem preso por doar cápsula contra câncer.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/consciencia-em-paz-afirma-homem-preso-por-doar-capsula-contra-cancer.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Pesquisador acredita que substância desenvolvida na USP cura o câncer.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/pesquisador-acredita-que-substancia-desenvolvida-na-usp-cura-o-cancer.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **E-mail mostrou interesse da Fiocruz em cápsula de combate ao câncer.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/e-mail-mostra-interesse-da-fiocruz-em-capsula-de-combate-ao-cancer.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Cresce o nº de pessoas que entram na Justiça em busca de cápsulas da USP.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/09/cresce-o-n-de-pessoas-que-entram-na-justica-em-busca-de-capsula-da-usp.html>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. **TJ suspende mais de 360 liminares para entrega de fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/09/tj-suspende-mais-de-360-liminares-para-entrega-de-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. **Reunião de pesquisadores e políticos discute substância contra o câncer.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/reuniao-de-pesquisadores-e-politicos-discute-substancia-contra-o-cancer-araraquara.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **Alckmin diz que vai conversar com secretário sobre fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/alckmin-diz-que-vai-conversar-com-secretario-sobre-fosfoetanolamina-substancia-contra-cancer.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **TJ barra mais liminares e pacientes recorrem para obter cápsulas da USP.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/tj-barra-mais-liminares-e-pacientes-recorrem-para-obter-capsulas-da-usp.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **STF determina entrega de cápsulas da USP para paciente com câncer do Rio.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/stf-determina-entrega-de-capsulas-da-usp-para-paciente-com-cancer.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **Filho busca cápsulas na USP após a liberação no STF: ‘não tem preço’, diz.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/filho-busca-capsulas-na-usp-apos-liberacao-no-stf-nao-tem-preco-diz.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **Presidente do TJ-SP volta atrás e libera entrega da fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/presidente-do-tj-sp-volta-atras-e-libera-entrega-da-fosfoetanolamina-substancia-contracancer.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **Com filas, USP distribui senhas para fornecer substância contra o câncer.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/com-filas-usp-distribui-senhas-para-fornecer-substancia-contrao-cancer.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **USP diz que cápsulas contra o câncer serão enviadas a pacientes por correio.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/apos-filas-em-instituto-usp-diz-que-enviara-substancia-pelos-correios.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **Justiça amplia o prazo da USP para a entrega de fosfoetanolamina sintética.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/10/justica-amplia-prazo-da-usp-para-entrega-da-fosfoetanolamina-sintetica.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **Conselho de Farmácia autua a USP por produção de fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/11/conselho-de-farmacia-autua-usp-por-producao-de-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 5 nov. 2018.

_____. **Desembargadores do TJ suspendem entrega de fosfoetanolamina sintética.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/11/desembargadores-do-tj-suspendem-entrega-da-fosfoetanolamina-sintetica.html>. Acesso em: 5 nov. 2018.

_____. **Manifestação em São Carlos pede liberação e acesso à fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/11/manifestacao-em-sao-carlos-pede-liberacao-e-acesso-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 5 nov. 2018.

_____. **‘É uma esperança’, diz mulher com câncer em ato da fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/11/e-uma-esperanca-diz-mulher-com-cancer-em-ato-da-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 5 nov. 2018.

_____. **‘Não tinha higiene’, diz delegado sobre laboratório ilegal de fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/12/nao-tinha-higiene-diz-delegado-sobre-laboratorio-ilegal-de-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Laudo aponta que fosfoetanolamina vendida em Conchal, SP, é falsificada.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/12/laudo-afirma-que-fosfoetanolamina-de-laboratorio-de-conchal-sp-e-falsa.html>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Vídeo mostra prisão de suspeito de comercializar fosfoetanolamina falsa.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/12/video-mostra-prisao-de-suspeito-de-comercializar-fosfoetanolamina-falsa.html>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Justiça bloqueia contas de trio preso por vender suposta fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/12/justica-bloqueia-contas-de-trio-presos-por-vender-suposta-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Pelo menos 5 mil pessoas estão sem a fosfoetanolamina, diz levantamento.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/12/levantamento-aponta-que-ao-menos-5-mil-estao-sem-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Agressão faz USP mudar o local de demandas sobre a fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/12/agressao-servidores-faz-usp-mudar-o-local-de-entrega-da-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Sem produção de princípios ativos, Furp deverá encapsular fosfoamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/12/sem-estrutura-para-produzir-furp-so-podera-encapsular-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Polícia Civil indícia 4 envolvidos na venda de suposta fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/01/policia-civil-indicia-4-envolvidos-na-venda-de-suposta-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 7 nov. 2018.

_____. **Manifestação pela liberação da 'pílula do câncer' reúne mais de 300 pessoas.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/02/manifestacao-pela-liberacao-da-pilula-do-cancer-reune-mais-de-300-pessoas.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Laboratório de Cravinhos, SP, vai sintetizar fosfoetanolamina para testes.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/02/alckmin-anuncia-acordo-para-sintese-da-fosfoetanolamina-em-cravinhos-sp.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Comissão aprova realização de testes da fosfoetanolamina em humanos.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/comissao-aprova-realizacao-de-testes-da-fosfoetanolamina-em-humanos.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Manifestantes pedem a liberação da fosfoetanolamina sintética em Leme.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/manifestantes-pedem-liberacao-da-fosfoetanolamina-sintetica-em-leme.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Laboratório de Cravinhos se prepara para a produção de fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/laboratorio-de-cravinhos-se-prepara-para-producao-da-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Pesquisador prevê os primeiros testes da fosfoetanolamina como equivocados.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/pesquisador-ve-os-primeiros-testes-da-fosfoetanolamina-como-equivocados.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Mesmo com ordens judiciais, USP São Carlos não entrega 'pílula do câncer'.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/advogados-nao-conseguem-pilula-do-cancer-mesmo-com-ordens-judiciais.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **USP denuncia pesquisador que criou a 'pílula do câncer' por curandeirismo.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/usp-denuncia-pesquisador-que-criou-pilula-do-cancer-por-curandeirismo.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **USP continua descumprindo ordem judicial e não entrega 'pílula do câncer'.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/advogados-voltam-usp-mas-ainda-nao-conseguem-pilulas-do-cancer.html>. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. **USP manda fechar laboratório de São Carlos que produz fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/04/usp-manda-lacrar-laboratorio-de-sao-carlos-que-produz-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. **Com 14 mil ações pedindo a 'pílula do câncer', USP alega não poder produzir.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/04/com-14-mil-acoes-pedindo-pilula-do-cancer-usp-alega-nao-poder-produzir.html>. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. **Pesquisadores da 'pílula do câncer' contestaram testes do MCTI no Senado.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/04/pesquisadores-da-pilula-do-cancer-contestam-testes-do-mcti-no-senado.html>. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. **'Profunda preocupação', diz Anvisa sobre liberação da fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/04/anvisa-expressa-profunda-preocupacao-com-liberacao-da-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. **Polícia não vê indícios de crime por químico que criou a fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/04/policia-nao-ve-indicios-de-crimes-por-quimico-que-criou-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. **Pesquisador diz que não vai autorizar a venda da ‘pílula do câncer’ por R\$ 6.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/pesquisador-diz-que-nao-vai-autorizar-venda-da-pilula-do-cancer-por-r-6-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. **TRF de SP suspende o fornecimento da ‘pílula do câncer’ no estado e em MS.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/trf-de-sp-suspende-fornecimento-da-pilula-do-cancer-no-estado-e-em-ms.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. **Suspensão da lei da ‘pílula do câncer’ vai dificultar o acesso, dizem advogados.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/suspensao-da-lei-da-pilula-do-cancer-vai-dificultar-acesso-dizem-advogados-saocarlos.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. **‘Não tem outra opção’, diz filho que tenta fosfoetanolamina para a mãe.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/nao-tem-outra-opcao-diz-filho-que-tenta-fosfoetanolamina-para-mae.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. **Pacientes protestam pela liberação da ‘pílula do câncer’ em São Carlos, SP.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/pacientes-protestam-pela-liberacao-da-pilula-do-cancer-em-sao-carlos-sp.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. **Pesquisador autoriza laboratório de Cravinhos a produzir ‘pílula do câncer’.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/06/pesquisador-autoriza-laboratorio-de-cravinhos-produzir-pilula-do-cancer.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. **USP abre sindicância para investigar pesquisador da fosfoetanolamina.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/07/usp-abre-sindicancia-para-investigar-pesquisador-da-fosfoetanolamina.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

APÊNDICES

Apêndice A

25/10/2018

Gmail - Entrevista



Ana Carolina Monari <capmonari@gmail.com>

Entrevista

Stefhanie Piovezan <emaildestefhanie@gmail.com>
Para: capmonari@gmail.com

15 de julho de 2018 17:58

Oi, Ana! Seguem as respostas. Se ficar com alguma dúvida, por favor, me avise.

Um beijo,

Em sex, 13 de jul de 2018 às 11:00, Ana Carolina Monari <capmonari@gmail.com> escreveu:
Oi, Stefhanie, tudo bem?

Como combinamos, segue as perguntas por e-mail sobre a cobertura da fosfoetanolamina sintética feita pelo G1 - São Carlos e Araraquara. Você me confirma o recebimento?

- Primeiramente, me diga o seu nome completo e a idade?

Stefhanie Piovezan. Tenho 29 anos (nasci em 18 de janeiro de 1989).

- Gostaria de saber qual era a sua rotina na redação? Você era repórter ou editora? Como era a rotina de produção de notícias no G1 - São Carlos e Araraquara?

O G1 São Carlos e Araraquara não contava com o cargo de repórter. A equipe era composta por um coordenador, dois editores (durante algum tempo foram três) e três estagiários. Por conta dessa organização, além de pautar e editar o conteúdo produzido pelos estagiários, editores e coordenador também produziam reportagens. Geralmente, havia um editor pela manhã e um editor ficava no período da tarde junto com o coordenador. Quem entrava de manhã era responsável por coordenar a entrada dos dois primeiros telejornais no site (é o G1 local que disponibiliza os vídeos na internet), fazer a primeira troca de manchete e publicar os factuais da madrugada (boletins de ocorrência, entrevistas com delegados), além de comandar a equipe e virar os assuntos do período. Quem entrava à tarde ajudava a editar o conteúdo produzido de manhã, transcrevia VTs, produzia reportagens que demandassem mais tempo e, dependendo da pauta (perfis, datas comemorativas, levantamentos para São Paulo, visitas de políticos à região), tinha uma possibilidade maior de sair da redação. Durante o tempo em que trabalhei no G1, atuei tanto como editora da manhã quanto como editora à tarde.

- Como você ficou sabendo sobre a fosfoetanolamina sintética?

Por conta da morte da estudante Gisele Aparecida Braz de Lima. Em agosto de 2015, fiquei sabendo que a USP havia sido condenada a pagar uma indenização à família de Gisele e entrei em contato com o único veículo local que havia publicado uma entrevista com os pais dela, mas não quiseram me contar os nomes deles ou do advogado. Sem essas informações, a única forma que encontrei de localizar o processo no site do TJ foi buscando todas as ações envolvendo a USP. Entre elas estavam as ações sobre a fosfoetanolamina sintética. Publicamos a matéria sobre a indenização (<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/usp-e-condenada-pagar-r-394-mil-para-pais-de-aluna-atingida-por-galho.html>) e, dias depois, publicamos a primeira reportagem sobre a fosfoetanolamina (<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/pacientes-pedem-na-justica-que-usp-fornece-capsula-de-combate-ao-cancer.html>).

- O que você achou, em um primeiro momento, sobre o caso? Você acreditou que a pilula poderia produzir algum efeito no tratamento contra o câncer?

Quando me deparei com as ações de pedido de fornecimento, houve um estranhamento. O campus de São Carlos não tem o curso de Farmácia, então aquilo me chamou a atenção na hora. Comentei com o meu coordenador que havia algo estranho acontecendo e ele me deu tempo para me dedicar ao assunto. Fiquei dias lendo os textos dos pedidos e procurando fontes. Um dos pedidos era para um paciente com Sarcoma de Ewing, o mesmo de uma pesquisadora que eu tinha entrevistado no começo de agosto (<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/com-cancer-ha-7-anos-pesquisadora-sonha-conciliar-pos-doc-com-terapia.html>) e que acabou falecendo pouco depois (<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/08/amigos-prestam-homenagens-apos-morte-de-pesquisadora-com-cancer.html>). Minha reação foi: "Como assim a USP fornece uma substância para esse tipo de doença?". Os relatos eram muito fortes e tomamos cuidado. Até hoje é minha matéria com mais fontes. Com base nos depoimentos e exames, passei a acreditar que a substância poderia ajudar em alguns casos e que os testes deveriam ser concluídos.

Apêndice A

25/10/2018

Gmail - Entrevista

- Como a empresa reagiu ao caso? Vocês tinham uma equipe própria para cobrir o assunto? Como vocês se prepararam para eventuais suites?

Li e reli o primeiro texto, meu coordenador também e, quando a reportagem saiu, fui parabenizada pelo coordenador do G1/EPTV à época (ele ficava em Campinas e comandava todas as páginas vinculadas à EPTV). A reportagem serviu de base para a TV entrar no assunto e eu e Misael Mainetti, então produtor da EPTV, começamos a trabalhar nesse assunto juntamente com as outras tarefas do dia a dia. Formamos uma dupla e, sempre que um ficava sabendo de algo, ia logo avisar o outro.

- A fosfoetanolamina sintética ganhou repercussão nacional. Como vocês lidaram com esse fato?

Acreditava que o assunto iria repercutir porque estávamos falando da USP, mas, justamente pela repercussão, outras praças começaram a se interessar e a cobrir. Em alguns casos eu achava válido e, em outros, me parecia algo como tirar proveito daquilo que estava em pauta.

- Houve interesses externos na cobertura? Vocês chegaram a receber alguma recomendação sobre a forma de escrever ou retratar o caso?

A partir de determinado ponto, a equipe do G1 em São Paulo (responsável por todas as praças) passou a pedir que avisássemos sobre os textos que planejavamos publicar a respeito da fosfoetanolamina sintética e que as matérias produzidas aqui contivessem um parágrafo específico.

- Eu notei que várias reportagens (grande parte, na verdade) feitas pelo portal não apresentavam o nome do repórter. Isso foi alguma diretriz dada pela empresa?

Não. São reportagens com conteúdo apurado pela TV, feitas a várias mãos ou com modificações devido às determinações mencionadas acima.

- Depois de um ano observando a cobertura, notei que houve algumas mudanças na forma de escrever sobre o caso, como maior foco em manifestações pró-medicação e sobre as implicações que a pilula trouxe para a vida de Gilberto Chierice. O que você acha que levou essa mudança?

A impressão que eu guardo é contrária. Com o passar do tempo, as matérias que iam para a home nacional eram geralmente aquelas com resultados negativos dos testes. Tínhamos aqui as manifestações e elas eram noticiadas, mas não eram elas que repercutiam. Talvez as primeiras matérias tenham passado um tom favorável que a empresa se viu na obrigação de corrigir.

Stefhanie, fique à vontade para acrescentar quaisquer comentários que você julgar necessário.

Conforme a cobertura avançava, percebi que faltava conhecimento e a vontade que eu já tinha de cursar Biologia e trabalhar com jornalismo científico cresceu. Ingressei na Licenciatura em Ciências Biológicas na UFSCar, deixei o G1 para me dedicar ao jornalismo científico e hoje percebo erros como me envolver demais. Também entendo que deveria ter sido mais cética. Espero que o seu trabalho me ajude a fazer um balanço e a evitar novas falhas.

Mais uma vez, muito obrigada por me atender. Quero reiterar que a entrevista será usada somente para fins acadêmicos :) - eu gosto de deixar claro, porque eu fui entrevistar uma outra fonte que me fez prometer essa cláusula hahaha

Um grande beijo!

Apêndice B

Ana Carolina Pontalti Monari - Pode me passar seu nome completo, idade, data de nascimento e profissão?

Durvanei Augusto Maria – Durvanei Augusto Maria, 55 anos, 11/07/1963, sou biomédico e pesquisador do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Butantan, da Divisão de Desenvolvimento e Inovação.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como foi o seu contato com a fosfoetanolamina?

Durvanei Augusto Maria – Eu já trabalho com desenvolvimento de moléculas, com atividade antiproliferativa e antitumoral desde 1984. Eu vim para o Butantan, pois eu era da FMUSP, vim para o Butantan, prestei concurso para um cargo efetivo. Eu trabalhei com um grupo do Incor, que desenvolvia carreadores de drogas quimioterápicas, no sentido de melhorar especificidade e diminuir os efeitos colaterais e uma aluna, que fez parte desse estudo comigo, me apresentou, na verdade, essa pessoa indicou o laboratório para que ele viesse fazer os testes dessa substância que tinha potencial antiproliferativo.

Ana Carolina Pontalti Monari – Quem era essa pessoa?

Durvanei Augusto Maria - Essa pessoa era o Renato Meneguelo. Isso foi no começo de 1999/2000. Ele veio no laboratório, trouxe um frasco com uma substância e ele não identificou essa substância, porque eu trabalho com código para que a gente faça o teste e não tenha tendência nos resultados. Começamos a fazer os testes e eu fui muito claro para ele. Eu disse “olha se essa substância matar as células normais, eu não tenho interesse em dar continuidade nos estudos com essas moléculas”. Nós fizemos os testes e ela não matava as células normais, mas matava as células tumorais. A gente começou a estudar, ver os mecanismos. Ele fez todo o mestrado dele no meu laboratório e no dia da entrega do exemplar da dissertação, o Departamento de Química de São Carlos, me convidou para ser membro da banca. Foi quando eu conheci o professor Gilberto e toda a equipe.

Ana Carolina Pontalti Monari – Já era anos 2000?

Durvanei Augusto Maria - Era 2000/2001. Foi nesse momento que eu entrei em contato com a fosfoetanolamina. Eu fui algumas horas antes no laboratório do

professor Gilberto. Ele me explicou todo o processo, eu tive interesse e começamos a estudar essa molécula com potencial antiproliferativo. Eu desconhecia que esse composto que era dado para pacientes. Eu nunca forneci ou tive essa intenção. Minha intenção é a pesquisa básica para que possa ser usada para registro de medicamentos, para que ela possa passar por todas as etapas que a Anvisa solicita, para que se torne um medicamento e provar os princípios farmacológicos dessa droga.

Ana Carolina Pontalti Monari - Você continuou os estudos dali em diante?

Durvanei Augusto Maria - Continuei, porque eu recebi alunos de iniciação científica e a gente começou a distribuir as diversas etapas para cada aluno. Estudamos câncer de mama, carcinoma oral, melanoma. Cada um deles tiveram um segmento de estudo para ver a viabilização dessa substância frente à sua capacidade de impedir a proliferação, induzir a apoptose e não matar as células normais, nas mesmas condições de tratamento. Fizemos modelos animais para isso. Então foi esse o intuito.

Ana Carolina Pontalti Monari – Não se chegou a fazer testes com humanos nesse momento?

Durvanei Augusto Maria - O teste com humanos foi quando foi aprovado pelo Conepp, os estudos no Icesp; eu fui auditor da pesquisa clínica junto a um grupo de outros profissionais que estavam envolvidos.

Ana Carolina Pontalti Monari - O que você, pessoalmente, achava da pílula? Você via que tinha um grande potencial?

Durvanei Augusto Maria - Como a nossa busca por conhecimento é incessante, o que nós fizemos: primeiro eu nunca trabalhei com a forma de pílula. Eu trabalho com uma forma que é administrava por via intravenosa ou via intraperitoneal, ela não é dessa forma, não é via oral. Ela passa via sistêmica, circula em todos os órgãos. O que eu fiz, eu trabalho com uma estrutura lipossomal, uma nanopartícula, aonde a fosfo é colocada e serve como um carreador, ela pode, dessa forma, ser direcionada ao alvo molecular, no caso a célula tumoral. Eu trabalho com uma forma injetável; eu trabalho com uma solução; o princípio ativo é mesmo, eu não posso falar que o composto é idêntico ou tenha semelhanças, porque eu nunca trabalhei com a outra apresentação farmacêutica.

Ana Carolina Pontalti Monari – Por que você decidiu trabalhar dessa maneira?

Durvanei Augusto Maria - Forma de preparação e de aditivos que podem ser colocados na formulação em cápsula que não existe na preparação injetável.

Ana Carolina Pontalti Monari - O que você acha desse composto?

Durvanei Augusto Maria - Ele é muito interessante, porque é um composto que no modelo de hepatocarcinoma, se manteve 16 dias aderido à superfície da célula tumoral liberando princípio ativo. A posologia se modificou, a especificidade foi melhorada e supostamente a efetividade da droga. Então isso foi um ganho bem importante. O que me chama sempre a atenção é que não há efeitos colaterais. Esse é um ganho importante, então, supostamente há um receptor, ou uma molécula alvo que a fosfo vá se ligar à superfície, ou internamente na célula tumoral; e deve direcionar os mecanismos desse crescimento desordenado.

Ana Carolina Pontalti Monari - Quando que você notou que teve o “boom” da fosfoetanolamina pela mídia?

Durvanei Augusto Maria - Como conversamos, a mídia pode deturpar, ela não é tão franca quanto as informações que são divulgadas. Tudo começou quando o professor Gilberto veio a se aposentar, do meu ponto de vista, porque ele se aposentou em 2014. Foi tudo nesse tramite, da aposentadoria dele, porque ele foi pela compulsória, ele não poderia mais ficar na instituição; aí o que aconteceu, os pacientes não poderiam mais ter onde obter esse material, que ele disponibilizava, ele distribuía gratuitamente; tudo foi a comoção que a mídia começou a propagar; no momento em que ele teria tempo para aposentar, a não disponibilidade dele de se manter na universidade, não ter um laboratório e dos pacientes terem a necessidade da aquisição desse composto, então eu acho que esse foi o ponto inicial.

Ana Carolina Pontalti Monari - Mas em 2014, a USP publicou a portaria que proíbe a distribuição de qualquer substância de caráter medicamentoso?

Durvanei Augusto Maria - Essa medida veio no momento aonde ocorreram a divulgação no senado, todo aquele envolvimento de políticos, para que a pílula pudesse ser distribuída; esse é o delta.

Ana Carolina Pontalti Monari - Mas essa portaria foi antes, Durvanei...

Durvanei Augusto Maria - Não, mas foi no momento. Tá tudo interligado.

Ana Carolina Pontalti Monari - Na cronologia, que eu sei, foi 2014 a medida da USP; em 2015, a Stefhanie achou as liminares no TJ... depois foi para a mídia...

Durvanei Augusto Maria - Eu não sei se tem algum envolvimento entre a medida da USP que barrava essa distribuição, a aposentadoria e divulgação da mídia, mas que tem um fato muito importante ligado, que é a solicitação do professor Gilberto, em função do tempo e a idade em que ele estava, ausência de um laboratório para produzir a fosfo e as necessidades dos pacientes que espontaneamente que buscavam essas capsulas na USP de São Carlos.

Ana Carolina Pontalti Monari – E quando aos pesquisadores?

Durvanei Augusto Maria - Eu não faço parte da patente, sempre trabalhei em uma linha de pesquisa independente desse grupo de pesquisadores de São Carlos; eu trabalho com determinação de estruturas e novas apresentações farmacêuticas usando nanocarregadores, principalmente lipídicos, que tenham a propriedade de impedir a proliferação de células tumorais e de carrear princípios ativos do tipo quimioterápico ou de monoterápicos.

Ana Carolina Pontalti Monari – O pessoal do G1 chegou a ir atrás de você?

Durvanei Augusto Maria – O G1 nunca me procurou, quem me procurou muito foi o SBT, como eu sou funcionário público, eu tenho que pedir autorização para divulgação das informações. O G1 nunca me procurou, quem muito me procurou foi SBT, em um primeiro momento, e depois a TV Bandeirantes.

Ana Carolina Pontalti Monari - O que a mídia te perguntava e qual foi a sua relação com a mídia?

Durvanei Augusto Maria - Olha, como eles sabiam que eu não produzo, essa forma que é dada aos pacientes, eles sempre me perguntavam qual era o mecanismo de ação da fosfo; como que ela agia, porque ela tinha afinidade por uma célula tumoral, como que ela contribuiria para a melhora do paciente, o que o paciente precisava, o que era um efeito rebote, qual é a necessidade de consumo, essas informações mais relacionadas aos efeitos terapêuticos, em relação à síntese de distribuição eu acho

que isso é responsabilidade do professor Gilberto e do grupo que sintetizou. Hoje eu trabalho com nanoestruturas e os meus projetos são todos financiados e eu tenho os alunos todos pela Fapesp ou pela Capes ou pelo CNPq. Eu tenho uma linha mais de condutas que em relação ao conduzimento dos projetos, do ponto de vista bem ético; tenho aluno, que eles se matriculam; nós fizemos uma comissão de ética, ela é aprovada, é publicada no Diário Oficial; eu tenho uma rastreabilidade de todos os dados desde quando eu comecei a trabalhar com a fosfo; todos os artigos, tirando dois, sobre a fosfo, eu faço parte da coautoria como desenvolvimento. Nós começamos a trocar informações, cada um, claro, tem a sua contribuição, para que eles compreenderem o que eu faço; e eu para entender o que eles fazem; somos uma parceria, mas eu não faço parte da patente.

Ana Carolina Pontalti Monari - O que mudou na sua vida depois que a fosfo foi para mídia?

Durvanei Augusto Maria - Eu não conseguia trabalhar. Se faziam caravanas no laboratório; então, eu, antes de entrar no laboratório, ligava para os alunos para eu poder entrar porque senão eu não trabalhava. Fora atender o telefone, e-mail e aí eu não podia responder porque ou eu trabalhava ou eu respondia e-mail. As pessoas começaram a ficar nervosas nesse aspecto, mas para mim foi em parte um momento importante, porque foi a divulgação de um trabalho, quer queira, quer não, ele tem um princípio; ele tem uma definição importante; tem o seu grande mérito; o Brasil não está dando destaque, mas os outros países estão. Em países de primeiro mundo, onde muita coisa está sendo produzida com esses derivados; com novas formulações, principalmente com lipossomas; eles estão muito à frente de nós; usando como matéria prima a fosfoetanolamina. O outro ponto que me desgastou foi, um ponto crucial, foi um envolvimento político, que ao meu ponto de vista não gerou absolutamente nada; nenhuma credibilidade, muito pelo contrário, foi mais uma chacota que um ganho científico.

Ana Carolina Pontalti Monari – Por que você falou que foi desgastante?

Durvanei Augusto Maria - porque olha você escuta uma reportagem e você não pode falar; você vê, por exemplo, dos testes clínicos, onde houve alguma informação que não é verdade como um todo; e aí você não pode falar porque você tem os termos de

confidencialidade que impedem que você faça. É complicado, porque às vezes você sabe da verdade, mas você não pode dizer a verdade como um todo.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como foi a questão dos testes clínicos?

Durvanei Augusto Maria - Essa parte que eu não posso falar tanto para você, porque eu tenho um termo de confidencialidade. Sabemos de vários detalhes, que foram obtidos na condição desses testes que não foram divulgados na mídia; parece que vão ser iniciados outros testes, não sei se no fim do ano ou no próximo ano.

Ana Carolina Pontalti Monari - Mas fale o que você pode falar sobre o assunto... Eu vejo como um revés da própria mídia, porque se no começo ela dava como uma esperança, no fim, eu tenho a sensação que a mídia tirou o dela de campo...

Durvanei Augusto Maria - Ela apedrejou mesmo; apedrejou porque não sabe, porque não dá para você dizer na mídia o que é um teste farmacocinético. Será que o nosso povo tem essa educação básica para saber que uma droga quando ela entra no organismo, dependendo do organismo, que tem uma deficiência na flora intestinal, que tenha um problema de absorção; que um paciente que faz quimioterapia ou radioterapia, tem deficiência de cálcio, fosfato, impedem a absorção e distribuição dessa droga? Será que eles vão entender isso?

Ana Carolina Pontalti Monari - Não! O jornalista ele traduz, mas nem sempre ele traduz da forma certo, né?

Durvanei Augusto Maria - E aí o que aconteceu? É a fosfoetanolamina que não deu sucesso, que foi ineficiente. Ela foi ineficiente naquele momento para aqueles pacientes, naquelas condições; que tinham várias outras comorbidades, que eram pacientes graves, que na sua grande maioria ou morreu, ou vai morrer ou já morreu; não são pacientes rígidos; são pacientes que já foram usados e isso ninguém diz; em quatro ou cinco testes clínicos e que eles não tiveram sucesso na terapia nova.

Ana Carolina Pontalti Monari - Ou seja, eram pacientes que tinham outros problemas, além do câncer?

Durvanei Augusto Maria - Isso mesmo; são pacientes que tiveram uma comprovação direta da ineficiência da droga e tinham problemas de insuficiência renal, alguns

tinham problemas hepáticos; outros tinham ou iam fazer cirurgias que iria afetar todo o metabolismo celular.

Ana Carolina Pontalti Monari - Você aponta isso como um erro?

Durvanei Augusto Maria - Eu acho um erro, porque quando é divulgado um resultado desse nível, primeiro deveria ter sido feita uma reunião com todos os especialistas, com toda a classe médica e com os profissionais envolvidos para discussão dos resultados; e não para divulgação da parte estatística; porque estatística é uma questão de número; se eu analiso dez indivíduos e se eu analiso mil indivíduos, o poder estatístico de você dizer se um fenômeno biológico é comprovado, em dez você não comprova, em 20 você não comprova, mas em mil talvez você possa comprovar.

Ana Carolina Pontalti Monari - Você acha que o teste não deu o resultado esperado por causa desses pacientes? Da escolha desses pacientes?

Durvanei Augusto Maria - É um conjunto, não só a escolha desses pacientes, a forma como ele foi conduzido e os critérios que foram utilizados na avaliação. Você concorda que são vários pontos? É o paciente que apresentou problema, a forma de administração teve problema, a orientação de administração teve problema, a apresentação farmacêutica na cápsula foi feita por outra empresa que teve problema, foram acrescentados outros ingredientes dentro da cápsula e isso alterou a viabilidade da droga, foi um conjunto de resultados que conduziram para um resultado negativo; então, eu acho que estava sendo fadada a que os testes supostamente podiam ser negativos, porque o paciente tinha problemas, a droga tinha problemas, que a forma de orientação tinha problema; então foi uma soma; foi uma somatória muito importante.

Ana Carolina Pontalti Monari - O que você acha que a mídia trabalhou com a população em relação à fosfo?

Durvanei Augusto Maria - Informou de forma simples essas questões que eu acabei de falar para você, porque o jornalista teria e eu tenho dificuldade de, às vezes, de usar palavras mais simples para você entender o que eu estou querendo me expressar; mas eu acho que o jornalista que transmite a mensagem ou a notícia ele tem esse poder de elaborar uma comunicação mais facilitada.

Ana Carolina Pontalti Monari - Você acha que houve um erro de informação?

Durvanei Augusto Maria - Acho que um pouco sim. Também não vou apedrejar todo mundo, mas eu acho que em partes também.

Ana Carolina Pontalti Monari - E você acha que isso, de certa forma, influenciou a sociedade?

Durvanei Augusto Maria - Eu só queria complementar essa questão abordando a própria divulgação da informação ou da notícia. Pílula do câncer; não é uma pílula; ela é uma cápsula, se for pensar na apresentação farmacêutica, ela é uma capsula; ela não é uma pílula anticoncepcional... ela é um fármaco, ela é um composto com propriedades, a emulsão, a injeção, as pílulas... mas até a forma, que foi divulgada foi meio que pejorativa; pela gravidade e pelo respeito aos pacientes que são oncológicos; pílula do câncer é a mesma coisa que, eu não quero envolver a religião, mas aquelas pílulas do Frei Galvão; é a mesma coisa; é aquele médium de Goiânia; tudo balizada no mesmo nível; então é tudo credices populares.

Ana Carolina Pontalti Monari - É como se transformasse a fosfo em uma tábua...

Durvanei Augusto Maria - De salvação, o que não era dessa forma. Cada indivíduo é um indivíduo, cada tumor é um tumor; um indivíduo que pode ter diferenças entre a sua origem, sua classe social, as suas condições educacionais, suas condições de saúde, imunológicas, é um conjunto de informações... pílula do câncer cura todos os tipos de câncer? Eu acho que não concordo; já azedou o meu leite, entendeu? Não é por aí, eu já não sou dessa credice.

Ana Carolina Pontalti Monari - Você acredita que ela cura ou não?

Durvanei Augusto Maria - Não! Ela é um adjuvante e ela tem o poder de auxiliar vários mecanismos para que o paciente possa suportar as terapêuticas convencionais: quimio ou radioterápicas ou a associação dessas à imunoterapia.

Ana Carolina Pontalti Monari - Como que a fosfo funciona? Como que ela age no organismo?

Durvanei Augusto Maria - Ela é o produto de secreção das glândulas mamárias. Ela tá no leite materno, ela está presente em outras secreções, ela é produzida pela célula, os retículos endoplasmáticos produzem a fosfoetanolamina, a mitocôndria

também produz porque ela faz parte da membrana celular, ela é um fosfolipídio da membrana celular. A importância dele é quando ele é mobilizado ou ativado, usado pelo sistema biológico, ele consegue induzir a morte celular; e a morte que essa molécula induz é uma morte que tem toda uma maquinaria genética: uma mobilização de proteínas chamada de proteínas pro-apoptóticas, que são liberadas pela mitocôndria, a mitocôndria ao fosforilar essas proteínas, elas são liberadas e passam para o sistema citoplasmático e vão deflagrar uma morte que a chama de morte apoptose; é tão complexo esse sistema que quando eu defino apoptose, eu estou definindo uma classe ou subtipos de várias mortes celulares; eu tenho a morte por apoptose, onde eu tenho a deflagração de fatores nutricionais, aonde eu posso promover o descolamento da célula, aonde eu posso induzir a despolimerização dos microtubos durante a divisão celular... aonde eu posso mobilizar enzimas lisossomais; eu posso ter apoptoses induzidas por estruturas dependentes do processo inflamatório, então dá para você entender que há uma complexidade de mecanismos que a gente pode ter iniciado, mas a fosfo ela tem a capacidade de induzir a apoptose, e uma particularidade: para alguns tipos de tumor é uma apoptose x e para outros tipos de tumor é outra morte celular, que também tem na apoptose, mas por exemplo carcinomas de células orais; que a gente já trabalhou aqui com uma aluna que era odontologista; o tipo de apoptose induzida é a autofagia; então depende da maquinaria lisossomal; as outras dependem da expressão de marcadores, entre outros. Isso que faltou para gente discutir os resultados da pesquisa clínica para gente ter agregado conhecimento e não subtraído as informações.

Ana Carolina Pontalti Monari - Por que a fosfo não ataca as células normais e só ataca as células tumorais?

Durvanei Augusto Maria - Uma das hipóteses é o conteúdo de fosfolipídios que existem em uma célula tumoral e na célula normal, eles são diferentes; segundo, a carga elétrica da membrana celular de uma célula normal é diferente de uma célula tumoral; a fosfoetanolamina sintética é protonária, então, ela tem afinidade com a carga elétrica da membrana da célula tumoral; então primeiro ele tem uma afinidade eletroquímica e segundo uma afinidade com a membrana celular e outra uma facilidade em penetração pela membrana celular porque a membrana celular é uma barreira fosfolipídica, então ela tem lipídeos e proteínas que ao serem dispostas em folhetos, elas permeabilizam não só a entrada como a saída de nutrientes; então é

dessa forma que ocorrem as trocas; então a fosfoetanolamina tem facilidade em atravessar essa membrana porque ela é um componente da membrana. Outra hipótese é que as fosforilações que existem em uma célula tumoral são diferentes daquelas que ocorrem nas células normais.

Ana Carolina Pontalti Monari - Como que é estabelecida a dose? Como que vocês convencionaram quanto que uma pessoa pode tomar de fosfoetanolamina?

Durvanei Augusto Maria - Como eu nunca trabalhei com os pacientes, eu não sei como que foi estabelecida dose. A minha crítica na pesquisa clínica foi que não foi estabelecida nenhuma dose, porque não foi estabelecido um teste farmacocinético; eu pensei que o primeiro subsidio que o teste clínico forneceria para os estudos da fosfo era a determinação da composição plasmática desse fosfolípido em relação a dose ou em relação as injeções dessas cápsulas; mas isso não foi feito; só foi entregue aos pacientes; esse foi o ponto frágil do teste clínico; não foi determinado nenhuma concentração e nenhuma determinação ou tempo de vida médio desse fosfolípido na população.

Ana Carolina Pontalti Monari - Você disse que outros países estão estudando a fosfo? Quais são eles?

Durvanei Augusto Maria - O primeiro é os Estados Unidos, China e a Alemanha, que é a pioneira nos estudos da fosfoetanolamina e foi o único que sintetizou, eles têm uma expertise científica bem importante. Eles sintetizaram em 1936, mas o grupo começou os estudos na Alemanha em 1906.

Ana Carolina Pontalti Monari - Durnavei, então terá outros testes clínicos?

Durvanei Augusto Maria -

Eu fiquei sabendo por terceiros que haverá outros testes clínicos em outras instituições, mas eu não fui convidado para participar ou informado a respeito e eu não vou participar desses estudos. À princípio, porque eu quero me empenhar no que eu já desenvolvi; agora os objetivos e o foco mudaram: a importância da fosfoetanolamina tem os seus detentores, e eu vou fazer as estruturas lipossomais que vão ter outros detentores; acho que o momento é esse: divisor de águas, então foi a fosfoetanolamina sintética a pílula do câncer e vai ter uma nova fase, em que eu vou ter uma estrutura nanotecnológica, lipossomal, aonde foram desenvolvidos todos

os testes, aonde foi gerado um DDCM, que é um documento solicitado pela Anvisa aonde tem um registro e aonde tem as suas patentes correspondentes.

Ana Carolina Pontalti Monari - Vocês estão pretendendo transformar em medicamento?

Durvanei Augusto Maria - Isso, primeiro patentear e depois ver os recursos para que eles se tornem um medicamento.

Ana Carolina Pontalti Monari - Então seriam dois polos de um mesmo composto?

Durvanei Augusto Maria - Sim, são dois polos bem distintos.

Apêndice C

Linha do tempo do caso da fosfoetanolamina sintética

Década de 1990

Início dos estudos sobre o composto químico no IQSC/USP.

1995

Convênio entre o IQSC/USP e o Hospital Amaral Carvalho, em Jaú (SP), para a realização de estudos clínicos com a fosfoetanolamina sintética.

2014

Publicação da portaria do IQSC/USP nº 1.389/2014 que proíbe a distribuição de qualquer substância de caráter medicamentoso produzida nas dependências da instituição.

2014

Pacientes entram na Justiça para obtenção de liminares com o propósito de obter a fosfoetanolamina sintética.

Agosto de 2015

Início da cobertura sobre o caso promovida pelo *G1 – São Carlos e Araraquara*.

Setembro de 2015

José Roberto Nalini (TJ-SP) suspende o efeito das liminares obtidas pelos pacientes portadores de câncer. Medida impediu o acesso dos pacientes ao composto químico.

Outubro de 2015

Ministro Edson Fachin, do STF, reverte a situação anterior. Pacientes voltam a ter acesso ao suposto medicamento por meio de medidas judiciais.

Outubro de 2015

Instituição do grupo de trabalho do Ministério da Saúde que irá estudar a fosfoetanolamina sintética.

Novembro de 2015

Reunião dos Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para discutir a fosfoetanolamina sintética.

Outubro, novembro e dezembro de 2015

Câmara e Senado Federal discutem a fosfoetanolamina sintética.

Outubro, novembro e dezembro de 2015

Os governos dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul demonstram interesse em promover os testes clínicos com a substância.

Março de 2016

Câmara dos Deputados e Senado Federal aprovam lei que libera o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com tumores malignos.

Março de 2016

Gilberto Chierice é acusado de curandeirismo pela USP.

Abril de 2016

Lei que libera o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com tumores malignos é sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Mai de 2016

STF suspende lei que liberava o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com tumores malignos.

Julho de 2016

Início dos testes clínicos com a substância no Icesp, em São Paulo.

Outubro de 2016

Início da segunda fase dos testes clínicos com o composto químico no Icesp, em São Paulo.

Março de 2017

Fosfoetanolamina sintética começa a ser vendida como suplemento alimentar nos Estados Unidos.

Abril de 2017

Testes clínicos promovidos pelo Icesp, em São Paulo, são suspensos. Pesquisa comprova que a substância não tem eficácia contra o câncer.

Outubro de 2017

Início da CPI na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para investigar a condução da pesquisa sobre a fosfoetanolamina sintética no Icesp.

Janeiro de 2018

CPI conclui que o Icesp adotou procedimentos que obstruíram a pesquisa sobre a fosfoetanolamina sintética, gerando, portanto, resultados equivocados.

Junho de 2019

Universidade Federal do Ceará (UFC) inicia novos testes clínicos com a fosfoetanolamina sintética.

Apêndice D

12/01/2019

Gmail - Respostas



Ana Carolina Monari <capmonari@gmail.com>

Respostas

Fabio Rodrigues <fabio.goncalves.rodrigues@gmail.com>
Para: capmonari@gmail.com

30 de outubro de 2018 21:29

Olá Ana, tudo bem? Segue as resposta. Desculpe pela demora.

1) Primeiramente, queria perguntar o seu nome completo, profissão, idade e data de nascimento (pergunto a data, porque como a dissertação será apresentada no ano que vem gostaria de colocar a idade de forma correta)?

Fabio Gonçalves Rodrigues, jornalista e fotógrafo, 42 anos, nascido em 4 de dezembro de 1975.

2) Como você teve contato com a fosfoetanolamina sintética?

Conheci o assunto por meio da jornalista Stefhane Piovezan que, em agosto de 2015, ficou sabendo que a USP havia sido condenada a pagar uma indenização à família de uma estudante. Ela entrou no site do Tribunal de Justiça (TJ) em busca de ações envolvendo a USP. Entre elas estavam as ações sobre a fosfoetanolamina sintética. Em 17 de agosto do mesmo ano, publicamos a primeira reportagem sobre a fosfo.

3) Quais foram os procedimentos adotados pelo G1 - São Carlos e Araraquara para a cobertura?

Bem, não houve um procedimento específico. O que fizemos e fazemos sempre é tomar cuidados para não publicar nada sem checar, sem ouvir os lados, para não correremos o risco de noticiarmos algo errado. Atenção redobrada para um tema tão polêmico quanto esse.

4) Vocês receberam alguma recomendação especial para fazer a cobertura, principalmente por ser um assunto polêmico?

A partir de determinado ponto, a equipe do G1 em São Paulo (responsável por todas as praças) passou a pedir que avisássemos sobre os textos que planejavamos publicar a respeito da fosfo e que as matérias produzidas em São Carlos tivessem um parágrafo específico, geralmente o sublide, que ficava assim:

"Distribuída pela USP de São Carlos por causa de decisões judiciais, a fosfoetanolamina é alardeada como cura para diversos tipos de câncer, mas não passou por esses testes em humanos, por isso não é considerada um remédio. Ela não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e seus efeitos nos pacientes são desconhecidos".

Apêndice D

12/01/2019

Gmail - Respostas

5) Você acredita que a cobertura feita pelo G1 - São Carlos e Araraquara foi importante para o fomento do debate público sobre o assunto? Por quê?

A cobertura feita pelo G1 São Carlos e também pela EPTV, que entrou no assunto, foi muito importante para o debate público. Eu mesmo desconhecia o assunto, acredito que muita gente também. Com a divulgação do tema e o compartilhamento nas redes sociais, pessoas de várias regiões do Brasil começaram a entrar em contato com o G1, com a TV, com a USP. Familiares de pessoas em tratamento viam ali uma esperança de cura e procuravam a gente em busca de mais informações sobre como conseguir a pílula. Vários veículos de comunicação entraram no assunto que gerou grande repercussão em São Paulo e em Brasília. A partir disso começaram os testes com a fosfo.

6) Como você analisa o caso da fosfoetanolamina sintética? Qual o papel da mídia nessa temática, que gerou discussões em diversas partes do Brasil?

Houve um envolvimento muito forte da jornalista Stefhane Piovezan no assunto, pois ela queria muito ajudar as pessoas. Desde a primeira reportagem publicada e depois todas as suítes, ela sempre fez o melhor, o que lhe garantiu também credibilidade com os pesquisadores envolvidos. Tínhamos (ainda tenho) um coordenador que acredita e incentiva muito o nosso trabalho (mesmo quando há barreiras do G1 SP por algum motivo) e isso é primordial para realizar uma boa reportagem. Daí a importância da mídia para propagar esse conteúdo da forma mais correta e acessível para o leitor, para o telespectador, para o ouvinte. Quando o trabalho é feito com qualidade, todos saem ganhando.

--
Fabio Rodrigues
(16) 98132-1678

Apêndice E

Ana Carolina Pontalti Monari – Irá ter um teste em breve?

Salvador Claro Neto - Sim, haverá. Teve uma CPI em SP e essa provou que o teste não foi feito do jeito que deveria ter sido feito. Teve muita coisa errada, moral da história: vai ter que ser feito de novo.

Ana Carolina Pontalti Monari – Mas não vai ser feito no Icesp?

Salvador Claro Neto - Então, pode até ser feito, mas desde que mude toda a coordenação, porque aquela coordenação foi furada. Então, teria que ser uma coisa que coordenação que fosse proposta pelo grupo de pesquisa; por nós quatro.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como está o grupo atualmente?

Salvador Claro Neto - O Renato e o Marcos estão fora com a gente, porque a gente sempre foi contra colocar a fosfo como suplemento alimentar, porque suplemento ia virar o algo como o Cogumelo do Sol. O médico não pode receitar um suplemento alimentar, então quer dizer você está quebrando um possível remédio que pode fazer bem para muita gente; sem contar que a pessoa que toma um suplemento, ela vai tomar sem critério, ou seja, não vai funcionar; se não vai funcionar, ela vai dizer que não funciona, então você vai queimar coisa que poderia, de repente, ser um remédio.

Ana Carolina Pontalti Monari – Quem está no grupo de pesquisadores atualmente?

Salvador Claro Neto - Eu, o professor Gilberto e o Durvanei. Desse pessoal mais antigo.

Ana Carolina Pontalti Monari – Em relação a patente, somente para eu entender, é entre vocês quatro ou tem mais alguém?

Salvador Claro Neto - A patente tem nós cinco. O durvanei não está na patente. Então está eu, Gilberto, Marcos, Renato e o professor Otaviano Mendonça, de Uberaba.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como foi o seu contato com a fosfo?

Salvador Claro Neto - A fosfo começou na década de 1990, o nosso grupo era um grupo de química analítica, apesar de uma das nossas linhas de pesquisa ser de

polímeros. A fosfo entrou no grupo por ser uma molécula que tem capacidade de “conversar” com metais, então a ideia era usar fosfoetanolamina para métodos analíticos para metais; não tinha nada a ver com câncer. A história do câncer entrou a partir do momento em que os alunos do nosso grupo começaram a fazer pesquisas, na época tinha um dos alunos que estava justamente desenvolvendo essa análise, e ele encontrou um artigo da década de 1930 e nesse artigo foi a primeira vez que alguém entrou em contato com a fosfoetanolamina, sendo que o pesquisador encontrou o composto em tumores cerebrais de bovinos. Bom, só que a conclusão dele foi meio que precipitada, porque ele concluiu que a fosfoetanolamina poderia estar causando o câncer nesse artigo de 1930. E isso atrasou as pesquisas em muitos anos, porque muita gente ficou com medo, inclusive o aluno que trabalhava com a gente, porque “oh professor, a fosfoetanolamina é cancerígena”; com essa constatação, o aluno parou a pesquisa e o professor Gilberto ficou encucado com essa questão e aí ele começou a estudar a parte de células e encontrou dezenas de rotas de síntese que a fosfoetanolamina participava; então, mas peraí: como que pode ser cancerígena uma molécula que o organismo produz, tem alguma coisa errada nessa pesquisa de 1930, eu acho que ele precipitou. Isso foi o que ele disse. Ele, portanto, teve a ideia de pensar que o organismo estava tentando se defender e ele estava produzindo a fosfo por isso, sendo assim é fato que foi encontrado uma quantidade maior de fosfoetanolamina no boi. Bom, coincidentemente ou não, nós estávamos iniciando uma pesquisa com o hospital de câncer de Jaú para a produção de próteses a partir de polímeros vegetais; e aí nessas conversas, os médicos sempre vinham para São Carlos para começar a pesquisa e em uma dessas conversas foi colocado para eles, ou seja, o professor Gilberto começou a falar da fosfoetanolamina para eles. O professor Gilberto contou o que aconteceu e explicou que era possível que essa substância seja cancerígena, pois ela participa de todos os fosfolípidios, os fosfolípidios sem a fosfo não existe. Então os médicos falaram “vamos fazer o seguinte: o senhor tem como sintetizar?” Ele respondeu que sim, então eles falaram de fazer testes... porque até então a ideia do professor, se o organismo está produzindo a fosfo para se defender, então ela deveria ter algum efeito, deveria ter alguma ação antitumoral. Bom, então, a partir desse momento o pessoal de Jaú, primeiro fez um teste para ver se ela é tóxica; viram que não tem toxidez nenhum; bom, a partir daí como estávamos desenvolvendo pesquisa com polímeros, então estávamos criando um protocolo de

pesquisa na época, um convênio entre a USP e o hospital, só que na época não existia Anvisa e a comissão de ética era diferente.

Ana Carolina Pontalti Monari – Isso foi quando?

Salvador Claro Neto - Isso foi em 1994/1995. Não tinha Anvisa, era só o Ministério da Saúde. O hospital mandou a pesquisa para ser avaliada pelo Ministro da Saúde e foi aprovada. Eles aprovaram a pesquisa dizendo que o hospital estava autorizado a pesquisar os polímeros e moléculas para disfunções que poderia ser aplicada em tumores. Bom, então a partir desse momento, foi feito um convênio entre o IQSC, hospital de Jaú e a USP para desenvolver esses materiais. O papel do IQSC era desenvolver a parte química e do hospital era desenvolver os testes clínicos e todos os testes que fossem necessários. Na época era um hospital oncológico, mas não era considerado hospital escola, tanto que eles tiveram que mudar o estatuto deles para poder aceitar essa pesquisa. No documento que temos mostra que eles fizeram isso para poder o hospital entrar como pesquisa. Bem, assinou o contrato e começou a pesquisa, começou com polímeros, começou com as moléculas e os resultados foram fantásticos. Começaram, primeiro, com cânceres terminais, que não tinha mais o que fazer, e o pessoal começou a ver melhora; tinha casos zerados, tinha caso com 50%, então o que eles faziam; a gente produzia e mandava para eles; e eles faziam os testes nos pacientes; seguindo o protocolo deles na época; eles testaram em vários tipos de câncer: cabeça e pescoço, mama, próstata; etc. E começou a dar bom resultado: nós fabricamos e mandamos por três anos, mas a pesquisa era para cinco. Depois de um certo tempo eles pararam de pedir do nada; cada dois ou três meses vinha alguém de Jaú para pegar ou se tinha alguém que ia para Jaú, passava aqui e levava; de repente parou; ninguém deu satisfação, então nós fomos lá conversar com o superintendente e ele falou que não estava dando certo por isso que parou. Mas aí que tá: a gente tinha relato dos médicos que estava funcionando, então como pode não está? Mas eles não davam esses resultados escritos para gente, então como a pesquisa era na área medica, estava sob responsabilidade deles e como nós não entendemos de medicina, nós sabemos que era a área deles; nosso papel era fazer a molécula. Bem, parou... eles falaram que não estava dando certo e o cara abriu o jogo, depois, que a política do hospital estava indo para outra direção, eles tinham acabado de comprar o equipamento para fazer radioterapia, que custou 3 milhões de dólares, estavam montando os ambulatórios para quimioterapia, então a política deles

estava indo para o tratamento convencional; aí chegou para gente, se esse remédio dá certo, como que fica o hospital?

Ana Carolina Pontalti Monari – Faz sentido...

Salvador Claro Neto - O investimento do hospital era todo em cima desses tratamentos convencionais...

Ana Carolina Pontalti Monari – Vocês desanimaram?

Salvador Claro Neto - Sim, nós paramos a pesquisa. Só que aconteceu o seguinte: o paciente que estava fazendo o uso ficou sem, porque o hospital não tinha mais e tinha pacientes que estavam em processo de cura, então os próprios médicos mandaram eles virem buscar aqui; eles mandaram para cá com receitas. Chegou aqui, você acha que você ia negar? Você estava fazendo uma pesquisa, você tinha toda a tecnologia para fabricar, o cara está segurando e pedindo pelo amor de Deus que ele quer continuar porque ele está quase sarando...

Ana Carolina Pontalti Monari – E vinha muitas pessoas?

Salvador Claro Neto - Não é que vinha muito, mas vinha um pessoal que estava participando naquele momento. Esse pessoal que começou a se curar... Imagina você estando em uma fila de cancerosos, naquela fila está todo mundo morrendo e você está inteiro; você vai falando para o outro... daí começou a espalhar, começou a vir pessoas de outros locais; mas era restrito, porque a gente sempre falava que aqui não era fábrica de remédio, então vocês não espalham isso e continuam o tratamento. Quando chegou em 2001/2002 veio o Renato, ele como médico, era o que estava faltando para gente... um pesquisador médico. Ele ia fazer o mestrado e doutorado dele, ele ficou sabendo da fosfo e começou a fazer a pesquisa, mas a princípio ele falou de fazer em animais, e, por isso, ele começou a procurar células para implantar em animais (ratos); foi aí que entrou o Durvanei na história. O Durvanei ficou meio assim na época, porque ele não acreditava... de tanto o Renato encher o saco dele, ele deu a pior célula que ele tinha; ele disse que se o composto conseguisse curar melanoma, então... mas curou; o Renato defendeu o mestrado dele, mostrou como funciona e o Durvanei ficou doido. Então começamos a fazer uma parceria com o pessoal do Butantan. Nesse tempo, continuou aquela história na USP, com o pessoal vindo buscar... até o professor Gilberto se aposentar, em 2014. Quando isso ocorreu,

a universidade achou que não devia mais distribuir remédio para ninguém; o pessoal começou a denunciar que estava sendo distribuído remédio em São Carlos, daí o diretor baixou uma portaria simplesmente dizendo que não pode. Por isso nós paramos de fazer... aí piorou tudo, porque imagina uma pessoa que está tomando, está se curando, e daí descobre que não pode mais; essa pessoa entra na Justiça; começou a ir na Justiça, que foi dando liminar; aí a liminar obrigava a USP a produzir com pena de pegar 1 mil reais por dia se não produzir; mas no começo era poucas pessoas, era 50 a 100 pessoas, então dava para fazer... até o dia que a Globo chegou até nós.

Ana Carolina Pontalti Monari – Foi assim que a Stefhanie entra na história?

Salvador Claro Neto - Sim, foi ela... eu falei, gente, faz mais de 20 anos que fazemos essa pesquisa e nós nunca divulgamos em órgão nenhum, porque era uma pesquisa e faltava terminar: faltava a parte clínica. Nesse tempo, nós tivemos na Anvisa, no Ministério da Saúde, no Hospital de Barretos, no Hospital Sírio Libanês e todo mundo se recusou e também na Fiocruz. Quando falávamos que o remédio era barato, era 10 centavos de matéria prima, mas claro que se fosse produzir não ia ficar 10 centavos, porque tem todo um aparato em cima, mas mesmo assim era barato; você ia gastar algo como 300 reais para um tratamento para um mês; perto do que você gasta em uma quimioterapia ou radioterapia isso é de graça; pensa no tanto de dinheiro que o governo iria economizar, mas você ia deixar o poço aberto, alguém vai deixar de ganhar.

Ana Carolina Pontalti Monari – Quando vocês falavam surgia o interesse nesses órgãos?

Salvador Claro Neto - O problema é o seguinte: todos esses hospitais oncológicos são atrelados a algum tipo de hospital lá fora: o de Barretos é atrelado ao MD Anderson, do Texas, tudo o que é feito no hospital é comandado pelo Texas; então se você chegar com uma pesquisa para liberar lá, não tem como... o Sírio Libanês, quando a gente falou que o remédio não é compatível para usar com quimio e radio, porque ele precisa da parte imunológica e do metabolismo - se você está usando algo que destrói isso a fosfo não funciona -, quando falamos isso, na outra semana já falaram que não tinha interesse. Então começa sempre a jogar com o interesse econômico, por isso ninguém quis fazer a pesquisa. Quando parou a produção aqui,

a Globo veio, veio a Stefhanie, mas na verdade, ela veio por outra coisa, caiu uma árvore no carro e matou não sei quem, então ela foi procurar no TJ e achou muitas liminares contra a USP. Ela esteve aqui na diretoria e o pessoal foi me procurar para fazer a entrevista e eu recomendei que não fizéssemos porque iria virar uma loucura... durante todo esse tempo de pesquisa, todos os órgãos de imprensa sabiam que nós fazíamos esse remédio, mas nós nos recusamos a dar entrevista, porque a gente sabia que não tínhamos condições de fabricar; mas não teve jeito, porque “ah, mas tem que dar a entrevista, porque é a Globo”, então tá bom... vamos dar a entrevista, mas depois arquem com as consequências. Eu disse para ela que só ia falar da parte científica, mas só que aí o Brasil todo acordou para a fosfo. Tinha 50 pacientes com liminares, daí passou para mil; depois para 2 mil, 3 mil; chegou uma hora que tinha 15 mil pessoas; daí não tinha como fazer mais, porque aqui não era fábrica de remédios, não tinha verba para isso. Teve aquele rolo que foi para o Ministério, que aprovou e depois desaprovou... aí nesse tempo, muita gente do Sul, que estava utilizando a fosfo, teve interesse em fabricar, SC também teve interesse; mas o RS estava falido e você tem que ter investimento para isso; SC também e tinha um pessoal que era a favor e tinha outros que eram contra; quando você cai em hospitais, são tudo contra; “onde já se viu uma molécula dessa curar o câncer?”; bom, tem que fazer os testes para saber.. até cair no Alckmin, porque o pessoal começou a cair em cima do Alckmin: “onde já se viu, SP, USP, o pessoal não está apoiando”, daí ele disse que faria a pesquisa e nos chamou para conversar; fizemos uma reunião com ele; ele disse que se quiséssemos ele estava disposto a financiar a pesquisa, disse que tinha uma verba... beleza, então... só que nós vamos ter que criar uma equipe e ele colocou dentro dessa equipe o Paulo Hoff; mas a princípio a gente não aceitou muito ele, porque ele conhecia a fosfoetanolamina desde o Sírio Libanês, e na época ele foi um dos caras que dispensou a gente. Mas como ele era um homem de confiança da secretaria e do governador, nós aceitamos na maior boa-fé; aí primeira coisa tinha que fabricar em algum lugar... na época, disseram o estado tem o laboratório farmacêutico, tinha a FURP; mas quando perguntamos onde era o laboratório de síntese na FURP, eles disseram que não tinha... o que eles faziam lá era embalar, diluir, encapsular; bom, voltamos para o governador e ficou decidido que iríamos encontrar um laboratório particular para fazer isso, que seria escolhido por nós; em SP tinha poucos laboratórios que fazem esse tipo de ação e nós não queríamos multinacionais, porque senão quebrava a ideia e não tinha razão de ser. Nós tivemos

na Cristália e na PDT, de Cravinhos; a Cristália até tinha uma boa estrutura, mas era mais longe, então optamos por fazer na PDT, que era mais perto e conhecíamos o pessoal; fizemos o contrato, nós íamos fabricar lá, mandávamos o pó de Cravinhos e mandávamos para a Furp; então o nosso papel era sintetizar em Cravinhos, mandar para Furp encapsular e depois para o Icesp, que iria fazer o teste. Foi criado o protocolo dado pelo Paulo Hoff, tinha uma certa coerência, ia ser 200 pacientes a princípio e depois para 1 mil; ia fazer antes dos 200 pacientes, um teste para saber a toxidez... só que desses 200, ia fazer com 10 tipos de tumor diferentes; criou esse protocolo, passou por todos os órgãos competentes; fizeram os testes de toxidez, que provou que ela não é toxica; quebrou aí; quebrou o que falaram em Brasília; bom, antes disso, tem uma parte importante também, quando teve todo o rolo da USP, teve o pessoal de Campinas que foi fazer análise para o Ministério. O Ministério criou um projeto para dez milhões de reais, que é tão engraçado esse projeto, que o nosso grupo de pesquisa não recebeu um tostão... eles escolheram pesquisadores da Unicamp, de SC, PR, pegaram essas pessoas e, mas é aquela história: uma coisa é você pegar e fazer uma pesquisa que não funciona outra coisa é você fazer uma pesquisa honesta para saber se funciona ou não. Fizeram um teste para dizer que não funciona; aí já começou em campinas, sendo que o pesquisador de campinas pegou uma amostra aqui e analisou. Ele estava tanto com má fé, ele tentou fazer uma síntese do produto. Nós estamos mais de 20 anos pesquisando e os caras queriam fazer? Eles analisaram e viram que não tinha na cápsula a quantidade de pó que a gente falava, mas gente é logico que não ia ter, a nossa encapsuladora era semiautomática e a quantidade que fazíamos era muito, mas o fato que tinha 400 mg, 500 mg ou 350 mg não ia alterar nada porque a quantidade que era dada para o paciente era até um excesso; apesar que o excesso não ia causar mal nenhum; então a primeira coisa já caiu matando em cima; isso não significa nada; aí ele analisou e a primeira coisa que ele falou que não tinha a quantidade de fosfoetanolamina que nós falávamos, porque a gente falava que era pura; mas é logico que não vai ter; porque o que tem na capsula não é fosfoetanolamina pura, é um sal de fosfoetanolamina; pois o que tem na capsula é fosfoetanolamina de cálcio, magnésio e zinco; é um sal; no organismo, o metabolismo libera o cálcio da fosfoetanolamina e ela é direcionada para fazer o fosfatidil no fígado, que o fosfatidil direciona para o tumor. Ele auxilia também na síntese do sistema imune, nunca o cara ia achar 100% de fosfoetanolamina. A metodologia que ele usou para fazer os ensaios não era adequada para esse tipo de

estudo, porque quando você faz a preparação da amostra para analisar você já está destruindo o composto, quando você destrói o composto você vai achar os subprodutos da destruição, que é monoetanolamina, o ácido fosfórico, etc; se for ver, até onde vai a má fé do sujeito, ele achou bário. Nós não utilizamos bário, mas ele espalhou para tudo quanto é jornal que nas cápsulas tinha fosfoetanolamina tinha bário; só que o bário que ele achou, era o bário que contém na matéria prima do carbonato de cálcio, que é a matéria prima para fazer a fosfoetanolamina e essa quantidade de bário é aceitável pela legislação; só que ele não falou isso para ninguém. Ele simplesmente falou no jornal que tinha bário, para você ver como é a má fé do sujeito. Tem que ter o bom senso, aí saiu fazendo palestras...

Ana Carolina Pontalti Monari – O que você achou que mudou na vida de vocês? Eu percebo que a mídia tratava vocês de um jeito no começo da cobertura e depois mudaram seu comportamento...

Salvador Claro Neto - A mídia daqui, a Globo, o pessoal é legal, eles entenderam, conheciam a fosfoetanolamina, sabia como funcionava... mas a Globo, em si, não aceitou, principalmente por causa do Drauzio Varella. Então, o Drauzio só falou besteira no Fantástico. Uma pessoa que é formadora de opinião tem que ir atrás da notícia para saber; o que ele tinha que ter feito: ele deveria ter vindo nos procurar, procurar os pesquisadores, tinha que ter vindo em São Carlos; conversar comigo e com o professor Gilberto, já que ele é médico. Primeiro entender para depois falar, porque é uma pesquisa muito importante, não dá para sair falando besteira. Mas porque, algum interesse tinha nessa história para falar mal da fosfoetanolamina, depois você percebe que o cara tem clínica de quimioterapia, radioterapia; então... aí já parece suspeito.

Ana Carolina Pontalti Monari – Depois do Drauzio... o que você notou do pessoal do G1 – São Carlos e Araraquara?

Salvador Claro Neto - Eles sumiram... a Stefhanie quando estivemos no RS ela foi para lá também, como era ela que estava fazendo toda a parte de reportagem sobre a fosfo, ela foi... a Globo do RS não deixou ela trabalhar. Eu acho que falaram alguma coisa para ela.

Ana Carolina Pontalti Monari – Vocês estavam lá e ela apareceu?

Salvador Claro Neto - É, porque ela tinha interesse, ela que começou a história, toda a matéria da fosfoetanolamina, ela foi dar uma continuidade na reportagem e parece que o pessoal de lá deu uma barrada nela.

Ana Carolina Pontalti Monari – E em relação a outros veículos de comunicação. Como foi o tratamento deles em relação a vocês?

Salvador Claro Neto - Das outras emissoras foi tranquilo. Era mais a Globo mesmo... é uma doença. Era doentio a Globo ser contra uma pesquisa do jeito que eles foram... sem ter noção. Não só a Globo, mas a imprensa escrita também, como Folha, Estadão; é uma coisa absurda. Chamaram a gente de charlatão, curandeiro...

Ana Carolina Pontalti Monari – Tomaram algum processo por causa disso?

Salvador Claro Neto - Nós não tomamos, mas tentaram processar a gente.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como está a relação de vocês com a fosfo e a mídia atualmente?

Salvador Claro Neto - Deu uma abaixada, porque a gente tomou medidas para isso e percebemos que não adianta ir contra. Você tem que gerar fatos, porque contra fatos não há argumentos. Então chegamos à seguinte conclusão: vamos fazer a pesquisa, todo mundo não quer a pesquisa, nós também queremos a pesquisa, nós nunca fomos contra em fazer a pesquisa. Para nós é ótimo isso, agora a gente não consegue fazer. Até onde poderíamos ter ido com a pesquisa, nós fomos. O que falta? A parte médica.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como está a questão da nova pesquisa?

Salvador Claro Neto - Nós estamos esperando o cenário político, mas acredito que, pelo menos, o Bolsonaro conhece a pesquisa. Ele disse que ajudou a aprovar em Brasília; eu acho que se ele apoiar a gente e a gente tem que ter uma equipe confiável, de pessoas que estão empenhadas em fazer a pesquisa; de provar a ciência e não de querer ou provar que não funciona. Por exemplo, jamais você pode fazer a pesquisa utilizando paciente terminal que não tem o metabolismo, sendo que a substância necessita do metabolismo.

Ana Carolina Pontalti Monari – Os pacientes da pesquisa feita por São Paulo teriam outras comorbidades, né?

Salvador Claro Neto - Sim, então como vai testar uma substância que precisa ser metabolizada, ela é uma intermediária de síntese para poder atuar no tumor. Você pega uma pessoa que já tomou tudo quanto é quimio, que já fez tudo quanto é radio; não funciona mais nada; aí dá o remédio para ela; era para dar uma cápsula a cada 4 a 4 horas ou 6 em 6 horas; os caras davam tudo de uma vez; o organismo elimina; então se for analisar a pesquisa do Icesp foi tudo programado para não dar certo. Sabe quando você faz uma coisa com pouco caso, para fechar a boca deles e parar de encher o saco?

Ana Carolina Pontalti Monari – Quais interesses você acha que estavam por detrás? Econômicos, políticos...

Salvador Claro Neto - Econômicos, né?

Ana Carolina Pontalti Monari – Você acha que teve interesse da mídia? Você acha que a Globo tinha algum interesse de abafar isso?

Salvador Claro Neto - Então, é complicado saber essas coisas. Eu não sei até que ponto a Globo tem interesse na área médica, então é difícil dizer. Eu não gosto de acusar ninguém sem provas, mas que era estranho o comportamento deles perante à nós era...

Ana Carolina Pontalti Monari – Você vê como uma cura?

Salvador Claro Neto - É uma cura só que ainda tem muita coisa para ser estudada. A partir do momento que passamos a trabalhar com a fosfo, parece que hoje, se for encontrar na literatura, você vai ver que tá aumentando a quantidade de trabalhos cercando a nossa pesquisa, porque a pesquisa que fizemos sempre teve como ponto forte o metabolismo, o mecanismo envolvendo fosfolípido, principalmente os fosfatidis; porque até então toda a cura do câncer sempre foi procurada em proteína, que tem proteína para tudo. Mas a gente sempre falou que não, porque a proteína tem o papel dela, mas os lipídeos também têm e como os lipídeos são células menores que as proteínas, elas podem direcionar a proteína. Então, quer dizer, a gente sempre falou que o câncer não era uma doença de disfunção proteica, mas sim, de uma disfunção lipídica; e quando você entra na disfunção lipídica, você esbarra na mitocôndria, é uma doença mitocondrial; essa doença mitocondrial, ela começaria como uma disfunção simples e lipídica em seu organismo, por exemplo, colesterol,

triglicérides. Daí começa a parte hormonal: então você vai fazendo todo o desequilíbrio do seu metabolismo, até chegar no metabolismo energético que é a mitocôndria, quando chega nela, você começa a mexer toda a parte interna da célula. Essa célula começa a se adaptar a um erro que ela está cometendo, quando ela muda o DNA ela entra no processo que é o câncer, que é uma célula “errada”, diferente das outras. Todas as células que são multiplicadas a partir dela, todas “ficam” erradas. Então se essa célula está errada, está se reproduzindo e ela tem a apoptose, a tendência é que a quantidade de fazer uma massa tumoral, ela está relacionada com o câncer primário. Então a velocidade de crescimento dessa célula está relacionado ao câncer primário, por isso que o melanoma é o câncer rápido, porque são células que se reproduzem rápido e ela mantém as características da célula primária; o que caracteriza os tumores, é o trabalhar com pouca energia, são ácidos, tendem a ter uma origem que é “disparada” pela mitocôndria. A fosfo, como esse processo mitocondrial, tem origem lipídica, porque as proteínas estão lá, mas elas, hoje em dia, falam muito de lipoproteína, que que é isso? São proteínas que interagem com as gorduras, e, quando isso ocorre, ela passa a ser sinalizadora de metabolismo; então a proteína não funciona sozinha; então, quer dizer, o nosso organismo cria proteína para tudo, mas ele tem que ter os comandos dessas proteínas, quem “dispara”; quem estabelece uma função para essa proteína; então o pessoal agora que está estudando lipídeos e estão chegando nessa conclusão, que era algo que a gente já estava estudando há mais 20 anos. E outra coisa... a gente sempre deu importância a parte imunológica e agora que as pessoas estão dando importância a isso; Eles estão lançando os imunoterápicos, mas a gente já falava disso há 30 anos; agora que o pessoal chegou à conclusão de que você tem que ter a parte imune boa para se defender do câncer; e é justamente o que a quimioterapia faz ao contrário.

Ana Carolina Pontalti Monari – Nome, idade e profissão?

Salvador Claro Neto – Salvador Claro Neto, pesquisador da USP, com 57 anos. Faço aniversário em janeiro.

Apêndice F

Ana Carolina Pontalti Monari – Me fale sobre os testes clínicos?

Renato Meneguelo – Que testes clínicos? Não teve testes clínicos. Você viu que teve a CPI? E a CPI não convalidou os testes clínicos. Quando teve a escolha do local, essa história vem muito de antes, desde 2008 que vem essa briga.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como que chegou nisso?

Renato Meneguelo – Veja bem, você tem Paulo Hoff, não tem? Que é o diretor do Icesp, ele conhece a fosfo desde 2008.

Ana Carolina Pontalti Monari – Mas ele não está mais no Icesp, não é?

Renato Meneguelo – Não sei, querida. Eu não fui convidado para fazer parte do desenho clínico, eu não fui convidado para os testes clínicos, eu não fui convidado para falar com ninguém: nem no Icesp e nem na CPI da fosfo em SP. Eu sou o único médico que tem os casos clínicos registrados.

Ana Carolina Pontalti Monari – Você já fez os testes clínicos, então?

Renato Meneguelo – Não precisa de testes clínicos. Na medicina, você tem uma coisa chamada “medicina baseada em evidências”; você já viu algum teste clínico feito no Brasil?

Ana Carolina Pontalti Monari – Eu desconheço...

Renato Meneguelo – Parabéns. Você está fazendo uma pesquisa, uma tese baseada em pesquisa, coisa que muitos jornalistas, hoje em dia, não fazem. Eles não o fazem; aí falam assim: a fosfoetanolamina não está no link ou como produto que pode ser comercializado. Realmente não está, porque não existe; mas eles falam que tem que liberar para gente fazer em casa. Isso é impossível: o pessoal não sabe que a diferença entre um remédio e um veneno é só a dose; tudo o aquilo que eu falei há tempos atrás e hoje está servindo de estudo para outros países.

Ana Carolina Pontalti Monari – Durvanei me disse que a fosfo é estudada em outros países...

Renato Meneguelo – Agora. Ela não era produzida em lugar nenhum a não ser na Alemanha, que não tem a mesma função que a nossa fosfo, a função e o metabolismo ou como ela funciona no organismo é totalmente diferente. É assim, eu vou ser um pouco chato com você, mas tem que dar uma lida no trabalho e nos documentos que já se passaram, o Prêmio Nobel desse ano está falando mais ou menos isso aí que está falando no meu trabalho; eu fui o primeiro cara a publicar alguma coisa sobre a fosfoetanolamina no Brasil. O primeiro médico! Só que é assim, a gente fica um pouco chateado e decepcionado porque somos pouco citados. Muito pouco citado; praticamente esquecido.

Ana Carolina Pontalti Monari – Sim, se você pegar a cobertura do Fantástico, você e o Marcos só aparecem na quarta matéria feita a respeito da fosfo...

Renato Meneguelo – E é muito triste, mas não sei se você chegou a ver, mas aquela reportagem chegou a ser manipulada para desfazer a fosfo. Ali tem um pedaço onde o Drauzio chama a gente de charlatão. Eles fazem as perguntas “capciosas”; onde dá para você cortar e juntar, cortar e juntar e aquilo que é feito pela *Globo* para passar no *Fantástico*.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como que você começou a estudar a fosfo? Como que isso chegou até você?

Renato Meneguelo – Eu tinha ouvido falar em SP; eu sai de SP e eu fui para São Carlos e conheci o Gilberto e até então ninguém tinha feito testes clínicos. O doutor Cestari tinha tentado fazer os testes clínicos em Jaú.

Ana Carolina Pontalti Monari – Apesar do Amaral negar, certo?

Renato Meneguelo – Certo. O Amaral nega, mas foram feitos os testes ali. O Amaral sumiu com todos os documentos. As coisas do SUS, de repente, somem na unidade hospitalar. O Ministro da Saúde e da Ciência e Tecnologia pediram os documentos e eles falaram que não existe, que sumiu. Essas coisas não podem sumir, está no arquivo morto. Eu falei para o Gilberto, você tem o composto e eu vou fazer os testes clínicos em animais, vou fazer a evolução disso. E no meu trabalho eu digo tudo: como ela funciona e tem vários testes naquele trabalho. Aquele trabalho é uma tese de doutorado, mas naquela época eu não podia fazer uma tese direto, então tinha que passar pelo mestrado e depois pelo doutorado. Eu tenho os resultados para

complementar aquele trabalho e fazer uma tese de doutorado hoje em dia, que eu tenho comigo, mas qual é a vantagem de eu entregar isso? A Anvisa pede os documentos, só que quando eu entregar os documentos, a Anvisa vai pedir novos testes e não sai do zero; só enrola. Infelizmente, é uma caixa preta muito grande a Anvisa; que a gente não consegue tirar esse nó que tem em cima. Não sei por que... não sei porque. Não sei se é por causa da indústria. E a fosfo não vai curar todo mundo, ela vai melhorar a qualidade de vida de muita gente e isso é comprovado, só que o conselho de medicina não deixa a gente andar. Está tudo parado, não sei se o Salvador está fazendo ou não.

Ana Carolina Pontalti Monari – Vocês não conversam mais?

Renato Meneguelo – Não, não conversamos. A gente não se conversa mais, pois não sabemos qual será o próximo passo. Então cada um foi para o seu lado e estamos tentando fazer as coisas. Como o Durvanei, que está no Butantan fazendo os trabalhos dele e cada um seguiu sua linha; só que parece que a linha que seguimos não é a linha correta, mas...

Ana Carolina Pontalti Monari – Como a mídia chegou até você?

Renato Meneguelo – Do mesmo jeito que você chegou. Ele achou o meu telefone... nós somos pessoas bem acessíveis, querida. Ah, eu não vou ligar... não tem esse negócio, eu estou falando da minha parte, mas não estou falando do Durvanei ou do Gilberto... Gilberto deve estar arrasado e o Salvador também... eu não sei como eles estão, mas eu imagino que estejam arrasados, acabados. De saco cheio dessa conversa, nós ajudamos muita gente, vários anos ajudamos muitas pessoas e o que a gente ganhou? Sinceramente...

Ana Carolina Pontalti Monari – Você sabia que se entregava as cápsulas no IQSC?

Renato Meneguelo – Claro que sabia, todos esses anos. Não era escondido isso não. Podia ir lá, falava na sala do Gilberto ou na sala do Toninho e distribuía. A gente não tinha registro de cadastro de pacientes na USP.

Ana Carolina Pontalti Monari – Até por que vocês não eram um hospital, né?

Renato Meneguelo – Éramos químicos. Eles quiseram me processar, porque eu estava mancomunado com profissional não médico, mas peraí, eu não estava

exercendo medicina. Eu estava fazendo um trabalho de química orgânica, não era médico o trabalho, mas quando o trabalho passou a ser médico, a coisa mudou de figura. Aí eu não conseguia liberação para fazer em animais, tanto que o Durvanei até hoje só faz testes em células e faz em pequenos roedores, ele não faz em grandes roedores, não adianta que ele não faz, ele não tem o critério para fazer isso. As normas brasileiras não permitem que a gente faça testes em animais maiores que roedores; os testes só servem para responder duas perguntas: é sim ou não; sim, funcionou, então sim, funcionou, próximo passo; não, não funcionou; então esse passo você descarta; é um sistema galeano.

Ana Carolina Pontalti Monari – Como foi sua relação com a mídia?

Renato Meneguelo – No começo, o Misael estava muito empolgado; depois, começou a mudar. O próprio Misael começou a mudar.

Ana Carolina Pontalti Monari – Ele mudou em que sentido?

Renato Meneguelo – Mudou, sabe. Ele primeiro mudou de empresa, ele saiu de uma e foi para outra; e lá, eu não sei se fizeram a cabeça dele ou não; tanto que ele parou de publicar as coisas sobre a fosfo; não sei se ele foi ameaçado, mas eu sei que no Senado a coisa ficou feia para gente, porque você tinha os olhares; na mesa do Senado quando a gente estava falando as coisas, tinha duas ou três mulheres ao meu lado e tinha um outro deputado do outro lado; era chefe de não sei o que da Anvisa, chefe de não sei que lá; quando eu vi, eu ouvi uma estava falando com a outra desse jeito “não se preocupa que a gente vai matar isso aqui de cara”; cochichando para que eu não ouvisse. E a minha palestra no Senado foi um espetáculo, mas ela foi um espetáculo, eu mostro e demonstro o que acontece com os pacientes tomando fosfo. Eu dei uma palestra ali para 350 médicos; eu fui aplaudido de pé pelos médicos; então eu sou um médico muito conhecido, apesar da mídia querer falar que eu sou charlatão, entre outras coisas.

Ana Carolina Pontalti Monari – A mídia, de modo geral, no começo fazia uma cobertura imparcial e depois disso...

Renato Meneguelo – Da *Globo* não.

Ana Carolina Pontalti Monari – Mas nem a do *G1* – São Carlos e Araraquara?

Renato Meneguelo – Do *G1*, sim, mas só das primeiras matérias, estava mostrando o sofrimento, o desespero das pessoas, mostrando que elas podiam ter uma luz, por esse lado, uma linha de pesquisa... a fosfo se divide em 5 subprodutos, cada um deles para uma doença diferente e ela não é remédio; ela é uma coisa que o seu corpo produz, mas não em quantidade suficiente para ela ser intoxicada pelo organismo e produzir os efeitos benéficos que ela pode produzir. São 5 subprodutos, que eu posso abrir uma linha de pesquisa imensa se eu for falar de doenças, principalmente doenças autoimunes e doenças de difícil controle.

Ana Carolina Pontalti Monari – O próprio Marcos estava estudando para outra coisa, né?

Renato Meneguelo – O Marcos estava estudando para epilepsia. Então, mas ele não teve resultados, mas como o câncer deu um resultado positivo, o Marcos seguiu pelo caminho do câncer... ele não seguiu pelo caminho da epilepsia. Mas é mais ou menos isso: as primeiras entrevistas do Misael e da Stefhanie foram muito boas, foram eles que deram o “start” e jogaram para frente o nosso trabalho, aquela minha palestra do Senado eu tenho quase 4 milhões de visualizações; e o que acontece, a Globo, com o Fantástico, conseguiu quebrar as nossas pernas; conseguiu me difamar, como se eu fosse um nada; e foi muito fácil para eles, porque eles tem dinheiro.

Ana Carolina Pontalti Monari – E depois do Fantástico, você acha que teve uma mudança nas coberturas? Do *G1*, especificadamente, mas de outras coberturas também?

Renato Meneguelo – Teve. Até a Record, que era a favor da gente, ficou meio contra. Jogou a gente de lado.

Ana Carolina Pontalti Monari – Ela conseguiu mudar o panorama?

Renato Meneguelo – Conseguiu mudar a opinião da população e mudar a opinião jornalística, porque eu não sei se foi na Record ou no Sbt, que era os dois que mostravam a realidade mesmo, que tinha o programa do Cabrini e do Ratinho. De repente, eles pararam...

Ana Carolina Pontalti Monari – Pararam de falar ou de entrar em contato?

Renato Meneguelo – Pararam tudo: entrar em contato, de falar. Se você falar assim “ah Renato, você vai me ligar para falar...”; simplesmente, eu não vou te ligar, eu não vou fazer isso; se você quiser me ligar, eu falo o que você quiser, mas eu pegar e ligar... eu não vou fazer isso. Eu estou tão cansado dessa fosfo, que eu não vejo onde mais conseguir. A esperança da gente, a minha, pelo menos, é que o Bolsonaro ganhe, porque ele foi a favor lá trás; mas a Dilma sancionou, isso é verdade, realmente ela sancionou, mas aí a AMB foi lá e entrou com processo, aí o STF foi lá e canetou e não se faz mais nada correndo o risco de ser preso; mas a Dilma... ué, mas não era Dilma que mandava no STF? Se era ela que mandava, eles não podiam ter canetado, senão quem manda é o STF.

Ana Carolina Pontalti Monari – Aproveitando essa questão política, eu ia te perguntar sobre a questão do envolvimento político da fosfo, tanto no RS, quanto em SP?

Renato Meneguelo – Foi sim, lá no RS nós demos uma palestra muito grande para muita gente.

Ana Carolina Pontalti Monari – O que você acha do envolvimento político?

Renato Meneguelo – Foi um grande caminho, só teve essa repercussão por isso. No RS, por exemplo, nós tivemos um apoio muito grande do Marlon Santos, se ele quis usar isso como um cabide para ele passar para deputado federal ou não, eu não me importo, porque ele tinha a capacidade e não precisava da fosfo para se eleger federal no RS, porque ele tem uma casa de mediunidade e muita gente vai lá; e ele não precisa, porque ele tem o curral eleitoral dele e ele nunca cobrou consulta; então ele não precisaria disso.

Ana Carolina Pontalti Monari – E aqui em São Paulo, como você viu isso?

Renato Meneguelo – Aqui em SP, aquele pessoal lá são amigos do Gilberto... um é de Araraquara, o outro Rafael é de SP mesmo; e o outro, eu esqueci o nome do outro; eu acho que os três se reelegeram... mas no último dia, eu cheguei para tentar falar com eles: eu peguei e fui lá no gabinete e na assembleia, eles me disseram que eu não poderia falar, porque já tinha fechado e no último dia era só para ler as conclusões e não dá para você falar; eles me disseram que nunca tinham ouvido falar em mim. Foi o Madalena que me disse isso... foi o cara que bateu em cima dos médicos e do

Paulo Hoff e chegou nessa conclusão que não foram feitos testes direitos; eu pedi que não fosse feito os testes em um único centro, porque tinha que fazer os testes em vários centros.

Ana Carolina Pontalti Monari – Mas essa era uma das fases, não Renato? Iria fazer no Icesp, no Amaral e no A.C. Camargo...

Renato Meneguelo – Não ia não... isso aí estava incluído dentro do Icesp e você chegasse lá no Icesp e perguntasse sobre a fosfo, eles iriam dizer que não fazem pesquisa em sapo; eu nunca fiz pesquisa em sapo; eu fazia em camundongos.

Ana Carolina Pontalti Monari – Existia uma das fases da pesquisa, eu acho que era a terceira, em que iria fazer testes clínicos em outros hospitais...

Renato Meneguelo – Mas a ideia era que se matasse logo. Era só pegar o Paulo Hoff, eu conheço ele desde 2008; era só pegar e me ligar: “olha, Renato, eu vou dar três capsulas de uma vez?”; eu ia dizer que não era para fazer isso: se o composto tem um período de meia vida de 8 horas, porque eu vou dar três comprimidos? Para eu jogar fora os resíduos na urina e ficar 16 horas o paciente descoberto.

Ana Carolina Pontalti Monari – Ou seja, eles não fizeram nem a dosagem direito?

Renato Meneguelo – Não, não fizeram. O que foi feito ali, foi jogar dinheiro público fora; nosso dinheiro que pagamos em impostos; como é assim, é uma fantasia o dinheiro no Brasil, então não se importaram.

Ana Carolina Pontalti Monari – O que você atribui essa queda? Foi interesse político, econômico...

Renato Meneguelo – Eu acredito que foi financeiro. Isso é obvio: uma indústria que gera 100 bilhões de dólares por ano de lucro... ela não cura as pessoas... ela cronifica. A indústria farmacêutica gera esse montante de dinheiro... e você não vai ficar curado, mas vai ficar refém da indústria farmacêutica, porque remédio não é medicamento. Ele vai remediar você e não vai curar, você vai passar o resto da sua vida tomando tramal, morfina e outras coisas... se você tiver câncer de mama, você vai fazer 10 sessões de quimioterapia, vai operar e vai passar dez anos tomando tamoxifeno; esse remédio induz o câncer de útero, então depois de 10 anos tomando esse remédio, você vai ter câncer de útero; o remédio do câncer de útero induz câncer na sua outra

mama; e aí você não saiu do ciclo; é o tratamento que induz. Isso aí é uma história muito complicada você escrever, falar e fazer.

Ana Carolina Pontalti Monari – Eu percebo que é uma história que tem muitos vieses...

Renato Meneguelo – Tem muitos vieses.

Ana Carolina Pontalti Monari – O que você vê de agora para o futuro? O que você percebe? O que acha que irá acontecer com a fosfo? O Durvanei comentou que talvez serão feitos novos testes clínicos...

Renato Meneguelo – Eu não acho nada, por que o que você acha que vai acontecer? Nessa situação eleitoral?

Ana Carolina Pontalti Monari – Eu não tenho como te garantir o que irá ocorrer nesse momento, porque depende de quem irá ganhar a eleição...

Renato Meneguelo – É a mesma coisa que eu te falo. Se ganhar um lado, nós estamos com o socialismo e se ganhar o outro lado nós estamos com o neoliberalismo. E se fizer os testes em apenas um centro não irá dar em nada.

Ana Carolina Pontalti Monari – Sua ideia é que seja feito em vários centros? No Estado de SP ou pelo Brasil?

Renato Meneguelo – Pelo Brasil. Em todo o país, você tem populações diferentes, então o meu bioma interno é diferente do seu; então quem me garante que para mim ela vai funcionar e para você não vai... eu não sei... se alguém disser para você que sabe tudo de câncer estará mentindo. Não tem como... é uma doença que muda que muda por causa de diferentes fatores.

Ana Carolina Pontalti Monari – O que você acha que a mídia poderia contribuir nesse sentido? Ou que ela poderia ter contribuído?

Renato Meneguelo – Ela poderia ter contribuído muito... poderia ter ajudado a gente ter chegado no Prêmio Nobel. Porque era só ela não ter falado que a gente era falastrão, que a gente era isso ou aquilo outro... principalmente o Drauzio Varella, que ele é tudo na vida menos médico; ele tem muitas facetas, ele é funcionário da Globo. Eu e Marcos processamos ele, mas não adiantou nada; não adiantou nada, porque o

cara não encontrou o consultório dele... como não encontrou o consultório dele na Nove de Julho, pelo amor de Deus?; que diz que o número era 72, mas era 172; mas se ele tivesse andado mais duas ruas ele tinha achado o consultório do dele. Eu peguei e desisti: eu não sei em que pé está; nós não pedimos nada para ele, pedimos apenas o direito de resposta; naquela última reportagem colocaram uma pedra em cima e acabou; naquele dia eu falei bastante, falei algo como 10 minutos para repórter e ela não passou nem um minuto do que eu falei; eu acho que essa matéria toda tem uns 5 minutos, mas os pedaços que tem eu e Marcos falando não tem nem um minuto e doze segundos.

Ana Carolina Pontalti Monari – Eu acho que de todas as matérias essa é a única em que vocês aparecem... porque o Gilberto nunca deu entrevista para o *Fantástico* e não tem nenhuma fala dele, inclusive, para o programa. Tem uma dele para o *Bom Dia Brasil* que eles recuperaram...

Renato Meneguelo – Por que ele desistiu, ele cansou.

Ana Carolina Pontalti Monari – Nome, profissão e idade.

Renato Meneguelo – Renato Meneguelo, médico, 49 anos (1/11/69).

Apêndice G

Ana Carolina Pontalti Monari – Como você conheceu a história sobre a fosfoetanolamina sintética? Como foi sua trajetória nesse caso?

Henrique Camacho – Eu não conhecia. Eu entrei em um escritório de advocacia em Bauru e o pessoal cuidava das empresas do professor Gilberto, que mexe com polímeros. Ele tem indústria em Araraquara e tem várias pesquisas na área da saúde que envolve química e a saúde. Ele desenvolve próteses com base no óleo de mamona para crânio, que não tem impacto de rejeição no corpo, porque como é orgânico não há problema com rejeição. Esse é um dos trabalhos dele. Nós cuidávamos das empresas dele, mas a gente mexia com a parte tributária, parte empresarial das empresas dele.

Ana Carolina Pontalti Monari – Ele ter escolhido uma empresa de Bauru (SP) tem algo a ver com o Marcos Vinicius (Marcos Vinicius de Almeida era morador de Bauru)?

Henrique Camacho – Não teve esse contato. O professor Gilberto chegou ao escritório por intermédio de outra advogada que cuidava das empresas dele e saiu tocar a vida dela. Ela era uma parceira do escritório de Bauru, mas passou o cliente para o pessoal de Bauru. Quando eu entrei no escritório já tinha dado um problema, porque a portaria da USP entrou em vigor no fim de 2014, que travou a entrega do composto para o pessoal, então isso já vinha sendo feito reiteradamente. O escritório fez uma ação para um cliente, que um dos sócios conhecia, pegava regularmente e não conseguia mais pegar. O professor Gilberto, sabendo que já estávamos fazendo as ações, chamou o pessoal, pedindo assim “olha, eu quero que vocês tomem medidas porque a USP vai me prejudicar”. A história dele sempre foi fazer os testes clínicos. Tem vários documentos que falam que eles tentaram contato com a Fiocruz, contato com tal lugar, tal lugar... e sempre barravam no negócio da patente; sempre que ele buscava alguma coisa, as pessoas diziam que faziam, mas desde que ele passasse a patente... ele não queria dar a patente. Quando ele fez a pesquisa ele colocou no nome de outros pesquisadores, então entrou o Salvador, entrou o Renato Meneguelo, que era o médico que fazia os estudos clínicos nos ratos, o Marcos que era biólogo e também fez os estudos clínicos, tinha uma mulher chamada Sandra que faleceu e o Durvanei, do Butantan. Não, espera... O Durvanei não está na patente, mas ele acompanhou a pesquisa e até hoje desenvolve algumas pesquisas na área.

Ele falou olha “me travaram e a gente não está mais conseguindo entregar e eu queria descobrir o que pode se fazer”. Nisso, como minha área de pesquisa sempre foi processo civil, direito constitucional e eu sempre gostei de direito administrativo por causa do meu pai, que também é servidor público, o pessoal do escritório disse “ah ninguém sabe muito sobre direito administrativo, mas o Henrique sabe mais; então vamos juntos para ver o que podemos fazer”. Daí eu fui e comecei a participar e nessa história toda eu acabei ficando amigo do professor Gilberto. Os atos que foram sendo tomados em busca da pesquisa clínica, ele pediu para que eu acompanhasse ele. Isso já era em 2015. Nós começamos a ir atrás e começaram a ter as conversas com o pessoal da USP que depois parou; entrou o governo do estado de SP, pois o governador marcou uma reunião para ficar sabendo o que estava acontecendo, porque deu uma repercussão; a Vara Judicial da Fazenda Pública de São Carlos travou por causa da quantidade de ações que entraram. Travou a vara, meio que acabou o serviço, ficando o pessoal somente me cima da fosfo - isso na justiça estadual. Em pouco tempo começou a entrar as da Justiça Federal, porque como a Anvisa tinha um papel de agencia reguladora - na época não tinha a lei ainda -, então começaram a entrar ações na Justiça Federal. Vinha ações do Brasil inteiro; tinha gente que entrava com ação na Justiça Federal do Ceará que vinha para cá; então começou a atravancar. O que acontecia: o professor Gilberto estava doando o insumo que era fabricado, a Usp nunca gastou dinheiro. Tinha o lance do equipamento, que era todo improvisado, tem até uma matéria da *EPTV* com o Salvador em que mostra ele triturando no liquidificador, botava para secar; era um processo bem simples; não tinha risco de contaminação... Toda a pesquisa de câncer é voltada para área proteica, então tem uma falha; a pesquisa da fosfo ela vira o campo para outro lado que era para parte de lipídeos, então o fato de comer ou tomar com óleo o professor Gilberto sempre fala que a pessoa tem que tomar azeite e óleos bons; como castanha e etc, porque você dá maior carga de energia para o seu corpo, de combustível para a célula. Então se a célula está com combustível ela tende a não ficar doente. O que acontece é que a célula cancerosa, que o Gilberto e Durvanei falavam, é que ela fica sem energia, então quando entra a célula no corpo é como colocar combustível de foguete num fusca, ela se automata. Eu comecei a trabalhar com o professor Gilberto; eu fui em reunião com deputados, com governador do Estado, para Brasília, quando estava tendo a questão dos debates no Senado, com os senadores e deputados; na época, depois, veio a Dilma e sancionou a lei da fosfo; conheci o Daniel Macedo, que é um

defensor público do RJ, que movimentou muitas ações e entrou com a ação civil pública que até hoje deve estar sendo julgada, que não foi apreciada pelo Supremo; então eu fui conhecendo esse povo todo e fui acompanhando o professor Gilberto desde então. Eu ficava no escritório cuidando da parte das ações, que tinha um pessoal que me auxiliava, mas meio que tudo ficou concentrado em mim; eu fazia as ações; eu dava entrada no judiciário e os bastidores; então eu sabia onde estava e eu acompanhava as pesquisas que estavam ou não acontecendo. E o professor Gilberto era muito lúcido, era como se ele soubesse o que ia acontecer. As preocupações dele, as confusões das patentes, dos pesquisadores não terem o mesmo perfil, que eles acabaram ficando sem paciência, não sei; mas se afastaram do professor Gilberto, porque eles achavam que o professor Gilberto ia ganhar dinheiro com isso, fazer um instituto. Ele nunca quis isso, ele queria que entrasse no Sus; havendo uma pesquisa bem-feita, que entrasse no Sus de maneira barata e tal. Eu não sei como está isso; eu ligo para saber como ele tá, mas eu não ligo para saber da pesquisa; até porque entrou a questão da USP perseguir isso, entrar com as medidas administrativas e judiciais para cancelar a aposentadoria dele, isso me fez muito mal; eu perdi muito cliente; eu entrava com a ação e a pessoa morria no meio do caminho; eu vi muita gente morrendo, vi muita gente pedindo pelo amor de deus; vi o professor Gilberto tomando paulada de umas coisas que ele não precisava tomar na minha opinião. Essa coisa da USP, ela sacramentou a burrice dela quando ela baixou a portaria; ela, talvez, poderia ter feito a mesma coisa tirando o pé do acelerador; não lançar uma portaria falando que não ia entregar mais; polidamente ir tirando verba, o professor Gilberto iria ter que continuar a pesquisa dele por outro lado; eu acho que a foice, machadada que causou isso foi a portaria da USP; que causou o alvoroço todo, porque antes você tinha o universo de 1,3 mil pessoas que iam regularmente pegar.

Ana Carolina Pontalti Monari – Esse fato sempre me deixou intrigada. Por que a pílula começou a ser estudada na década de 1990, porém só veio esse “boom” recentemente? O que causou isso?

Henrique Camacho – Mais ou menos em todo esse período iam lá e retiraram. É um sal. Em 1990 quando foi feita a pesquisa na Unesp de Botucatu... A quantidade é mais ou menos assim: do jeito que eu entendi vou te falar, como é questão de equilíbrio, o nosso corpo trabalha com equilíbrio; é por isso que a medicina ortomolecular está em voga porque é para trabalhar os sais minerais, as vitaminas do seu corpo; se está tudo

equilibrado, o seu corpo vai fluir bem; e nosso corpo é assim: é uma máquina inteligente. Como a fosfo é produzida – só um parênteses: o processo de sintetização do professor Gilberto, que o Durvanei deve ter te falado, foi o que mais se aproxima da humana, então não há taxa de rejeição no corpo humano; ela se aproxima no que tá no leite materno; que a gente toma quando é criança, porque faz parte do nosso ser; então se a gente comer 5 quilos de fosfo, a gente só vai aproveitar, não lembro a conta, mas a gente só vai aproveitar 2 gramas e o resto vai defecar; o nosso corpo não vai usar, ele irá jogar fora, como acontece quando tomamos água demais; quando você come demais, você não vai aproveitar os nutrientes; você vai jogar fora...

A Unesp Botucatu, quando fez os laudos, falou que a quantidade que eles fizeram de pesquisa; você podia dar 20 quilos para uma pessoa que você não iria matar ela; não daria nem intoxicação.

Ana Carolina Pontalti Monari – Isso chegou a ir para o Hospital Amaral Carvalho, em Jaú (SP)?

Henrique Camacho - Isso foi mais ou menos na mesma época. Por conta desse laudo da Unesp que o Amaral aceitou fazer as pesquisas clínicas, que tem o contrato que tá com o Gilberto, que foi apresentada na ação civil pública.

Ana Carolina Pontalti Monari – Mas o hospital nega que tenha feito as pesquisas...

Henrique Camacho – Sim, eles negam, mas não tem como negar, porque tem documentos, está na ação civil pública, nós apresentávamos como documento, o que a gente escutou muito na época é que muitos médicos que usaram nos pacientes e viam que eles melhoravam... Na verdade, tinha muito lobby grande das indústrias farmacêuticas. Naquele momento histórico, o governo do estado estava dando muito maquinário de quimioterapia, tanto para Jaú, quanto para Barretos, então havia então um interesse muito grande dos laboratórios farmacêuticos por trás disso por causa de grana, tanto das empresas farmacêuticas, quanto das empresas que forneciam equipamentos para que a coisa entrasse aqui. E o que a gente ouviu de relatos, tanto do professor Gilberto quanto de outras pessoas que viveram nessa época e acompanharam o professor Gilberto, é que realmente tinham pessoas que estavam acamadas e que ganharam uma sobrevida, porque o tratamento quimioterápico não surtia mais efeitos; só que era uma pessoa que só porque não estava com o sistema imunológico tão ruim conseguiu ter uma sobrevida e relatos lá de filhos e pessoas que

duraram mais dez anos depois; tem uma senhora se não me engano que ela já tinha reincidido no câncer, aí tomou fosfo nessa fase de 1990 e pouco e foi morrer dez anos depois por parada cardíaca, nada a ver com câncer; o filho dela falou isso para gente; tanto que todo ano ele faz uma visita para o professor Gilberto, leva um litro de vinho, troca uma ideia com ele. Tem muita gente envolvida, mas tem muita gente que tem medo de se envolver, de falar, tem o lado político da coisa; isso conquista voto e o professor Gilberto nunca quis isso. Nunca quis chamar a mídia para isso. Chegou um momento, no entanto, que ele teve que começar a falar.

Ana Carolina Pontalti Monari – Quanto você acha que a mídia impactou nesse caso?

Henrique Camacho – Teve momentos. Até entrar o governo do Estado, quando teve toda a comoção nacional, quando o governo falou que iria fazer a pesquisa... Só para ter ideia, nós vemos em Américo Brasiliense um “puta” de um laboratório, mas aquilo lá não faz sintetização. No Brasil, não tem laboratório público que faz sintetização de produto químico. Tem a Fiocruz que faz de produtos biológicos; então aqui em Américo Brasiliense é um “puta” de um elefante branco, gastaram uma grana. Entramos para ver tem maquinários lá, que é a ferraria da indústria farmacêutica parado. Eles só fazem encapsulamento. Gastaram uma grana absurda em Américo Brasiliense; entendo que tem a logística e tal, mas aquilo está parado; é uma das coisas que me lembrei agora que chama atenção no debate sobre o assunto. O que aconteceu foi momentos: nesse comecinho quando a USP lança a portaria no fim de 2014, a coisa estava muito regional; daí começou a ganhar a internet; teve a repercussão, entrou a Globo na história. A história do G1, pelo que eu sei, é que a globo tem dois grupos muito fortes: tem um nosso, que a gente está acostumado a ver, que é a Tv Tem, que a sede é no Rio de Janeiro; e a parte privada, que é o Globo News, que a sede é SP. Parece que as diretorias não se conversam; a do RJ é que faz o fantástico, que colocou o Drauzio Varella, que desceu o “pau”; e a da Globo News, que quis fazer o debate com o Gilberto, chamou ele e teve um debate entre ele e o presidente da sociedade de oncologia, presidente do Cremesp. Aí nesse momento, que teve a amplitude; o divisor de águas foi o Fantástico, porque depois veio o Cabrini, começou a fazer a reportagem mesmo, ele acompanhou o professor Gilberto por quase dois dias; foi atrás do pessoal para fazer entrevista e eu estava acompanhando tudo isso. Eu vi que o Cabrini tentou ser mais imparcial, mas eu via

que a Globo não; eu via que a Globo era para descer o “pau” e a Globo News era para conversar...

Ana Carolina Pontalti Monari – Eu estudo o G1 – São Carlos e Araraquara, que é quem começou a cobertura. Como que foi essa questão da internet?

Henrique Camacho – Eu recebia direto mensagens no WhatsApp, recebia mensagens por e-mails. O que estava saindo da internet; eu ia dia sim e dia não para Araraquara; e quando você estava com ele, vinha pessoas com envelopes com matérias impressas, mandavam no celular dele links de reportagens. Da internet ganhou mais repercussão quando criaram uma página do Instituto Viva Fosfo no Facebook, que a Bernadete começou a tocar, que atraiu uma galera que via como esperança. Porque tem muitas pessoas que não tem mais o que fazer, então a mídia podia bater. Ela fez o papel dela, pois eu sei que dentro do Hospital das Clínicas foi feito testes, mas os pacientes que estão no Hospital das Clínicas são geralmente a galera que não tem muito o que fazer; o sistema imunológico já está baixo, quando jogaram para o Hospital das Clínicas, do jeito que foi jogado, o professor Gilberto já falava que não iria dar certo; ele sabia que a pesquisa não iria dar certo; e foi o que aconteceu! Era impressionante: as coisas que ele narrava, aconteciam... ele já sabia das coisas, porque ele passou por isso por 20 anos; ele tomou portada na cara por 20 anos, então ele queria ou imaginava que depois que viesse a lei... ele se frustrou muito com esse negócio da lei, ele ficou muito chateado por conta da interferência política; da galera saber que poderia ter votos e tal; a ponto da gente saber que quando chegamos em Brasília, das primeiras vezes, o professor Gilberto teve que dar entrevista na Polícia Federal por conta da Operação Lava Jato, acho. Por que o nome do Gilberto apareceu no e-mail do Girardelo que era... quando chegamos em Brasília pela primeira vez tinha uma van esperando a gente, estava eu, Gilberto, um outro cara do escritório. Falaram “Olha, tem uma van aí querendo te levar porque tem um ex-senador querendo conversar com você”. Nós fomos para a casa dele, que era em um bairro afastado, em um bairro x de Brasília, e botaram a gente em uma mesa de reunião e queriam falar. O cara chamou um dono de uma empresa farmacêutica de Brasília, do estado de Goiás, sei lá... Falando para o professor Gilberto: “olha, nós temos uma estrutura jurídica, faz tanto para vocês, tanto para mim, tanto para fulano. O professor Gilberto levantou, agradeceu e disse que não era aquilo que ele queria; mas o pessoal queria conversar... isso já era que a gente tinha viajado no dia anterior,

nós não tínhamos dormido, passamos o dia todo acordado, fomos para Brasília, chegamos no começo da noite, pegaram a gente, levaram para casa do senador e ele estava sem jantar; ele estava impaciente; nisso eu já senti que não estava bom. Ele disse que se eles quisessem alguma coisa, nós estaríamos no congresso e eles deveriam procurar meus advogados para conversar. Nós sabíamos o que o professor Gilberto queria. Na Câmara não teve nada, o professor Gilberto não quer nada. pedimos que se eles quisessem alguma coisa para mandar por e-mail. Daí que veio essa história do e-mail; mas foi e-mail, até onde eu sei, que não foi nem aberto pelo Adilson, o cara responsável pela conta de e-mail no escritório, mas não demos trela e nem nada porque sabíamos que o professor Gilberto não queria nada. Só que de uma maneira educada, a gente saiu fora, porque sabíamos que era fria. Nesse dia, a galera da TV, da TV Câmara, rádio e etc. estavam lá e foram lá; eu até pedi para uma jornalista, eu vi que ela estava sendo muito incisiva, querendo condenar o professor Gilberto, então eu disse para ela que ele não iria responder mais nada; daí ela me perguntou: mas quem é você; eu disse: sou o advogado dele e ele não vai responder mais nada; se quiser, você manda por escrito que a gente responde; só que eu falei de uma forma, nessa altura do campeonato, viajar e tal; eu gostava muito do professor; daí ela me disse: “eu nunca vi um advogado defender tanto um cliente”; daí eu disse: então, mas aí que tá. Eu também nunca vi uma repórter tratar alguém desse jeito; eu tenho amigos jornalistas também; e ela saiu toda nervosinha; daí eu disse para os demais jornalistas: vocês tem um poder na mão que é absurdo, aí tem uma moça que veio falar depois que era de São Carlos e ela estava lá cobrindo; eu não me lembro o nome; porém, com o tempo, você acaba fazendo a amizade; (era alguém do G1 – provavelmente a Steffhanie), mas ela cobriu a fosfo desde o começo; eu ouvi, por conta dessa coisa de divisão da globo e tal; eles ouviam um “cala a boca”, e, de vez em quando, vinha uma ordem para ficar quieto, isso a gente ouvia. O cala boca mais sério que eles tomaram foi na semana que saiu a matéria do Fantástico, porque tinha algumas coisas que iam serem lançadas, mas não colocaram porque ia sair no Fantástico. Então, por toda a forma que é condicionado o Fantástico, por causa de audiência, então você já joga para debater. Depois levaram o Buzaid, que foi no Faustão falar das pesquisas que estavam sendo feitas nos Estados Unidos. Eu vivi todos os lados da pesquisa, pois minha cunhada faz residência no Icesp, então durante toda a pesquisa clínica ela estava lá e ela foi me falando algumas coisas. Ela me disse que não estava dando certo e daí eu digo para ela: mas o professor Gilberto

já falou que não ia dar certo; então tem a parte médica, que eu acho que a minha cunhada, que tecnicamente ela é muita boa, eu acredito muito no que ela fala; e, por isso, então eu deixei de idolatrar o professor, mas eu também via as coisas acontecerem. Eu cheguei a ver e-mails do professor Gilberto de pessoas, representantes de laboratórios x, y e z, perguntando para ele o que ele queria e o que ele precisava para abrir um laboratório, que eles faziam; uns e-mails assim.

A mídia teve essa força; a internet tem essa força maior, porque na internet há mais coisas, mas também há muita bobagem. Mas vinha o pessoal dos estudos, a pessoa confunde muito essa coisa de síntese. Não adianta eu e você discutir isso com o pessoal de química e eu aprendi muita coisa com eles. Eu nunca vou debater isso com eles; mas eu percebi que a mídia tinha essa interferência... Eles deixavam caminhar para um lado e depois mudavam a direção desse caminho.

Ana Carolina Pontalti Monari – Por isso que você acha que o professor parou de dar entrevistas?

Henrique Camacho – Ele parou mais por conta dos problemas na USP. Do negócio do salário... Ele deve ter recebido alguma orientação jurídica, porque depois de um tempo ele saiu do escritório. Eu fiquei sabendo em 2017, que ele tinha saído do escritório de Bauru. Ele deve ter recebido alguma orientação jurídica pedindo que ele parasse de dar entrevistas por causa dos problemas judiciais da aposentadoria, que já saiu da área administrativa e deve estar na área judicial, eu acredito. Brigando por conta do corte: eles querem impor uma responsabilidade a ele, que eu acho que a USP foi passiva; não ele.

Ana Carolina Pontalti Monari – Você acha que a USP, de certa forma, deixou acontecer?

Henrique Camacho – Eu acho que sim. Tem muito briga interna entre professores de diferentes departamentos. O Gilberto falou que ele veio do ITA para criar o IQSC, então tem muito professor dele que é cria dele, mas ele fala que ele não se arrepende das coisas e das pessoas que brigam com ele. É por conta disso que eu acho que ele se afastou. Eu não sei se ele chegou a ficar doente ou estressado ou depressivo, isso eu acho que não, eu acho que cansado é o termo melhor; ele ficou cansado e eu também estava, porque foi na época que eu sai do escritório: eu não aguentava mais tomar paulada, eu não aguentava mais viajar, era uma reunião atrás da outra, o

professor querendo as pesquisas e os resultados. Eu tomava paulada de todos os lados: desde as pessoas que iam bater na porta dele, ajoelhando e pedindo pelo amor de Deus e ele falando que “não posso”; a pílula tá lá em Cravinhos, não posso produzir, não tenho como, tem que entrar com ação; até o governo com as histórias que ia fazer e não fazia; até o pessoal da USP que vinha; o pessoal da mídia que alguns queriam crucificar. Eu acho que depois que teve o site do Instituto Viva Fosfo até o pessoal se organizou para fazer uma filtragem do que estava sendo publicado na internet. Pelo menos dava um embate: o pessoal falava besteira, mas eu acho que deu uma amenizada. Eu acho que ele cansou.

Ana Carolina Pontalti Monari – A impressão que eu tenho é que a mídia “pintava” ele no começo como salvador da pátria e depois é como se ele virasse um carrasco.

Henrique Camacho – Alguém que não queria dar a fosfo para ninguém... Foi mais ou menos essa a sensação que eu acho que ele teve, porque eu sabia que não era isso aí.

Ana Carolina Pontalti Monari – Não no sentido que ele não podia dar para ninguém, mas quando começou as pesquisas e que não foram feitas do jeito que ele desejava, ficou parecendo que ele era um charlatão...

Henrique Camacho – E não era a realidade. Tem muita coisa que deveria ser pesquisada de maneira mais séria. A fosfo, na verdade, é um veículo de transporte. Ela entra no corpo e marca a célula, mas ela pode ser usada para outras coisas. Essa história da sintetização, ela passa pela membrana cerebral, então são poucos produtos químicos que atravessam ou afetam diretamente o cérebro. É de ser estudada. O professor Gilberto tem até outras pesquisas, com antibióticos, que são pontuais, que poderiam ser desenvolvidas, mas parece que não vai... não sei se tem um pouco dele, que já está em outra fase da vida, não tá mais nessa coisa de ter orientando e jogar as pesquisas para eles. Não sei se é um pouco disso, mas ficou travado. Eu não falei com ele ultimamente, mas eu acho que está em stand by. Acho que as piores partes foram a transição de 2015 para 2016, teve em 2015 uma reunião com o governador no dia 23 de dezembro. Essa história da mídia é muito importante, porque você percebe que teve uma divisão mesmo: a Band noticiava e não tomaram frente; mas depois do negócio do Cabrini; ficou por isso mesmo...

Ana Carolina Pontalti Monari – Mas o Cabrini chegou a fazer outra matéria em que ele revisitava as pessoas que tinham tomado a fosfo...

Henrique Camacho – Eu não vi essa...

Ana Carolina Pontalti Monari – A sensação que me passou era que ele queria mostrar que a cobertura não estava para o lado que os demais veículos estavam mostrando...

Henrique Camacho – Tem realmente muita coisa. Eu realmente não acho que seja a cura, eu acho que é um caminho para a cura. Acho uma pesquisa importantíssima, eu acho que não é à toa que foi feita.

Ana Carolina Pontalti Monari – Você acha que a mídia “sepultou” a pesquisa?

Henrique Camacho – Eu acho que sim, porque quando jogaram para o Icesp toda essa coisa. São coisas que eu fico pensando: era um período que o governador do Estado estava tendo problemas no partido, então ele queria dar uma fortalecida; e segundo que não sabia quem era o candidato em nível nacional; não sei se será ele mesmo, mas assim parecia que era uma coisa que tinha que ser movimentada pelo governo. As coisas aceleradas para ajudar o governo; quando é para ser acelerada para ajudar o governo você percebe que tem coisas que dependem da mídia; que o governo vai controlando para lá e para cá; e essa divisão que eu te falei da *Globo* pesou muito nessa hora. A *Globo News* parou de falar, de chamar o professor Gilberto e o Fantástico lançou outras matérias falando que não teve o resultado esperado. Descobriu que não era toxico, mas não teve resultados esperados. Eu sempre tratei com homeopatia, eu acho que é um tratamento que não pode ser abandonado, não pode ser ermitão e viver das árvores. Só que eu acho que a fosfo poderia vir em uma linha para auxiliar. Então, eu acho que a mídia deu uma contribuída para apaziguar os ânimos.

Ana Carolina Pontalti Monari – Você acha que foi na hora que a fosfo se tornou pública?

Henrique Camacho – Eu acho que morreu na hora de fazer os testes, porque ficaram tão em cima para ser rápido os testes que já era esperado que ia dar errado, mas ficaram esperando para falar isso no horário nobre, na noite de domingo para toda a família brasileira que não tinha dado certo. O melhor caminho é o adotado até hoje

que a indústria farmacêutica tem o lobby. Eu não acho que é normal acontecer isso. Acho que é uma coisa de teoria da conspiração: você começa a pensar tantas coisas depois de viver isso; é muita movimentação, quando querem alguma coisa, essa coisa sai; a pressão política é muito forte.

Ana Carolina Pontalti Monari – Nome, idade e profissão?

Henrique Camacho – Henrique Camacho, 31 anos (08/05), servidor público.

Apêndice H

12/01/2019

Gmail - Entrevista para dissertação de mestrado - Unesp/Bauru



Ana Carolina Monari <capmonari@gmail.com>

Entrevista para dissertação de mestrado - Unesp/Bauru

Misael Mainetti <misaeljornalista@gmail.com>
 Para: Ana Carolina Monari <capmonari@gmail.com>

24 de agosto de 2018 16:02

- Primeiramente, gostaria de saber o seu nome completo, qual é a sua data de nascimento e profissão?
 Misael Mainetti, 11-11-1989, jornalista.

- Gostaria de saber qual era a sua rotina na redação? Qual era sua função? Como era a produção de reportagens no G1 São Carlos e Araraquara?
 Eu trabalhava para a EPTV produzindo reportagens que, posteriormente, eram publicadas no G1. Eu também era assistente de chefe de reportagem, então ajudava no cotidiano das produções de uma maneira geral.

- Como você ficou sabendo sobre a fosfoetanolamina sintética?
 Quando a USP baixou uma portaria proibindo a retirada da substância que, naquela época, eu nem imaginava o que era.

- Qual foi o seu parecer sobre o caso? Você acreditou que a pílula poderia, de fato, curar o câncer?
 Como jornalista, eu preferi não acreditar em nada. Apenas cobrir o fato. O fato não poderia ser ignorado. Após a proibição da retirada, várias pessoas com câncer que já usavam a substância há anos, entraram na Justiça. Era um fato a ser coberto jornalisticamente.

Como ser humano, depois de tudo que passei e presenciei, tenho certeza que existe alguma eficácia na fosfoetanolamina sintética. Basta ver as pesquisas científicas realizadas pelo Governo Federal e pelo ICESP - mesmo não havendo eficácia cem por cento em todos os casos, há casos que houve eficácia, então não é questão de fé.

- Como a empresa reagiu ao caso? Como vocês se dividiam para cobrir o acontecimento? Vocês tinham uma equipe própria? Como vocês se preparavam para eventuais suítes?
 Pela TV, o assunto ficava mais comigo. Pelo G1, com a Sthefanie. Sempre tratamos o assunto cobrindo todos os lados. Nunca houve proibição da cobertura pela EPTV.

- A fosfoetanolamina sintética ganhou repercussão nacional? Você esperava que a matéria que vocês produziam no portal poderia ganhar esse status? Como foi para você participar desse processo?
 Jamais imaginava. O assunto foi parar na presidência da república. Eu percebi que a responsabilidade de mostrar um fato era grande neste momento porque estávamos tratando de vidas.

- Houve interesses externos na cobertura? Vocês receberam alguma recomendação sobre a forma de escrever ou retratar o caso?
 Não. Da parte da EPTV, nunca proibiram a cobertura. A orientação era cobrir todos os lados.

- Vocês chegaram a ser "represados" ou sofrer alguma sanção durante a cobertura?
 Pela EPTV, não.

- Em relação às entrevistas e imagens, havia alguma recomendação sobre a forma de retratar a fosfoetanolamina ou os personagens que estavam ligados à ela?
 Pela EPTV, não.

- Depois de um ano observando a cobertura, eu notei algumas mudanças na forma de escrever e de apresentar ao público o fato. O que você acha que levou essa mudança?
 Pode ser mais específica? Me manda no whatsapp que eu respondo essa de novo.

- Vocês notaram, de alguma forma, que o G1 estava pautando outros veículos de comunicação? Se sim, como vocês reagiram ao fato? Vocês faziam colaborações com outros portais e empresas de comunicação dentro e fora do grupo O Globo?

Apêndice H

12/01/2019

Gmail - Entrevista para dissertação de mestrado - Unesp/Bauru

- Melhor falar com a Stefanie do G1.

- Por que você acha que não há mais notícias/repercussões sobre o caso da pilula do câncer nos últimos meses? Você acredita que o acontecimento esfriou? Se sim, por que?

Depois de toda repercussão, o pesquisador se afastou e não quer falar sobre o assunto. Acredito que esse foi um dos principais motivos. E também a falta de resultados rápidos em cima de uma pesquisa que pode durar anos. Isso frustrou a população.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

ANEXOS
Anexo A



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE QUÍMICA DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA E FÍSICA MOLECULAR

Av. Dr. Carlos Botelho, 1465
Cx. P. 700 - CEP 13560-970 - São Carlos - SP - Brasil

Fone (0162) 72.3813
Fax (0162) 74.9163

Of. DQFM/ 094 96 / 09.05.96 .

Senhor Diretor,

Encaminho a V.Sa. o Proc. 96.1.157.75.6, referente ao Convênio de Cooperação Científica a ser celebrado entre a Fundação Dr. Amaral Carvalho e a Universidade de São Paulo, Instituto de Química de São Carlos, Grupo de Química Analítica e Tecnologia de Polímeros, do Departamento de Química e Física Molecular.

Este instrumento de convênio foi aprovado pela unanimidade dos membros presentes na 257a. reunião do CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE QUÍMICA E FÍSICA MOLECULAR, realizada em 08.05.96.

Providenciamos a juntada dos seguintes expedientes:

Ofício GQATP/ 074 96, de 07.05.96, subscrito pelo Prof. Dr. Gilberto Orivaldo Chierice;

Parecer do Prof. Dr. Fernando Mauro Lanças;

Ofício GQATP/ 077 96, de 09.05.96, subscrito pelo Prof. Dr. Gilberto Orivaldo Chierice;

Cópia de trecho da 257a. reunião do CD-DQFM, realizada em 08.05.96 .

Agradecendo as providências junto ao digno Conselho Técnico-Administrativo do IQSC, e junto à Reitoria da USP, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Milan Trsic
Chefe do DQFM

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Ernesto Rafael Gonzalez
DD. Diretor do IQSC

Anexo A

MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDECOMISSÃO INTERSETORIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CICT

PARECER

Processo nº 25000.022569/94-00

Instituição: Fundação Doutor Amaral Carvalho

Hospital Amaral Carvalho

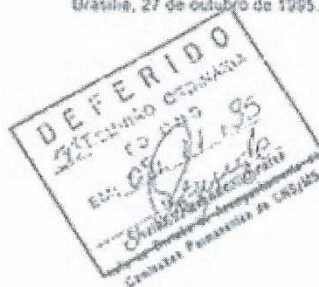
A Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia - CICT, em sua Reunião Extraordinária realizada no dia 26 de outubro de 1995, resolve recomendar em conformidade com o Parecer do Comitê de Ética da Instituição (autorização em reunião dia 11/09/95) e com a documentação concernente enviada ao Conselho Nacional de Saúde, o credenciamento da Fundação Doutor Amaral Carvalho/Hospital Amaral Carvalho para a realização dos seguintes trabalhos de Pesquisa:

1. Estudo de novas drogas Anti-âlgicas para dores de origem Neoplásica;
2. Desenvolvimento de Biomateriais Poliuretânicos (Polímero Poliuretano da

Mamona)

O Credenciamento das referidas Pesquisas será correspondente ao período de duração respectiva das mesmas.

Brasília, 27 de outubro de 1995.



Anexo B

25/10/2018

Gmail - Um pedido de ajuda de uma mestranda



Ana Carolina Monari <capmonari@gmail.com>

Um pedido de ajuda de uma mestranda

ARIANE URBANETTO <comunicacao.ariane@amaralcarvalho.org.br>
 Para: Ana Carolina Monari <capmonari@gmail.com>

17 de outubro de 2018 15:22

Oi, Carol.
 Tudo bem?

Na época, utilizamos a resposta oficial àqueles que nos questionavam:

"Não existem registros oficiais na instituição da realização de testes com a substância fosfoetanolamina em seres humanos, portanto o Hospital Amaral Carvalho não irá se pronunciar sobre o assunto."

À disposição,
Ariane Urbanetto
 Comunicação
comunicacao.ariane@amaralcarvalho.org.br

Rua Rui Barbosa, 510
 Jaú, SP, 17210-000
 Tel: (14) 3602-1216
www.amaralcarvalho.org.br



"De acordo com a Política de Segurança da Informação da Fundação Hospital Amaral Carvalho, o emitente desta mensagem é plenamente responsável por sua utilização e conteúdo, que pode não representar a opinião da instituição. Caso V. Sª. não seja o destinatário ou a pessoa responsável pela entrega desta mensagem, favor comunicar de imediato ao remetente"

De: Ana Carolina Monari [capmonari@gmail.com]
Enviado: sábado, 13 de outubro de 2018 14:07
Para: Ariane; ARIANE URBANETTO
Assunto: Um pedido de ajuda de uma mestranda

[Texto das mensagens anteriores oculto]